

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TIAGO MAGALHÃES RIBEIRO

**DO “VOCÊ NÃO PODE” AO “VOCÊ NÃO QUER”: a emergência da prevenção às
drogas na Educação**

São Leopoldo
2010

TIAGO MAGALHÃES RIBEIRO

DO “VOCÊ NÃO PODE” AO “VOCÊ NÃO QUER”: a emergência da prevenção às
drogas na Educação

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Elí Terezinha Henn Fabris

São Leopoldo
2010

TIAGO MAGALHÃES RIBEIRO

**DO “VOCÊ NÃO PODE” AO “VOCÊ NÃO QUER”: A
EMERGÊNCIA DA PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA
EDUCAÇÃO**

**Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação**

Aprovado em : _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof Dr. Alfredo Veiga-Neto / UFRGS

Profª. Dra. Gelsa Knijnik / UNISINOS

Orientadora: Profª. Dra. Eli Terezinha Henn Fabris

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? (FOUCAULT, 1989a, p.8)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à UNISINOS e, em especial, ao seu Programa de Pós-Graduação em Educação, por me oferecerem as condições necessárias a esse empreendimento.

Agradeço também à CAPES pela bolsa a mim concedida, sem a qual esta pesquisa não teria se realizado.

Agradeço à Profa. Dra. Maura Corcini Lopes pela oportunidade de assistir aos seus seminários, os quais foram decisivos para a constituição teórica deste trabalho, bem como à Profa. Dra. Gelsa Knijnik, cuja leitura atenta da minha produção textual com certeza contribuiu decisivamente para o aperfeiçoamento da minha escrita.

Agradeço à Profa. Dra. Eli Terezinha Henn Fabris pelas orientações dadas, pela instigação e provocação intelectual e pela compreensão acerca das minhas idiossincrasias.

Agradeço aos colegas pela amizade e pelas trocas realizadas.

Agradeço aos meus pais pelo imprescindível apoio.

Agradeço ao velho parceiro de sempre, Felipeta.

Por fim, agradeço à Cássia Silveira por preencher meu coração e meu intelecto com as coisas mais importantes da vida.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender de que maneiras a educação escolarizada se viu investida de uma função social relacionada às práticas de uso de drogas, ou, em outras palavras, compreender como a prevenção ao uso de drogas tornou-se uma demanda para o campo da Educação, sendo prescrita como conteúdo a ser obrigatoriamente incluso nos currículos escolares. Tomando como ferramenta analítica principal o conceito de governamentalidade, desenvolvido por Michel Foucault, e inspirando-se no estilo de pensamento e pesquisa desse filósofo, compreende-se a emergência da prevenção às drogas na Educação como efeito de uma racionalidade política que toma por objeto de gestão cada indivíduo em particular e também a população em seu conjunto; que funciona principalmente a partir de um saber fundado no campo da Economia, operando cálculos a fim de obter a máxima eficiência com o mínimo emprego necessário de poder e de recursos financeiros; e, por fim, que se constitui, em sua efetividade, por meio de um aparato de técnicas, saberes, instituições, procedimentos e especialistas. A pesquisa sugere, de um lado, que a prevenção às drogas foi tornada uma demanda escolar a partir das próprias características históricas dessa instituição, potencialmente capaz de instituir sujeitos úteis e dóceis e de fazer circular um poder que, antes preventivo do que repressivo, se apresenta como mais sutil e eficaz no sentido de conduzir as condutas e implementar as técnicas necessárias à produção de uma sociedade segura, saudável e produtiva. De outro lado, o uso de drogas instituiu-se como temática escolar através de sua configuração como “problema” a partir do funcionamento estratégico de saberes que, justificando e fazendo circular uma trama de poderes, tornaram a prevenção de práticas de uso de psicoativos nos espaços escolares uma questão “natural”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Prevenção às drogas; Governamentalidade; Biopoder.

ABSTRACT

This dissertation aims at understanding how school education has been assigned a social function related to practices of drug use, or, in other words, understanding how drug prevention has become a demand in the Education field, being prescribed as a content that must be included in school curricula. Taking the concept of governmentality, developed by Michel Foucault, as my main analytical tool, and inspired by his style of thinking and researching, I understand the emergence of drug prevention as an effect of a political rationality that takes each individual as a management object, as well as the population as a whole; that functions from a knowledge founded on the field of Economy, performing calculations in order to obtain the maximum efficiency with the least use of power and financial resources; finally, that constitutes itself in its effectiveness by means of an apparatus of techniques, knowledges, institutions, procedures, and specialists. This research has suggested, on the one hand, that drug prevention has become a school demand deriving from the very historical characteristics of that institution, potentially capable of instituting useful, docile subjects and circulating a power that, being more preventive than repressive, is more subtle and effective in conducting conducts and implementing techniques required for the production of a safe, healthy, productive society. On the other hand, drug use has become a school subject through its configuration as a “problem”, from the strategic functioning of knowledges that, justifying and circulating a web of powers, have converted the prevention of practices of psychoactive substance use at school into a natural “issue”.

KEY WORDS: Education; Drug Prevention; Governmentality; Biopower.

SUMÁRIO

DO QUE AQUI SE TRATA	8
1. O USO DE DROGAS COMO OBJETO DE CONHECIMENTO	14
1.1 “Droga”: um conceito em discussão.....	14
1.2 A constituição de uma “ciência” das drogas, seus usos e usuários.....	19
1.3 A pesquisa educacional sobre as drogas, seus usos e usuários.....	26
2. A EMERGÊNCIA DA PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA EDUCAÇÃO: TRAMAS DE PODER, REDES DE SABER, GOVERNAMENTO DA VIDA.....	40
2.1 Do território à população, do corpo à mente: o governo como exercício de poder	42
2.2 Ferramentas de inspiração genealógica na constituição de um olhar	64
2.3 Governamentalidade, genealogia e prevenção ao uso de drogas na Educação: um modo de ver e pesquisar	75
3. A EMERGÊNCIA DA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NA EDUCAÇÃO: UMA ANALÍTICA.....	89
3.1 Máquina de educar, máquina de prevenir.....	89
3.2 Saberes estratégicos, estratégias sábias	113
3.3 O pacote está empacotado e o nó dado: urdidura de poderes.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
FONTES CONSULTADAS.....	183
REFERÊNCIAS.....	184

DO QUE AQUI SE TRATA

Na década de 1970 a prevenção ao uso de drogas entrou nos currículos escolares no Brasil. Professores, diretores, supervisores, em suma, os sistemas de ensino foram mobilizados em torno de uma nova demanda no que concerne à formação de sujeitos: a abstinência em relação ao uso de um rol de substâncias tornadas ilícitas algumas décadas antes. A experimentação desse conjunto de drogas, cujos registros remontam aos primórdios da história conhecida, tornava-se, com esse movimento, uma temática educacional.

O objeto desta dissertação de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em sua linha de pesquisa Currículo, Cultura e Sociedade, constitui justamente esse acontecimento da prevenção ao uso de drogas como assunto da área da Educação. Instigado a compreender de que forma isto se tornou possível, encetei uma investigação acerca das racionalidades políticas que convergiram para esse processo de emergência de uma nova forma de pensar e intervir sobre a questão do uso de substâncias psicoativas na contemporaneidade. Nesse sentido, compreender de que maneiras a educação escolarizada se viu investida de uma função social relacionada às práticas de uso de drogas se aproxima, do início ao fim desta dissertação, de uma compreensão acerca dos modos através dos quais, historicamente, as formas de gerir a população têm se transformado, se racionalizado e se implementado por meio de conjuntos de saberes, técnicas, instrumentos e procedimentos diversos. Em outras palavras, compreender como a escola se tornou espaço de prevenção às drogas passa necessariamente por um entendimento em relação a como a população se tornou objeto de intervenções políticas.

Para atingir tais objetivos, busco ferramentas na filosofia pós-metafísica, principalmente no estilo de pensamento com que Michel Foucault realizou suas pesquisas e empreendeu suas reflexões. De modo geral, é a própria forma de pensar de Foucault, a orientação da reflexão para a busca do campo complexo das condições de possibilidade do presente, o que inspira minha investigação. De modo específico, constituo meu olhar sobre o objeto de pesquisa tomando por referência a historicização que este autor opera acerca das relações de poder, ou seja, dos modos pelos quais o exercício do poder passou por transformações históricas nas sociedades ocidentais. O conceito de *governamentalidade* assume, então, um papel central no desenvolvimento da pesquisa, pois se refere às maneiras estratégicas pelas quais se implementou uma racionalidade política que se volta, tendo por fim a manutenção das forças do Estado, para a administração do conjunto de indivíduos agrupados sob a noção de *população* (FOUCAULT, 2008). Entendida como um recurso com que conta o Estado para sua conservação, a população passa a ser objeto de técnicas cada vez mais sofisticadas e eficientes de gestão, pois assume centralidade, para a sobrevivência e fortalecimento de um arranjo contingente do poder (arranjo este que tem por efeito a própria constituição do Estado), a produção de determinados comportamentos, a constituição de certas formas de pensar e sentir, em suma, a formatação de modos de vida. Nesse ponto, é a própria gestão da vida dos indivíduos e grupos, nos seus mais amplos aspectos, que se trata de conceber e efetivar. Esse poder sobre a vida, esse *biopoder* (FOUCAULT, 2003), informa uma política sobre a vida de todos e de cada um, na qual constitui papel fundamental a adoção, por parte dos indivíduos, de estilos de vida e de pensamento que mantenham disponíveis suas forças e suas vontades para serem empregadas como recursos pelo Estado. Deste modo, tanto os corpos como também as opiniões dos indivíduos passam a constituir objeto de interesse e gestão. Para efetivar com eficiência essa administração dos recursos, são desenvolvidos saberes, instituições, procedimentos e técnicas diversas, tendo em vista qualificar e incrementar a gerência sobre as condutas, possibilitando o saque de recursos mais pujantes com menores dispêndios financeiros e o emprego da mínima quantidade de poder necessária.

Nesse sentido, entendo que a prevenção assumiu a proeminência do discurso sobre drogas em um contexto no qual o poder toma por seu objeto prioritário a condução das condutas, a intervenção sobre a esfera do querer dos indivíduos, tendo por objetivo a manutenção da saúde, da segurança e da produtividade destes e, também, o controle dos riscos sociais. Assim, trabalhei nesta dissertação com a perspectiva de que a lógica da prevenção emergiu como efeito dessa racionalidade política que toma por objeto de gestão cada

indivíduo em particular e também a população em seu conjunto; que funciona principalmente a partir de um saber fundado no campo da Economia, operando cálculos a fim de obter a máxima eficiência com o mínimo emprego de poder e de recursos financeiros; e, por fim, que se constitui, em sua efetividade, por meio de um aparato de técnicas, saberes, instituições, procedimentos e especialistas (FOUCAULT, 2008). Em outras palavras, entendo a prevenção ao uso de drogas como uma *tecnologia* voltada à produção de segurança social, tendo em vista a constituição e administração de indivíduos e de uma população economicamente úteis à conservação e riqueza do Estado e politicamente dóceis às estratégias de controle dos seus comportamentos, opiniões e valores. Nesse contexto, os modos pelos quais os indivíduos concebem e gerenciam sua saúde ocupam papel fundamental e a prevenção emerge, então, como uma tática importante e potencialmente eficaz, além de mais econômica, no interior do amplo conjunto das estratégias de controle social postas em ação por um poder que se exerce, cada vez mais, como condução das condutas de todos e de cada um.

A educação, em um tal sistema de inteligibilidade, se afirma como recurso chave, como instrumento tático por intermédio do qual a condução das condutas, de modo econômico e seguro, pode ser viabilizada. Tendo na escola uma instituição estratégica e de longos serviços prestados em termos de constituição dos sujeitos adequados aos desígnios políticos do Estado liberal e republicano, trata-se aqui de procurar compreender como a educação escolarizada foi instrumentalizada como ferramenta de uma vontade de poder sobre práticas sociais que não contribuía, ou mesmo prejudicava, os ideais políticos de uma época, os interesses (políticos, sociais, econômicos, profissionais) de certos grupos e, sobretudo, o projeto, herança da Modernidade, de uma Nação coesa, forte e disposta ao progresso. Mapeando poderes e seus usos estratégicos de saberes, especialistas, instituições, formas de pensar e modos de implementar, intento, com esta pesquisa, compreender a constituição de uma trama complexa que, tecendo sua teia em meio às disputas profissionais entre especialistas de áreas de saber cuja influência política encontrava-se em franca ascensão, tornou a escola o “espaço natural” das técnicas de prevenção às drogas.

A fim de dar conta do empreendimento investigativo ao qual me propus, procurei identificar um acontecimento a partir do qual a emergência da prevenção ao uso de drogas na Educação pudesse ser visibilizada. Não se trata aqui de uma busca pela origem de um processo, mas sim por um instante em que esse processo se dá a ver, um acontecimento no qual ele vem à tona, se consubstancia, tornando possível o mapeamento do que, nele, está em jogo. Em suma, o mapeamento das forças que o tornam possível. Penso ter encontrado na

realização de um evento em particular, o *Fórum de Debates Sobre o Uso e Tráfico de Substâncias Tóxicas ou que Causam Dependência Física ou Psíquica*, esse acontecimento. O referido evento ocorreu na cidade de Porto Alegre, no ano de 1970, e se caracterizou por ter sido a primeira ocasião em que especialistas das áreas médicas e jurídicas, além de autoridades e administradores públicos de diversos órgãos e níveis se reuniram com a comunidade para tratar do tema das drogas. Foram especialmente convidados a assistir esse evento os corpos discente e docente de instituições de ensino de níveis médio e superior, tendo o mesmo dado origem a um documento composto por diversas análises e reivindicações que foram encaminhadas a autoridades políticas, médicas, educacionais, dentre outras. Ao longo de todas as conferências e simpósios realizados, e ocupando espaço de destaque no documento propositivo produzido no evento, esteve a defesa da prevenção como estratégia adequada na abordagem do uso de drogas e da inserção desses conteúdos nos currículos escolares, sendo apontada a escola como um dos espaços privilegiados para a consecução desses fins. Assim, penso que tal evento pode ser compreendido como um acontecimento no qual se tornam visíveis os modos pelos quais se constituiu a ideia da prevenção ao uso de drogas pela via educacional. Nele está presente uma diversidade de enunciados que expressam modos de compreender a questão das drogas e as formas de geri-la. É precisamente o mapeamento desses enunciados, dos saberes em que se fundamentam, das instituições em que se encarnam e dos sujeitos que os fazem circular e são, também, por eles constituídos, que estabelece a principal orientação metodológica na constituição da minha forma de operar sobre os materiais com que conto para a realização desta investigação. Em outras palavras, busco nos Anais do Fórum de Debates mencionado, a partir de uma análise de inspiração *foucaultiana*, reconstituir o campo das forças que em seus embates tornaram possível a emergência de uma lógica de prevenção ao uso de drogas através da educação. Caberia, então, à educação, um papel central, quase uma “missão”, no sentido de informar os jovens sobre os perigos do uso dessas substâncias e subsidiar a autogestão dos indivíduos, tomando parte e ocupando seu lugar em uma economia do poder que, organizadora das relações sociais, gestasse uma sociedade segura, isenta de conflitos, homogênea e, claro, abstinência daquelas substâncias proscritas. No texto desta dissertação, as citações literais retiradas dos Anais do Fórum de Debates e superiores a quatro linhas serão indicadas de modo especial por sua circunscrição no interior de quadros, tendo por objetivo diferenciá-las de outras citações e marcá-las enquanto material de análise. Com o mesmo objetivo, as citações desse material de

tamanho inferior a quatro linhas serão mantidas junto ao corpo do texto, sendo, contudo, grafadas em itálico.

Estruturei o texto em três capítulos ao longo dos quais descrevo e analiso algumas das condições possibilitadoras e configuradoras da prevenção ao uso de drogas como uma questão concernente à educação. No primeiro deles, intitulado “O uso de drogas como objeto de conhecimento”, reconstituo brevemente alguns aspectos dos modos pelos quais as práticas de uso de drogas foram tornadas objeto de conhecimento, sendo progressivamente descritas, classificadas e submetidas a lógicas particulares de entendimento. Para isso, na primeira seção constituinte deste capítulo, chamada “Droga: um conceito em discussão”, procuro empreender uma breve reflexão sobre o conceito de “droga”, problematizando sua utilização e os modos de entendimento a ele conferidos. Em seguida, na seção 1.2, “A constituição de uma ciência das drogas, seus usos e usuários”, analiso como se constituíram e se transformaram, ao longo dos últimos séculos, uma série de saberes sobre as práticas de uso de drogas, sobre as pessoas que as realizam e, claro, sobre as próprias substâncias psicoativas. O primeiro capítulo desta dissertação se encerra com a seção intitulada “A pesquisa educacional sobre as drogas, seus usos e usuários”, na qual comento algumas pesquisas recentemente produzidas no campo da Educação tendo por tema a prevenção ao uso de drogas. Procuro, nesta seção, marcar aproximações e distanciamentos, desta produção, em relação ao meu estudo, classificando-a a partir de critérios inevitavelmente arbitrários, estabelecidos para melhor organizar a apresentação das formas pelas quais minha pesquisa se insere no conjunto de trabalhos já realizados pela comunidade acadêmica no campo da Educação e voltados à compreensão das interfaces entre educação e prevenção ao uso de drogas.

No capítulo 2, “A emergência da prevenção às drogas na Educação: tramas de poder, redes de saber, governamento da vida”, apresento com mais rigor e detalhe o olhar que, nesta dissertação, ponho sobre a emergência da prevenção ao uso de drogas como um tema concernente à Educação. As páginas deste capítulo, portanto, têm por objetivo a exposição do quadro teórico por meio do qual configuro minha forma de ver o objeto enfocado, a descrição da documentação utilizada como material de pesquisa, bem como algumas considerações acerca dos encaminhamentos metodológicos, ou seja, das maneiras pelas quais pretendo operar sobre esse material. Nas seções 2.1, “Do território à população, do corpo à mente: o governamento como exercício de poder”, e 2.2, “Ferramentas de inspiração genealógica na constituição de um olhar”, exponho algumas teorizações de Michel Foucault das quais me aproprio em meu esforço de compreensão em torno de como a prevenção às drogas se tornou

temática escolar, enquanto na seção 2.3, “Governamentalidade, genealogia e prevenção ao uso de drogas na Educação: um modo de ver e pesquisar”, proponho uma articulação entre governamentalidade e prevenção ao uso de drogas, indicando, também, o tratamento dado ao meu material de pesquisa e apresentando uma descrição desse material.

O terceiro, e último, capítulo desta dissertação, por mim intitulado “A emergência da prevenção ao uso de drogas na Educação: uma analítica”, constitui um trabalho analítico que empreendo sobre os materiais pesquisados. Assim, na seção 3.1, “Máquina de educar, máquina de prevenir”, apresento uma descrição e uma análise do modelo de educação escolarizada que se disseminou pelo mundo ocidental, entendendo tal modelo como condição de possibilidade para que se tenha visto na escola um espaço de prevenção às drogas, enquanto na seção 3.2, “Saberes estratégicos, estratégias sábias”, exponho algumas das estratégias por meio das quais uma vontade de poder sobre as práticas de uso de drogas constituiu, por meio da prevenção nos tempos e espaços da educação, um mecanismo de intervenção sobre a esfera do desejo, tendo em vista a gestão econômica e segura da população. Já na seção 3.3, “O pacote está empacotado e o nó dado: urdidura de poderes”, procuro articular alguns dos principais elementos que fizeram da prevenção ao uso de drogas uma demanda educacional, marcando como poderes que se tramam, se apóiam, aproximando-se ou afastando-se conforme suas intensidades próprias acabaram, em uma dada época, compondo o quadro a partir do qual tornou-se evidente, lógico, desejável, bom e natural que se investisse em prevenção às drogas nos espaços escolares.

Por fim, em “Considerações Finais”, retomo os principais resultados a que cheguei com a investigação realizada e, mais do que apresentar qualquer “resposta” ou conclusão dos problemas aqui confrontados, limito-me a recolocar o problema. Minha intenção com esta dissertação é tão somente desmontar uma ideia que nos chega pronta, una e acabada, a prevenção às drogas na educação, e, descrevendo os elementos que a compõem, esboçar uma história do encontro e encaixe desses elementos, de modo a desnaturalizar e estranhar uma noção que é tomada como evidente e justificável por si mesma.

1. O USO DE DROGAS COMO OBJETO DE CONHECIMENTO

Não seria propriamente um exagero afirmar que as práticas de uso de drogas têm a idade da Humanidade. Tão vastos são os registros de usos de substâncias alteradoras da consciência, nas mais diversas épocas e culturas, que se poderia considerar tais práticas como partes constitutivas da experiência de ser humano. Como escreve o historiador Henrique Carneiro (1994, p.14), “os grãos de mescal, a planta alucinógena *Sophora secundiflora*, são a mais antiga evidência de uso de plantas psicoquímicas na América, tendo sido encontrados em tumbas paleolíticas de cerca de 10 ou 11 mil anos na América do Sul”. Evidentemente, escapa ao escopo desta pesquisa e às capacidades do pesquisador reconstituir em detalhes a história dos usos dessas drogas e das formas pelas quais esses usos foram compreendidos nos mais diversos tempos e espaços nos quais se deram. Contudo, neste capítulo pretendo reconstituir aspectos importantes dos modos através dos quais as referidas práticas de uso de drogas foram tornadas objeto de conhecimento, sendo progressivamente descritas, classificadas e submetidas a lógicas particulares de entendimento. Julgo que uma tal reconstituição é muito importante no sentido de explicitar de que forma esta pesquisa se insere em uma tradição de trabalhos que, nas últimas décadas, no amplo campo das Ciências Humanas, têm tomado os usos de drogas como objeto de pesquisa e reflexão. No entanto, antes de iniciar esse empreendimento, quero desenvolver uma breve discussão de caráter conceitual em torno do termo “droga”.

1.1 “Droga”: um conceito em discussão

“A droga como um objeto claro e definido nunca existiu. Sob a sombra desse conceito polimorfo esconde-se, na verdade, uma diversidade de substâncias e de usos distintos”. (CARNEIRO, 1994, p.157). Esta afirmação do historiador Henrique Carneiro explicita a complexidade e a imprecisão que cercam a criação de um conceito que agrupe, com algum critério e coerência, as mais diversas substâncias que têm sido referidas, em nossa sociedade, como “drogas”. Entendendo, do interior do registro teórico no qual me movimento (a filosofia pós-metafísica¹), que os conceitos se referem mais à história de sua produção do que à descoberta e o recorte preciso, para não dizer cirúrgico, do “real”, considero que é preciso compreender o que chamamos de “droga” em sua historicidade, a fim de recuperar os modos pelos quais veio a ser o que é, evidenciando, ao mesmo tempo, a contingência de tal processo, que tem mais a ver com as disputas materiais e semânticas historicamente travadas, do que propriamente com uma evolução do conhecimento e um aprimoramento dos instrumentos capazes de recortar a “realidade” em suas juntas. Isto posto, procuro, nesta seção, empreender uma breve reflexão sobre o conceito de “droga”, problematizando sua utilização e os modos de entendimento a ele conferidos.

Primeiramente, é preciso lembrar algo que, de tão óbvio e sabido, acaba sendo esquecido: o termo “drogas” não se refere apenas às substâncias psicoativas cujo uso foi tornado ilícito em meados do século XX na maior parte do mundo, mas, também, se aplica a substâncias de uso lícito e controlado (como as bebidas alcoólicas, o tabaco e uma série de medicamentos) e, da mesma forma, se aplica a substâncias cujo uso se encontra disseminado em nossa cultura, como é o caso do café, do chocolate ou do chá, para ficar nos exemplos mais evidentes². Assim, o conceito de “droga”, enunciado a partir do discurso científico, aparece fraturado, atravessado por subdivisões, penetrado e imiscuído a conteúdos morais e legais. Da mesma forma, não podemos dizer que nossa sociedade tem uma relação específica com “as drogas”, mas, de outro modo, diremos que ela tem uma relação fraturada, ou mesmo

¹ Refiro-me, aqui, a uma tradição filosófica que, remontando aos pré-socráticos gregos, passa, em anos mais recentes, por autores como Nietzsche, Wittgenstein e Foucault. Esses autores, cujas obras possuem profundas diferenças entre si, têm em comum, no entanto, a ausência, em suas reflexões, de qualquer recurso a entidades, instâncias ou explicações metafísicas. Para esse tipo de filosofia, os problemas que inquietam a Humanidade precisam ser pensados no mundo, na história, na aspereza da concretude e da prática, sem apelar a conceitos transcendentais, a essências ou Idéias que fundamentem última e absolutamente o pensar e o agir humanos.

² Nunca é demais lembrar que, segundo a Organização Mundial de Saúde, droga é “qualquer substância que, quando administrada ou consumida por um ser vivo, modifica uma ou mais de suas funções, com exceção daquelas substâncias necessárias para a manutenção da saúde normal” (FIORE, 2007, p.66).

paradoxal, com essas substâncias: algumas são prescritas, são publicizadas, são incentivadas, enquanto outras são proscritas, amaldiçoadas, estigmatizadas. Se considerarmos, então, que, cotidianamente, quando falamos em “drogas” estamos nos referindo aos psicoativos ilícitos, temos a existência, de um lado, das materialidades classificadas como “drogas” e, de outro, de um tipo de relação com uma substância como sendo a relação com uma “droga”. Explicitando, temos que cocaína, maconha, café e chimarrão são “drogas”, mas apenas com as duas primeiras nos relacionamos com a substância “como sendo” uma droga. Fracionamento, então, do conceito “droga”: ele designa tanto um conjunto de substâncias quanto um modo de relação com substâncias, o que envolve, certamente, a esfera do juízo moral. Deste modo, a um conjunto de substâncias, definidas como “drogas” por critérios bioquímicos (a capacidade de produzir alterações no funcionamento do organismo humano) se atribuem outros critérios, oriundos de outros sistemas de classificação (morais, legais, tradicionais etc), socialmente constituídos. São esses outros critérios que vão operar um corte no conceito “droga”, criando maneiras diversas de se relacionar com as substâncias, maneiras estas balizadas por construções sócio-históricas como concepções terapêuticas, éticas, estéticas etc. (VARGAS, 2001). Na nossa sociedade, foi o desenvolvimento das ciências biomédicas que se erigiu como critério classificatório, não só do conceito amplo de “droga”, como também dos juízos morais acerca de cada substância particular, de suas dosagens, de seus modos de uso, de acordo com os quais será considerada (a despeito de, em conformidade com o critério bioquímico, ser uma “droga”) um medicamento ou um veneno. O modo como nos relacionamos com uma droga, então, seja ela qual for, depende significativamente dessas considerações, já que, enquanto para um determinado número de substâncias encontram-se disponíveis, além da designação como “droga”, designações como “medicamento” ou “alimento”, para um outro grupo de substâncias não há segunda classificação, cabendo a elas a sobreposição de sentidos de “droga”: o “técnico”, de substância que altera o funcionamento do organismo, e o moral, de substância maligna, perigosa, proscrita (VARGAS, 2001).

Marco esse fracionamento do conceito de “droga” (como um tipo de substância e também um tipo de relação com uma substância) porque acredito que “os nomes têm efeitos” (HACKING, 2006, p.305), carregando em si uma multiplicidade de valores, de preconceitos, em suma, a história da cultura que os produziu. Não que magicamente um nome produza uma realidade, mas trata-se de pensar em como o ato de nomear concorre para a produção de um “efeito de essência”, como, em outras palavras, o nome promove uma classificação particular do mundo, associando uma coisa a uma palavra, processo no qual transmitem-se, também, de

uma a outra, de contrabando, sentimentos, valores, preconceitos, enfim, conteúdos. Tal processo é histórico e sutil, de modo que sua recorrência opera no sentido de apagar a si mesma, dando a impressão de uma relação natural, independente das palavras. A enunciação recorrente de uma substância como uma “droga”, então, produziria efeitos diferentes, nas formas pelas quais as pessoas se relacionam com essa substância (como a utilizam, em que situações e quantidades, com quais precauções etc.) do que sua enunciação como, por exemplo, um medicamento ou um alimento.

Nesse sentido, é sintomático que não utilizemos corriqueiramente o termo “droga” para se referir às bebidas alcoólicas, pois estas possuem uma história de uso na cultura ocidental muito mais integrada, robusta e naturalizada do que substâncias que somente em séculos recentes começaram a ser mais difundidas no Ocidente. Thiago Rodrigues (2004), ao estudar as proveniências da perseguição e proibição do uso de uma série de substâncias hoje nomeadas de “drogas”, aponta para uma base moral de condenação a tais práticas vinculada aos preconceitos em relação a grupos sociais específicos, como os negros e os imigrantes. De certa forma, apesar da lógica da ciência bioquímica recomendar o termo “droga” a toda e qualquer substância que, não sendo produzida pelo organismo, nele provoca alterações, nossa cultura reluta em seguir tal recomendação, pois outras racionalidades também operam suas taxonomias e descrições do “real”. Assim, cotidianamente, reservamos o conceito de “droga” àquelas substâncias cujas práticas de uso remetem a outras tradições culturais, não tendo sido de algum modo institucionalizadas ou reclassificadas como “medicamentos” ou mesmo “alimentos”. Como nota Fiore (2007), que dedicou uma boa parte de sua dissertação de mestrado à discussão acerca do uso do termo “droga”, esse conceito mantém sua imprecisão no uso habitual por parte da mídia e, mesmo, por parte de profissionais da medicina. Esse autor mostra como, cotidianamente, esse conceito acaba sendo empregado tão somente para referir as substâncias cujo uso foi tornado ilícito no início do século passado e argumenta que, ao fim e ao cabo, não existe algo que seja, intrinsecamente, uma “droga”: é a intenção e o contexto que acabam definindo o que é droga, o que é alimento e o que é medicamento. Fiore exemplifica da seguinte forma: se, em um determinado contexto hipotético, algum ser humano fosse obrigado a ingerir, em decorrência da inexistência de uma outra fonte de líquidos, cerveja, ele estaria ingerindo um alimento e não uma “droga” (FIORE, 2007, p.66).

Um outro exemplo me permite questionar se um usuário de maconha do final do século XIX, quando esta era chamada de “cigarros de cannabis” e vendida como remédio para asma

(ROBINSON, 1999, p. 33)³, pode ser compreendido como hoje compreendemos um “usuário de drogas”: a relação dele com a substância é outra e, fundamentalmente, a relação dele com as outras pessoas, com a sociedade que o classifica, é outra. Afinal, “cigarros índios de cannabis” não são “maconha”, e, sendo vendidos como remédio para asma, não são uma droga comprada e consumida clandestinamente, sob o medo e a desconfiança da sociedade. Isso resulta em uma experiência de si e em uma experiência social completamente diferentes para todas as pessoas envolvidas.

Ainda nessa linha argumentativa, podemos perceber como, recentemente, a intensificação de percepções de malefícios associados ao uso de álcool e tabaco tem produzido um interessante deslizamento linguístico. À medida em que essas substâncias começam a ser vistas como mais nocivas e que se pretende estabelecer controles mais rígidos sobre seu consumo⁴, elas passam a ser incluídas no conceito de “droga”, evidenciando o caráter moral e mesmo político desse conceito, à despeito das taxonomias farmacológicas. Penso que esses elementos permitem compreender o termo “droga” não mais apenas como um composto químico, mas também como uma construção social que se opera sobre uma base moral cultural, a qual produz um significado público a esse termo. Como escreve Fiore,

a própria medicina terminou por incorporar em sua linguagem as definições cotidianas do termo “drogas”, possuidoras de uma carga de significados específicos que formaram os aspectos sociais e legais relacionados ao seu uso, ao mesmo tempo em que foram formados por eles. A criminalização das substâncias hoje chamadas de “drogas”, como a cocaína, a heroína, a maconha etc., foi, nesse sentido, decisiva, na medida em que foram justamente essas as substâncias que se desvincularam do sentido farmacológico original e passaram a ocupar o espaço proscrito e negativo que lhes foi reservado pelas leis e pelo debate público. (2007, p.68).

³ Encontrei um registro local no jornal *A Reforma*, de Porto Alegre, encontrado no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Na seção de anúncios do referido jornal, ao longo do ano de 1869, por diversas vezes foi veiculada a publicidade dos “Medicamentos de Grimault e C^a”, onde se lê: “Entre todos os medicamentos aprovados e apresentados ao publico desde alguns annos, nenhum achou tão grande acolhimento nem mereceu melhor approvação geral dos medicos do que os da casa GRIMAULT e C^a; é isso a melhor prova de sua boa composição e do seo modo de preparação, os quaes assegurão a maior efficacia da substancias de que se compõem, assim como a sua conservação inalteravel, DEVEMOS CITAR, ENTRE ESTAS PREPARAÇÕES: [...] CIGARROS INDIOS DE CANABIS INDICA. Contra a asthma e as diversas doenças das vias respiratórias. Todos os meios preconizados até hoje contra a asthma não forão outra coisa senão paliativos sob todas as fórmias tendo por base a belladonna, o [palavra ininteligível], o ópio, em [trecho ininteligível]. As recentes experiências feitas na Allemanha e [palavra ininteligível] na França, [trecho ininteligível] a prova que o cañamo Índio de Bengala (cannabis indica) possuia propriedades mui notáveis contra esta doença, assim como contra a tosse nervosa e a tísica laryngea, rouquidos, extinção de voz, nevalgias faciaes e insomnias”. Medicamentos de Grimault e C^a (Anuncios). *A Reforma*, Porto Alegre, p. 4, 17/06/1869.

⁴ Exemplos desses controles podem ser vistos na publicação de fotografias alusivas a doenças associadas ao consumo de tabaco nos maços de cigarros, nas leis que proibem o fumo em locais públicos, nas campanhas e legislações contra o uso de álcool no trânsito, contra sua venda para menores de idade, na restrição à publicidade desses produtos em determinadas faixas de horário e meios de comunicação etc.

No entanto, os “efeitos dos nomes” não se restringem a isso. A sobreposição da racionalidade moral sobre as demais, no que se refere ao termo “drogas”, extrapola o próprio termo e, como Fiore mostra e discute, “exporta efeitos” a outros nomes. É assim que o termo “drogado”

mescla de maneira absoluta a natureza da substância consumida com uma identidade social mais ampla do indivíduo que o faz. Dessa forma, a “droga” adquire um poder negativo próprio, e seus efeitos temporais finitos, aqueles que fazem com que um indivíduo esteja sob seu efeito (estar “drogado”), passam a significar uma condição de existência permanente (ser um “drogado”). (FIORE, 2007, p.70).

Feitas essas considerações, discuti, ainda que breve e parcialmente, no caso das “drogas”, a idéia de que os nomes têm efeitos. Apoiado em alguns pesquisadores do tema na área das Ciências Humanas, procurei mostrar a complexidade e sutileza dessa discussão e como, em nossa cultura, ela se encontra constituída a partir de racionalidades atravessadas por conteúdos morais, os quais, muitas vezes, longe de serem percebidos, acabam, ao subsidiarem a edição de leis e a ação de profissionais de ciência, condicionando nossas possibilidades ao nos relacionarmos com materialidades como são as substâncias psicoativas. Essa “partilha moral” (VARGAS, 2001) entre drogas lícitas e ilícitas acaba designando às primeiras o conceito farmacológico de “drogas”, mas sem carregar consigo a forma de se relacionar com uma substância como sendo uma “droga”, enquanto designa as segundas como “drogas” tanto no registro científico como no moral. Acredito que apontar essas discussões aqui, mesmo que elas não se encontrem no cerne da pesquisa proposta, é importante por caracterizar uma forma de matizar os modos pelos quais, diante da imprecisão que o conceito carrega, o uso do termo “drogas” nessa proposta é feito. Quando escrever “drogas”, de aqui em diante, o farei sem o uso de aspas (por uma questão estética de limpeza do texto) e me referindo unicamente às substâncias cujo uso foi tornado ilícito. Isso não quer dizer que eu desconsidere as contribuições que os autores aqui mencionados dão à discussão conceitual. Longe disso, faço coro às reflexões por eles desenvolvidas. No entanto, utilizo a terminologia cotidiana a fim de ser compreendido por um maior número de eventuais leitores e também porque, no processo que levou à emergência da prevenção ao uso de drogas na educação, era unicamente aos psicoativos ilícitos que se fazia referência. Reitero, contudo, a importância de atentarmos para os efeitos que os nomes carregam consigo e como, no que se refere ao termo “drogas”, o seu entendimento a partir do registro moral, histórica e culturalmente situado, tem condicionado

nossas formas de pensar sobre as práticas de uso dessas substâncias e sobre as pessoas que as realizam. Pretendo, assim, na minha investigação, apontar para a centralidade que ocupa o discurso moral na constituição das forças, racionalidades e vontades que tornaram possível que hoje falemos e pensemos tão “naturalmente” acerca da importância da prevenção ao uso de drogas nos tempos e espaços da educação.

1.2 A constituição de uma “ciência” das drogas, seus usos e usuários

A despeito do caráter milenar que a utilização de substâncias psicoativas carrega, e dos mais diversos fins que essas práticas tiveram, têm e, certamente, terão, no que concerne à pesquisa que venho propondo, é principalmente com a constituição de saberes com a forma e as características de Ciência que, penso, surgem os aspectos que, aqui, mais interessam reconstituir e refletir. De fato, um estudo de emergência acerca da prevenção ao uso de drogas no campo da Educação encontra no surgimento de uma série de saberes sobre as práticas de uso de drogas, sobre as pessoas que as realizam e, claro, sobre as próprias substâncias psicoativas sua primeira condição de possibilidade. Se na Antiguidade e na Idade Média desenvolveram-se saberes diversos sobre os usos de psicoativos⁵, foi na época moderna que se constituíram os saberes que fizeram dessas substâncias e de seus utilizadores objetos de um tipo peculiar de conhecimento, a Ciência, que os inseriu em um sistema de descrições e classificações. Segundo Carneiro, ocorre no período moderno uma “retomada do ordenamento moral” (1994, p.41), após uma época, o Renascimento, de grande experimentação alquímica e estudo das potencialidades das substâncias conhecidas a partir das grandes navegações e da exploração das colônias recém ocupadas. Ainda conforme esse autor, o regime moderno em relação às drogas se caracterizou por uma “condenação progressiva da embriaguez e de todos os meios que levem a algum tipo de perda de si” (CARNEIRO, 1994, p.43). No entendimento de Carneiro,

esse eixo condenatório da perda de si expressa a exigência do autocontrole, exacerbada desde o final do século XVI, quando toma forma acabada o projeto de construção do modelo de subjetividade, que permanece até hoje centrado numa

⁵ Carneiro (1994) descreve como diversas tradições culturais fizeram usos variados de uma enorme quantidade de drogas psicoativas, das experiências extáticas pagãs, passando pelas prescrições de moderação na cultura greco-romana até o estabelecimento de uma rígida moral de contenção de todos os prazeres da carne, por parte do judaísmo, seguido em grande medida pela moral cristã medieval, a qual consagrou ao vinho o estatuto de única droga de uso admissível.

autodisciplina introjetada, para a qual as técnicas disciplinares, como o aprimoramento confessional da Igreja e a regulamentação comportamental imposta pela Medicina, foram de indispensável valor. (1994, p.43).

O pensamento moderno cristalizou o espírito científico, humanista e racionalista, o qual proporcionou profundas modificações em diversos aspectos da vida humana. Diversos fenômenos passaram a ser explicados não mais em termos religiosos, mas sim através da busca de suas “naturezas”. O mundo passava a ser visto como um objeto independente, cabendo ao homem racional seu desvendamento. Nesse contexto, diversos conteúdos compreendidos anteriormente como “sobrenaturais” passam a ser explicados em um outro registro, voltado à compreensão de suas propriedades intrínsecas. Assim, as mais diversas substâncias passam a ser estudadas meticulosamente, no ritmo do desenvolvimento das ciências modernas da química e da biologia. Ao longo do século XIX são descobertos os princípios ativos de uma série de plantas, de modo que, pouco a pouco, em um processo que se inicia por volta do século XVI e alcança seu ápice no XIX, “as drogas deixaram de ser vegetais mais ou menos mágicos, ligados a ritos e sacramentos” (ESCOHOTADO, 1997, p.89)⁶, para se tornarem substâncias com ricas e poderosas características, às quais caberia cada vez mais conhecer, explorar, estudar a fim de determinar suas potencialidades, seus riscos, suas utilidades em um mundo que se transformava rapidamente⁷. Diante dessa miríade de possibilidades que a análise química e o conhecimento das interações dessas substâncias com o organismo humano abria, tornava-se fundamental catalogar, descrever, conhecer cada uma dessas plantas, dessas resinas, em suma, dessas drogas que podiam agora ser decompostas, conhecendo-se seus princípios ativos, suas dosagens, suas aplicações para o progresso e o desenvolvimento da Humanidade. Em linhas bastante gerais, foi assim que substâncias psicoativas, algumas delas utilizadas há milênios pelas mais diversas sociedades humanas, passaram a constituir um objeto científico muito particular para as ciências naturais, as quais, por muito tempo, detiveram a exclusividade, para não dizer o monopólio, da produção discursiva sobre tais matérias. Assim, ao longo do século XIX mas, principalmente, do século XX, inúmeros estudos foram realizados pelas diversas ciências naturais, tendo as drogas psicoativas como objeto e voltados, principalmente, à compreensão das propriedades

⁶ Tradução minha.

⁷ É importante lembrar que estamos aqui em uma época de profundas modificações sociais e econômicas, com a industrialização e urbanização, o desenvolvimento do capitalismo e a constituição, em termos amplos, do modo de vida moderno. Além disso, também desempenha papel relevante para a compreensão desse processo o neocolonialismo e a exploração da África selvagem, que, no século XIX, deram marcha a tentativas de controle sobre os “poderes” das plantas rituais, perscrutando seus usos, propriedades e possíveis utilidades mercantis.

constitutivas dessas substâncias e de seus efeitos sobre o organismo e a mente humana. Não é minha intenção comentar ou me posicionar diante desses trabalhos. Minha pesquisa se insere em uma outra tradição, bem mais recente, que se desenvolveu a partir das Ciências Humanas, quando estas passaram a chamar a atenção para uma série de aspectos característicos da experiência humana com drogas psicoativas, os quais não vinham sendo suficientemente tomados em consideração pelas pesquisas realizadas na perspectiva das Ciências Naturais.

A principal e mais fundamental contribuição que as Ciências Humanas vêm trazendo ao conhecimento sobre as drogas, seus usos e usuários se relaciona com o fato de que elas ressaltam a importância, ao lado dos aspectos bioquímicos, dos contextos históricos, sociais e culturais onde se dá o uso de uma substância psicoativa. Dessa perspectiva, não é possível ignorar que o entendimento acerca do uso de drogas deve necessariamente considerar que não se trata apenas de uma interação química entre um organismo humano e uma substância, mas de uma interação química que se dá no mundo empírico, com suas sobredeterminações históricas, sociais e culturais. Dessa forma, os pesquisadores que têm se dedicado à investigação acerca dos usos de drogas procuram se confrontar com questões complexas sobre quando e onde determinadas substâncias foram usadas, em busca de uma compreensão acerca do que elas são, o que significa utilizá-las, quem são as pessoas que o fazem e, também, quem são as pessoas autorizadas a responder perguntas desse tipo.

Nas últimas décadas vêm se multiplicando os estudos realizados, em áreas como a Antropologia, a Sociologia e a História, tendo por tema as diferentes formas de relação que o ser humano desenvolve com as mais variadas substâncias psicoativas. Descreverei a seguir, muito brevemente, um pequeno número de pesquisas realizadas em algumas áreas das Ciências Humanas. Selecionei esses trabalhos em função de dois critérios: a importância histórica para a constituição das drogas como objeto legítimo a esse campo e a contribuição para o desenvolvimento da minha pesquisa. Evidentemente, não se trata de uma revisão extensiva. Ao contrário, é bastante recortada e interessada, servindo aqui para caracterizar o tipo de olhar que estou me propondo a colocar sobre meu objeto. Uma vez revisadas as pesquisas que ajudaram a conformar meu olhar sobre as drogas, passarei a desenvolver uma revisão da literatura educacional sobre o tema, apontando aproximações e distanciamentos em relação a meu projeto, a fim de demarcar sua especificidade e relevância.

Um grupo significativo de trabalhos apresenta etnografias de usos de drogas nos mais diversos contextos, dentre os quais destaco o pioneiro estudo de Gilberto Velho, *Nobres & Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*, tese de doutorado defendida pelo autor em 1975.

Esse trabalho merece referência aqui principalmente por constituir um marco, no Brasil, das pesquisas na área de Ciências Humanas que enfocam a questão das drogas sob um ponto de vista não bioquímico. Trata-se de uma etnografia de grupos de jovens de classe média do Rio de Janeiro, usuários de drogas, a qual tem por objetivo compreender a visão de mundo e o estilo de vida dessas pessoas, bem como a posição que o uso de psicoativos ocupa em suas vidas, como interfere nas escolhas de suas amizades e como essas pessoas se relacionam com os modos pelos quais são classificadas pela sociedade.

Ainda no campo da Antropologia, nos últimos anos uma nova geração de pesquisadores tem se interessado pela temática das drogas em seus aspectos culturais, produzindo trabalhos que enfocam o uso religioso de substâncias psicoativas, tanto em contextos tradicionais quanto nos meios urbanos. Em especial os estudos abordando a diversidade de usos do chá de *ayahuasca* têm se mostrado bastante produtivos. Beatriz Labate, com sua dissertação de mestrado intitulada *A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos* (2000), pesquisa a disseminação das práticas de uso desse psicoativo nas grandes cidades brasileiras, atentando para os deslizamentos de sentido que recebem ao serem realizadas por sujeitos que rejeitam os modelos religiosos tradicionais de uso dessa substância mas, ao mesmo tempo, procuram evitar que suas práticas sejam vistas pela sociedade como idênticas aos usos profanos de drogas. Nesse espaço de tensionamento, esses pequenos grupos *ayahuasqueiros* urbanos fabricam simbólica e discursivamente novos rituais e referenciais filosóficos, terapêuticos e religiosos, em um processo que a autora entende como ligado à constituição de novas formas de religiosidade urbana.

Também Sandra Lúcia Goulart se dedicou ao estudo das formas de religiosidade fundadas no consumo ritual do chá psicoativo *ayahuasca*, tanto em sua dissertação de mestrado, *Raízes Culturais do Santo Daime* (1996), na qual traça uma análise histórica da constituição da primeira religião *ayahuasqueira*, quanto em sua tese de doutorado, *Contrastes e Continuidades em uma Tradição Amazônica: as religiões da ayahuasca* (2004), na qual compara diferentes sistemas rituais e simbólicos ligados a uma mesma tradição religiosa. Os trabalhos de Labate e de Goulart, acima brevemente referidos, apesar de não possuírem grandes proximidades teóricas ou metodológicas com a pesquisa que aqui apresento, merecem ser registrados pois guardam com minha pesquisa uma proximidade na forma de constituição do olhar sobre o objeto pesquisado. Essas autoras, seguindo a trilha demarcada por Gilberto Velho, procuram compreender os modos de significação que os usos de drogas recebem por parte daqueles que os realizam, atentando para a pluralidade de possibilidades de relação com

as substâncias psicoativas e apontando para o fato de que a qualidade da experiência psicoativa envolve fatores que em muito extrapolam a simples análise da composição química das drogas. Nesse sentido, esses trabalhos, tomados aqui como exemplares de uma tradição que vem crescendo e que já conta com uma considerável produção acadêmica, contribuem com minha pesquisa ao romperem com o reducionismo que compreende os usos de drogas como um fenômeno explicável apenas bioquimicamente.

No entanto, aqueles trabalhos que mais se aproximam da perspectiva aqui adotada ainda são outros. O primeiro deles é a dissertação de mestrado em Antropologia Social defendida por Maurício Fiore com título *Controvérsias médicas e a questão do uso de drogas* (2004). Nessa pesquisa, o autor se propôs a estudar o debate público atual sobre o tema do uso de drogas através do mapeamento e análise dos discursos médicos, compreendidos como componentes fundamentais à instituição de uma “questão das drogas”. Fiore constituiu seu *corpus* de pesquisa a partir da seleção de materiais publicados na mídia sobre o tema e entrevistas realizadas com médicos vinculados às duas maiores escolas de medicina de São Paulo. Dentre as principais discussões realizadas pelo autor, destaco a questão da abrangência do termo “drogas”, a questão de como se conforma, no entendimento dos especialistas da medicina, uma patologia ligada ao uso dessas substâncias e fundamentada na biologia e, também, a questão das formas pelas quais esses profissionais operam uma classificação dos prazeres proporcionados pelo uso de psicoativos. A partir dessas discussões, Fiore empreende uma interessante reflexão sobre a forma como nossa sociedade tem compreendido e lidado com as práticas de uso de drogas, abordando nossas concepções acerca da vida e sua preservação e, também, dos modos pelos quais temos conceituado o “risco”, produzindo estratégias cada vez mais sofisticadas para sua delimitação e controle. Maurício Fiore ressalta, na parte final de sua dissertação, a heterogeneidade de posições existentes nesse debate, fugindo da idéia de uma homogeneidade do discurso médico e enfatizando as divergências que opõem médicos em temas como o nível de influência dos efeitos fisiológicos das substâncias na experiência do usuário e os limites da noção de liberdade individual. Interessa nesse texto, principalmente, a forma como ele retraça a constituição do uso de drogas como um “problema social” e a relação direta entre esse processo, que remonta a fins do século XIX, e a ascensão da medicina como um saber social e cientificamente legitimado. Ao procurar mapear alguns dos discursos mais proeminentes na definição das ênfases, das lógicas e das “formas de ver” o uso de drogas, Fiore oferece contribuições de grande valor a essa proposta de pesquisa, fornecendo elementos que me permitem situar a emergência da

prevenção às drogas na educação como parte de um processo mais amplo de produção da “ordem do discurso” sobre drogas, seus usos e usuários.

Um outro trabalho que me fornece preciosos *insights* é a tese de doutorado em Ciências Humanas, Sociologia e Política de Eduardo Viana Vargas, *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas* (2001). Nesse complexo trabalho, o autor problematiza a “partilha moral”, sustentada nos aparatos médico-legais, entre usos lícitos e ilícitos de drogas, procurando explicitar quais critérios fundamentam tal partilha. Partindo de uma análise da imprecisão categorial da noção de “droga”, que se confunde por vezes com “alimento”, “remédio” ou “veneno”, Vargas argumenta que uma investigação epistemológica acerca dos usos de drogas deve necessariamente envolver uma análise de práticas e representações socialmente constituídas dos corpos e dos sujeitos. O autor, então, delinea uma genealogia das drogas no Ocidente e mostra que, apesar do uso de substâncias psicoativas remontar a tempos imemoriais, é somente no contexto de contato entre os povos europeus e aqueles posicionados como seus “outros” que as drogas emergem com os sentidos que hoje lhes atribuímos. Vargas descreve o que seria um “dispositivo das drogas”, marcado, no mundo ocidental, por uma relação de simultânea repressão e incitamento ao uso dessas substâncias e tendo por efeito a definição social de diferentes processos de incorporação e subjetivação, que são disponibilizados aos sujeitos na conformação de seus critérios de avaliação e modos de experimentação da vida. Nesse sentido, as diferentes formas de se relacionar com as drogas na nossa cultura seriam expressão de modos diversos de “produção de pessoas”, alguns voltados à duração da vida em extensão e outros à intensidade de seus instantes, sendo ambas formas socialmente constituídas para agenciar modos variados de engajamento com o mundo. Dessa pesquisa me sirvo, dentre uma série de informações valiosas, da historicização que o autor opera acerca dos usos de drogas, demarcando os deslizamentos de sentido e as formas como a verdade dessas substâncias foi sendo estabelecida, modificada e apropriada por diversos grupos sociais, em relação direta com as diferentes épocas e o que, em cada uma delas, estava em jogo.

Por fim, faço o registro do trabalho que, penso, mais se aproxima e dialoga, principalmente em termos teóricos, com o que aqui venho propondo. Trata-se da dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Thiago Rodrigues, intitulada *Política e Drogas nas Américas* (2001). Nessa pesquisa, Rodrigues desenvolve um estudo genealógico da interdição legal do uso de drogas, compreendendo esse processo de criminalização de condutas que eram, até o início do século XX, lícitas, como um dos aspectos da crescente medicalização da

sociedade, patrocinada pelos estados nacionais e amparada em uma série de práticas sociais. O autor argumenta que a edição de leis antidrogas, primeiro nos Estados Unidos e, depois, via convenções internacionais, em grande parte do mundo ocidental, opera como estratégia governamental para identificação, perseguição e reclusão da anormalidade representada por pessoas que, por seus comportamentos, dissoam das ordens social e moral estabelecidas. Descrevendo as proveniências das políticas repressivas, Rodrigues descreve a proibição do uso de drogas como um acontecimento que se dá por meio de uma convergência de forças morais, econômicas e políticas, envolvendo grupos religiosos e profissionais, disputas geopolíticas e o fortalecimento da governamentalidade do Estado sobre as populações. Esse estudo apresenta uma série de aproximações com o que ora proponho: a inspiração genealógica, o entendimento da constituição do uso de drogas como problema na ordem da governamentalidade e no entrecruzamento de diversas forças que, em suas singularidades, movidas por vontades específicas de poder e saber, constituem um aparato de técnicas, saberes, especialistas, instituições, legislações etc. No entanto, minha pesquisa encontra sua especificidade ao olhar para um objeto diferente daquele focado por Rodrigues. Enquanto este se utiliza do instrumental *foucaultiano* para compreender como se produziu a atual situação de ilegalidade de determinadas práticas sociais, dedicando grande parte de seu minucioso estudo à pesquisa da constituição do narcotráfico como uma indústria que se instalou na América a partir da década de 1970, minha pesquisa se volta à compreensão dos modos pelos quais a prevenção ao uso de drogas emerge como uma tecnologia específica de poder que encontra na educação um terreno fértil para seu desenvolvimento. Pretendo, ao longo do trabalho, manter um diálogo bastante próximo com as conclusões e os apontamentos feitos por Thiago Rodrigues, pois, além da proximidade teórica, penso que as duas pesquisas têm em comum o fato de estudarem dois aspectos diferentes de um mesmo e mais amplo processo: as formas pelas quais a constituição de uma vontade de poder sobre as práticas de uso de drogas, inserida no vasto campo de estratégias de controle social postas em funcionamento pelo Estado Moderno, produz e opera um amplo leque de táticas voltadas à condução das condutas dos sujeitos, tendo em vista a produção de comportamentos. Nesse sentido, entendo a emergência da prevenção às drogas na educação como um novo momento desse processo, momento que marca um aprofundamento da governamentalidade pela constituição de uma tecnologia de poder mais sutil, mais econômica e potencialmente mais eficiente como instrumento de gestão da vida dos sujeitos e da população. Assim, tal emergência constituiria um desdobramento do processo estudado por Rodrigues.

1.3 A pesquisa educacional sobre as drogas, seus usos e usuários

Optei por separar a análise de algumas pesquisas sobre o tema das drogas realizadas no campo da Educação por dois motivos. Primeiro porque, estando vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Educação, julguei importante demarcar com mais acuidade as formas com que essa temática tem sido trabalhada nesse campo, analisando alguns trabalhos que encontrei em minhas buscas de revisão de literatura e procurando confrontá-los com a pesquisa que desenvolvi. E segundo porque, à despeito de haver já uma boa quantidade de pesquisas na área da Educação abordando o tema do uso de drogas, nenhuma delas (ao menos das que tive condições de localizar) o faz de modo semelhante ao que proponho, motivo pelo qual precisei recorrer a investigações empreendidas nas outras áreas das Ciências Humanas a fim de situar melhor para o leitor desta dissertação a perspectiva na qual procuro inserção. Algumas das pesquisas encontradas, é claro, se aproximam, em maior ou menor medida, do tipo de estudo por mim realizado, seja por apresentarem com alguma profundidade um olhar historicizante sobre a questão da prevenção às drogas pela via educacional, seja por procurarem, às vezes, formas de desnaturalização dos modos pelos quais pensamos e nos relacionamos com as drogas, seus usos e usuários. Nas páginas que seguem, minha intenção é comentar algumas dessas pesquisas, marcando aproximações e distanciamentos em relação ao meu estudo e classificando-as a partir de critérios inevitavelmente arbitrários, estabelecidos para melhor organizar a apresentação das formas pelas quais este trabalho se insere no conjunto de produções já realizadas pela comunidade acadêmica no campo da Educação e voltadas à compreensão das interfaces entre educação e prevenção ao uso de drogas.

Primeiramente, quanto aos critérios que adotei para seleção das teses e dissertações a seguir comentadas, devo apontar que me concentrei na busca por pesquisas realizadas a partir do ano 2000, intentando compilar a produção mais recente na área. Abri tão somente uma exceção a um trabalho que, datando da década de 1990, apresentou grande relevância tanto para o campo da Educação, quanto para minha investigação em particular. Diante da grande quantidade de estudos que tocam de modos indiretos ou transversais na questão do uso de drogas, por vezes relacionando-a à violência no meio escolar ou a questões de indisciplina, me concentrei naquelas pesquisas que têm por objeto central de suas investigações o uso de substâncias psicoativas ilícitas. No todo, obtive um conjunto de 11 teses e dissertações que,

sendo produzidas em Programas de Pós-Graduação em Educação (ou correlatos) em diversas instituições de ensino e pesquisa de variadas regiões do Brasil, possuem o uso de drogas como tema principal de estudo. Através de descrições e breves análises dessas produções, pretendo traçar um painel dos modos pelos quais a pesquisa em Educação tem se ocupado das temáticas relacionadas ao uso de drogas e de como pretendo me inserir e contribuir com a comunidade acadêmica interessada em tais assuntos.

Pode-se dizer que todos os trabalhos encontrados sobre a temática pesquisada voltam-se primordialmente (mas de maneiras por vezes bastante distintas) a uma questão de ordem prática. O ponto de partida dessas pesquisas é invariavelmente o mesmo: existe um problema relacionado ao uso de drogas na nossa sociedade e a instituição escolar tem um papel a cumprir no sentido de contribuir na solução desse problema. Os modos com que o problema em questão é caracterizado, bem como as formas pelas quais a escola deve com ele se relacionar variam bastante, de pesquisa a pesquisa. Contudo, a grande recorrência da produção científica em Educação sobre o tema das drogas é a existência de um problema e a necessidade de a escola somar esforços tendo em vista seu enfrentamento. Demarco aqui, uma primeira linha de especificidade da pesquisa que empreendo: meu trabalho não parte desse pressuposto a todos os trabalhos que pude encontrar. Não parto da constatação da existência de um problema social e da necessidade de capacitar a escola e seus profissionais para seu enfrentamento qualificado. É justamente essa necessidade que problematizo, que quero compreender. Ou seja, trata-se, para mim, de procurar compreender de que maneiras instituiu-se essa forma de ver segundo a qual há um problema nas práticas de uso de drogas, problema este cujo enfrentamento concerne à instituição escolar e a seus profissionais. Assim, meu estudo pretende colocar em questão as formas pelas quais o uso de drogas emergiu como um problema, ou, em outras palavras, como uma nova demanda que se faz à escola e a seus profissionais. Como foi que, em um determinado momento, se passou a falar que o uso de drogas é um problema social que deve ser enfrentado nos tempos e espaços escolares? Essa questão basilar para a minha pesquisa será desdobrada e desenvolvida no próximo capítulo.

Um segundo ponto que eu chamaria de “universal” no que se refere aos modos pelos quais as pesquisas recentemente produzidas sobre o tema das drogas, no campo da Educação, colocam seus olhares sobre a questão se refere ao tema da prevenção. Há um problema no uso de drogas. Esse problema concerne também à instituição escolar. E é por meio de uma lógica preventiva que essa instituição deve constituir seus instrumentos de enfrentamento a esse problema. Essa a tríade sobre a qual se desenvolvem pesquisas, se formam especialistas, se

elaboram e aplicam técnicas diversas: sanear um problema prevenindo sua ocorrência futura. Observando esse ponto em comum a todas as pesquisas que encontrei, parti justamente em direção a um empreendimento voltado a problematizar essa unanimidade. Não, devo dizer, para criticá-la, negá-la ou julgá-la, mas tão somente para tentar compreender suas peças e as formas como estas foram compostas desse modo e não de outro. Quer dizer, procuro aqui marcar a especificidade da minha pesquisa justamente no olhar que ela coloca sobre o presente, sobre algo que aí está a quem quiser ver: se faz prevenção ao uso de drogas nas escolas. Quero reconstituir ao menos alguns elementos, forças, saberes, instituições e formas de pensar que tornaram possível esse presente tão “natural”: o uso de drogas é um problema que deve ser enfrentado pelas escolas através de estratégias de prevenção.

No entanto, se todas as pesquisas que pude acessar partem desses dois pontos comuns, elas seguem, a partir deles, para diferentes direções, compreendendo de formas diversas que prevenção é essa e mais precisamente qual papel cabe às escolas e seus profissionais a fim de empreendê-la. Assim, dividi os trabalhos aqui analisados em algumas categorias: há aqueles que procuram apresentar propostas concretas de prevenção, ou seja, marcos teóricos e proposições práticas do que efetivamente deve ser feito pelas escolas a fim de que estas cumpram adequadamente com seu papel no enfrentamento do problema social compreendido como associado às práticas de uso de drogas na nossa sociedade; há também as pesquisas que, dentro da categoria anterior, põem seu olhar sobre os professores e suas representações e saberes, atentando especificamente para a formação docente enquanto uma área estratégica à consecução dos fins preventivos; e há, também, os trabalhos que se ocupam da análise e avaliação tanto de programas específicos de prevenção já postos em prática, quanto de políticas públicas que fundamentam esses programas e delimitam as possibilidades e abrangências que terão. Não sendo muito precisas as divisões que essas categorias demarcam, pude inserir apenas um trabalho como puramente representando a primeira categoria, enquanto a segunda pode ser subdividida entre os trabalhos que se voltam à compreensão das formas através das quais os docentes pensam a prevenção e o uso de drogas, e os trabalhos que pretendem aportar subsídios para programas de formação docente para a prevenção às drogas.

Iniciando pela primeira categoria que sugeri para a análise, tomo a dissertação de mestrado em Educação em Ciências e Matemática defendida por Mariel Hidalgo Flores, intitulada *Motivos que levam jovens a recusar drogas: subsídios a propostas de prevenção à drogatização na escola com ênfase na saúde cerebral* (2004). Nesse trabalho, a autora

entrevistou estudantes de nível médio de uma escola estadual situada na cidade de Porto Alegre, não-usuários de drogas, a fim de compreender os motivos pelos quais tais alunos não fazem uso dessas substâncias. Concentrando seus estudos nos aspectos que regulamentam o estatuto legal das drogas e nos efeitos orgânicos que estas produzem no cérebro humano, a pesquisadora pretendeu oferecer subsídios para a elaboração de atividades interdisciplinares de prevenção ao uso de drogas por jovens estudantes. Segundo a autora, esse trabalho se justificaria porque a saúde cerebral dos jovens garantiria a manutenção de suas capacidades críticas e de transformação da realidade social, contribuindo para o crescimento e progresso do país. Ao apontar suas conclusões, Flores (2004) afirma que o conhecimento dos prejuízos fisiológicos, psicológicos e sociais se relaciona diretamente com a decisão de consumir ou não psicoativos, ressaltando a importância da família, da escola e do grupo social de entorno do adolescente como fatores que pesam significativamente nessa decisão.

Penso que trabalhos como esse diferem substancialmente do tipo de pesquisa que empreendi. Além das diferenças na própria forma de lançar o olhar sobre o tema, já mencionadas acima e que se referem a todas as pesquisas por mim até aqui encontradas, especificamente em relação a esta dissertação, minha pesquisa se afasta radicalmente porque o trabalho de Flores (2004) em momento algum opera reconstituições históricas, simplesmente supondo a existência de um problema natural em torno do uso de drogas, problema este que encontra no cérebro seu *locus* de investigação. A autora, também, desconsidera as sobredeterminações culturais, econômicas, sociais e históricas que condicionam as formas de relação das pessoas com essas substâncias, interferindo em suas concepções e ações, maneiras de ver as drogas ilícitas e seus utilizadores e modos, intensidade e quantidades de uso.

Passando à segunda categoria, a qual possui o maior número de trabalhos encontrados, perfilo as dissertações de Christiane Prado (2007), Dalton Perovano (2006) e Jandicleide Lopes (2003) como trabalhos que se voltam à investigação, respectivamente, do imaginário sobre drogas que constitui a formação docente, das concepções que instrutores de um programa de prevenção têm sobre sua formação e das representações sociais que professores do ensino fundamental possuem sobre a prevenção às drogas. Esses trabalhos procuram focar suas análises sobre os sujeitos docentes a fim de verificar as formas de pensamento que moldam suas práticas preventivas em sala de aula. Nesse sentido, Prado (2007), na dissertação intitulada *O imaginário sobre drogas na formação docente: o que se sabe, o que se fala e o que se faz*, a partir da realização de um curso ministrado por ela e por uma equipe auxiliar, procurou entender como os professores atuam em sua ação educativa sobre o tema do uso de

drogas. Desse curso participaram 34 professores de diversas escolas municipais e estaduais da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, de níveis médio e fundamental. Já Perovano (2006), na dissertação *Concepções dos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência sobre a sua formação*, empreendeu esforços no sentido de estudar como os policiais militares que atuam como instrutores do PROERD no Estado do Paraná concebem a formação que recebem para adentrar as salas de aula de escolas públicas daquele estado e ministrar lições sobre prevenção ao uso de drogas para alunos do ensino fundamental. Lopes (2003), por sua vez, na dissertação intitulada *As representações sociais de prevenção ao abuso de drogas dos professores do ensino fundamental: um estudo de caso*, volta-se à identificação das representações produzidas pelas professoras de ensino fundamental de Curitiba em cujas salas de aula ocorreram aulas do PROERD. Apesar dessas três dissertações serem formalmente semelhantes, as perspectivas que adotam e os resultados que obtêm são bastante diferentes. Prado (2007) apontou que as representações sobre drogas dos professores estão ligadas ao discurso antidrogas, hegemônico na sociedade atual, tendo como efeito a ação repressora, fazendo com que os professores exerçam uma função policial na relação com os alunos. Segundo ela, as concepções dos professores reproduziam em grande parte os discursos veiculados pela grande mídia sobre o tema, misturados a concepções morais e experiências de vida dos docentes. Criticando essa concepção, a autora propõe uma educação transitiva sobre drogas, a qual tenta se afastar das tentativas de convencer as pessoas a não usarem drogas, buscando uma postura mais reflexiva e complexa sobre o tema. À guisa de conclusão, a autora argumenta que as representações dos professores sobre drogas incorporam fortemente o caráter ilícito destas, o qual exerce controle sobre as referidas representações. Segundo a autora, opera aí uma consciência do tipo mítico-mágica, a qual mascara os interesses políticos e econômicos que se relacionam à proibição das drogas. Esse trabalho compartilha com o meu a percepção da complexidade da questão das drogas e da dificuldade de empreender investigações quanto a ela, diante dos desconfortos que o tema provoca, dos diversos interesses envolvidos em um cenário que aponta vítimas e culpados e que é atravessado por uma série de discursividades. Difere, no entanto, minha pesquisa em relação à dissertação de Christiane Prado, fundamentalmente em termos de objetivos e de métodos. Enquanto a autora pretende, a partir da identificação e crítica do imaginário que informa o pensamento dos docentes sobre o tema das drogas e sua prevenção, apresentar proposições a um outro tipo de educação sobre tal temática, minha pesquisa se oferece como uma tentativa de diagnóstico de como veio à tona uma maneira de pensar sobre drogas e sua prevenção, maneira esta que

possui muitos pontos em comum com o imaginário estudado por Prado, mas que, na minha dissertação, é investigada não a partir das falas de docentes, mas sim a partir das condições de possibilidade de sua constituição. No que se refere aos métodos de pesquisa, enquanto a autora se vale de entrevistas e observações realizadas em um curso por ela organizado, me ocupo da análise de documentos que me permitam enxergar a partir de que racionalidades a prevenção ao uso de drogas se tornou um tema de educação.

As duas outras dissertações inclusas nessa subcategoria, Perovano (2006) e Lopes (2003), apresentam interessantes pontos em comum, já que tomam ambas por objeto o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), tal qual posto em prática em escolas do Estado do Paraná. Perovano (2006), interessado em analisar a formação que recebem os policiais instrutores desse programa, procurou demonstrar quais estratégias de ensino serão necessárias e poderão contribuir para a melhora na compreensão e aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem do educador do PROERD e de seus educandos. Entrevistando e observando a prática dos instrutores em sala de aula, o autor concluiu que o educador do PROERD percebe que a sua formação inicial não é suficiente para o atendimento às necessidades cotidianas da prática docente, pelas lacunas que observa no seu conhecimento profissional, necessitando sobretudo de conhecimentos psicopedagógicos, do conteúdo didático e da leitura teórica do contexto social. Perovano (2006) enfatiza as tensões existentes no surgimento de uma nova demanda ao profissional da segurança pública, a de ensinar sobre os perigos relacionados ao uso de drogas, problematizando a capacitação pedagógica do policial para a satisfação dessa exigência. O instrutor do PROERD, segundo o autor, é compreendido como um educador social, o que configura uma mudança na identidade profissional desse sujeito, que passa de repressor a agente de prevenção. Tal mudança requer o desenvolvimento de novas habilidades, didáticas e pedagógicas, que não estariam sendo suficientemente contempladas no currículo de formação desses profissionais para a atuação junto às escolas.

O trabalho de Lopes (2003), por sua vez, atenta para as representações de professores de uma escola pública estadual situada em Curitiba, cujas turmas de ensino fundamental recebem os policiais militares instrutores do PROERD. A autora observou as aulas dos instrutores, entrevistou cinco professoras e analisou documentos como as apostilas do programa e o projeto político pedagógico da escola, concluindo que a prevenção ao abuso de drogas não se apresenta como foco principal de intervenção dessas professoras, pois elas estão bastante envolvidas em repassar o conteúdo do currículo básico e não se consideram competentes para

lidar com esta temática. Para Lopes (2003), as professoras se limitam a reproduzir o conteúdo das aulas dos instrutores do PROERD, marcado por um viés centrado nas drogas como uma ameaça assustadora, repleta de negatividade e que conduz seus usuários à destruição física e psicológica. Segundo a autora, há uma retroalimentação das significações instituídas que se dá entre a prática institucional escolar, os programas extracurriculares, como o PROERD, e os meios de comunicação, culpabilizando apenas os indivíduos por tudo que se torna problemático e aparece como desvio para o desejado equilíbrio social e pessoal. Esses princípios, que a sociedade retém, e os professores reproduzem em suas representações, no entendimento de Lopes (2003) consolidam a ordem social, geram discriminação e conformismo, ódio à diferença e alienação. Esse trabalho, ao contrário da dissertação acima mencionada, de Dalton Perovano, apresenta alguns aspectos interessantes no que se refere a articulações com a minha pesquisa. Enquanto Perovano (2006) se insere mais propriamente na tradição de trabalhos que não problematizam a historicidade da “entrada em cena” da prevenção às drogas na Educação, ocupando-se primordialmente do estudo e proposição de melhorias curriculares em programas de formação de instrutores (apesar da interessante discussão acerca das tensões entre policial-repressor e policial-educador), Lopes (2003), em sua pesquisa, oferece alguns capítulos nos quais trabalha com o desenvolvimento histórico da ideia de prevenção a partir do início do século XX, no Brasil recém republicano. Tais temas ajudam a compreender de que formas a lógica preventiva foi gestada no Brasil, em um contexto de ideias eugenistas e higienistas no qual a população pobre e ex-escrava passa a ser problematizada enquanto foco de instabilidade da ordem social, de propagação de doenças e hábitos moral e cientificamente tidos por condenáveis e, em última instância, enquanto entrave ao progresso da jovem nação que se debatia com questões de determinismos raciais e tentava, pela importação de modelos políticos e sociais, se inserir no panorama geopolítico de então. A autora atenta, ainda, para as formas pelas quais a escola foi inserida nesse projeto de nação, operando como instituição estratégica na formação de um projeto brasileiro de civilização. Essa forma de pensar a emergência da prevenção ao uso de drogas na Educação se aproxima do trabalho que realizei. No entanto, enquanto a autora a utiliza como modo de contextualização do que prioritariamente quer investigar (as representações docentes sobre tais temas), em minha pesquisa esse processo histórico ocupa papel mais importante, pois meu estudo, ao se centrar em um acontecimento que marca a emergência da prevenção na educação (o Fórum de Debates de 1970), procura inseri-lo e percebê-lo como produzido a partir de

racionalidades, saberes, especialistas e instituições de diversas formas relacionados a uma ideia de Estado e de projeto de Nação.

Uma segunda subcategoria, ainda relacionada com a ampla área da formação de professores para a prevenção ao uso de drogas, vai ser composta por teses e dissertações voltadas ao aporte de subsídios para a elaboração de programas de formação de docentes aptos à abordagem da prevenção ao uso de drogas nas escolas. Destaco aqui a tese de doutorado em Educação de Marília Saldanha da Fonseca (2006), intitulada *Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do ensino fundamental*. Objetivando investigar se as atuais práticas docentes em educação preventiva estão coerentes à demanda do abuso de drogas entre estudantes, bem como buscar alternativas para novas práticas preventivas concebidas e organizadas nas condições do contexto existente, a autora realizou um projeto de intervenção pedagógica junto à Secretaria Municipal de Educação de um município do Estado de São Paulo, com duração de 30 horas e participação de 23 professoras do ensino fundamental. Nessa intervenção fez uso de questionários e coletou depoimentos, constatando modificações nas concepções e propostas que as docentes apresentaram no que se refere à prevenção ao uso de drogas. A intenção da pesquisadora foi a de abrir novas perspectivas para a educação preventiva e, para tal, procurou identificar quais práticas pedagógicas os professores adotam em relação a esse tipo de educação e, confrontando essas práticas com as demandas sugeridas por estudos epidemiológicos do abuso de drogas, apontar possíveis alternativas a uma prática docente mais sintonizada com as reais necessidades sociais. Fonseca aponta para a existência de diversas pesquisas sugerindo práticas preventivas, mas destaca haver poucas dessas sugestões sendo efetivamente postas em prática.

Já Jussara Machado Bertoi, em sua dissertação de mestrado em Ensino de Ciências e Matemática intitulada *Doenças sexualmente transmissíveis e drogas: trabalhando oficinas lúdico-pedagógicas na formação de professores* (2005), se ocupa de um estudo acerca da contribuição que oficinas lúdico-pedagógicas sobre saúde podem dar à formação de professores para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e uso de drogas. A autora procurou avaliar o impacto da realização de uma oficina lúdico-pedagógica em dois grupos de estudantes de Pedagogia e um grupo de professores de Ciências da rede pública no município de Canoas, no Rio Grande do Sul, mediante a aplicação de um teste antes e outro depois da realização da atividade, procurando, então, estabelecer comparações entre os resultados. Segundo Bertoi, essas oficinas mostraram sua eficiência, podendo ser adotadas em larga escala para a formação de professores para a prevenção, sendo capazes de introduzir

mudanças nas concepções de docentes e de alunos, estimulando-os a ampliarem seus conhecimentos sobre DST's e drogas.

Trabalhos como os acima referidos, de Bertoi (2005) e Fonseca (2006), independentemente da amplitude e do alcance de suas conclusões, bem como das metodologias adotadas, diferenciam-se profundamente da pesquisa por mim empreendida. Primeiramente, por serem trabalhos com forte marca prescritiva, o que se afasta significativamente dos meus objetivos. Ao contrário desse tipo de pesquisa, não tenho a intenção de dar respostas práticas e objetivas, como se da investigação realizada pudessem aflorar manuais indicativos de como proceder a fim de solucionar problemas educacionais. Não acredito e não me oriento dessa forma ao empreender este estudo, o qual se volta a uma tentativa de problematizar de que modos a questão da prevenção às drogas na educação veio à tona no Brasil, e não propriamente procurar responder a tal questão. Acredito que o papel do pesquisador é disponibilizar aos profissionais que se encontram em posição de tomadas de decisão e de implementação de políticas, programas ou atividades práticas, elementos a serem considerados em tais decisões, programas e atividades. No caso do meu estudo, pretendo que esses elementos constituam partes de uma história sobre como a prevenção ao uso de drogas se tornou uma nova demanda aos professores e sistemas de ensino. Procuro, desse modo, me posicionar na exterioridade em relação a programas prescritivos acerca de como deve ser realizada a prevenção ao uso de drogas nas escolas. Assim procedendo, intento investigar que racionalidades e multiplicidades de forças estiveram envolvidas na constituição das possibilidades de enunciação desses programas prescritivos.

Um último estudo, ainda nessa subcategoria na qual inseri os trabalhos voltados a produção de sugestões para a formação de educadores capacitados a abordar a prevenção às drogas, é a tese de doutorado de José Vicente Lima Robaina (2007), com o título de *Saberes construídos em projeto de prevenção ao abuso de drogas: subsídios para a formação do educador*. Essa tese teve por objetivo analisar o processo de desenvolvimento de programas de prevenção às drogas na escola, de forma a possibilitar suporte para a formação do educador, com base nos saberes construídos por todos os segmentos envolvidos nesse processo (professores, pais, adolescentes e outros profissionais que trabalham nos programas). Atendo-se ao estudo em profundidade de um programa de prevenção, o autor entrevistou três professores, três adolescentes e três membros da comunidade escolar, defendendo a tese, ao fim do estudo, de que as escolas que possuem projetos cujo foco central é a vida e que desenvolvem ações de qualificação dos professores são escolas que auxiliam na construção de

saberes sobre prevenção do abuso de drogas, contribuindo na busca de soluções a esse fenômeno. Robaina (2007) lista, então, uma série de princípios fundamentais à consecução de um projeto de prevenção que seja, no seu entendimento, bem-sucedido. Tais princípios não serão aqui mencionados ou avaliados porque não se encontra dentre os objetivos desta dissertação a inserção no debate acerca de como deve ser feita a prevenção ao uso de drogas. Conforme já referido algumas vezes ao longo deste texto, meu interesse está justamente em investigar de que maneiras tal debate se tornou possível e não propriamente me juntar a alguma das fileiras ou apresentar um programa de propostas.

Finalmente, a terceira e última categoria que postulei a fim de sistematizar esta seção, se refere a análises e avaliações realizadas por pesquisadores em Educação acerca de programas de prevenção ao uso de drogas e também acerca de políticas públicas que preveem e sistematizam esses programas. É justamente uma análise de políticas o que faz Edna Maria Siqueira Santos (2007) em sua dissertação de mestrado, cujo título é *As políticas públicas sobre drogas no município de Ponta Grossa*. A partir de uma cuidadosa reconstituição dos usos de drogas como fenômeno histórico-cultural com implicações médicas, políticas, religiosas e econômicas, a autora pretende identificar qual a política de drogas do município paranaense de Ponta Grossa, atentando para os obstáculos que dificultam o trabalho de prevenção. Assim como diversos outros estudos realizados nos últimos anos nessa temática, também aqui a pesquisadora buscou compreender as representações sociais acerca da questão das drogas de profissionais da educação, saúde e segurança pública. No que se refere aos meus interesses de pesquisa, o trabalho de Santos (2007) se aproxima do que aqui desenvolvo principalmente por alguns dos referenciais utilizados. Referenciando-se em estudo do historiador Henrique Carneiro (1994), a autora apresenta uma historicização interessante das ideias sobre drogas, enfatizando a imprecisão desse conceito. Aponta também a história dos usos e concepções sobre drogas intercalada à história de constituição do capitalismo, mostrando como a riqueza das nações se construiu em boa medida sobre a transformação das drogas em mercadorias comerciáveis. Indica, ainda, como a proibição de algumas drogas, no século XX, permitiu o aumento de ganhos e, ao mesmo tempo, o policiamento das populações e, por fim, relaciona o proibicionismo às políticas industriais de racionalização do trabalho, como o taylorismo. Utiliza-se, também, da pesquisa genealógica de Thiago Rodrigues (2004) acerca das políticas de drogas no Ocidente, apontando suas proveniências no puritanismo estadunidense, na aliança do poder médico com o estatal e nos interesses econômicos e geopolíticos. Tais reconstituições, que em minha pesquisa serão fundamentais a fim de

compreender de que modos a prevenção ao uso de drogas foi tornada uma demanda para professores e sistemas de ensino, a partir da década de 1970, na pesquisa de Santos (2007) surgem como uma espécie de “pano de fundo” ou contextualização histórica um tanto dissociada do objetivo geral do estudo, que é precisamente investigar como se dá a relação entre a formulação e a execução das políticas públicas no município de Ponta Grossa e quais as representações sociais que os profissionais que trabalham com a problemática das substâncias psicoativas têm sobre estas e sua prevenção. Quer dizer, no meu entendimento a autora não problematizou os modos pelos quais a prevenção ao uso de drogas foi estabelecida como questão concernente ao campo profissional e de pesquisa da Educação, limitando-se a, partindo já do pressuposto de naturalidade desse estabelecimento, procurar alternativas, a partir da análise de política públicas e representações sociais, para a melhor consecução dos fins preventivistas. A autora conclui, então, que a política de Ponta Grossa se resume a ações isoladas de alguns profissionais, o que contradiz a diretriz da política nacional antidrogas, voltada a uma articulação entre municípios, estados e União no que se refere à prevenção às drogas. O que acontece na prática, segundo Santos (2007), não é o que prescrevem os projetos, de modo que é apenas o comprometimento dos profissionais que faz com que algo, ainda que pouco, aconteça no município em termos de prevenção, tratamento e recuperação de usuários de drogas.

Já a tese de doutorado *Prevenção também se ensina? Análise do Programa Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas na Escola no Município de Pederneiras* (2008), de Adriana Campos Meiado, tem por objetivo verificar como o Programa Prevenção Também se Ensina tem sido desenvolvido nas escolas públicas estaduais de São Paulo, no município de Pederneiras, através do olhar dos professores. Entrevistando 77 professores, de nove escolas estaduais desta cidade, a pesquisadora chegou a uma conclusão que se coaduna com as considerações feitas por Santos (2007) e acima referidas: a proposta de execução do programa não foi articulada conforme a intenção em sua elaboração, havendo uma desarticulação entre as políticas federais, estaduais e municipais. Ainda segundo as conclusões apresentadas por Meiado (2008) nesse recente estudo, há sobrecarga de atribuições ao professor, despreparo em sua formação, falta de afinidade com o tema e desarticulação no processo de condução das informações até o profissional docente. Essas conclusões, somadas às apresentadas por Santos (2007), no meu entendimento reforçam a relevância do estudo que realizei, pois este visa compreender como, a partir de que racionalidades, saberes, poderes e interesses emergiu a defesa da prevenção ao uso de drogas na educação. Ora, se estudos recentes têm apontado

para uma desarticulação das políticas de drogas no Brasil, com sobrecarga de atribuições delegadas ao professor e falhas no processo de condução das informações, me parece importante investigar de que maneiras foi gestada essa prevenção às drogas pela via educacional, a que tipo de racionalidade política ela atendeu e que relações é possível estabelecer entre a “entrada em cena” da prevenção ao uso de drogas na educação e as redes de poder-saber que atravessam a sociedade.

As pesquisas de Santos (2007) e Meiado (2008), apesar de interessantes e de trazerem aportes importantes ao desenvolvimento desta dissertação, como a quase totalidade das teses e dissertações aqui comentadas em algum momento se perguntam pelas causas ou motivos do uso de drogas, pressupondo essas práticas como um problema social, sem perguntarem pela forma de constituição de algo como um problema social ou pela racionalidade que torna certas práticas passíveis de serem vistas e qualificadas como “problemas sociais”. Da mesma forma, nessas pesquisas a relação do Estado com as drogas aparece sob a forma de um apanhado histórico das legislações editadas e breves análises de seu caráter criminalizador, não sendo empreendidos maiores esforços no sentido de analisar a racionalidade que informa a ação do Estado em relação às práticas de uso de drogas. Julgo que compreender essas “razões de Estado” é fundamental para a compreensão acerca de como a prevenção às drogas emergiu como uma temática concernente à Educação e seus profissionais, constituindo, no meu entendimento, uma lacuna na pesquisa educacional sobre os usos de drogas. Penso, nesse sentido, que é necessário problematizar as formas de pensar que, historicamente, emergiram e configuraram os limites do debate acerca dos papéis concernentes à educação nos esforços do Estado em combater as práticas de uso de drogas.

Discuto agora, brevemente, a dissertação de mestrado de Deise Rateke (2006), intitulada *A escola pública e o PROERD: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências*, estudo que teve por objetivo compreender o que torna a Polícia Militar responsável por implementar, nas escolas públicas, um programa de combate às drogas e às violências, e, ainda, nos espaços escolares, alinhar os significados expressos nas formas como a comunidade escolar tecia suas impressões sobre o cotidiano deste programa. Essa pesquisa, a terceira que, nos últimos anos, tomou por objeto de investigação o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, levado à cabo, nas escolas, por instrutores policiais militares, oferece boas análises sobre a filosofia desse tipo de intervenção preventiva que é apontada, segundo a autora, como

fundada em um interesse pastoral, disciplinador e racional, guiado por uma crença na sua missão salvacionista para “tirar” os jovens do “mundo do mal”.

Destaco, nessa dissertação, sobretudo o “modo de perguntar” da pesquisadora, o qual em certa medida se aproxima do que venho aqui propondo. Ela está interessada em compreender como um programa desse tipo, operacionalizado por policiais militares que, fardados, adentram os espaços escolares, foi se consolidar como um programa de prevenção às drogas e à violência, bem como compreender que razões orientaram a Polícia Militar para implementar esse modelo de prevenção. Essa forma de olhar e perguntar por razões se aproxima, em alguma medida, da minha pesquisa, pois trata-se, para ambas, não de trabalhar a partir do acontecido, mas, de outra maneira, de desconfiar do acontecido e procurar reconstituir as condições que o tornaram possível. Rateke (2006), além disso, compartilha com minha dissertação o diálogo com a perspectiva de Michel Foucault, ao atentar para os modos históricos através dos quais o Estado procurou desenvolver estratégias de controle da população. Segundo ela, o PROERD pode ser compreendido como uma espécie de pedagogia calcada no exercício de um poder pastoral adaptado ao contexto do Estado Moderno e que tem por objetivo guiar os jovens na busca pela salvação em relação às drogas.

O último estudo que analisarei, dentro dessas categorias por mim propostas, é a tese de doutorado de Cássia Baldini Soares (1997), *Adolescentes, drogas e aids: avaliando a prevenção e levantando necessidades*. Tendo por objetivo avaliar políticas públicas na área da prevenção ao uso de drogas dirigida a adolescentes, essa tese analisou um projeto de prevenção realizado nas escolas públicas do estado de São Paulo entre os anos de 1991 e 1994. Colhendo depoimentos de supervisores do projeto, professores treinados pelo projeto, escolares que participaram de atividades do projeto e escolares de escolas que não participaram do projeto, a autora argumenta que uma prevenção adequada deve considerar as relações dos indivíduos com as drogas a partir de interações microssociais e também o peso dos fatores econômicos ou macrossociais na determinação dessas relações. Considero esse um trabalho diferenciado, devido à riqueza das análises e dos aportes teóricos trazidos pela pesquisadora, que aponta para a complexidade e diversidade na relação dos indivíduos com as drogas, atentando para como modificações políticas e econômicas amplas interferem e condicionam as formas pelas quais os sujeitos vão constituir suas relações com essas substâncias. Chamando a atenção para o caráter histórico e contextual que o uso de drogas adquire, Soares (1997) indica a diversidade de maneiras com que diferentes grupos sociais

têm utilizado drogas na contemporaneidade. Para a autora, há uma relação de imanência entre indivíduo e estrutura social na produção dos comportamentos e formas de se relacionar com os psicoativos. Desse modo, para compreender de que maneiras as pessoas se relacionam com drogas na contemporaneidade, então, como algo fundamental para a constituição e avaliação de projetos de prevenção, é preciso ter em conta a complexa interação entre aspectos estruturais como o sistema econômico, o poder político, a criminalização e aspectos culturais e simbólicos como infração a normas ou o surgimento de diferentes modelos de comportamento. Apesar de situar-se em um registro bastante diferente daquele em que me movimento, o trabalho de Soares (1997) se aproxima da minha pesquisa pela sensibilidade que mostra em relação à pluralidade de fatores que condicionam a relação humana com as substâncias alteradoras da consciência. Em consequência dessa pluralidade, Soares (1997) não dá por pressuposto que o uso de drogas constitui, em si mesmo, um problema social, cabendo à escola contribuir para seu enfrentamento. Segundo ela, somente algumas das relações possíveis do ser humano com substâncias psicoativas seriam propriamente nocivas ao indivíduo e à sociedade, havendo uma série de outras relações quanto às quais não caberia qualquer forma de intervenção por parte do Estado.

Seja como for, a partir de um determinado momento da história recente das sociedades ocidentais, o uso de drogas passou, de uma questão privada, a objeto de atenção e interferência estatal. Minha dissertação considera que a história da prevenção às drogas na educação, para ser bem compreendida, passa pela compreensão desse processo através do qual comportamentos privados passam a constituir objetos de gestão pública. É precisamente o entendimento da instituição escolar como maquinaria da Modernidade, como instituição que se constitui tendo em vista a moldagem, a fabricação de tipos específicos de pessoa, tipos adequados a determinadas racionalidades políticas, é esse entendimento que configura o olhar que coloco sobre a questão de saber como se deu a emergência da prevenção ao uso de drogas enquanto uma nova demanda para a educação. A configuração desse olhar e do quadro teórico através do qual ele se constitui são o objeto central do próximo capítulo desta dissertação.

2. A EMERGÊNCIA DA PREVENÇÃO ÀS DROGAS NA EDUCAÇÃO: TRAMAS DE PODER, REDES DE SABER, GOVERNAMENTO DA VIDA

...é somente nessas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento.
(FOUCAULT, 1996, p.23)

O intento deste capítulo é apresentar o olhar que, nessa dissertação, ponho sobre a emergência da prevenção ao uso de drogas como um tema concernente à educação. As próximas páginas, portanto, têm por objetivo a exposição do quadro teórico por meio do qual configuro minha forma de ver o objeto enfocado, a descrição da documentação utilizada como material de pesquisa, bem como algumas considerações acerca dos encaminhamentos metodológicos, ou seja, das maneiras pelas quais pretendo operar sobre esse material.

Conforme já bastante referido no capítulo anterior, minha dissertação procura se diferenciar relativamente ao conjunto de pesquisas recentemente produzidas no campo da Educação, tendo a prevenção ao uso de drogas como tema, no sentido de que não tenho a intenção de sistematizar uma sugestão de prevenção a ser discutida e adotada por escolas. Tampouco me ocuparei, aqui, de uma avaliação ou análise de empreendimentos preventivos postos em prática em espaços educativos, no passado ou no presente. Em suma, esta dissertação não se coloca no papel de juíza das iniciativas de prevenção ao uso de drogas através da educação, não cabendo a ela dizer o que é bom e o que é ruim, o que é certo e o que é errado, o que deve e o que não deve ser feito ou experimentado. Evidentemente, existem diversas formas de se fazer pesquisa na área da Educação e a que aqui me orienta tem por

característica buscar se colocar fora de um campo propositivo e avaliativo, intentando tão somente investigar as condições por meio das quais o fenômeno da inclusão de temas de prevenção às drogas nos currículos escolares se tornou possível. Penso que o papel deste tipo de pesquisa e do intelectual que a produz não é oferecer “soluções” às questões sociais. Primeiro, porque tais questões envolvem um nível de complexidade cuja compreensão em muito ultrapassa as possibilidades de um único indivíduo, por mais arguto e competente que seja. Segundo, porque acredito, como Michel Foucault, que o papel do intelectual não é o de dar conselhos, oferecendo projetos definidos e objetivos, os quais informem claramente o que cada um deve fazer no sentido de superar os problemas sociais. Nas palavras de Foucault (1989c, p.151),

o que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes (...). Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer!

Assim, a investigação que fiz pretende oferecer uma espécie de “sumário topográfico e geológico da batalha”, mapeando o cenário no qual foi gestada a “entrada em cena” da educação no conjunto de esforços empreendidos pelo Estado brasileiro contra as práticas de uso de drogas. Enfatizarei, nesse “mapeamento”, as tensões envolvidas, as tramas de poderes e saberes postos em funcionamento com o intuito de inserir essas práticas em um circuito de inteligibilidade e intervenção, fazendo-as aparecer de uma determinada forma, dentre outras possíveis. Trata-se de tentar descrever como a prevenção às drogas se tornou um tema cujo desenvolvimento passou a ser demandado aos sistemas de ensino, atentando para as filigranas, os embates de forças ocorridos localmente e suas relações com processos geopolíticos mais amplos. Em outras palavras, o que pretendo é colocar sobre o aparecimento da prevenção ao uso de drogas na educação um olhar que o vê como uma cristalização de conflitos já presentes na sociedade e que, em um determinado momento, a partir da reunião mais ou menos casual de um certo número de condições, emerge no cenário histórico com uma aparência de univocidade. Entretanto, antes de descrever com mais precisão de que modos problematizo a emergência da prevenção ao uso de drogas na educação, penso ser necessário apresentar as lentes por meio das quais essa problematização se tornou possível.

2.1 Do território à população, do corpo à mente: o governo como exercício de poder

No curso *Segurança, Território, População* (2008), ministrado no *Collège de France* em 1978, Michel Foucault se propõe a estudar a emergência de uma nova forma de se exercer o poder nas sociedades ocidentais. Essa forma, progressivamente implantada desde o século XVIII, mas cujas procedências remontam a fins do século XVI, encontra sua especificidade no fato de tornar a população seu principal objeto de atenção e intervenção. Por meio da produção de uma diversidade de conhecimentos acerca da população, de seus fenômenos regulares, tal tecnologia de poder visa o gerenciamento mais preciso e eficiente possível dessas regularidades, percebendo esse esforço como vital à própria manutenção da existência e das forças do Estado.

Até meados do século XVII, a população não era propriamente concebida como um personagem político, sendo sua funcionalidade compreendida em termos da necessidade, para o soberano, de manter povoados seus territórios, garantindo dessa forma a integridade do reino. Ou seja, a importância da população mantinha-se subsidiária da importância, para a força de um soberano, da manutenção de um território extenso. Era, portanto, tão somente em função do povoamento do território que a população era tomada em consideração e podia, ao se perfilar em exército, garantir o poder do soberano sobre suas terras. Essa forma de pensar remete ao contexto de formação dos Estados nacionais europeus, marcado constantemente por guerras entre os reinos, além de pestes e epidemias variadas que dizimavam expressivos contingentes populacionais. Em um tal contexto, assumiam centralidade a quantificação da população e sua distribuição por todo o território. A população era, aí, fundamental em termos de sua quantidade, caracterizando sua insuficiência na ocupação territorial um ponto crucial na determinação da fraqueza de um soberano, tornado incapaz de garantir a segurança da totalidade do território sob seu poder.

No século XVIII, consumam-se as condições para uma modificação nessa forma de pensar acerca da população. Um período de estabilidade, marcado pela ausência de guerras e pelo controle mais equilibrado das epidemias permite um crescimento populacional jamais visto, o que acaba por lançar aos Estados uma série de questões e problemas inéditos, que giravam em torno da questão principal: o que fazer com essa população? Como geri-la e controlá-la, evitando que se torne um entrave ou mesmo uma ameaça à segurança do Estado e à manutenção da ordem?

Na verdade, desde a ascensão do mercantilismo, que remonta ao século XV, esse processo de transformação da ideia de população começa a ocorrer. Compreendido por Foucault (2008) mais como uma maneira de colocar os problemas do governo do que propriamente como uma doutrina econômica, o mercantilismo introduz modificações no pensamento sobre a população, seu papel e relevância para o Estado. Esta passa a ser vista, cada vez mais, em sua dimensão produtiva, como garantia de braços à agricultura e às manufaturas, condição para uma produção econômica pujante e, conseqüentemente, para o poder do Estado, tornando-o mais rico e competitivo diante dos outros estados no emergente mercado capitalista que começa a se transnacionalizar. A população, então, emerge como base e fundamento para o poder do Estado. Se, até meados do século XVII, o poder do Estado era medido pelo tamanho de seu território e pela capacidade do soberano em constituir um exército com condições de garantir a integridade territorial, a partir do XVIII este poder passa cada vez mais pela capacidade do Estado em produzir bens e mercadorias, em uma quantidade suficiente não só para o consumo interno (manutenção e expansão populacional), como também para exportação, incrementando as divisas nacionais.

Contudo, a gestão da população, com tais finalidades, mostra-se mais complexa do que poderia parecer, pois, para que ela efetivamente possa garantir o poder e a riqueza do Estado, se torna necessário uma série de investimentos que passam pela correta compreensão da dinâmica dos fenômenos populacionais. Ou seja, trata-se da percepção das regularidades próprias à população enquanto espécie: nascimentos, adoecimentos, mortes, deslocamentos... Compreender essas dinâmicas e desenvolver mecanismos de intervenção sobre elas, de modo a potencializar as forças da população, para que pudessem ser sacadas pelo Estado, assumia uma importância vital. Para isso desenvolvem-se as “ciências do Estado”, a estatística e a demografia, principalmente, a fim de fornecerem o conhecimento necessário à gestão dos fenômenos populacionais. Por outro lado, também se dá a percepção de que, para que tais forças, uma vez potencializadas, possam efetivamente servir aos fins do Estado (sua manutenção e fortalecimento), é necessário que a população trabalhe como, onde e no quê for conveniente ao Estado. Daí a edição de regulamentos e a utilização de mecanismos disciplinares voltados ao adestramento, fixação e distribuição da população a fim de torná-la produtiva. Assim, tratava-se de fazer a população gerar riqueza a partir de um sistema regulamentar a ela imposto desde cima. Entretanto, conforme Foucault (2008), esse modo de pensar e intervir sobre a população ainda a concebe no modelo de pensamento da soberania, entendendo tratar-se de uma questão de relação entre um soberano e seus súditos, relação

determinada fundamentalmente pela vontade do soberano e pela obediência dos súditos aos regulamentos que lhes são impostos.

Nesse quadro, é com a ascensão dos fisiocratas e economistas do século XVIII que a população deixa de ser concebida como uma coleção de súditos e de vontades submetidas por meio de leis e regulamentos, passando a ser considerada como um conjunto de processos que devem ser administrados. De uma noção jurídico-política de sujeito passa-se, então, à percepção da população como um objeto técnico-político de uma gestão ou governo⁸. Ou seja, a partir da percepção das particularidades da população e seus processos biológicos, o Estado passa a desenvolver novas formas de gestão, formas essas que escapam ao modelo até então vigente, o qual opunha de um lado o soberano e, de outro, o conjunto formado pela soma dos súditos. O novo estatuto (moderno) da população, condição de possibilidade para a emergência de um novo modo de exercício do poder (pois em relação a um novo objeto se faz necessário o desenvolvimento de um novo tipo de poder), é o de uma natureza dependente de uma série de variáveis, natureza esta que não pode ser modificada por um decreto da vontade do soberano, carecendo, para sua manipulação e adequação aos fins do Estado, do desenvolvimento de uma série de técnicas, de cálculos, de procedimentos levados à cabo por uma nova classe de especialistas, procedimentos estes que não incidem tão somente sobre a população, mas também sobre uma variedade de fatores que condicionam as dinâmicas populacionais. Encontravam-se os Estados, aqui, no ponto de rompimento com uma lógica que informara suas ações e prioridades desde fins da Idade Média, e que tinha como questão central a busca por formas de legitimação do poder soberano sobre o território e tudo que nele se encontrava (coisas, objetos, riquezas, pessoas). O problema da soberania era, portanto, o de fazer da dominação do soberano sobre seus súditos algo legítimo. O fator mediador dessa dominação era o regramento legal, o qual tinha por finalidade garantir a manutenção da ordem e da configuração de poder existentes, fazendo com que os súditos ocupassem o território do soberano e obedecessem a sua lei. Cabia ao arbítrio do soberano a decisão acerca dos modos de punição àqueles que descumprissem a lei, espelho da vontade soberana.

⁸ “Governo” é entendido, aqui, seguindo indicações de Veiga-Neto (2002), como a ação de governar, uma ação que se dá de modo a conduzir ou dirigir as ações alheias (ou as próprias). Assim, trata-se de compreender, nesta dissertação, “governo” como condução das condutas dos outros e de si mesmo. Não se restringe, portanto, o uso desse termo, à condução ou direção do Estado, estendendo-se a uma série de outras instâncias sociais que também são governadas, como a família, os alunos, a população, os indivíduos... O governo constitui um tipo de poder, uma forma específica de organização e exercício do poder, a qual tem na conduta o seu objeto.

A fim de avançar na caracterização dessa nova forma de gerir a população, a partir da sua nova forma de conceituação, cabe mais algumas considerações quanto ao modelo de poder da soberania, voltado mais ao controle do território do que dos homens. Penso que compreender a modificação de racionalidade que envolve a passagem da gestão do território para a gestão da população é fundamental para a compreensão das formas de pensamento que tornaram possível, na segunda metade do século XX, que se pensasse em termos de prevenção ao uso de drogas nos tempos e espaços da educação. Seguindo Foucault (2003), pode-se compreender essa modificação no estatuto da população como marco de uma flexão significativa nos modos de exercício do poder nas sociedades ocidentais. Do poder soberano de se apoderar da vida daquele que descumprir com suas obrigações de súdito (dentre as quais a de dispôr sua vida em defesa do soberano e suas posses – seu território, suas riquezas), passa-se a um tipo de poder que faz da vida seu objeto e objetivo, gerindo-a tendo em vista seu fortalecimento e instrumentalização aos fins do Estado. Esse poder sobre a vida, possibilitado pela percepção da população como fonte vital da pujança do Estado, se exerce não mais como o gládio que paira sobre a cabeça do infrator (como o faz o poder soberano), mas como um conjunto de técnicas de produção da vida, de maximização das forças vitais da população. Portanto, o alvo principal do poder se desloca da ocupação e defesa do território para o controle e gestão da vida da população.

Desse modo, a percepção da necessidade de tomar por objeto prioritário de gestão, não mais o território, mas sim a população, possibilita o desenvolvimento de novas formas de pensar o governo, engendrando a produção de novas tecnologias de poder, ou seja, de novas modalidades de exercício do poder⁹. Essa nova necessidade configura o objeto de uma nova Razão de Estado, voltada à criação e implementação de técnicas específicas ao funcionamento do Estado, cujo governo é entendido como obedecendo a princípios diferentes daqueles empregados por Deus no governo do mundo e pelo pai no governo da família. Os teóricos políticos do século XVIII vão se ocupar, então, da determinação e compreensão profunda acerca do Estado, suas necessidades, suas possibilidades de funcionamento e, especialmente, seu princípio de exercício do poder, o qual não mais remete suas origens e fundamentos, como nos modelos teóricos anteriores, a Deus ou à Natureza. Outra diferença marcante é que essa racionalidade própria ao Estado vê na manutenção do poder estatal, e não mais no poder

⁹ Poder, aqui, é entendido no sentido que Foucault (1989) dá a esse conceito, entendendo-o como a capacidade de configurar o campo de possibilidades do outro. Trata-se de uma ação que se exerce sobre a ação do outro, delimitando-a e configurando seu campo. Trabalharei esse conceito com mais profundidade mais adiante.

do soberano sobre o Estado, seu objetivo central, o qual responde ao novo contexto geopolítico que se desenha: com o fim definitivo do Império Romano e a cristalização de diversos estados, instaura-se uma nova ordem, de coexistência e competição, na qual cada Estado deve lutar por sua própria sobrevivência. Como escreve Foucault, “mais do que os problemas de legitimidade de um soberano sobre um território, o importante será o conhecimento e o desenvolvimento das forças de um Estado” (1997, p.83). Estruturaram-se, então, novos saberes, tendo por função munir os administradores do Estado de informações acerca do que contam no exercício de suas administrações, ou seja, quais as forças estatais e por meio de que procedimentos são elas passíveis de serem aumentadas. A estatística assume centralidade enquanto “ciência do Estado” capaz de mensurar e inventariar essas forças, cabendo a seus técnicos apontar o tamanho da população, como se distribui ela no território, qual a média de nascimentos e mortes, a incidência de doenças, as condições de habitação, quais as ocupações dos habitantes...

O tipo de racionalidade que informa o poder específico do Estado foi estabelecido e implementado por meio de duas grandes tecnologias. Em relação ao plano externo, os estados constituíram uma tecnologia diplomático-militar que tem por objetivo “assegurar e desenvolver as forças do Estado por um sistema de alianças e pela organização de um aparelho armado” (FOUCAULT, 1997, p.83), enquanto no plano interno estruturou-se a “polícia”, termo que designa “o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado” (Idem, 2008, p.421). O equilíbrio entre fortalecimento e manutenção da ordem, visado pela doutrina da polícia, passa por um correto emprego de cálculos e técnicas que assumem como seus objetos os níveis educacionais da população, sua vida moral, seus modos de trabalho e consumo, em suma, tudo aquilo que, na atividade dos homens, pode ser constituído como elemento da força do Estado, entendida esta em termos amplos, como recursos financeiros, militares, capacidade produtiva etc.

A “polícia”, compreendida essa palavra no sentido de uma tática de gestão, e não exatamente uma instituição, constitui um modo de pensar e efetivar a gestão da população e dos recursos do Estado, modo este que opera através da intervenção em uma variedade de campos ou esferas da vida humana, como os valores, a conduta, os costumes, os hábitos de higiene, as condições de saúde e segurança, as profissões, o comércio etc. A polícia, nas palavras de Foucault, “zela por um homem vivo, ativo e produtivo”, sendo seu papel fornecer aos homens “um pequeno suplemento de vida” e, “ao fazê-lo, [fornecer] ao Estado um

pequeno suplemento de força” (FOUCAULT, 1990, p.94). Cabe à polícia, então, realizar o objetivo máximo da racionalidade do Estado: “desenvolver os elementos constitutivos das vidas dos indivíduos de modo a que seu desenvolvimento reforçe ao mesmo tempo o desenvolvimento do poderio do Estado” (Ibidem, p.97). Encontro, portanto, de um lado, da felicidade e bem-estar dos indivíduos e, de outro, da felicidade e fortalecimento do Estado, eis a equação concernente à polícia como modo de gestão da população.

O poder do Estado, e mesmo sua sobrevivência, a partir do século XVIII, passam a ser entendidos como passando diretamente por alguns elementos e condições vitais. Tendo na população seu objeto prioritário, a racionalidade política que emerge se volta à constituição de sujeitos saudáveis, produtivos, aptos à defesa da Nação e pouco dispostos à contestação da ordem (social, econômica, política, moral). Esse tipo de pessoa, projetado e desejado pela racionalidade própria ao Estado como sujeito ideal da pujança estatal, passará a ser buscado, engendrado, fabricado, enfim, moldado a partir de uma série de técnicas, saberes, instituições e práticas, dentre as quais corpos jurídicos e políticas voltadas à regulação do cotidiano, especialmente nas cidades, vistas cada vez mais como espaços de risco, de proliferação de doenças e de aglomerações potencialmente perturbadoras dos fluxos econômicos, da circulação de mercadorias e de trabalhadores. Assim, a conduta de todos e de cada um se torna um foco de interesse do Estado, pois sua força vai depender dos comportamentos adotados por indivíduos e população. O que as pessoas fazem, mas, ainda mais importante, o que as pessoas querem fazer, constitui o cerne do interesse do Estado. Conduzir condutas passa a ser uma atividade estatal prioritária. Como aponta Foucault, “o desejo faz aqui (...) sua aparição no interior das técnicas de poder e de governo. O desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir” (2008, p.95). Essa concepção do desejo enquanto naturalidade que move o agir humano marca o olhar do Estado sobre a população, tornando-a penetrável à técnica governamental. Quer dizer, trata-se, agora, de permitir o desejo em sua espontaneidade, em sua naturalidade inevitável, mas, ao mesmo tempo, trata-se de controlar esse desejo, de desenvolver formas de direcioná-lo, de regulá-lo sem que deixe de ser percebido e vivido como espontâneo, como próprio a cada um. Gestão da população, portanto, a partir da naturalidade do desejo e da produção espontânea do interesse: tem-se aqui a emergência de uma forma de pensar que, desde o século XVIII até a contemporaneidade, só fará crescer e se diversificar em suas táticas e procedimentos, articulando-se ora com a vida econômica, ora com a vida moral. Identifico nessa forma de pensar e gerir a população uma

condição fundamental para a emergência da racionalidade preventiva ao uso de drogas, tal qual aparece no contexto brasileiro da década de 1970.

Trata-se aqui, fundamentalmente, de compreender de que modos a população passa a ser gerida, cada vez mais, nos termos de uma lógica de segurança, e não mais nos termos da soberania. Como Foucault (2008) aponta, cabe ao soberano dizer “não” ao desejo dos indivíduos, reprimindo-o, se necessário, e procurando conferir, a essa repressão, legitimidade. Na lógica da segurança, que emerge a partir do século XVIII, se consolida no XIX e se multiplica e diversifica de forma impressionante no XX, a questão passa a ser não simplesmente negar os desejos inúteis ou nocivos à permanência e fortalecimento do Estado, mas manipulá-los, transformá-los naquilo que são transformáveis, direcioná-los a outros objetos, tempos ou lugares, enfim, fazer ver no que são benéficos ou maléficos ao indivíduo, aproximando seus fins aos do Estado. Eis a lógica que, segundo meu entendimento, dá sustentação e possibilidade à introdução de técnicas preventivas nos espaços escolares, argumento central desta dissertação.

Inserida na lógica da segurança, a população tem ampliada sua base de entendimento. Além de espécie humana, sujeita às regularidades e fenômenos biológicos do nascimento, do adoecimento, do envelhecimento, da morte, passa a ser considerada também, em grande medida, como público, ou seja, “do ponto de vista das suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências” (FOUCAULT, 2008, p.98). Opiniões, preconceitos e comportamentos, portanto, se tornam aspectos da vida humana que cabe ao Estado conhecer, medir, intervir, tomar em consideração na hora de implementar políticas ou editar leis, e a população, enquanto público, “é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos” (Ibidem, p.98-99). Aí o novo campo de ação dos mecanismos de poder: a delimitação da população como sujeito de desejos e objeto de gestão estatal torna possível a abertura e desenvolvimento de uma série de domínios de saber, de objetos novos a serem conhecidos, recortados à “realidade” de formas específicas, formas interessadas. É só a partir daí que os usos de drogas poderão ser abordados e compreendidos no registro científico mencionado na seção 1.2 desta dissertação. Mais do que isso, e fundamental aos meus objetivos, é só a partir daí que se torna possível o pensamento segundo o qual o desejo de usar drogas pode ser manipulado, transformado, redirecionado. O usuário dessas substâncias não é, afinal, um “caso perdido”, ele ainda pode ser “recuperado” aos desígnios do Estado.

Vê-se, portanto, a sofisticação por que passa o governo de indivíduos e populações. Se, para os mercantilistas tratava-se de conceber a população como braços para o trabalho, cuidando para que estes se mantivessem fortes e saudáveis, percebe-se que, um século depois, a questão do governo se mostra mais complexa. Não apenas o conhecimento e intervenção sobre aspectos da população como espécie biológica eram necessários. Não apenas garantir espaços e moradias com condições mínimas de higiene, por exemplo, mas também garantir hábitos minimamente saudáveis entre a população e, mais do que isso, garantir que esta efetivamente os queira, que tome para si esses fins. A força do Estado não se constitui apenas em uma população numerosa e saudável, mas, fundamentalmente, em uma população disposta a empregar suas forças e saúde em atividades úteis ao Estado. Do território à população, do corpo à mente. Tendo no desejo a chave do governo.

Essa maneira de pensar a condução das condutas, o governo, enquanto modo de exercício do poder, durante o século XX encontrou formas variadas de operacionalizar-se. Da administração estatal ao *marketing* e à publicidade, conhecer e manipular desejos tornou-se lugar comum, com os mais diversos fins, da eleição de um candidato à venda de sabão em pó. Mas a própria possibilidade dessa prática de gestão minuciosa das condutas, não só nas grandes como também nas pequenas escolhas cotidianas, encontra, segundo Michel Foucault (2008), sua procedência em uma tecnologia de poder específica, que antecede em muito à própria constituição do Estado Moderno. Trata-se do pastorado, modalidade de condução de homens e almas comum a diversas tradições da antiguidade, mas que encontrou no cristianismo sua forma mais profunda e ampliada. Essa relação de poder entre pastor e rebanho encontra, de fato, uma série de aproximações possíveis com o tipo governamental de poder que veio a ser exercido com a consolidação da Razão de Estado, a começar pelo fato de exercer-se não sobre um território, mas sobre um rebanho em movimento, além de ser um poder que se apresenta ao rebanho como benfazejo (tal qual o Estado em relação à população, o pastor age em relação ao rebanho tendo em vista o bem deste rebanho). Ao pastor, modelo dos procedimentos de governo dos homens no mundo ocidental, interessa a conduta de todos e de cada um dos membros do rebanho, cabendo a ele zelar pela moral individual e coletiva. Em troca à obediência, a cada um o pastor promete a salvação. A pastoral, esse “saber de todos os saberes” (FOUCAULT, 2008, p.200), ao longo dos séculos de apogeu do cristianismo como doutrina e forma de vida, constituiu-se como um poder relativamente à parte do poder político dos reis e príncipes, encarregando-se “da alma dos indivíduos na medida em que essa condução das almas também implica uma intervenção, e uma intervenção

permanente na condução cotidiana, na gestão das vidas, mas também nos bens, nas riquezas, nas coisas” (Ibidem, p.204). Assim, o pastorado cristão se tornou uma arte de conduzir, dirigir, guiar, controlar, enfim, manipular os homens, encarregando-se deles, coletiva e individualmente, ao longo de suas vidas e a cada escolha, cada momento de suas existências. Modelo, portanto, a toda série de táticas que o Estado Moderno veio a desenvolver, crescentemente, a partir de fins do século XVI, mas principal e intensamente a partir do XVIII, tendo por intuito a intervenção racional e calculada sobre o campo do desejo. A figura do pastor, que se apresentava, ao mesmo tempo, como guia para a salvação, prescritor da Lei e ensinante da Verdade foi, na Modernidade, fragmentada e decomposta, servindo de modelo formal a todo aparato engendrado para a produção do sujeito ideal aos fins do Estado. Um conjunto de profissionais, saberes, instituições e procedimentos foram constituídos a fim de conduzir o sujeito moderno a uma salvação que, agora, é terrena, e a uma felicidade que se dá na observância da lei. Como argumento inescapável, enfim, à configuração do querer, a verdade apresentada pela ciência e seus especialistas.

Fundamentalmente, os elementos que, aqui, na análise do pastorado, mais vão interessar, tendo em vista a compreensão de como se constituiu uma racionalidade de prevenção ao uso de drogas na educação, se referem sobretudo à direção e ao exame de consciência, o que envolve a problematização do “eu” e um campo de obediência generalizada, além do fato de que o pastor se relaciona com a comunidade por meio do ensino. O ensino pastoral passa por “uma observação, uma vigilância, uma direção exercida a cada instante e da maneira menos descontínua possível, sobre a conduta integral, total, das ovelhas” (FOUCAULT, 2008, p.238-239). Se lembrarmos a pesquisa de Deise Rateke, intitulada *A escola pública e o PROERD: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências* (2006), revisada e brevemente comentada na seção 1.3 desta dissertação, veremos de que maneira um poder do tipo pastoral se faz notar, na contemporaneidade, dando forma a um projeto de prevenção ao uso de drogas bastante disseminado e reconhecido no Brasil atual. E aí chegamos a um ponto-chave: “o pastor não deve simplesmente ensinar a verdade. Ele deve dirigir a consciência” (FOUCAULT, 2008, p.239). O que os policiais militares do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência se propõem a fazer é mais do que apresentar dados “verdadeiros” sobre as drogas e seus usos. Como bem aponta Rateke (2006), eles zelam pela moralidade e conduzem à salvação. Mas, para fazer isso, o pastor precisa de um tipo específico de conhecimento sobre cada ovelha, sobre cada indivíduo a ser salvo. Ele precisa saber o que faz cada um e, mais do que isso, o que pensa e sente, o que vai

na alma. É para a produção desse conhecimento que o poder pastoral faz uso da direção e do exame de consciência, colocando o indivíduo como uma questão para si mesmo. A direção de consciência como prática permanente, pelo monitoramento dos passos e escolhas cotidianas. “Quanto ao exame de consciência, seu objetivo não era cultivar a consciência de si, mas permitir que a consciência de si se expusesse por completo a seu diretor – revelando-lhe as profundezas da alma” (FOUCAULT, 1990, p.87). Organiza-se, aí, uma relação inédita, e que será apropriada e transformada de diversas maneiras ao ser inserida no marco dos novos mecanismos de poder que emergem principalmente a partir da segunda metade do século XIX, como as ciências psicológicas. Essa relação envolve obediência ao diretor de consciência, um conhecimento sobre si mesmo e a confissão, a exposição da alma à análise desse diretor. O “eu” problematizado abre a possibilidade de instituição de um instrumento que será, a partir da Modernidade e, quero crer, na emergência da prevenção ao uso de drogas na educação, fundamental ao exercício do poder: a autovigilância, o autocontrole, ou seja, a condução da própria conduta, dispensando o aparato coercivo, de custosa e complexa operacionalização. Ideal da civilização, o sujeito que regula a si mesmo, que não cede aos prazeres proibidos e não se constitui em um fardo para a sociedade, é o sujeito desejado pelo Estado que institui a prevenção ao uso de drogas, como pretendo deixar claro no próximo capítulo desta dissertação.

A emergência da população como problema de gestão prioritário dos estados modernos faz com que estes reorganizem a tecnologia pastoral, adaptando-a às suas necessidades. O modelo fornecido pela pastoral, com sua capacidade de gestão contínua e permanente, foi apropriado pelo tipo de racionalidade implementada no exercício do poder estatal, servindo como referência ao desenvolvimento de técnicas de governo da vida dos indivíduos e da população, especialmente a aspectos relacionados com a conduta em termos de saúde e moral. Aí a marca principal da nova racionalidade política que emerge na Modernidade, voltada ao governo das condutas em seus mais ínfimos e, como veremos, cada vez mais, íntimos detalhes. Essa nova configuração dos procedimentos estatais, orientados para a produção de táticas de governo e controle das condutas, intervindo em domínios progressivamente mais afastados daquilo que, tradicionalmente, era concebido como objeto de ação do Estado, modificando os limites conceituais da intimidade, do público e do privado, constitui aquilo a que Michel Foucault se refere como o fenômeno da *governamentalização* do Estado Moderno, ou seja, a adoção, por parte deste, de um modo específico de exercício do poder, o governo. É essa nova forma de proceder do Estado, operacionalizando seus

instrumentos administrativos de acordo com tipos específicos de racionalidade, que vai voltar sobre as condutas dos indivíduos um olhar diverso daquele que anteriormente lhes eram postas. Governamentalidade é o nome que Foucault confere a esse aparato estratégico formado “pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (2008, p.143).

Essa nova maneira de exercer o poder, que envolve o Estado, organizando-se em torno dele, mas também ultrapassando-o e disseminando-se por diversas instâncias sociais, ela vem a somar-se e produzir modificações a partir de sua interação com a subsistência de elementos característicos à forma de poder da soberania. Nessa trama de poderes, formas disciplinares e de soberania coexistem com as novidades introduzidas pelo poder de governo, compondo um mosaico tático e técnico com o qual o Estado conta para o efetivo controle da população, mosaico este que impregna os textos legais¹⁰, eles próprios não princípios, mas instrumentos de exercício do poder. No que se refere aos mecanismos disciplinares, pode-se dizer que eles passam a operar em conformidade à lógica do governo, enunciando normas, instituindo comportamentos desviantes e demarcando os limites rígidos entre as condutas corretas e as anômalas. Uma vez instituída a normalidade, com seu caráter inegável de verdade (produção da verdade como modo de exercício do poder), rubrica sob a qual somente os loucos não buscam se posicionar, sua consequente transformação em lei cristaliza as disposições disciplinares e efetivamente criminaliza comportamentos, conferindo ao Estado um valioso instrumento de imposição de seus objetivos sem a necessidade de se embrenhar em temas de moralidade, valores, filosofias de vida. Como escreve Rodrigues (2004, p.24), “as leis não são reflexos do poder do Estado, mas, antes, operadoras de diferentes técnicas de coerção; através das leis, os dispositivos de segurança encontram amparo legitimado nos códigos para agir, presentificando os mecanismos de disciplinarização”. A prescrição legal, em seu uso tático, então, funciona como reforço da verdade da norma e, conseqüentemente, como reforço do poder que, por meio dela, se exerce. Mais do que isso, a lei se exerce sobre um corpo social cuja coesão é garantida por meio de uma série de coerções disciplinares. Todo um arsenal, portanto, de instrumentos e recursos a serem sacados no exercício da

¹⁰ Nas leis antidrogas editadas no Brasil ao longo do século XX, por exemplo, pode-se notar formas de dominação características das relações de soberania, bem como táticas disciplinares de gestão dos corpos, marcados pelo estigma do uso de drogas.

governamentalidade, delimitado, mas também articulando-se, por meio do direito e dos mecanismos disciplinares.

Esse exercício da governamentalidade, ao menos no que interessa aos fins desta dissertação, pode ser compreendido nos termos de um investimento na vida dos indivíduos e da população. Tendo sido esta conceitualizada como conjunto de seres vivos marcados por fenômenos biológicos próprios, o modo de governo desse conjunto se constitui por meio de uma racionalização desses fenômenos (saúde, higiene, natalidade e mortalidade...), a que Foucault (2003) chama de *biopolítica*. Nessa transformação de aspectos da vida biológica em assuntos políticos e objetos de gestão, cabe ao Estado governamentalizado garantir as condições para que a população, enquanto espécie humana, se desenvolva, ocupe o território, produza e se comporte das formas adequadas para que o Estado perdure, se fortaleça e assuma seu lugar na concertação internacional. Mais do que simplesmente submeter os indivíduos a regimes de trabalho, esse tipo específico de racionalidade governamental vai se dedicar à produção de conhecimento acerca das especificidades humanas, desenvolvendo técnicas para conhecer a medida exata da concessão, sob a forma de políticas sociais (serviços públicos de saúde, projetos de habitação), necessária para o máximo aproveitamento econômico, com a mínima contestação política por parte da população.

Se, na forma de exercício do poder da soberania, paira sobre a cabeça do súdito sempre a ameaça da espada, constituindo a repressão violenta um recurso cujo emprego depende da vontade do soberano diante do descumprimento de obrigações por parte do súdito, em sua forma governamental o poder conta com outros, e mais sutis, recursos, para além da ameaça constante de repressão. Racionalizado como *biopoder*, o governo da vida “terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos” (FOUCAULT, 2003, p.135), em suma, capazes de posicionar todo e qualquer indivíduo em relação à norma. O funcionamento do Estado, a partir do século XVIII, cada vez mais se pauta pela constituição de sistemas de vigilância e normalização, lançando mão de aparelhos médicos e administrativos capazes de dizerem a verdade sobre o sujeito, criando assim as condições para a fabricação de certos tipos de sujeitos obedientes a sua verdade, aptos ao fortalecimento do Estado e adaptados à ordem social. Dentre as diversas estratégias de que o Estado lançou mão, tendo em vista a consecução desses fins, aquela que aqui mais vai nos interessar é a da medicalização das relações sociais, que passa pela reforma dos espaços urbanos, as campanhas e esforços de vacinação da população, o controle sobre a produção de alimentos, enfim, todo um conjunto de atribuições relativas à vigilância sanitária que assumem, aqui,

centralidade. No Brasil, merecem destaque, como marcas do exercício do *biopoder*, a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, em 1904, e a reurbanização do centro da cidade do Rio de Janeiro, com a expulsão de comunidades pobres para regiões periféricas, o que deu origem às favelas naquela cidade. O historiador Sidney Chalhoub (1996) mostra detalhadamente como os “cientistas da Higiene” foram assumindo, em nosso país, desde a segunda metade do século XIX, mas principalmente no início do XX, com a proclamação da República, uma posição de grande influência nos rumos das políticas públicas. Esses cientistas se notabilizaram pela defesa de uma administração “técnica”, “não-política”, “eficiente” do Estado, orientada unicamente por critérios “científicos”, ou seja, “neutros”¹¹, e foram os principais personagens das iniciativas de higienização dos espaços públicos. Tendo diagnosticado que “os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade”, constituindo “focos de irradiação de epidemias” e “terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos” (CHALHOUB, 1996, p.29), os higienistas, atentos ao “perigo de contágio” que a presença desses grupos e suas habitações representavam, empreenderam, com o apoio estatal e de empresários dos setores imobiliário e de transportes, profundas reformas urbanas, demolindo habitações consideradas insalubres e expulsando seus moradores para regiões distantes e “menos importantes” das cidades. Nessa “biopolítica à brasileira” tratou-se, também, de erigir “as condições de higiene pública como o elemento definidor do grau de civilização de um povo” (Ibidem, p.44).

Na Europa ou no Brasil, o passo seguinte a esse movimento é que o corpo se torna o objeto político por excelência, pois é nele que se encarnam a falta de cuidados com a saúde e a higiene e a partir dele se propagam doenças. O que os indivíduos fazem com seus corpos, nesse sistema de inteligibilidade, se torna uma preocupação pública, fazendo das mais variadas práticas corporais objetos de governo. Esse momento de busca por saneamento do corpo, caracterizado por filosofias higienistas, marcou, no Brasil, as primeiras décadas do período republicano, quando a vontade de projetar o país na modernidade, planejando seu progresso e inserção mundial, influenciou fortemente a produção de saberes, de políticas e a ação das instituições sobre a população. Na esteira da abolição da escravatura, que lançou nas cidades grandes contingentes de ex-escravos, agora desempregados, um componente racial muito marcado deu o tom dessa “biopolítica à brasileira”. Para Chalhoub (1996), o impacto da abolição da escravatura sobre as relações de trabalho levou os grupos políticos mais influentes

¹¹ Evidentemente, encontramos aqui, diante de concepções positivistas de ciência, marcadas pela crença na possibilidade de separação total entre ciência e conceitos políticos.

a desenvolverem uma série de estratégias tendo em vista uma nova organização dessas relações, sem perda da capacidade produtiva. Assim, determinados grupos sociais, principalmente os negros, foram lançados em uma lógica de dominação bastante diferente daquela que orientava as relações entre senhores e escravos: tratava-se, agora, do desenvolvimento de novos mecanismos de manutenção da ordem e de controle dessas populações “perigosas” e potencialmente desestabilizadoras. Começa a engendrar-se, nessa época, uma lógica de controle que, ao longo do século XX, terá na carteira de trabalho e na criminalização da ociosidade alguns de seus mecanismos principais, de modo que “se não era mais viável acorrentar o produtor ao local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar” (Ibidem, p.24). Esse tipo de mecanismo tem por fundamento uma série de considerações “científicas” sobre a “natureza” do negro e os hábitos “viciosos” dos pobres, constituindo-se em uma espetacular e politicamente vantajosa aliança entre Ciência e Capital.

Num tal contexto de implementação de estratégias biopolíticas, a família e a escola ocupam papel de destaque, enquanto espaços de constituição do governo moral, funcionando como instrumentos para o governo da população acerca de temas como hábitos de higiene e de consumo e questões de natalidade. A introjeção de formas de vida adequadas à racionalidade governamental encontrou nessas instâncias um espaço fértil ao desenvolvimento de campanhas e iniciativas voltadas à adoção, por parte da população, de hábitos saudáveis. Tratava-se, no curto prazo, de reprimir a ociosidade dos adultos e, no longo prazo, de cuidar da educação dos menores para que não repetissem os hábitos viciosos de seus pais (CHALHOU, 1996, p.29). No que se refere especificamente à escola, esses temas serão trabalhados com maior profundidade na seção 3.1 desta dissertação, voltada à compreensão de como a instituição escolar e seus profissionais foram instrumentalizados pelo Estado para a realização do intento preventivo em relação às drogas.

É importante compreender de que maneiras, para esse tipo de racionalidade, aqui descrito em seu processo de fundamentação dos procedimentos do Estado governamentalizado, a medicina se constitui em um instrumento de normalização. A crescente expansão dos saberes médicos, de um campo eminentemente técnico, voltado ao tratamento de enfermidades, para um amplo campo moral (FIORE, 2007), ao longo do século XX, confere a esse tipo de saber um estatuto privilegiado: a determinação do normal e do patológico. Não apenas a determinação da saúde física, como também a da saúde moral passam, cada vez mais, pelas descrições médicas. Trata-se de um saber que serviu

perfeitamente ao exercício do poder governamental, fornecendo-lhe um aparato não só técnico, como também filosófico. A associação do Estado com a medicina foi uma etapa importante no fortalecimento de ambos, pois o saber médico, ao conferir cientificidade ao exercício do poder por parte do Estado recebe, por seu turno, a legitimidade e a chancela estatal para expandir seus domínios, seus campos de influência e suas próprias práticas de governo. As normas, apresentadas como verdades sobre sujeitos específicos, historicamente têm sido apropriadas pelo Estado enquanto justificam de suas políticas de saúde e segurança, por meio das quais o bem coletivo é garantido. Só dessa maneira tem sido possível a implementação de estratégias de controle social, destinadas à identificação, vigilância, perseguição e exclusão de “anômalos sociais” ameaçadores da ordem. Como lembra Chalhoub (1996), foi por meio de um arrazoado médico que os higienistas “demonstraram” a necessidade de demolição dos cortiços e expulsão de seus moradores, descritos como propagadores de vícios e epidemias. E não tardaram, em seu intento, em contar com o entusiasmado apoio dos meios de comunicação e de amplos setores da população.

Esse modelo de exercício do poder de governo por parte do Estado se dissemina pelo mundo ocidental ao longo dos séculos XIX e XX. Abandonando, em grande medida, os procedimentos puramente coercitivos de imposição das leis, o Estado passa a funcionar muito mais em termos de táticas de gestão das condutas, fazendo da própria legislação um constante movimento tático de fixação dos limites à ação dos indivíduos. Nesse sentido, são os modos de atuação do Estado o que se atualiza e transforma, não exatamente seus fins. Trata-se, ainda, de fazer da população um recurso, no entanto as formas de realização desse intento se sofisticam, o tipo de poder empregado se sutaliza e se volta, progressivamente, mais do que à imposição de padrões de conduta, à conquista da adesão dos conduzidos. O grande ideal do governo é exercer-se sobre sujeitos livres, cujas finalidades se harmonizam às finalidades estatais. Mais uma vez, a esfera do querer assume centralidade e o jogo do poder se dá, cada vez mais, de formas discretas, quase imperceptíveis, porém extremamente atuantes, presentes e eficientes. A medida em que aumenta o campo de intervenção do Estado e se introjetam, nos sujeitos disciplinados, os parâmetros de normalidade, mais condições têm as instituições de efetivamente fazerem valer tais normas, encontrando crescente respaldo na sociedade para os procedimentos de perseguição e exclusão daqueles que, por diversas razões, insistem em adotar comportamentos “anormais” ou “errados”. A própria sociedade normalizada exige do Estado, em um processo que se retroalimenta, sua separação em relação

aos diferentes, compreendendo a “realidade” por meio das categorias fornecidas pelos saberes normalizadores, na configuração de uma espécie de “pacto de normalização” entre sociedade e Estado. Apela-se, assim, ao desenvolvimento de programas estatais de intervenção e saneamento de hábitos “doentes”, em um processo no qual a anormalidade é vista cada vez mais como uma afronta, uma negação da civilização, uma vergonha, algo que deve ser extirpado do seio social. Contando com respaldo entre setores chave da sociedade civil, está aberto o caminho ao Estado para a implementação de táticas diversas de normalização: do internamento em instituições fechadas, a fim de “recuperar” os desviantes, a sua sumária exclusão, possibilitada a partir da edição de legislações criminalizadoras de condutas indesejadas. Uma vez criminalizadas, tais condutas se tornam o atestado de antagonismo entre os desviantes e a sociedade “sadia”, de modo que, transformada em lei jurídica, uma norma pode mais facilmente furtar-se a sua própria problematização. Não problematizada, a norma tornada lei assume uma forma de naturalidade, como se fosse referente a práticas naturalmente condenáveis, esquecendo-se o processo histórico ao longo do qual, peça por peça, esse mecanismo legitimador de certos modos de vida e perseguidor de outros, foi montado. A articulação desse sistema e sua constante retroalimentação tornam evidente e “justo” que certos comportamentos sejam punidos ou sofram diversos níveis de intervenção. O desviante, então, aparece como aquele que nega a coletividade, aquele que, por meio dessa negação, a coloca mesmo em risco, ao não assumir como seus os comportamentos corretos, a todos prescritos. De certa forma, o desviante, ao atentar contra tudo aquilo que a coletividade quer para si, atenta, automaticamente, contra o bem e a verdade, pois não há sociedade, na tradição de pensamento dominante na cultura ocidental, que não queira para si o bem e a verdade.

No que se refere à verdade, esta tem sido, historicamente, no Ocidente, um instrumento para o exercício do poder, de modo que “lá onde existe poder, onde é preciso que exista poder, onde se quer mostrar efetivamente que é ali que reside o poder, então, é preciso que exista o verdadeiro” (FOUCAULT, 2007, p.279). Assim, o surgimento de novas formas na *vontade de verdade* fazem aparecer novos saberes, tendo ambas as coisas, em sua origem, uma vontade de poder. Segundo Veiga-Neto (2007, p.103), “a *vontade de verdade* não deve ser entendida no sentido clássico de amor à verdade, mas sim no sentido de busca de dominação que cada um empreende”. Dessa forma, a vontade de verdade historicamente se volta a materialidades não capturadas, às *exterioridades selvagens*, a fim de sabê-las, dar-lhes nomes, compô-las como Conhecimento. A fim de efetivar-se, após recortar “o real” de um

modo específico e, claro, arbitrário, essa vontade de domínio engendra suas tecnologias de saber, seus aparatos de produção de saberes capazes de determinar a verdade daquilo que outrora lhe era “estranho”, “selvagem”, “indizível”. Poder, saber e verdade, assim, imbricam-se e constituem interdependências diversas, produzindo histórias de transformações (e retransformações) de aspectos do mundo em Conhecimento. Em tais histórias sempre a contingência está presente, bem como o conflito, o desejo, a vontade de poder, a vontade de saber e, como instrumento do poder e “resultado” do saber, a verdade. Ou melhor, a Verdade. Assim, produzir enunciados de verdade se torna um objetivo primordial, ou, em outras palavras, “desvelar a verdade” das coisas, dos acontecimentos, das pessoas, se torna uma função importante que a moderna sociedade ocidental confere a suas instituições e especialistas. Ao longo dos séculos, a cultura ocidental, de formas variadas, em contextos variados, tem desenvolvido mecanismos de produção da verdade, farol da coletividade. Da moralidade ao direito e, deste, à ciência médica, campos de saber se formam e estruturam seus rituais em torno do “culto à verdade” e da absoluta necessidade de conhecê-la, possuí-la, engendrará-la, fazê-la aparecer a fim de, em torno dela, gerir a vida social. Deste modo, a partir da segunda metade do século XIX, acompanhando a progressiva implementação da racionalidade política de governo nas ações estatais, as ciências médicas iniciam uma formidável escalada em termos de influência e prestígio social. De alvo do descrédito e da desconfiança das populações, no XIX, essa forma de saber vai progressivamente ampliando seus campos de atuação, ultrapassa o estatuto de simples técnica e impõe, a crescentes grupos populacionais, suas formas de conceitualizar “saúde”, “doença” e, fundamentalmente, uma moralidade bastante específica, assentada na obrigação com a “vida saudável”, nos termos em que os especialistas a proclamam. Descobrimos convergências de interesses com o Estado governamentalizado, o poder-saber médico formula as normas da vida social contemporânea e institui modos peculiares de se problematizar a diferença, tratada como anomalia. Uma vez posicionados como anormais, determinados hábitos e determinados grupos sociais passam a ser revestidos de uma “aura problemática” que deve ser transformada, sanada. Cabe à ciência médica o estudo e a descrição dessas anomalias. Emprestando seu saber ao empreendimento do controle social, compete aos especialistas médicos fazer emergir a verdade explicadora e redentora, capaz de trazer de volta o equilíbrio perdido, a ordem ameaçada pela diferença inominável, pelos comportamentos estranhos. Cabe, em outras palavras, a esse tipo de saber, na sociedade contemporânea, encontrar um lugar na cultura para aqueles cujas práticas desafiam as taxonomias: doença e delinquência são as duas rubricas sob as quais será

posicionado, a partir de fins do século XIX, especialmente nas grandes metrópoles do mundo ocidental, um vasto contingente populacional, constituído por indivíduos que professavam as crenças erradas, que tinham corpos ou mentes cujo funcionamento era inadequado, enfim, que faziam uso das drogas erradas. As táticas governamentais de controle populacional veem nos procedimentos médicos de demarcação da normalidade, identificação da anomalia, prescrição do saneamento, um modelo bastante produtivo para o exercício do poder, o qual já não podia se dar, como na lógica da soberania, tão somente pela constante ameaça repressiva. O poder de governo se exerce pelo e para o bem, conta com a adesão do governado e zela por sua vida. Assim, os procedimentos e o discurso médico assumem, ao longo de todo o século XX, a condição de paradigma de uma política de gestão dos corpos capitaneada pelo Estado. A racionalidade voltada à produção do governo, que desde o século XVIII dá forma aos tradicionais fins estatais de maximizar suas forças através de uma gestão populacional econômica e eficiente, que se efetive sem prejuízo à ordem política, social e econômica, enxerga, deste modo, na racionalidade que informa as técnicas médicas, um modelo exitoso de controle: asséptico, técnico, voltado ao bem-estar. Mas a associação entre Capital, Estado e Medicina se mostra ainda mais profícua. Nas palavras de Rodrigues (2004, p.26), “os métodos de catalogação das doenças, de ordenação do espaço, de combate às epidemias, de pesquisa em busca de novas curas e de higienização da vida interessam diretamente ao Estado como instrumentos para o governo dos homens”. Note-se, então, que é em grande medida nas práticas médicas que o Estado governamentalizado vai buscar, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, seu modelo de gestão e controle das populações, modelo este que encontra na norma produzida pela ciência médica seu modo de formulação das verdades necessárias ao exercício do poder. A lógica do saudável e do doentio se torna um parâmetro de classificação de pessoas e práticas sociais que, fora dessa “grelha” ou desse sistema de pensamento, mantém abertas possibilidades diversas de entendimento. E isso sem falar de todo um mercado que se constitui em torno da busca pela saúde, responsável pelos lucros astronômicos da indústria farmacêutica no mundo contemporâneo. O vocabulário médico se populariza e passa a ser utilizado na descrição de fenômenos cuja inteligibilidade encontrava-se associada a outras racionalidades (torna-se possível qualificar sistemas econômicos ou relacionamentos interpessoais como estando “saudáveis” ou “doentes”). Tal qual sucedera ao campo da economia, que no século XVIII extrapola as barreiras da esfera doméstica, tornando-se uma racionalidade empregável na gestão do Estado (e que ao longo do século XX também “invade” outras instâncias, erigindo-se em modelo de inteligibilidade a uma série de

domínios não propriamente “econômicos”, como a família, a natalidade, a delinquência e a política penal) (FOUCAULT, 2008b), também a medicina, no século XX, “exporta” seus esquemas de análise e critérios de decisão a outros campos, especialmente o cotidiano da população. Associação, portanto, entre medicina, Capital e Estado governamentalizado.

Retomando, mais uma vez, o mapeamento das rupturas (quase sempre, parciais) entre os modelos da soberania e da governamentalidade, especialmente no que têm de relevantes, no meu entendimento, para os fins de se compreender como se tornou possível, a partir de que racionalidades, a emergência da prevenção ao uso de drogas na educação, menciono uma modificação fulcral: enquanto, no modelo da soberania, tratava-se de investir no soberano, elencando as características de sua posição, listando as qualidades necessárias para que esta figura ímpar constitua, por si só, o fundamento de um determinado tipo de poder, trata-se, no contexto de um Estado que se governamentaliza (mas mesmo ainda antes, quando do aparecimento das disciplinas como instrumentos do Estado administrativo), de um investimento sobre os súditos. Assim, fazer dos indivíduos sujeitos de determinados tipos, inseri-los, na totalidade de seus tempos e espaços, de sua experiência, enfim, em uma rede de dominações diversas, tornando seus corpos, comportamentos, vontades e valores objetos a serem constituídos ao longo de processos de socialização cada vez mais mediados pelo Estado e suas instituições, eis a metodologia do poder em suas formas modernas de exercício. Organizam-se, principalmente a partir do século XVIII, instituições voltadas ao desenvolvimento de saberes e técnicas capazes de instituir formas de pensar, sentir e viver adequadas ao projeto de um Estado forte e competitivo, apto a sobreviver em um mundo sem instâncias superiores aos estados e sem regulamentos que mediem em toda a sua extensão as possibilidades de relações interestatais. Escola, fábrica, exército, prisão, manicômio... Os instrumentos de um Estado que requer um tipo específico de população, detentora de alguns conhecimentos e não outros, capaz de produzir e consumir de modos específicos, de valorizar alguns comportamentos e não outros, pautando-se por algumas verdades e não outras. Do século XVIII ao século XXI, aspectos desse projeto modificaram-se em alguma extensão e profundidade, novos elementos foram incorporados, outros secundarizados, mas certas formas mantiveram-se, cristalizadas em instituições materiais ou mentais, em modos de fazer e de pensar e, de maneira profunda, em modos de dizer.

Fazer a história das tecnologias de poder que a Humanidade produziu constitui a ousada empreitada a que Michel Foucault se lançou, especialmente em suas obras escritas na década

de 1970¹², e que aqui me servem de referência em meu intento de compreender a prevenção ao uso de drogas como também uma dessas tecnologias, nesse caso contemporânea, de configuração do campo possível de ação dos outros. Antes ou após a criação do Estado como espaço tático ao exercício do poder, as relações humanas em sociedade estiveram sempre marcadas pelo embate de vontades de poder, vontades que criaram mecanismos, técnicas, instrumentos, saberes, aparatos complexos voltados ao agir sobre a ação alheia, procurando delimitar sua capacidade de alcance e manifestação. Estando tais práticas disseminadas pelo corpo social, nas mais diversas épocas, mesmo que por vezes organizadas ou articuladas em torno de uma instituição aparentemente nuclear (como é o caso do Estado), cumpre ao historiador das relações de poder sofisticar e apurar suas formas de olhar, buscando, em suas análises, não partir da observação do Estado, por exemplo, como instituição irradiadora do poder, mas “captar o poder em suas extremidades, (...) nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que (...) ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento” (FOUCAULT, 1989e, p.182).

A forma como Michel Foucault conceitua o poder me serve como ferramenta para compreender a prevenção ao uso de drogas na educação. O poder, segundo o entende Foucault, não constitui algo que se possa possuir, não é o efeito determinado a partir de relações econômicas e, por fim, também não é expressão de negatividade, como pura repressão ou coação. Não sendo uma propriedade dos sujeitos ou de uma posição que estes possam vir a ocupar (havendo posições de poder e posições onde não há poder), o poder, na acepção foucaultiana, constitui algo que existe em ato, sob a forma de seu exercício e nunca separado dele. Assim, o poder não tem dono nem lugar definidos, constituindo algo cujo exercício é positivo no sentido de produtor de coisas, realidades, sujeitos. Nada mais distante das concepções tradicionais do poder como algo que se impõe e oprime, aqui o poder faz acontecer, faz viver, faz existir, coisas, eventos, sujeitos, de determinadas formas. O poder, então, enquanto relação humana em sociedade, perpassa sujeitos e ordenamentos sociais, constituindo algo que todos exercem e todos sofrem, em todas as relações de que participam. Claro, ninguém exerce ou sofre o exercício do poder da mesma forma que outrem, mas, de diferentes maneiras, em diferentes intensidades e condições, a experiência do exercício do

¹² Destaco, aqui, como representantes desse domínio da obra de Foucault, os cursos *Em defesa da sociedade* (1975-1976), *Segurança, Território, População* (1977-1978) e *O Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), bem como o livro *Vigiar e Punir* (1975).

poder, de forma ativa e passiva, é comum a todos os indivíduos, os quais sofrem e exercem poder ao mesmo tempo. Sendo assim, pode-se pensar as relações sociais como atravessadas por redes de poder que têm nos indivíduos seus centros de transmissão. Estes, perpassados continuamente pelo poder, não podem ser entendidos como núcleos separados dos poderes que os atravessam, mas, diferente disso, devem ser compreendidos, eles mesmos, como efeitos de relações de poder que os antecedem e que, ao longo de suas existências, constantemente os posicionam como sujeitos deste ou daquele tipo em relação a esta ou aquela forma de relação social. É assim que, para Foucault, o estudo do sujeito enquanto efeito e também transmissor do poder, deve se dar no sentido de “tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente” os sujeitos, “a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc. Captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos” (FOUCAULT, 1989e, p.182-183). Trata-se, pois, de conceber o sujeito não como uma substância que, separada do poder, o possui ou não, mas sim de compreendê-lo como algo que foi possibilitado pelo poder, ou, em outras palavras, como um resultado de uma forma particular de circulação do poder, em uma época e cultura específicas. Estudar o sujeito é, então, estudar as formas através das quais ele veio a aparecer do jeito que aparece, buscando compreender por meio de qual configuração do poder ele se tornou possível.

Prosseguindo na caracterização da analítica do poder para Michel Foucault, trata-se de abandonar a suposição da existência de um centro irradiador do poder, a partir do qual ele se dissiparia pelo tecido social. Tal linearidade do poder, na acepção foucaultiana, não existe. De forma inversa, para Foucault o exercício do poder encontra-se capilarizado pela sociedade, no que se torna bastante produtivo, ao pesquisar questões relacionadas com o poder, perscrutá-lo nos níveis locais e particulares, atentando para as formas pelas quais se exerce nas pequenas relações, circula sobre os corpos, marcando-os ao perpassá-los. Quer dizer, mais do que voltar o olhar somente para as grandes instituições, processos e figuras históricas, a análise das relações de poder se volta aos níveis mais baixos e, aparentemente, irrelevantes, onde processos por vezes sem qualquer relação com os fluxos “oficiais” de poder se dão a ver e deixam suas marcas, por vezes mais profundas e ricas em desdobramentos do que aqueles fluxos. Assim, não se trata de procurar a linha através da qual o poder se desloca do centro às múltiplas periferias, mas, de outro modo, trata-se de buscar compreender de que maneiras o poder exercido nessas “periferias” se relaciona com as práticas mais globais ou centrais de seu exercício. Não se trata, portanto, de investigar um poder muito poderoso, que, gerado em

instâncias superiores, derrama-se sobre os níveis mais baixos, determinando as relações sociais. Sendo o poder um modo de relação entre os homens vivendo em sociedade, ele se encontra disseminado pelas mais diversas instâncias sociais, em cada uma delas apresentando formas, colorações e intensidades próprias, as quais, de distintas maneiras, relacionam-se umas com as outras. É claro que nem todas essas instâncias, em uma época e cultura específicas, se apresentam da mesma forma, com as mesmas condições de dominação, mas em cada uma delas podem ser estudados processos particulares, nos quais os diferentes poderes se apresentam com distintas intensidades, desdobramentos e níveis de penetração. Ou seja,

não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo. [Deste modo], creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais; como poderes mais gerais ou lucros econômicos podem inserir-se no jogo destas tecnologias de poder que são, ao mesmo tempo, relativamente autônomas e infinitesimais. (FOUCAULT, 1989e, p.184).

A analítica foucaultiana do poder, portanto, orienta-se pela percepção das relações que se estabelecem entre as variadas formas de exercício do poder em distintos níveis. Trata-se de atentar para as maneiras através das quais algumas técnicas de exercício de poder desenvolvidas e implementadas em níveis locais podem vir a ser apropriadas, confiscadas ou repetidas em níveis globais, ou, dito de outro modo, atentar para como grandes grupos econômicos ou políticos se utilizam de estruturas e/ou procedimentos locais voltados ao exercício do poder para desenvolver mecanismos de sujeição em nível global. Como escreve Thiago Rodrigues, de diversas maneiras ocorre que “mecanismos de poder que passam a ser econômica e politicamente úteis são incorporados pelas estratégias estatais de gestão e controle dos homens e das populações” (2004, p.28) É assim que alguns mecanismos utilizados, pela medicina por exemplo, mas também pela psicologia, pelo *marketing* e a publicidade, se tornam interessantes aos fins do Estado, que passa a incorporá-los, transformando-os, articulando-os a diferentes domínios, direcionando-os a diferentes grupos sociais. No que compete à medicina, o Estado não tardou a vislumbrar na sua capacidade em instituir normas, circunscrevendo a anormalidade dentro de certos limites e, uma vez isto feito, retirando dessas práticas e praticantes qualquer pretensão à legitimidade, o Estado não tardou a ver nisso uma valiosa possibilidade política para o monitoramento e intervenção

sobre o corpo social, a identificação daqueles grupos cujas práticas eram potencialmente nocivas, do ponto de vista da racionalidade estatal, e a perseguição e exclusão (sob diferentes formas) desses mesmos grupos. Emergência, portanto, de uma nova forma de perseguição política, fundamentada em saberes e operacionalizada por meio de técnicas e aparelhos de identificação e normalização (recuperação ou exclusão), por meio dos quais tornou-se possível ao Estado intervir diretamente sobre a sociedade, com o argumento de protegê-la, subtraindo-se a qualquer necessidade de aceitação, diálogo ou concertação com formas de vida descompromissadas, desinteressadas, ignorantes ou impossibilitadas de atender a suas demandas. Do mesmo modo, em relação a outros campos, na medida em que se acentuava e se diversificava taticamente a necessidade do controle social, apropriava-se o Estado de mecanismos de poder neles gestados: as verdades psicológicas fundamentaram modelos de educação pública, estratégias persuasivas serviram de modelo a campanhas estatais etc.

Em última instância, a Foucault interessa, na análise do poder, captá-lo em suas formas de exercício nas instâncias mais afastadas dos “grandes centros” de decisão, de onde uma analítica diferente suporia sua emanção. Interessa procurar perceber o poder em ato, exercendo-se nas relações humanas, efetivamente delimitando as condições da vida dos sujeitos, interferindo em suas condutas e pensamentos. É aí, nos espaços onde a vida é vivida, que se constituem e se dão a ver tecnologias de poder que, mostrando-se úteis em termos políticos e econômicos, são apropriadas, institucionalizadas, levadas aos circuitos nos quais se exerce o poder microfísico, onde se constituirão em táticas mais gerais destinadas à condução das condutas dos indivíduos. Importa, então, tentar compreender de que maneiras essas tecnologias de poder extrapolam os espaços microfísicos até tornarem-se grandes estratégias de controle: que discursos as fazem circular? Quem os enuncia? Quando, onde e de que formas? Como se gestaram? Em que momento? Que forças concorreram em sua constituição? É um pouco disto que pretendo realizar com a presente investigação. Quero compreender, no caso do aparecimento de uma estratégia geral de prevenção ao uso de drogas no Brasil, a qual teve e tem na educação e, mais especificamente, nos tempos e espaços escolares, um instrumento primordial, onde e de que formas, atendendo a que tipos de racionalidade, ela foi enunciada. Quais foram seus enunciadores? Que forças convergiram e divergiram na determinação de sua racionalidade própria, de suas técnicas, objetivos e dos saberes que a justificam? Bem como, compreender as relações apreensíveis entre o Estado, organismos internacionais, corpos profissionais específicos, especialistas vinculados a variados campos de saber na constituição da prevenção ao uso de drogas como tema educacional. Ou, perguntando

de um modo mais simples e direto: como foram racionalizadas as relações de poder que tornaram a prevenção ao uso de drogas, no Brasil, uma temática concernente à educação?

2.2 Ferramentas de inspiração genealógica na constituição de um olhar

Pretendo, nesta seção, seguir apresentando os elementos que têm constituído minha forma de olhar para o tema da minha dissertação. Se na seção 2.1 me concentrei em descrever de que maneiras um tipo específico de poder emergiu nas sociedades ocidentais, ampliando para campos como os hábitos pessoais e a intimidade a esfera de alcance dos instrumentos de controle social, e sugeri a compreensão da prevenção ao uso de drogas como uma estratégia lançada pelo Estado, na contemporaneidade, tendo em vista o governo da população, agora pretendo apresentar de que modos, ou melhor, por meio de que lentes concebo um olhar voltado à historicização da prevenção às drogas na educação. Penso que, tratando-se de um empreendimento que supõe a desnaturalização de algo sempre colocado como óbvio e necessário (o enunciado “devemos fazer prevenção ao uso de drogas nas escolas”), esta pesquisa, para seu bom desenvolvimento, passa pela constituição de uma certa forma de pensar historicamente, forma esta muito importante para que se compreenda como foi composta essa “óbvia necessidade” de se prevenir os usos de drogas nos meios escolares. No que tange às formas pelas quais a prevenção dessas práticas tornou-se uma questão demandada aos profissionais da educação, penso que se poderiam contar, certamente, várias “histórias” sobre como isso aconteceu. Nas próximas páginas o que farei é apresentar referenciais que orientam uma história particular do fenômeno estudado, a qual, a julgar pela revisão de literatura realizada, penso poder trazer subsídios importantes para a reflexão sobre prevenção, sobre educação e sobre a questão do uso de substâncias psicoativas.

Em linhas gerais, pode-se dizer que busco indicações naquele conjunto de procedimentos e orientações do olhar a que Michel Foucault chamou de *genealogia*, conjunto que tem por questão central “o poder e sua importância para a constituição dos saberes” (MACHADO, 1988, p.188). Tratando-se, nesta dissertação, de investigar como a prevenção ao uso de drogas emerge enquanto tecnologia de poder que se utiliza estrategicamente de saberes para sua efetivação, penso ter nos procedimentos genealógicos sugeridos por Foucault uma valiosa ferramenta de trabalho. Não se trata, contudo, propriamente, de um trabalho genealógico na exata acepção do filósofo francês, mas sim de um trabalho que procura nessa

maneira de fazer pesquisa uma inspiração. Assim, interessa muito mais observar o estilo de pensamento que esse filósofo consagrou do que procurar seguir um programa rígido de pesquisa, atentando para categorias e instrumentos que devam ser utilizados. É, sobretudo, desprovido de receitas que tomo em mãos um conjunto de documentos, tendo em vista, por meio de sua análise, orientada por um modo particular de olhar e de perguntar, compreender elementos importantes de uma história que, penso, não tem sido suficientemente contada, justamente aquela que se refere a como foi que a prevenção ao uso de drogas adentrou os espaços escolares. Conhecer os tensionamentos envolvidos nessa emergência é diferente de apresentar um trabalho propositivo, que sugira ações preventivas, ou que se ocupe da avaliação das mesmas. Nem mais, nem menos importante do que essas outras formas de pensar e pesquisar a prevenção às drogas, a que aqui venho propondo se contenta em trazer aos pesquisadores e profissionais da educação elementos, sem dúvida parciais, fragmentados, incompletos, mas importantes para se compreender como uma forma de pensar adentra o cenário histórico lançada a partir de um ponto no qual uma conjunção de forças desconexas se tornou possível, emergindo sob a aparência de uma unidade. Transformações, evidentemente, aconteceram desde então. Mas as continuidades são evidentes, e alguns dos trabalhos revisados na seção 1.3 desta dissertação o atestam. Quero dar a ver como a prevenção ao uso de drogas através da educação foi gestada no Brasil, procurando relacionar essa gestação com contextos internacionais e locais. O que foi feito dessa tecnologia de poder, depois de sua “entrada em cena”, não constitui objeto desta investigação, que se propõe, tão somente, a olhar, do presente, para trás, em busca de um dos pontos de ebulição desse presente. Pretendo oferecer, assim, elementos a um diagnóstico do presente e, juntando-me ao conjunto de trabalhos já produzidos sobre essa temática, dar minha contribuição ao pensamento contemporâneo sobre o uso de drogas e como viemos a pensá-lo do modo como pensamos.

É na obra de Friedrich Nietzsche (1998) que o “olhar genealógico” encontra sua proveniência, pois foi esse arguto pensador e crítico do século XIX o primeiro a apontar para uma série de problemas envolvidos com a pesquisa sobre o passado. O filósofo alemão foi um crítico da Grande História produzida pelos historiadores de então, e seu pensamento se orientava pela demarcação da singularidade dos acontecimentos históricos e das relações complexas que estes apresentam com instâncias ou aspectos da vida humana que são tidos, comumente, como desprovidos de história. Assim, Nietzsche (1998) queria enfatizar que a história não pode ser concebida simplesmente como um amplo processo, linear e causal, que conduz do passado ao presente e, também, que ela não se encontra separada, não pode ser

entendida divorciada daquilo que, em boa medida, constitui os seres humanos, a saber “os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 1989b, p.15).

O que preocupava, em diferentes épocas, autores como Nietzsche e Foucault, e preocupa uma série de pesquisadores em Ciências Humanas mundo afora hoje em dia, é o modo pelo qual se constituiu uma forma de pensar sobre as origens das coisas, forma esta que opera um esforço para encontrar a “essência exata da coisa”, considerando as coisas (pessoas, acontecimentos) como guardando em si algumas possibilidades mais puras do que outras, bem como uma identidade fundamental ou, nas palavras de Foucault, uma “forma imóvel e anterior a tudo que é externo e acidental” (Ibidem, p.17). Assim, toda pesquisa voltada à busca da origem, nesses termos entendida, supõe a existência dessa identidade primordial, constituída por um conteúdo necessária e absolutamente genuíno e idêntico a si mesmo, o qual confere à coisa, à pessoa ou ao acontecimento a sua substância própria. Caberia, então, ao pesquisador, o desvelamento dessa origem, o que equivale, certamente, à descoberta da Verdade, do princípio mesmo que dá fundamento à realidade.

Em oposição a essa forma de conceber a história e, mais amplamente, a própria dinâmica do “real”, Nietzsche (1998) propôs uma maneira diversa de entender e operar o pensamento histórico. Essa maneira, a genealogia, se difere da perspectiva anterior de maneira radical. Primeiramente, ela procura banir de sua racionalidade qualquer recurso à metafísica, tentando fazer da própria história o princípio de inteligibilidade da experiência humana. Dessa maneira, o empreendimento genealógico não se ocupa de buscas pelos segredos essenciais que se encontrariam, desde sempre, por trás das coisas, mas parte do pressuposto de que não existe algo como uma “essência” a animar as coisas, as pessoas ou os acontecimentos. No lugar da fixidez, rígida e imutável, de uma essência “sempre aí” que deve ser encontrada pela investigação histórica, a genealogia vai sugerir que as pesquisas se ocupem da reconstituição das formas pelas quais algo que “funciona como uma essência” ou que é pensado dessa forma, foi construído a partir não de uma origem definida, mas de uma multiplicidade, de um emaranhado de forças, energias, vontades, desejos, interesses, materialidades etc que não possuem, em si mesmas, qualquer relação umas com as outras e nem com a própria coisa investigada. Trata-se, portanto, de buscar na origem não mais a fonte do Ser e da Verdade, mas uma trama complexa e contingente, mesmo casual, na qual o presente é tornado possível, em grande medida, pelo entrecimento de paixões, de impulsos, em meio a conflitos, erros, intencionalidades difusas... Ou seja, o olhar do genealogista vai se pôr sobre uma série de coisas que aquela maneira tradicional de enxergar a história despreza, ao querer ver no

passado cadeias causais plenamente inteligíveis e narráveis, por vezes solenes ou grandiosas, que se cristalizam como fundamentos do presente. Para a genealogia, ao contrário, “o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as ênfases” (FOUCAULT, 1989b, p.18).

Em decorrência dessa forma de pensar, ocorre um deslizamento do sentido da noção de “verdade”. Apontando para as mudanças históricas porque passou o entendimento do que seria, afinal, “a Verdade”, Nietzsche chama a atenção para a total instabilidade desse conceito, o qual, dependendo da época e da cultura, assume formas e conteúdos diversos. Assim, olhando para como jamais houve uma permanência do entendimento acerca da “verdade”, por que razão haveríamos de supor que, no presente, as maneiras pelas quais compreendemos tal conceito sejam mais corretas ou adequadas do que em outros momentos e lugares? O mencionado “deslizamento” constitui uma reconfiguração do “foco”: não se trata mais de procurar a verdade nas coisas, entendendo-a como uma palavra com referentes concretos e determinados, mas de compreendê-la como uma forma de se referir às coisas. A verdade, nessa perspectiva, constitui mais um efeito dos modos pelos quais a multiplicidade configura e disputa “o real” do que exatamente uma propriedade das coisas em si mesmas. E isso porque épocas diferentes constroem objetos diferentes em suas descrições da “realidade”, de modo que, efetivamente, a despeito das palavras, que podem se manter idênticas em épocas diversas, os objetos se modificam, e também a própria noção de ciência. Não pode, assim, haver verdade ou erro sobre objetos que, efetivamente, não existem, tendo sido compostos a partir de práticas contextuais e contingentes com o intuito de “representarem as coisas”. As coisas, elas mesmas, no entanto, permanecem tão distantes e indiferentes como sempre estiveram. Assume centralidade, então, não mais “descobrir a Verdade”, mas sim tentar reconstituir de que formas, desde que forças, de que procedimentos, em suma, de que relações estabelecidas, em cada época, entre multiplicidades, essa ou aquela coisa passou a contar como Verdade, a partir das diferentes objetificações por que passou. Quer dizer, trata-se, antes, para o genealogista, de fazer a história das verdades, em vez de fazer a história para conhecer as verdades. Ou, dito de outro modo, trata-se de fazer “a história das práticas em que os homens enxergaram verdades e das suas lutas em torno dessas verdades” (VEYNE, ca. 1978, p.180). Para tal, autores como Nietzsche e Foucault sugerem alguns procedimentos, algumas configurações específicas dos modos de pensar a história como trama instituidora do presente.

Os começos constituem os primeiros objetos de atenção para a genealogia. Eles são entendidos como repletos de singularidades, de entrecruzamentos por vezes inesperados, que

se encadeiam, se deslocam, se apóiam e se combatem na produção de processos nos quais o acaso sempre se faz presente, processos que invariavelmente escapam às grandes narrativas centradas na causalidade e na pura ação racional. Desse modo, a história é só processo, não sendo redutível a categorias metafísicas. Cada coisa, cada sujeito e cada acontecimento se produz, portanto, na ordem do devir, em uma conjunção meticulosa de intensidades e agitações, muito diversas da unidade ideal de uma alma, uma essência, uma origem.

Foucault (1989b, p.28) se refere à genealogia nietzschiana como uma “história efetiva dos acontecimentos”, a qual joga na ordem do devir tudo aquilo que era essencializado, retirado do mundo e suas contingências, divinizado, absolutizado, transcendentalizado. Em outras palavras, o sentido histórico dessa “história efetiva”, em sua radicalidade, faz de sentimentos, de instintos e dos corpos objetos históricos, figuras do devir, necessariamente marcadas pela contingência e passíveis de serem outra coisa que não essa forma sob a qual se apresentam. O sentido histórico, ou a história efetiva, então, nos indica que não há nada que seja humano e, ao mesmo tempo, fixo e permanente, capaz de ser apreendido em sua totalidade e constância. Em conseqüência disso, a história efetiva acaba por fazer da própria história tradicional seu objeto, rompendo com o pensamento teleológico e racionalista e, também, fundamentalmente, rompendo com a maneira pela qual esta concebia o acontecimento histórico como resultado de uma continuidade, de um processo linear que se encaminharia, necessariamente, do conflito e do caos para a harmonia e a ordem, constituindo o presente o ponto final de um desenvolvimento que poderia ser apreendido, sistematizado e racionalizado, dele extraindo-se “lições” e sentidos primordiais.

Em oposição a essa concepção do acontecimento histórico como resultado de uma continuidade que poderia ser apreendida ou descoberta pelo rigor objetivo de uma ciência histórica, Foucault (1989b), leitor de Nietzsche, propõe algo diferente. Segundo ele, o acontecimento não deve ser associado àquilo que nos acostumamos a chamar de “os grandes acontecimentos da história”, ou os “grandes fatos”, mas sim a coisas como uma inversão de forças, uma modificação nos modos de exercício do poder, uma nova forma de dominação que se fortalece e “entra em cena”. Para uma compreensão mais acurada do acontecimento, no sentido foucaultiano, as noções de acaso e de acidente assumem centralidade, pois, para o filósofo, a história é feita a partir do embate de forças diversas, singulares, cada qual movida, em sua contingência, por desejos, vontades, circunstâncias particulares... Forças que se encontram sem que tal encontro constituísse parte de um plano ou projeto previamente traçado ou que pudesse ser, *a posteriori*, retraçado em seus pormenores, em suas causas e

intenções. Trata-se, portanto, de perceber a fragilidade da própria noção de processo (e de progresso), substituindo-a por uma concepção que vê o mundo como um atravessamento de acontecimentos desconexos, movidos por forças, cada qual com sua própria intensidade, sua própria direção, sua singular maneira de tentar submeter o mundo e dar-lhe forma. É o acaso que faz com que, em um determinado momento e lugar, componha-se esta ou aquela configuração das forças que emergem sob a forma de acontecimento. Portanto, quando a história tradicional, aquela dos historiadores do século XIX, procura narrar esses acontecimentos como unidades, como “fatos históricos”, ela lhes subtrai toda sua tensão interior, toda a agitação de forças que, de modo sempre precário e circunstancial, equilibram-se e tornam possível que algo possa ser nomeado e narrado como algo histórico. Esta noção de acontecimento dá forma ao modo pelo qual compreendo o Fórum de Debates que constitui meu principal material de pesquisa: entendo-o como um ponto no qual forças distintas se encontram e, em suas tensões, configuram um arranjo (mental, institucional, sustentado em saberes, em argumentos, em procedimentos, em valores e interesses diversos) ao qual chamaremos “prevenção às drogas na educação”. Voltarei, em breve, a este tópico.

Assim, uma análise genealógica tem na noção de acontecimento uma condição de inteligibilidade do presente, não no sentido de uma explicação causal, mas sim no de um esforço de reconstituição, sempre parcial, sempre necessariamente particular e marcado por uma perspectiva possível dentre outras, pois não existe método capaz de recompor um estado de forças sob a forma de uma individualidade pura. Como escreveu Foucault, “a genealogia é cinza” (1989b, p.15), ela não reconstitui o passado em sua clareza e nitidez, em suas formas elevadas, em sua racionalidade abstrata. Ao contrário, trata-se de um olhar que se volta para o presente e busca as condições de sua possibilidade, ou seja, busca compreendê-lo na ordem do acontecimento, como cenário de embates, configurações e reconfigurações de forças, cenário este que não pode ser descrito como uma totalidade, remontado como um quebra-cabeça que, ao final, exhibe uma figura perfeita e acabada. Não. O olhar genealógico opera no sentido de recompor o estado das forças no momento em que estas “entram em cena”, recomposição que só pode ser empreendida a partir de um ponto de vista particular, que necessariamente privilegiará esta ou aquela posição, esta ou aquela intensidade, sujeita que está às paixões do historiador, ser humano constituído ele próprio no jogo da história. Desse modo, a genealogia sabe-se uma perspectiva, não procurando apagar tudo aquilo que evidencia esta sua condição (as paixões, os interesses, o contexto etc), mas, ao contrário, fazendo questão de apresentar-se como tal, explicitando sua forma de ver e historicizando, antes de mais nada, a si mesma.

Ao sistematizar o estudo genealógico de Nietzsche, Foucault (1989b) atenta para o uso, por parte do filósofo alemão, de dois termos que vêm a operar como os dois objetos fundamentais da genealogia: a proveniência e a emergência. De fato, a pesquisa genealógica pode ser compreendida como uma pesquisa das proveniências e das emergências, quer dizer, trata-se de um tipo de investigação que se põe a perguntar acerca das multiplicidades que foram unificadas para constituir uma só coisa (que multiplicidades são essas? de onde elas vêm? como se relacionam umas com as outras?) e dos modos pelos quais essa coisa, em sua unidade, vem à tona, aparece enquanto unidade.

No que concerne à proveniência, procurá-la significa procurar pelas marcas sutis e singulares que se entrecruzam e formam uma rede complexa, a qual vem a constituir uma ideia, um indivíduo ou um sentimento. Trata-se, pois, de um exercício de mapeamento das marcas que se pode apreender na coisa estudada, marcas que remetem às forças que participaram da construção da coisa. Ou seja, trata-se de uma tentativa de ordenar as multiplicidades que habitam na coisa, fazendo dela o que ela é. Ou, nas palavras de Foucault, “a análise da proveniência dissocia o que é pensado como unidade” (FOUCAULT, 1989b, p.20), mostrando como a história opera composições a partir das quais pensamos e descrevemos coisas, pessoas, acontecimentos, processos, enfim, o que vamos chamar de “realidade”. Sujeitos, sentimentos ou fatos históricos são, desse modo, constructos que se formam a partir de um agrupamento circunstancial e contingente de acontecimentos, os quais se produziram em dinâmicas próprias, fragmentadas e não sistêmicas. Isso tudo vai no sentido de alertar para o casual e arbitrário da história, para a ausência de racionalidades transcendentais ao devir e capazes, por isso mesmo, de organizarem previamente os acontecimentos. Longe disso, cabe considerar que tudo que existe e tem valor para nós não nos chega como fruto de projetos ou sistemas, mas sim de confluências acidentais, de conjunturas casuais que tornam possível o presente, o Ser e a Verdade. Em tais confluências, é claro, operam, combatem, vontades, interesses, em suma, poderes repletos de intencionalidades nos modos como se exercem. Contudo, é o acaso que lança as peças no tabuleiro, ou, dito de modo mais direto, não há uma intencionalidade prévia ou transcendente a determinar que forças se encontrarão e se enfrentarão, em suas intenções de domínio, na composição do real.

Segundo Thiago Rodrigues, na análise das proveniências trata-se de “capturar os *começos inumeráveis* que vêm a ser não o instante de fundação, mas as incontáveis faces com que as forças morais, sociais e políticas irrompem na história” (2004, p.30-31). Buscar as

proveniências, então, não é buscar a Verdade, mas mapear uma multiplicidade de verdades em luta na “guerra perpétua da história” (Ibidem, p.31). Cada um desses começos, ou seja, cada configuração de forças, constitui um ponto de emergência, de modo que esta caracteriza precisamente a maneira pela qual o presente nos aparece, a forma pela qual uma singular e contingente configuração das forças adentra o cenário histórico e se nos apresenta como uma unidade. Assim, a emergência é um caso, dentre muitos possíveis, no qual se compõe a peça da dominação, ou seja, o jogo, a luta através da qual se inventam ideias, conceitos e valores a partir de uma vontade de domínio.

Uma pesquisa que se voltasse à investigação das proveniências da prevenção ao uso de drogas na educação perguntaria de onde veio essa tecnologia, ocupando-se da busca pelas racionalidades e técnicas que concorreram para a constituição da noção de “prevenção” e de seus instrumentos de implementação. Também buscaria descrever as práticas que objetificaram certas substâncias como “drogas”. Sua questão poderia ser: a partir de que racionalidades constituiu-se a rede complexa que tornou possível a ideia de prevenção? O pesquisador dessas proveniências estaria dedicado ao rastreamento das formas de pensar que, historicamente, e a partir de circunstâncias particulares, vieram a fornecer as condições e os modelos para o surgimento de um modo de pensar cuja lógica é preventiva, voltando-se à antecipação do que se quer evitar. Um tal empreendimento de pesquisa ultrapassa em muito as minhas possibilidades de tempo e competência. Não vou, com essa investigação de mestrado, apontar para as proveniências da racionalidade preventiva, tal qual Foucault apontou para algumas proveniências da governamentalidade, enfocada na seção 2.1 (refiro-me especialmente aos modos através dos quais o filósofo identificou em uma tecnologia pastoral, constituída na Antiguidade, um modelo de gestão que foi, muitos séculos depois, apropriado e adaptado pelo Estado Moderno). Minha pesquisa atenta mais para o segundo objeto da genealogia, a emergência. Assim, trata-se, aqui, de investigar um desses “começos inumeráveis”, procurando mapear e descrever um “instante em que um determinado arranjo de forças aflora no cenário da história”. É precisamente o mapeamento dessas forças, dos saberes em que pretendem se fundamentar, das formas como jogam o jogo de dominação, em suma, de como vontades de poder se encontram, em uma época particular, se aliam, se combatem, racionalizam-se e produzem algo que emerge como uma unidade isenta de tensões: a prevenção ao uso de drogas na educação, entendendo essa prevenção como uma tecnologia de poder que emerge na ordem do acontecimento, ou seja, do encontro em grande medida casual de diferentes poderes, interesses, forças etc. Não investigo quando e de que

modos se passou a pensar em prevenção, nem como certas práticas se constituíram e instituíram certas substâncias como objetos naturais chamados “drogas”, mas sim de que modos a prevenção às drogas “entrou em cena”, no Brasil, num momento particular, como uma demanda aos profissionais da educação. Intento, portanto, captar a emergência da prevenção ao uso de drogas na educação como um momento no qual “conjunções históricas particulares permitem que forças de ordem moral, política, religiosa, econômica saltem ao palco principal dos acontecimentos sociais” (RODRIGUES, 2004, p.31), quer dizer, em suma, trata-se de buscar compreender o aparecimento da prevenção às drogas por meio da educação, especialmente da educação escolarizada, como um *acontecimento* no sentido *foucaultiano* do termo. Descrever essas conjunções e essas forças constitui o objetivo maior dessa investigação, atentando para seus movimentos estratégicos. Portanto, não dizer de onde vieram os procedimentos e racionalidades que convergiram na constituição da ideia de prevenção ao uso de drogas, mas descrever de que modos essa prevenção, em um momento específico, foi racionalizada e apresentada como uma demanda ao campo da Educação.

O conflito entre poderes diversos é o que produz, entre outras coisas, as prescrições legais. Uma vez editada a lei, no entanto, não se encerra o combate, mas apenas se transforma o campo de batalha, passando para o interior das instituições, da linguagem, ou desenrolando-se no corpo dos indivíduos, como efeito de suas práticas. As armas são conceitos, técnicas, saberes e os alvos são, em última instância, os próprios indivíduos, para que se tornem sujeitos assujeitados a uma verdade e não a outra, para que adotem comportamentos de um tipo e não de outro, em suma, para que se dirijam a uma fileira e não a outra, assentindo a um conjunto de verdades, de valores, reconhecendo determinadas normas, querendo determinadas coisas e repudiando outras. Assim, quero oferecer uma topografia (parcial, limitada) do campo no qual se desenrolaram batalhas que culminaram na emergência de uma tecnologia específica de poder, voltada à configuração do comportamento dos indivíduos em relação a um conjunto de substâncias psicoativas e que se cristalizou institucionalmente quando, no início da década de 1970, o desenvolvimento de ações preventivas ao uso de drogas recebeu um marco legal¹³. Esse marco legal será entendido, nesta dissertação, no sentido que Foucault (1996) sugere, na primeira de suas conferências sob o título de *A Verdade e as Formas Jurídicas*, para a compreensão das práticas jurídicas e judiciárias. Trata-se de concebê-las como efeito de estruturas políticas que as antecedem e as instituem, bem como perceber nelas a formação de

¹³ Trata-se do Decreto n. 69.845, de dezembro de 1971, que implementa a Lei n. 5.726, prevendo a execução de programas nacionais e regionais de prevenção.

modelos de verdade. Assim, mencionarei algumas legislações editadas no Brasil sobre o uso de drogas (especialmente aquelas voltadas à instituição das abordagens preventivas por meio da educação), compreendendo-as não como pontos de partida, mas, ao contrário, como terminais de relações de poder, que expressam, sob a forma de lei, o modo como a sociedade se estrutura politicamente. As legislações, além disso, uma vez editadas, apresentam modelos de verdade, modelos de formas de relação com a verdade: sua instituição, sua aplicação, sua interação com as práticas sociais e com uma sociedade que se estrutura politicamente de um modo específico vai conferir a essas legislações um estatuto de verdade, estabelecendo os limites dentro dos quais os sujeitos se constituem. A relação dos sujeitos com a lei estabelece um elemento central em seus processos de constituição enquanto sujeitos desse ou daquele tipo.

Bem, como foi anteriormente mencionado, a formação de uma sociedade capitalista, que se acentua no final do século XIX, traz consigo o fortalecimento de uma vontade de controle e vigilância sobre todo indivíduo ou grupo social que, de alguma forma, ameace o novo tipo de sociedade que emerge. O Estado, então, passa a desenvolver e se apropriar de mecanismos de controle, instrumentos que possibilitem uma gestão adequada da população, potencializando suas forças no que têm de úteis, do ponto de vista da racionalidade política que informa a ação estatal, e procurando neutralizá-las no que têm de inúteis ou nocivas. Uma série de novos domínios de saber se desenvolvem com esse intuito de fornecer instrumentos de monitoramento, identificação de riscos, saneamento etc. Como escreve Foucault (1996), trata-se de uma série de domínios de saber que são formados a partir de determinadas relações de força e relações políticas na sociedade. Que efeitos tem o desenvolvimento desses novos domínios de saber? Ao introduzirem novas formas de compreensão da normalidade e do desvio, posicionando certos indivíduos e grupos junto à verdade e outros junto ao erro, esses saberes fazem nascer não só novas técnicas e conceitos, mas também formas novas de sujeitos, formas novas de ser e estar no mundo e, percebendo-se classificado e posicionado de uma certa maneira por esses saberes, novas estratégias de condução de si e dos outros. Os saberes e o conhecimento que engendram serão compreendidos, portanto, como elementos históricos imanentes às relações de poder, como instrumentos da vontade de poder, em suma, como jogos estratégicos relacionados a situações específicas, problemas específicos que se colocaram diante dos homens em momentos particulares de sua história. Cabe frisar, contudo, que as verdades produzidas por esses saberes, por mais que sejam, e são, apresentadas como o desvendamento de essências (o que justificaria suas cristalizações em forma de lei), serão

compreendidas, do início ao fim desta pesquisa, como construções históricas que encontram em correlações políticas de forças, nas relações de poder estabelecidas nas práticas sociais, suas fulgurações, seu motor e sua razão de ser.

O objetivo de lançar sobre o aparecimento da prevenção ao uso de drogas através da educação um olhar genealógicamente orientado é, principalmente, a possibilidade de constituir uma outra forma de pensamento crítico acerca dessa maneira de entender e intervir sobre as práticas de uso de drogas. A partir desse pensamento crítico diferenciado, ou “desviante”, trata-se de mostrar que forças configuraram essa tecnologia de poder, a que ela esteve relacionada ao ser gestada, inclusive para que se possa transformá-la. Concebendo a “realidade” como produto de uma ebulição de forças em constantes embates, confrontamentos, alianças e rupturas, penso ser importante evidenciar uma configuração de forças que, num determinado momento, veio à tona e cristalizou (inclusive sob a forma de lei) formas de pensar e de agir em relação às práticas de uso de drogas. Transformar a “realidade”, nesse sentido, é procurar reconfigurar o estado das forças, modificando as regras do jogo dos poderes sem jamais poder, é claro, abolir o próprio jogo. Não há aqui um lugar “fora do jogo”, a partir do qual se possa julgar ou medir as forças em combate, determinando quais os caminhos certos e quais os errados. Longe de pesquisar para saber qual a verdade, qual a maneira certa de fazer prevenção às drogas (ou mesmo se isso é algo desejável), lanço um olhar de inspiração genealógica a fim de diagnosticar como certas coisas (práticas, saberes, conceitos etc) apareceram como verdades, tendo, em um ponto de emergência, adentrado o cenário histórico de um modo particular. Não se trata, evidentemente, de pretender escrever uma “história oficial da prevenção ao uso de drogas na educação”, tampouco da pretensão de se produzir um relato definitivo e imparcial. O pesquisador está no mundo, ele é do mundo e escreve inevitavelmente com as mãos sujas da lama de que é feito o mundo. O olhar do pesquisador, da mesma forma, só enxerga aquilo que a posição em que se encontra permite. Tal condição, ao invés de colocar sob suspeita a “cientificidade” do trabalho produzido, ao ser anunciada, funciona como uma garantia de honestidade intelectual e política: sou pesquisador, ser humano de paixões, inevitavelmente perspectivado, parcial, e sou eu e minha história, eu e minhas posições (políticas, sociais, econômicas, culturais) quem escreve. Assim, em grande medida, é também um trabalho sobre mim, sobre como vejo o mundo e sobre como tento fazer com que os outros o vejam. Tenho na genealogia indicações preciosas para empreender essa investigação, que se refere a um acontecimento local, um ponto de emergência dentre muitos, marcado, como não poderia deixar de ser, por política e violência, por vontade de

poder, vontade de saber, vontade de verdade. Esse acontecimento, do qual me ocuparei mais adiante, engendrou formas de pensar e de fazer que em muito já se modificaram, mas que em muito, também, permanecem. Entre permanências e mudanças, analiso um ponto de emergência de uma racionalização particular das relações de poder, a qual lançou no cenário histórico uma tecnologia específica que, tomando o desejo como objeto, não cansou de repetir ao sujeito: “você não quer usar drogas”.

2.3 Governamentalidade, genealogia e prevenção ao uso de drogas na Educação: um modo de ver e pesquisar

Esta seção dedica-se a sistematizar algo que, de certa forma, vim abordando ao longo de todo esse segundo capítulo da dissertação. Escrevi sobre os modos pelos quais o Estado desenvolve estratégias para o governo da população e também me ocupei de uma breve explanação acerca do olhar genealógico. Esporadicamente, apresentei de que maneiras a governamentalização do Estado e as indicações da genealogia condicionam o meu olhar sobre o aparecimento da prevenção ao uso de drogas na educação. Trata-se, agora, de retomar essas temáticas, articulando-as de forma mais direta com meu objeto de pesquisa. O objetivo desta seção é, portanto, dar a ver, finalmente, do que se trata a pesquisa por mim realizada. Pretendo, assim, nas próximas páginas, oferecer uma articulação entre governamentalidade e prevenção ao uso de drogas, apontando, também, para o tratamento que darei ao meu material de pesquisa e apresentando uma descrição desse material.

As substâncias psicoativas possuem, cada uma, uma história particular e, muitas vezes, milenar, de usos diversos por parte das mais variadas culturas. No século XX, nas sociedades ocidentais, um movimento progressivo deu a essas diversas drogas destinos bastante diferentes: algumas mantiveram-se lícitas e de livre exploração comercial, outras mantiveram-se lícitas, mas o acesso a elas passou a ser mediado pela medicina, e outras, ainda, tiveram seus usos completamente banidos, tornados atos ilícitos, e seus consumidores e comerciantes, tornados criminosos, passaram a ser perseguidos pelo Estado. Thiago Rodrigues, autor de uma interessante genealogia da proibição do uso dessas substâncias, aponta para o pioneirismo dos Estados Unidos “na perseguição do uso hedonista de drogas psicoativas, construindo arcabouços legais que vedavam o livre acesso a substâncias, como a cocaína e o ópio, e incentivando a elaboração de regras de direito internacional público que produzissem um

consenso global quanto à Proibição das drogas”. Segundo esse autor, ao mesmo tempo em que a influência estadunidense sobre o mundo aumentava, também nos países latino-americanos “dinâmicas locais conduziam a ritmo próprio medidas proibitivas e incriminadoras do uso de inúmeras substâncias” (RODRIGUES, 2004, p.33). No entanto, essa progressiva criminalização e perseguição a usuários e vendedores de drogas não tornou essas substâncias produtos menos desejados, não diminuindo sua produção, circulação, comércio e consumo em todo o mundo ocidental.¹⁴

Entendo que o formidável incremento que as legislações antidrogas receberam ao longo de todo o século XX e começo do XXI, bem como a constituição de aparatos cada vez mais complexos para o enquadramento legal dessas substâncias, seus usuários e comerciantes, além do aparelhamento policial e do investimento em técnicas de identificação, perseguição e aprisionamento desses sujeitos e apreensão das substâncias, tudo isso marca um notável movimento de expansão da governamentalização do Estado:

o controle de drogas pode ser entendido como uma tática específica utilizada pelo Estado para gerir aspectos importantes da conduta dos homens e das populações. A regulação do uso de drogas psicoativas se encaixa no quadro maior representado pela utilização estratégica que o Estado faz, a partir do século XIX, da extrapolação da autoridade médica do estrito campo do combate às doenças para a ampla intervenção saneadora da sociedade, que disciplina o regime urbanístico, os espaços de trabalho, os hábitos de higiene e os costumes sociais referentes aos cuidados de si. (RODRIGUES, 2004, p.34).

Assim, para o Estado, essa “extrapolação da autoridade médica”, a que Rodrigues faz referência, surge como uma possibilidade estratégica de abertura de um novo domínio para o governo de indivíduos e população. As práticas de uso de drogas, historicamente bastante difundidas em todas as sociedades, ao se tornarem objetos da gestão estatal, permitiram que o Estado acessasse, por (mais) uma nova via, o valioso domínio da intimidade¹⁵. O controle sobre essas práticas constitui uma forma importante de disciplinamento das relações dos indivíduos consigo mesmos, das maneiras como estes

¹⁴ Segundo o *Relatório Mundial de Drogas 2008*, publicação do UNODC, Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime, tanto a produção quanto o consumo de drogas no mundo encontram-se estáveis há alguns anos, sem reduções em seus índices, apesar dos crescentes esforços e investimentos anualmente empreendidos pela Organização das Nações Unidas e suas agências. Segundo o relatório, aproximadamente 208 milhões de pessoas entre 15 e 64 anos utilizaram alguma substância ilícita ao longo do ano de 2007. Disponível em <http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2008.html>. Acessado em 22 de fevereiro de 2009.

¹⁵ Em *História da Sexualidade – a vontade de saber* (2003), Foucault aponta os modos através dos quais a esfera íntima da sexualidade foi problematizada, funcionando como peça essencial de controle dos indivíduos e da população. Nesse sentido, o controle dos usos de drogas emerge como uma outra via de acesso à intimidade e ao uso dos prazeres.

concebem e buscam o prazer, de como manipulam seus corpos e suas consciências. Trata-se, sobretudo, para a racionalidade política de governmentação, de instituir, também nesse âmbito da vida humana, padrões de normalidade, apontando para quais formas de prazer são anormais ou doentias, quais maneiras de se relacionar com o corpo e a consciência são corretas e quais outras, ao contrário, são erradas. A extrapolação da autoridade médica, erigindo-se em grande força saneadora da sociedade, possibilita ao Estado uma via privilegiada de acesso aos indivíduos e à população, constituindo um poder subjetivador que alcança o indivíduo mesmo nos recônditos de sua intimidade, quando este joga pretensamente apenas consigo mesmo. O jogo do sujeito com seu corpo e com sua consciência, a experimentação psíquica, tornam-se, por esses caminhos, novos objetos da vontade de saber, novos domínios de normalização. Também os prazeres requerem controle.

Contudo, é importante frisar que o desenvolvimento de mecanismos de regulação e controle das práticas de uso de drogas não constituiu uma simples imposição que, partindo do Estado, voltou-se ao disciplinamento das relações dos indivíduos com o prazer. Como escreve Rodrigues (2004), há muito tempo já havia, nos países do continente americano, práticas proibicionistas orientadas para a constituição de comportamentos marcados pela sobriedade e, em maior ou menor grau, pelo ascetismo: “dos puritanos norte-americanos aos higienistas brasileiros, a condenação às drogas como agentes degeneradores do corpo e do espírito convertia-se em campanhas públicas que conclamavam todos à abstinência e exigiam medidas governamentais de coerção aos hábitos nocivos” (2004, p.34). Assim, trata-se de um movimento que encontra sua gênese em amplos estratos da sociedade civil, de médicos e cientistas a grupos religiosos. A crescente influência desses setores desperta a atenção dos mecanismos de poder mais geral, através dos quais o Estado operacionaliza a gestão da população. Desse modo, a partir do clamor por moralidade, ecoado desde setores sociais específicos, que empreendiam uma batalha específica, emerge uma nova possibilidade para a expansão do exercício do governmentação por parte do Estado: o hedonismo característico dos estilos de vida marcados pelo uso recreativo de drogas alteradoras da consciência, ao provocar a ira e a revolta de certos grupos sociais que professavam valores opostos a esses, oferece as condições de possibilidade para que o Estado desenvolva e coloque em funcionamento uma nova tática de gestão da vida, que encontra na formulação de leis que proíbem a produção, comércio e consumo de uma série dessas substâncias (notadamente aquelas que não encontravam no Ocidente uma história de usos culturalmente bem integrados) uma forma de cristalização. Antes das leis, no entanto, foi preciso a constituição de normas que demarcaram

os limites entre o normal e o patológico, limites estes que foram estabelecidos por especialistas, tendo por base uma noção de normalidade pautada por certos padrões morais e sanitários, justamente aqueles reivindicados pelos grupos sociais e políticos que, incomodados com as práticas de uso de drogas, desenvolveram e exerceram, sobre elas e seus praticantes, uma vontade de poder. Ao converterem-se em regra jurídica, tais padrões, que até então não passavam de um conjunto de valores a orientar grupos específicos que os professavam, tornam-se obrigações legais de todo e qualquer indivíduo. Aqueles que faziam uso de determinadas substâncias psicoativas passaram a ser, com esses movimentos, posicionados e descritos como “viciados” e “degenerados morais”. Como apontarei mais adiante, estou entendendo, nesta dissertação, a emergência da prevenção ao uso de drogas na educação como um novo desdobramento dessa vontade de poder que levou à proibição dos usos de diversas drogas ao longo do século XX. De fato, compreendo essa emergência como uma nova tática de gestão da vida, uma nova forma de cristalização da vontade de poder sobre as práticas de uso de drogas que, após a proibição, encontra na prevenção um outro (e diferente) modo de conduzir condutas.

Retomando, ainda uma vez, a análise de Thiago Rodrigues, este aponta para os modos através dos quais a proibição ao uso de drogas faz surgir a figura do “viciado”, que será compreendido pela sociedade normalizada como um desviante da norma, uma aberração moral. Entretanto, e aí mais um indicativo da utilização interessada por parte do Estado do clamor proibicionista de grupos sociais específicos, a despeito destes bradarem contra qualquer forma de intoxicação, são somente os hábitos de determinados grupos sociais que são tornados anormais e, depois, ilegais: são os psicoativos utilizados por imigrantes (principalmente nos Estados Unidos, onde o consumo de maconha se dava quase que exclusivamente, nos anos de 1920 e 1930, por imigrantes latinos) e por minorias (nos Estados Unidos, o uso de cocaína por negros e, no Brasil, a maconha utilizada tradicionalmente por negros ex-escravos) que são apontados como anormais e tornados ilícitos. Assim, a perseguição ao uso de (algumas) drogas se apresenta como mais um instrumento de controle das populações perigosas. No entanto,

a Proibição não elimina o desejo de intoxicar-se nem o esforço em satisfazê-lo; assim, a ilegalidade cria um vasto mercado negro, que ocupa criminosos tradicionais e também introduz outros homens no circuito da criminalidade. A sociedade sã, que se sentia ameaçada com a venda livre dos “venenos de ebriedade”, vê crescer-se a este pavor o medo dos “malfeitores”, recrutados entre os *insuportáveis* para negociar “malévolas substâncias” (RODRIGUES, 2004, p.35).

É esse tipo de racionalidade que, no meu entendimento, marca a emergência da prevenção ao uso de drogas através da educação. De um lado, a manutenção das forças morais, e mesmo a expansão de sua influência sobre a sociedade, impedem qualquer forma de transformação mais profunda no estatuto de ilegalidade de certas substâncias¹⁶, até porque o Estado ainda usufrui profundamente das possibilidades abertas pela proibição, em termos de controle sobre populações pobres sob a justificativa de “ações contra o narcotráfico”. Por outro lado, a proibição efetivamente não se mostrou capaz de dirimir o desejo pela alteração da consciência, prática milenar nas mais diversas sociedades humanas. Assim, bloqueada de um lado pela manutenção de legislações proibitivas com respaldo popular e utilidade política e pressionada, de outro, pela necessidade de redução da demanda pelos psicoativos, emerge a prevenção ao uso de drogas como nova tecnologia de poder a ser implementada pelo Estado. A sociedade, emparedada entre seus juízos morais acerca do uso de drogas e o pavor causado pela explosão de violência gerada pela constituição de um lucrativo mercado negro em torno da comercialização desses produtos, enxerga na manipulação dos desejos, no desenvolvimento de estratégias de convencimento dos indivíduos para que não queiram utilizar as drogas ilegais, a saída, a “salvação” daquilo que é visto como o “flagelo das drogas”, enquanto o Estado, de sua parte, vislumbra na adoção de estratégias preventivas uma nova faceta da governamentalidade: ao mesmo tempo em que atende aos clamores da sociedade civil, se vê diante da possibilidade de implementação de uma tecnologia mais econômica, em termos de quantidade de recursos e quantidade de poder, do que o é o aparato mobilizado pelas táticas meramente repressivas. Ao invés de um investimento maciço em aparelhamento policial e hospitalar, a fim de reprimir uso e tráfico de drogas e recuperar dependentes para a vida social produtiva, esse investimento passa a ser minorado diante da nova estratégia, que se vale da estrutura escolar já disponível, barata, na qual um professor previne dezenas de jovens, sem necessidade de contratações de novos profissionais ou mesmo de incrementos salariais aos já ativos. Substituição, portanto, ainda que parcial, dos pesados custos da manutenção de uma vigilância integral da população, pelo desenvolvimento de mecanismos de controle por meio da intervenção sobre a esfera do querer (troca da ameaça da espada pela internalização da regra, que faz da vontade e do bem do Estado a vontade e o bem

¹⁶ Ao contrário disso, o que se nota nos últimos anos, com o aumento da influência da medicina e sua moral sobre a sociedade, é o incremento das condenações aos “vícios”, expandindo-se os anseios proibicionistas àquelas substâncias que mantiveram-se lícitas no século XX, como o álcool e o tabaco. Prova disso são o

do sujeito). A maquinaria escolar, como abordarei no capítulo três desta dissertação, já tinha uma história de serviços prestados à normalização e ao controle dos “insuportáveis”, e se apresentou, diante da emergência da nova necessidade, como o espaço privilegiado para a adoção das novas táticas de controle social.

Minha pesquisa de mestrado, então, busca, através de um olhar cujas características venho apresentando (lente da genealogia e lente da governamentalidade) captar um momento no qual a prevenção ao uso de drogas através da educação é percebida, pelo Estado governamentalizado, como politicamente útil para ampliar e sofisticar a regulação das condutas. Trata-se de uma tentativa de identificar um ponto de emergência (dentre outros possíveis) da entrada das iniciativas de prevenção às drogas na “agenda” das políticas educacionais. Tal ponto, penso, pode ser encontrado por meio da análise dos Anais de um evento específico, o *Fórum de Debates Sobre o Uso e Tráfico de Substâncias Tóxicas ou que Causam Dependência Física ou Psíquica*, realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 1970. Esse evento particular constituiu um desdobramento de trabalhos realizados durante um ano por uma comissão especialmente criada para estudar o assunto, a qual consultou várias autoridades e especialistas na matéria. Essa comissão executiva do fórum, criada pela Resolução nº 1638, de 7 de julho de 1970, considerou que este evento deveria oportunizar o encontro de adultos e jovens, leigos e especialistas:

Este critério foi adotado tendo-se em vista que a falta de informação correta, em termos de grande público, a respeito das causas e conseqüências das desadaptações psico-sociais, dos quais um dos sintomas mais graves é o uso inadequado de drogas, tendem a confundir pais e filhos, mestres e alunos, sendo a falta de diálogo entre os mesmos o sintoma preocupante e que está a exigir urgente tratamento.

(Fonte: Anais do Fórum de Debates Sobre o Uso e Tráfico de Substâncias Tóxicas ou que Causam Dependência Física ou Psíquica, 1971, p.7).

O referido Fórum de Debates caracterizou-se por seu pioneirismo no Brasil, tendo sido a primeira ocasião em que especialistas das áreas médicas e jurídicas, além de autoridades e administradores públicos de diversos órgãos e níveis se reuniram com a comunidade para tratar do tema das drogas. Foram especialmente convidados os corpos discente e docente de instituições de ensino de níveis médio e superior, tendo o fórum dado origem a um documento composto por diversas análises e reivindicações que foram encaminhadas a autoridades políticas, médicas, educacionais, dentre outras. Ao longo de todas as conferências e simpósios

cercamento implacável aos fumantes e as crescentes restrições a propagandas de bebidas alcoólicas, bem como a edição das chamadas “leis secas”.

realizados, e ocupando espaço de destaque no documento propositivo produzido no evento, esteve a defesa da prevenção como estratégia adequada na abordagem do uso de drogas e da inserção desses conteúdos nos currículos escolares, sendo apontada a escola como um espaço privilegiado para a consecução desses fins.

A sistemática do evento levou em conta a importância do envolvimento de autoridades em nível nacional, da contribuição científica de especialistas e do diálogo “franco e objetivo” destes com o público. Tendo sido a primeira vez em que se realizou, no Brasil, um encontro de nível federal sobre esse tema, com abertura à comunidade, vejo na realização desse evento um ponto de emergência e organização de um processo oficial de instrução da sociedade brasileira sobre o uso de drogas. Na esteira do fórum podem ser apontados, como seus desdobramentos, a edição do Decreto n. 69.845, de 27 de dezembro de 1971, que prevê, em seu artigo 12, a execução de programas nacionais de esclarecimento, especialmente da juventude, acerca dos malefícios ocasionados pelo uso de substâncias psicoativas e, no artigo 16, obriga os estados da Federação a organizarem cursos de preparação de educadores para a abordagem, em sala de aula, de questões referentes ao uso e ao tráfico de drogas. A conformação legal da educação contra o uso de drogas prossegue com a criação do Conselho de Prevenção Antitóxico, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que se torna responsável pela coordenação da formação de professores habilitados à abordagem do tema. Priorizando a frequência desses cursos por parte de diretores de escola, orientadores educacionais, professores de Educação Moral e Cívica e de Ciências Físicas e Biológicas, esse decreto dispôs que o esclarecimento sobre as drogas deveria constar, obrigatoriamente, do currículo escolar a partir de então¹⁷.

Em 1972, o MEC elabora o Programa Educacional sobre Drogas, que busca um tipo de abordagem mais “neutra” sobre a questão, preocupado em não evidenciar para os jovens, seu público alvo primordial, qualquer tentativa de doutrinação. A abordagem do tema passa a ser feita através da disciplina de Biologia, mas, segundo Rodrigues, “a doutrinação de caráter moral, político e religioso persistia, sendo transmitida sob roupagem científica, que coloca a produção de verdades em torno dos malefícios causados pelas drogas num plano de imparcialidade que, de fato, não existe” (2004, p.157). Finalmente, em 1976, as forças que configuraram, desde 1970, com o Fórum de Debates estudado, a questão da entrada da prevenção às drogas na educação, cristalizam-se sob a forma de regra jurídica com a edição de

¹⁷ Legislação consultada em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/1970-1979/D69845.htm, em 10 de janeiro de 2009.

uma nova legislação (a Lei n. 6.368, promulgada a 21 de outubro de 1976) dispendo sobre o uso de drogas no Brasil, a qual, em seu Capítulo I, estabelece a prevenção como objetivo central das políticas de drogas no país¹⁸. Essa legislação se completa com a instituição, por meio do Decreto n. 85.110, de 2 de setembro de 1980, do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, destinado a formular políticas nesses três âmbitos e a promover a inclusão de ensinamentos sobre drogas nos cursos de formação de professores, sob a supervisão do MEC¹⁹.

Toda essa profusão legislativa pode ser compreendida como o aparelhamento do Estado para o exercício de uma tecnologia de poder que é vista, cada vez mais, a partir da década de 1970, como a maneira mais eficiente de condução das condutas no que se refere ao controle das práticas de uso de drogas. A prevenção emerge como tecnologia de poder que diz sim à vida, que se apresenta como defesa dos interesses dos sujeitos e que, fundamentalmente, se volta à conquista da adesão do dominado, em oposição às estratégias repressivas, que se impõem unicamente por meio da força e do exterior. A manipulação dos desejos e a direção da vontade, enquanto fins da governamentalidade, encontram na instituição escolar seu agente mais promissor, de modo que “a partir de 1970 [...] a escola passou a ser o espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades preventivas, visando à educação para a saúde, visto que uma parcela significativa da população passa por ela numa idade e em circunstâncias altamente favoráveis” (ANDREOLI; MOREIRA; SILVEIRA, 2006, p.808). No entanto, a investigação mais aprofundada acerca das razões pelas quais viu-se nessa instituição um espaço e um tempo apropriados à prevenção terá lugar no próximo capítulo desta dissertação.

Em minha análise, dessa forma, apesar de tomar em conta as legislações editadas ao longo das décadas de 1960 e 1970, no que se referem ao uso de drogas e à criação de instrumentos para sua prevenção, concentrar-me-ei de modo especial no evento de 1970, por perceber nele um *acontecimento*, um momento de visibilização possível das forças que se entrecrocavam na configuração do governo das condutas no que se referem ao uso de substâncias psicoativas. Antecedendo a edição de qualquer lei que fizesse menção especial e pormenorizada à prevenção do uso de drogas através da educação, esse evento permite enxergar aquilo que, anos depois, emergiu como unidade (a prevenção às drogas na educação), ainda como uma multiplicidade de forças, de interesses, de saberes que se aliam e

¹⁸ Legislação consultada em <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1976/6368.htm>, em 10 de janeiro de 2009.

se chocam, se aproximam e se afastam na configuração das verdades necessárias à instituição de mecanismos específicos de poder. Não se trata, contudo, de projetar sobre esse evento uma ideia de “ponto originário”, como se somente a partir dele a prevenção às drogas tenha sido gestada no Brasil, mas sim de percebê-lo como um momento de enunciação das condições de produção de uma prática preventiva em nosso país, ou seja, de identificar, por meio da análise desse fórum, como efetivamente, a partir de que formas de pensar, de que saberes, especialistas e instituições essa tecnologia de poder foi enunciada e implementada. Por isso, faço dos Anais desse evento em particular meu material de pesquisa, utilizando-me, também, de outros documentos, as legislações, como fontes complementares.

Os Anais do Fórum de Debates compreendem a íntegra dos trabalhos realizados ao longo dos três dias do evento. Esse volume de 286 páginas é composto por:

1. Considerações Preliminares, feitas pelo Deputado Hugo Mardini, Presidente da Comissão Executiva do Fórum.
2. Resolução n. 1.638, de 7 de julho de 1970, a qual institui o Fórum de Debates.
3. Regulamento do evento.
4. Sessão Solene de Instalação, com pronunciamento do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Octávio Germano.
5. Pronunciamento do Presidente da Comissão Executiva do Fórum, Deputado Hugo Mardini.
6. Pronunciamento do Senhor Wantuil Corrêa da Cunha, representante do Ministro da Saúde.
7. Pronunciamento do Assessor Regional da Organização Panamericana da Saúde e Organização Mundial da Saúde, Doutor René Gonzales.
8. Conferência do Coronel Jaime Mariath, Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública.
9. Simpósio “Repressão ao Tráfico de Substâncias Tóxicas ou que Causam Dependência Física ou Psíquica”, composto pelo Bacharel Luiz Mathias Flach, titular da Delegacia de Costumes da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul; Bacharel Ney Fayet de Souza, Promotor de Justiça, Presidente da Sociedade Sulriograndense de Criminologia; Bacharel Maurício de Abreu Lotar, Chefe do Gabinete da Delegacia Regional do Rio Grande do Sul, do

¹⁹ Legislação consultada em <http://www.soleis.adv.br/entorpecentes.htm#DEC.%20N%C2%BA%2085.110/80>, em 10 de janeiro de 2009.

Departamento de Polícia Federal; Bacharel Celso Telles, Diretor do Departamento de Investigações Criminais do Estado de São Paulo; e Psicólogo Luiz Antônio Meira, Presidente da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul. A mediação foi feita pelo Psiquiatra Nelson Lemos, Chefe dos Serviços Técnicos do Juizado de Menores da Comarca de Porto Alegre.

10. Conferência do Senhor Leonardo Grecco, representante do Ministro da Justiça.
11. Simpósio “Prevenção e Tratamento da Toxicomania”, composto pelo Psiquiatra Manuel Antônio de Albuquerque, Presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul; Professor Clóvis Martins, Presidente da Associação Latino-Americana de Psiquiatria; Doutor Alberto Furtado Rahde, Chefe do Serviço de Toxicologia Clínica do Pronto Socorro Particular de Porto Alegre; Professor Oswald Moraes Andrade, Presidente da Associação Médica do Estado da Guanabara;²⁰ e Psiquiatra Fernando Luiz Viana Guedes, Diretor do Serviço de Saúde Mental da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul. A mediação foi feita pela Professora Golástica Angélica Comparsi.
12. Anexos, constando: síntese final, conclusões e sugestões finais, moções e proposições.

No que se refere aos modos pelos quais opero em minhas análises desses materiais, tomo os pronunciamentos e debates ocorridos no fórum como “fatos de discurso”, como “jogos, jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta” (FOUCAULT, 1996, p.9). Assim, analiso-os a partir de sua compreensão como jogo estratégico, como “um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais” (Ibidem, p.10), ou seja, trata-se de tentar compreender de que modos práticas sociais como as práticas jurídicas, médicas, políticas, funcionam estrategicamente, tendo em vista a condução das condutas. Para tal, mapeio enunciados que circulam no evento estudado e, entendendo-os como constituintes de uma arena na qual o objetivo é a configuração de mecanismos de poder sobre as práticas de uso de drogas e seus praticantes, apresento algumas das estratégias operacionalizadas com este fim. Opero, aqui, com “enunciado”, no sentido em que Foucault (1987) o entende: trata-se de algo que é comunicado sem necessariamente obedecer às regras gramaticais ou mesmo constituir uma verbalização. Nesse sentido, “enunciado” se refere a um tipo específico de funcionamento da linguagem, que pode ser

²⁰ Atual Estado do Rio de Janeiro.

realizado tanto por algo dito ou escrito, quanto por algo desenhado ou sugerido por outras formas que não a da verbalização direta, oral ou escrita. Deste modo, sob diversas formas, o que um enunciado faz é manifestar um saber reconhecido, tendo por característica, portanto, sua aceitação, repetição e transmissão disseminadas pelo meio social. Segundo Veiga-Neto,

o enunciado é um tipo muito especial de um ato discursivo: ele se separa dos contextos locais e dos significados triviais do dia-a-dia, para constituir um campo mais ou menos autônomo e raro de sentidos que devem, em seguida, ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem – seja em função do seu conteúdo de verdade, seja em função daquele que praticou a enunciação, seja em função de uma instituição que o acolhe (2007, p.94)

No que se refere aos enunciados que identifiquei e analisei, postos em circulação no Fórum de Debates, penso que já constituem, quando de sua enunciação no evento estudado, uma rede discursiva acerca das práticas de uso de drogas, sendo apropriados para a fundamentação da prevenção enquanto nova tecnologia de poder. Desse modo, são tomados como verdadeiros, são postos em circulação por autoridades socialmente legitimadas e são, também, acolhidos por instituições do Estado e da sociedade, o que lhes intensifica a separação em relação a significados triviais, assumindo uma condição de manifestação de saberes especializados, tomados como descrições do “real”. Descrevo enunciados, além disso, de modo a “apreendê-lo[s] como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar” (FISCHER, 2001, p.202): precisamente o início da década de 1970, no Brasil, onde determinadas dinâmicas de poder e de saber constituíram as verdades que deram forma à emergência da prevenção ao uso de drogas na educação. Tais dinâmicas e verdades, que atravessam os pronunciamentos e debates do fórum estudado, são precisamente o que intento compreender em seu funcionamento estratégico. Como sugere Fischer, trata-se de perguntar “por que isso é dito aqui, deste modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente?” (Ibidem, p.205).

Assim, nesta pesquisa, trata-se de analisar as formas através das quais uma vontade de poder sobre as práticas de uso de drogas, operando estrategicamente, faz uso de domínios de saber, de autoridades, de instituições, a fim de, apoderando-se do discurso sobre essas práticas, constituir verdades capazes de configurar uma tecnologia específica, voltada à gestão dos desejos dos indivíduos e da população no que se refere ao uso de substâncias alteradoras do psiquismo. Para identificar de que maneiras essa vontade de poder sobre os usos de drogas se consubstancia em estratégia, marquei, nos textos pesquisados, algumas recorrências

enunciativas que, em suas regularidades, indicam a existência e funcionamento de redes discursivas que “fazem existir” as drogas, seus usos e usuários de uma determinada forma e não de outra. Trata-se, assim, de identificar sob que condições históricas a prevenção às drogas na educação apareceu no Brasil, buscando mapear o jogo de relações entre poderes, saberes, instituições, processos (geo) políticos, sociais e econômicos que tornaram possível tal aparecimento, em uma época específica e de um modo particular. Isso tudo tendo em vista, por meio da confrontação com esse passado recente, promover formas diversas de pensar o presente e tudo que, hoje, nos parece tão evidente.

Anuncio, então, expressamente, algo que já foi, de certo modo, algumas vezes dito ao longo deste texto. Minha pesquisa se propõe, como problema central de investigação, a compreender como a prevenção ao uso de drogas tornou-se uma demanda para o campo da Educação, sendo prescrita como matéria a ser obrigatoriamente incluída²¹ nos currículos escolares. Para responder a essa questão, empreendo uma análise dos Anais de um evento específico, o *Fórum de Debates Sobre o Uso e Tráfico de Substâncias Tóxicas ou Que Causam Dependência Física ou Psíquica*. Nessa análise procuro identificar como, por meio de que estratégias, uma vontade de poder sobre as práticas de uso de drogas constituiu uma tecnologia específica a ser posta em funcionamento nos tempos e espaços da educação, a prevenção ao uso dessas substâncias.

Essa questão central de pesquisa será respondida a partir de sua compreensão enquanto processo relacionado à governamentalização do Estado. No que se refere ao governo das práticas de uso de drogas, esse processo caracterizou-se, conforme amplamente desenvolvido na seção 2.1 desta dissertação, pela apropriação, por parte do Estado, de uma série de práticas que pretendiam “moralizar” a vida social nos centros urbanos, e sua transformação em táticas políticas de controle social. Assim, a proibição e repressão ao uso de determinadas substâncias, primeiro grande movimento tático do Estado a fim de exercer o controle sobre certos grupos sociais (conforme visto, pobres, desempregados, ex-escravos, imigrantes etc) teve nas ações dos grupos puritanos norte-americanos²², bem como dos

²¹ Foi o Decreto n. 69.845, de 27 de dezembro de 1971, que instituiu e regulamentou a abordagem de temas de prevenção às drogas nas escolas, bem como a formação dos professores para tal abordagem.

²² Rodrigues (2004) destaca, como representativos desse movimento inicial do proibicionismo estadunidense, a ação de grupos como o Prohibition Party, a Sociedade para a Supressão do Vício e a Anti-Saloon League, associações voltadas ao “saneamento moral” da população e que, desde a segunda metade do século XIX, encetaram diversas ações, campanhas e *lobbies*, tendo em vista a proscição do uso de substâncias psicoativas e a perseguição de consumidores e comerciantes de tais produtos.

higienistas brasileiros²³ suas primeiras condições de possibilidade. Foi a vontade de controle sobre as drogas e seus usuários, motivada inicialmente por concepções morais e, em seguida, incrementada e justificada por saberes médicos (mas também morais, diga-se), que funcionaram como impulsionadores e modelos para a constituição, por parte do Estado, interessado na gestão econômica e segura da população, das regulamentações do uso de alguns psicoativos, culminando com sua proibição (RODRIGUES, 2004). No entanto, e aqui entro no cerne da minha pesquisa, o aprofundamento da governamentalidade, em suas técnicas e racionalidades específicas, possibilitou a percepção, por parte do Estado, da necessidade de implementação de uma nova tecnologia para o exercício do poder sobre as práticas de uso de drogas e aqueles que a elas se dedicam. Entendo, assim, a emergência da prevenção ao uso de drogas através da educação como um prolongamento das táticas políticas de controle social que instituíram as legislações proibitivas e as técnicas repressivas. Enquanto aprofundamento da governamentalidade, a prevenção se apresenta como mais econômica e potencialmente mais eficiente como instrumento de gestão dos hábitos da população: muito menos onerosa do que a repressão e o tratamento de reabilitação, em termos da necessidade de emprego de recursos financeiros e também de poder, a prevenção emerge como uma tecnologia de poder mais sutil e “simpática”, cuja dominação se exerce sem qualquer recurso à violência (ao menos não à violência física), contando com a vontade do dominado e exercendo-se tendo em vista a aceitação, por parte deste, dos fins do Estado como os seus próprios fins. Um tal instrumento, cuja ação se dá sobre a esfera do desejo, e cuja forma de funcionamento encontra semelhanças com a própria dinâmica da moralidade (também um tipo de poder que, vindo “de fora”, parece vir “de dentro”), é percebido pela racionalidade de governo que informa o Estado contemporâneo como prioritário na configuração das estratégias de controle social. Contudo, a proibição e a repressão não desaparecem, pois seguem extremamente úteis como ferramentas com que o poder conta para a exclusão de estratos populacionais indesejáveis, em relação aos quais, talvez, a ciência estatal, em seus cálculos, tenha concluído não valer o investimento em uma “segunda

²³ Os médicos higienistas procuravam colocar todo o ambiente das grandes cidades e, especialmente, as “classes perigosas”, sob constante suspeição e inspeção, tendo produzido “o arcabouço ideológico básico das várias reformas urbanas que varreram as cidades ocidentais na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas deste século” (CHALHOUB, 1996, p.170). Elevados à condição de formuladores e gestores das políticas públicas de saúde desse período, os higienistas instituíram como “critério de civilização” a não ocorrência de epidemias, o que passava necessariamente pela reurbanização e pela interdição de uma série de hábitos e práticas sociais. Os higienistas, que progressivamente ocuparam altos cargos no Estado brasileiro, adotavam estratégias como “a proibição de acesso a empregos públicos ou a estabelecimentos de ensino às pessoas não-vacinadas”, além de “ações diretas e agressivas características da vacinação domiciliar” (Ibidem, p.179).

chance”. Deste modo, enquanto “a Proibição das drogas é um instrumento eficaz para a gestão do corpo, quer seja pela prescrição daquilo que se pode ou não ingerir, quer seja pela persecução às *classes perigosas* que se dedicam à lide do narcotráfico” (RODRIGUES, 2004, p.37), a prevenção às drogas emerge como um instrumento eficaz para a gestão das vontades, visando à produção de uma população saudável, produtiva e ordeira, ou, na consagrada formulação *foucaultiana*, economicamente útil e politicamente dócil (FOUCAULT, 1988). Ambas, mas de formas diferentes, valem-se de técnicas de coerção, disputam o discurso a fim de instituírem verdades sobre seus objetos, utilizam em alguma medida tipos diversos de dominação (marcada pela violência, no caso da proibição que reprime; e pelo poder, no caso da proibição que previne – a primeira repleta de negatividade; a segunda, afirmadora da vida) e funcionam, enquanto instrumentos de governo, como práticas normalizadoras da vida social. Tendo uma gênese comum, a condenação moral, uma, a proibição que reprime, encontra nas instituições judiciárias e nos procedimentos policiais as suas técnicas de implementação, as quais remontam às primeiras décadas do século XX (RODRIGUES, 2004), enquanto a outra, proibição que previne, vai se disseminar, no caso brasileiro, principalmente a partir da década de 1970, tendo nas instituições educativas seu *locus* principal e nas técnicas pedagógicas, sua forma primordial de implementação. As duas, no entanto, instrumentos de um poder que governa de modo estratégico a população, que tem no Estado uma estrutura administrativa e organizadora de suas táticas e que se vale de domínios de saber específicos na produção das verdades que possibilitam seu exercício sobre corpos e mentes docilizados, garantindo por meio delas a legitimidade de suas dominações e a adesão a seus desígnios. Como escreve Foucault, “trata-se de fazer valer uma verdade que funcione como uma arma” (1997, p.74).

Ensaio, aqui, então, uma história da “entrada em cena” da prevenção ao uso de drogas na educação. Constitui, sem dúvida, uma história fragmentada, parcial, que deixa lacunas a serem, quem sabe, futuramente preenchidas. Outras fontes poderiam ser utilizadas, outras lentes mobilizadas, o que com certeza daria a ver uma outra “realidade”, ou outras facetas de um mesmo, porém múltiplo, “real”. Trata-se, no entanto, de uma tentativa de dar a ver uma história local de forças que ora combatem, ora se aliam na tentativa de constituir mecanismos de sujeição, de docilização, de produção de sujeitos governáveis e autogovernáveis. Tal como sucedeu na história das disciplinas e da instituição escolar, também aqui, nessa “história da prevenção às drogas na educação”, um silenciamento dos sujeitos: aqueles que utilizam as

substâncias psicoativas não falam. Suas vozes não são ouvidas entre as que advogam pela adoção de medidas de prevenção ao uso de drogas na educação.

3. A EMERGÊNCIA DA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NA EDUCAÇÃO: UMA ANALÍTICA

Este capítulo da dissertação é voltado ao trabalho analítico que empreendi sobre os materiais pesquisados. Em cada uma das seções que lhe dão forma, este capítulo pretende desenvolver aspectos relacionados às condições que tornaram possível que a prevenção ao uso de drogas fosse instituída como tecnologia de poder, da maneira como o foi e na época em que isso se deu. Partirei de uma descrição e análise do modelo de educação escolarizada que se disseminou pelo mundo ocidental, entendendo tal modelo como condição de possibilidade para que se tenha visto na escola um espaço de prevenção às drogas, e, em seguida, apresentarei algumas das estratégias por meio das quais uma vontade de poder sobre as práticas de uso de drogas constituiu, por meio da prevenção nos tempos e espaços da educação, um mecanismo de intervenção sobre a esfera do desejo, tendo em vista a gestão econômica e segura da população. Nesse movimento de mapeamento e análise de estratégias encetarei algumas reflexões sobre como determinados saberes assumiram posições estratégicas, funcionando como campos de transmissão de poder. Por fim, farei uma exposição problematizadora das articulações entre os saberes *psi*, o contexto político brasileiro das décadas de 1960 e 1970 e a gestão dos riscos sociais, identificando nesta articulação um eixo fundamental em torno do qual foi racionalizada e implementada a prevenção às drogas na educação.

3.1 Máquina de educar, máquina de prevenir

A escola é a mais importante agência oficial de controle e de socialização direta destinada especificamente às novas gerações. (VARELA; URIA, 1991, p.254)

Ao longo do século XX a escola firmou-se como espaço oficial de educação nas sociedades ocidentais. A escolarização massiva constitui parte importante do projeto do Estado-Nação para equipar os indivíduos de técnicas que os assujeitem, tornando-os aptos e dispostos para exercerem funções profissionais adequadas às dinâmicas sociais e econômicas da contemporaneidade (Ó, 2008). Este o sentido histórico e político da instituição escolar, ferramenta de um projeto de organização social.

A própria estrutura da maquinaria escolar, tal como descrita e analisada por Foucault (1988), é instituída tendo em vista prioritariamente a consecução desses objetivos ligados ao assujeitamento. Fazer de todos um só, eis o princípio do governmento que se exerce na escola: tomar uma multiplicidade de corpos, de gestos, de posturas, de interesses, de valores, de condutas, de energias dispersas e homogeneizá-la ao ponto de produzir individualidades que, atomizadas, adotem padrões minimamente previsíveis e genéricos de comportamento, facilitando a identificação e correção de anomalias. Para que tal intento seja viável, é necessário a separação dos jovens, no máximo nível possível, do mundo exterior, não institucionalizado e, portanto, suscetível de incutir-lhes outros padrões comportamentais. Como aponta Jorge do Ó (2008), a história da escola é uma história de sobreposição do ser ao saber, de conexão do indivíduo à verdade que o assujeitará, progressivamente, por meio da aquisição de experiências mais do que de conhecimentos. Em uma tal instituição, e aqui esse raciocínio se refere especialmente à escola pública, de massas, universal, gratuita e obrigatória, a avaliação, em grande medida, centra-se nos comportamentos, pois trata-se de civilizar, normalizar, neutralizar a ameaça do distúrbio, da supressão da ordem, no Brasil, historicamente relacionada ao controle das populações pobres, de ex-escravos, vadios e desempregados (CHALHOUB, 1996). A essa lista poderiam ser acrescentados, sem dúvida, no contexto atual, os usuários de drogas, principalmente se estes aliarem a essa categoria de identificação uma ou mais das acima referidas, multiplicando seus estigmas e sua potencialidade como “focos” de perigo.

O uso de drogas é qualificado, no documento que apresenta as metas do Fórum de Debates, como sintoma de “*desadaptações psicossociais*” (ANAIS DO FÓRUM DE

DEBATES SOBRE O USO E TRÁFICO DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS OU QUE CAUSAM DEPENDÊNCIA FÍSICA OU PSÍQUICA²⁴, 1971, p.7) que deveriam ser prevenidas e, se possível, revertidas. Para tal intento depositava-se na escola uma grande esperança, vendo-a como um espaço de produção da “adaptação” dos indivíduos ao grupo social. Lembrando do material revisado no primeiro capítulo deste texto, nota-se que tal associação (escola/prevenção) encontra-se profundamente enraizada, mesmo na produção acadêmica do campo da Educação, que, como visto, não chega a problematizá-la de forma radical, deixando de atentar para algo que, no meu entendimento, é fulcral: o mapeamento das estratégias, das forças, das políticas, dos saberes que, em suas convergências contingentes, estão na base daquilo que aparece como necessário e natural.

A escola, então, pode ser (e nesta dissertação é) compreendida como uma instituição estratégica que opera no sentido de tornar o mundo, a vida, os indivíduos e a população objetos governáveis. Esse governo pode ser entendido como “preventivo” e tem por método e princípio de funcionamento, como pretendo deixar claro nesta seção, a mesma lógica que dá forma à prevenção ao uso de drogas, a saber, a ação sobre o “eu”. Tal ação visa a incutir modos de autoproblematização e autoavaliação na relação dos sujeitos consigo mesmos, tendo por estratégia a multiplicação dos instrumentos de avaliação exteriores ao sujeito e, por objetivo, a instituição da avaliação permanente que, do exterior, moldaria as relações do “eu” consigo.

Entretanto, penso que, antes de avançar, para dar início a este trabalho analítico, e diante dessa caracterização que pesquisadores têm feito acerca da instituição escolar, é importante colocar uma questão que, de tão óbvia, talvez, não esteja sendo (mais ou ainda) colocada. Essa questão pode ser formulada da seguinte maneira: Por que a educação? Quer dizer, por que, ao se colocar a questão da constituição de uma nova, mais econômica e mais eficiente tecnologia de gestão das condutas no que se refere ao uso de drogas, tratou-se de enxergar na educação, mais precisamente, na escola, o seu espaço e o seu momento de exercício? Tão banal quanto perguntar sobre as razões de ser a repressão às condutas indesejadas por um certo tipo de poder operacionalizada através das técnicas dos aparelhos policiais, é perguntar sobre as razões de ser a prevenção de condutas indesejadas por esse poder implementada através das técnicas dos aparelhos educacionais. No entanto, faz parte de um necessário estranhamento do presente por vezes perguntar o óbvio, aquilo que, de tão óbvio, torna-se

²⁴ A partir deste ponto, os ‘Anais do Fórum de Debates Sobre o Uso e Tráfico de Substâncias Tóxicas ou que Causam Dependência Física ou Psíquica’ serão abreviados pelas letras AFD.

estranhamente “impreguntável”. Assim, ocupa-se esta seção de uma investigação acerca das formas de racionalidade que permitiram que, quando da realização do Fórum de Debates, fosse proposta a adoção da prevenção ao uso de drogas através da educação, com a sugestão (nos anos seguintes tornada regulamentação) da entrada desses conteúdos nos currículos escolares. Portanto, trata-se aqui de recuperar alguns aspectos da história do modelo escolar como modelo de educação adotado na maior parte do mundo ocidental, desde a Modernidade, pois julgo que a compreensão dos modos pelos quais a prevenção emergiu como temática da educação passa pela compreensão da história da instituição escolar, das racionalidades que a animam e, fundamentalmente, dos desígnios governamentais relacionados com sua constituição. Servindo-me do trabalho de alguns pesquisadores que se voltaram à historicização da escola, procuro, confrontando esses estudos com passagens dos Anais do Fórum de Debates, visibilizar um tipo específico de racionalidade que funciona como condição de possibilidade para a prevenção às drogas encontrar na instituição escolar moderna e suas formas de entender e operacionalizar a educação, um tempo e espaço privilegiados para sua efetivação. Dito de outro modo, o objetivo aqui é buscar em aspectos da história da implementação do modelo escolar moderno, fundamentalmente na racionalidade que a informou, uma primeira e profunda condição para que, em 1970, diante da necessidade de constituição de uma nova tecnologia de poder, os olhares se voltassem para a educação e, especialmente, para a escola, como seu espaço institucionalizado.

Julia Varela e Fernando Alvarez-Uría, na compilação de textos editados sob o título *Arqueologia de la Escuela* (1991), investigam como e por que surgiu a instituição escolar. Apontando para o século XVI como marco da emergência dessa forma particular de institucionalização das relações educativas, os autores, a despeito de reconhecerem as diversas transformações ocorridas nesse modelo institucional, procuram identificar algumas regras de constituição da escola, regras a partir das quais as transformações se tornaram possíveis. Para Varela e Uría, a escola, enquanto uma das mais importantes instituições da Modernidade, teve, desde o princípio, e ainda hoje, o objetivo de produzir uma ordem mental que esteja de acordo com a ordem social (1991, p.9). Trata-se, portanto, de uma instituição criada com o intuito de produzir os tipos de pessoa mais adequados à manutenção do funcionamento da sociedade no interior de uma ordem determinada. Ou, ainda, trata-se de uma maquinaria instituída tendo em vista o resguardo e a proliferação de uma configuração particular das relações de poder.

A escola, como espaço fechado no qual os jovens permanecem internados por longas horas, teve no convento seu antecedente histórico modelar: o isolamento a que eram submetidos os noviços mostrou-se bastante produtivo em termos de governmentação e constituição de sujeitos. Do mesmo modo, na escola, uma vez isolados, os jovens podem ser melhor inspecionados, tendo seus comportamentos medidos e refletidos de modo a serem deles extraídos conjuntos de saberes voltados à manutenção da ordem e produção dos comportamentos desejados. Assim, como escrevem Varela e Uría, uma série de “ciências sutis de caráter pedagógico [...] tiveram seus começos na gestão e no governo dos jovens” (1991, p.34), erigindo-se essa instituição em um dos pilares do projeto moderno, voltado à constituição de uma série de sujeições que tinham por finalidade a formação de sociedades civilizadas, sadias, produtivas e capazes de realizar os ideais de progresso que marcaram os séculos que se seguiram à consolidação dos Estados Nacionais modernos. No Brasil, a emergência de projetos de Nação se intensifica principalmente a partir da proclamação da República, quando intelectuais, artistas, gestores públicos e as elites políticas e econômicas começam a debater intensamente o “caráter” nacional, na tentativa de inserir o país no mundo civilizado (ORTIZ, 1986). Nesse projeto, o papel das instituições do Estado, dentre as quais destaca-se a escola, é operacionalizar uma série de sujeições necessárias para a construção de uma coletividade coesa e em progresso, produzindo uma unidade político-cultural e tendo por fim o bem-estar de todos, fim que passa necessariamente pela produção de sujeitos úteis e dóceis, capazes de submeter suas paixões à razão, seus corpos ao espírito, sua liberdade à obediência e sua consciência àqueles designados para guiá-la, do pai ao professor, do padre ao patrão, passando pelo médico e, depois, pelos profissionais *psi*.

Parece ser esse o tipo de racionalidade que anima, também, uma série de enunciações feitas no Fórum de Debates que discutiu, dentre um conjunto de coisas, os modos de condução das condutas dos usuários de drogas. Como proclama o Deputado Octavio Germano na sessão de instalação do evento, “*a mais importante luta do ser humano é contra ele próprio: a luta titânica do espírito contra a matéria, da razão contra a natureza selvagem e resistente aos valores transcendentais, revelados e estabelecidos no processo civilizatório*” (AFD, 1971, p.19). Ou, na formulação do psiquiatra Clóvis Martins, “*a medida pedagógica válida para orientar os jovens é manejar a ansiedade sem recorrer às drogas*” (Ibidem, p.225). Nas palavras do político e nas do médico, o mesmo recurso ao autocontrole como ideal a ser alcançado, como recurso a ser pedagogicamente gestado no interior de cada um. Ponto de encontro, portanto, de um projeto de Nação, de uma concepção do “eu” difundida

por determinados saberes psicomédicos, de uma instrumentalização da educação para fins de governmentação, ponto de encontro no qual, espero apresentar ao longo deste capítulo, emerge a prevenção ao uso de drogas na educação.

Como afirma o psicólogo Luiz Antônio Meira, *“todo toxicômano tem fortes impulsos internos de autodestruição”* (Ibidem, p.105), enquanto, para o psiquiatra Manoel Albuquerque, *“todos os narcóticos são buscados para satisfazer as necessidades básicas do homem: fome, impulsos sexuais, agressividade, libertação da dor e da ansiedade”* (Ibidem, p.171). O uso dessas substâncias é percebido, portanto, como uma forma de realização ou de alívio de pulsões, de modo que escola e psicoativos encontrar-se-iam, segundo uma tal racionalidade, em posições absolutamente antípodas em relação às formas de se lidar com as paixões naturais do ser humano. Para que se efetive, então, o governmentação, é preciso evitar o consumo de substâncias capazes de prejudicar o longo processo de interiorização dos controles²⁵, processo este que encontra na escola um espaço privilegiado para sua consecução. Retomando as palavras do psiquiatra Clóvis Martins, segundo as quais *“a medida pedagógica válida para orientar os jovens é manejar a ansiedade sem recorrer às drogas”*, evidencia-se uma concepção para a qual a vida provoca ansiedades e impulsos diversos, diante dos quais alguns jovens recorrem a drogas. Segundo a racionalidade que institui a prevenção, deve-se desenvolver mecanismos para “manejar” a ansiedade e outros impulsos sem apelar para o uso dessas substâncias. Eis a função pedagógica da escola em termos de prevenção: desenvolver, nos sujeitos, os meios, as capacidades, as ferramentas que lhes dão condições de gerir seus impulsos adequadamente, impedindo que se “desviem” do caminho correto que os há de conduzir ao mundo “direito”, o mundo do trabalho e da vida ordeira. É por meio de uma ação sobre a interioridade que tal desígnio pode ser alcançado, através da submissão dos indivíduos, desde muito cedo em suas vidas, a regimes de observação, avaliação e descrição constantes, regimes estes que têm por resultado, na escola, a produção de cidadãos. O respeito às leis e aos costumes, o espírito ordeiro e trabalhador, a vontade determinada a servir ao desenvolvimento da Nação, eis alguns traços que se inscrevem nos corpos, nas mentes e nos desejos do cidadão normal. Não há lugar, aqui, para drogados ociosos.

A institucionalização da escola como lugar e momento da educação dos jovens, da sua formação, ou melhor, da sua instituição como sujeitos daquela sociedade específica e não de

²⁵ Trata-se, aqui, sem dúvida, do desenvolvimento histórico ocidental, ou, na formulação de Elias (1994), do “processo civilizador” que se caracterizou pelo progressivo controle das pulsões individuais, desde a Idade

outra, é indissociável das estratégias de controle social que foram progressivamente postas em funcionamento pelo Estado Moderno. Nesse empreendimento, visto como vital para a sobrevivência do próprio Estado, engajaram-se uma série de especialistas, portadores de saberes gestados para a produção das verdades em acordo com as quais as massas deveriam ser moralizadas, ajustadas, modeladas, de maneira a potencializarem as forças estatais. É essa racionalidade que faz dos professores e da instituição escolar os operacionalizadores das táticas preventivas. É por esses sujeitos e por essa instituição que devem passar os fluxos de poder destinados à condução das condutas dos jovens no que se refere a seus prazeres e aos usos de seus corpos e mentes. Hábitos de higiene, educação sexual, prevenção ao uso de drogas... Mais do que espaço de inculcação de conhecimentos, trata-se de uma instituição produzida para a inculcação de comportamentos. Ou, nas palavras de Varela e Uría, “emerge pois a escola fundamentalmente como um novo espaço de tratamento moral” (1991, p.50), um verdadeiro instrumento de gestão política instituído para atuar sobre a vontade dos sujeitos, na frente de batalha que o Estado, governamentalizando-se, constitui a fim de gerenciar a vida da população, e sendo seguido por outras instituições: para aqueles que, por alguma razão, escapam ao controle da escola, ainda podem ser capturados pelo disciplinamento que opera nas fábricas, ou nos quartéis, ou, em caso de persistente inadequação, persistente desencaixe em relação aos modelos aceitos, resta o internamento nos manicômios ou nas prisões. Eis a linha de frente, a infantaria do Estado Moderno.

Seguindo a linha de raciocínio desta dissertação, trata-se, então, nesse primeiro esforço analítico, de romper com as perspectivas que projetam sobre a educação, mais precisamente sobre a escolarização, uma aura quase mágica, entendendo-a como um tempo e espaço destinados à emancipação do sujeito, a sua conscientização de si e do mundo, a sua humanização etc. A perspectiva aqui adotada identifica nas relações educativas, e especialmente na progressiva escolarização obrigatória e universal das sociedades ocidentais, um instrumento cuja gênese pode ser encontrada nos projetos de civilização e governo das massas, acentuados principalmente a partir do século XIX. Esses projetos logo identificaram uma convergência entre controle político e controle da educação, de modo que, desde então e até hoje, a lógica que rege a instituição escolar, o tipo de formação nela dispensado, os conteúdos nela ensinados, os valores por ela encarnados, tudo isso passou a constituir cada vez mais um objeto de disputa, justamente por essa percepção da capacidade

Média, quando passaram a se instituir, lentamente, modelos de vida social voltados ao regramento da espontaneidade e à repressão de hábitos e costumes individuais e sociais.

desse instrumento de moldar a alma das gerações futuras, decidindo o próprio futuro da sociedade. Deste modo, pode-se compreender a educação universal e obrigatória que tem lugar na escola como uma arma capaz de neutralizar perigos sociais, ameaças à ordem e à configuração mais ou menos estável das relações de poder. Tem-se, aqui, portanto, a própria lógica da maquinaria escolar como condição de possibilidade para a emergência da prevenção às drogas na educação: é a escola como espaço de civilização que faz dela, também e imediatamente, espaço de prevenção de comportamentos que contradizem ou colocam em risco a ordem social que erige o progresso como sua principal meta e seu primordial valor.

É, portanto, no entendimento do Estado como tutor moral da população que compreendo, na presente dissertação, a entrada da prevenção ao uso de drogas no rol de atribuições de profissionais da educação e dos sistemas de ensino. Esse Estado crescentemente governamentalizado, como visto, opera no sentido de zelar pelo bem social, tendo em vista o futuro saque das forças individuais conservadas. Mas, e aí a escola assume centralidade em um tal empreendimento, “para engendrar sujeitos dóceis, úteis e maleáveis, é necessário atuar preferentemente durante sua terna infância já que é quando os maus hábitos ainda não estão arraigados e a educação moral tem mais possibilidades de deitar fundas raízes” (VARELA; URIA, 1991, p.211). O Estado se encarrega, então, da implementação de iniciativas de “ortopedia moral”, no interior das quais a prevenção ao uso de substâncias psicoativas encontra espaço privilegiado. Nas palavras do representante do Ministério da Justiça, Leonardo Grecco, *“este problema deve merecer a atenção de todos que estudam o uso e o tráfico de drogas, porque evidentemente está se abrindo uma frente de corrupção de costumes, de corrupção da formação moral e intelectual da juventude, o que é muito perigoso para o futuro do país”* (AFD, 1971, p.162)²⁶.

Aprofundando a investigação acerca das relações entre instituição escolar moderna, práticas de governo e prevenção ao uso de drogas, é possível encontrar no trabalho de Jorge Ramos do Ó algumas indicações importantes para a compreensão de como a própria

²⁶ Essa qualificação do uso de drogas como anormalidade moral permite um novo flanco de expansão das práticas psiquiátricas e psicológicas para o interior da escola, o qual se assenta no investimento, por parte do Estado tutelar, em novas técnicas de governo e sujeição dos indivíduos cujas práticas se mostram mais reticentes à adequação aos fins estatais. Nesse sentido, trata-se de buscar compreender a rentabilidade política advinda da medicalização das práticas sociais, tendo em vista a inculcação de formas específicas de moralidade: “governar” confunde-se diversas vezes, na história das tecnologias de poder, com “cuidar” e “proteger”, já que “a arte de governar os loucos, os métodos para governar as crianças, são os melhores instrumentos políticos para governar os homens” (VARELA; URIA, 1991, p.222). É nesse sentido que se tenta compreender, nesta dissertação, a extensão dos controles psicológicos a domínios cotidianos da existência, tornando possível fazer de práticas individuais de uso de drogas um objeto de interesse público.

história dessa instituição funciona como condição de possibilidade para a emergência da prevenção às drogas na educação. Segundo Ó (2003, p.104), “os fins educativos estão (...) estruturalmente associados a dinâmicas sociais tão diversas como as do *ajustamento social*, do castigo, da produtividade, da vitória”, de modo que ocupa um lugar prioritário na escola, desde sua gênese, o desenvolvimento de um aparato destinado ao “treino moral”. Sendo assim, a regulação moral, admitida pelos participantes do Fórum de Debates como objetivo das políticas a serem adotadas no Brasil em relação ao uso de drogas, vem ao encontro dos históricos objetivos da instituição escolar, que tem por desígnio tornar cada aluno capaz de controlar seus impulsos, aprendendo a classificá-los como bons e maus, normais e anormais. Essa ênfase da escola na produção do autocontrole, para Jorge do Ó (2003), teve no cristianismo uma procedência e tende a produzir uma espécie de hiperconsciência que institui o indivíduo autorreflexivo, capaz de governar suas emoções e prazeres. A escola moderna perpetua, portanto, desde sua gênese, uma moral próxima ao ascetismo, constituindo, também aí, a instituição ideal para a produção de vontades abstinências em relação aos prazeres perigosos representados pelos psicoativos. Essa moral, no entanto, laicizada e racionalizada, tem por referência os fins estatais de produção e gestão de uma população saudável e economicamente produtiva. A linguagem pastoral utilizada com fins políticos encontra-se no Fórum de Debates principalmente nas manifestações dos políticos profissionais presentes ao evento, como o presidente de sua comissão executiva, Deputado Hugo Mardini, segundo o qual os esforços preventivos deveriam ser feitos

pela redenção daqueles aos quais o tóxico colheu ou ainda virá a colher, pela mobilização de uma consciência nacional de repúdio ao vício, sob todas as suas formas; pela salvação da nossa sociedade, ameaçada em sua célula mais viva, a juventude, pela torrente dos psicotrópicos.

(Fonte: AFD, 1971, p.250).

Mas as convergências e relações possíveis de se estabelecer entre certos aspectos históricos e estruturais da instituição escolar, apontados por Jorge do Ó, e o tipo de argumentação que levou, a partir do Fórum de Debates de 1970, à inclusão da prevenção às drogas nos currículos escolares, não param por aí. Para o autor, a incorporação de princípios morais, tarefa primordial da escola, principalmente a partir do século XX, encontra nas ideias de “autonomia” e de “liberdade” uma condição fundamental para sua execução. Ao longo dessa centúria a imposição violenta de sanções perde espaço para as práticas pedagógicas que supõem o aluno como sujeito livre e autônomo que deve escolher espontaneamente suas respostas e posicionamentos diante da vida, cabendo à escola dotá-lo do instrumental

intelectual que o habilite a conduzir-se livremente. Emerge então a figura do estudante ideal como “aquele que sabe medir as consequências tanto dos seus atos como das formas de comportamento através de regras interiores que resultam das suas experiências pessoais, quer dizer, de uma *adaptação espontânea* à vida escolar” (Ó, 2003, p.112). Também no Fórum de Debates é essa racionalidade, identificada com o liberalismo, que encabeça as proposições de adoção das táticas de prevenção ao uso de drogas como componente dos currículos escolares. Desde o pronunciamento do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Octavio Germano, na cerimônia de instalação do evento, quando este afirma tratar-se, ali, de uma “*batalha pela Liberdade*” (AFD, 1971, p.21), o uso de drogas é apontado como um fenômeno capaz de retirar do indivíduo sua liberdade, justamente aquela que a escola pretende potencializar ao equipar os estudantes de instrumentos que estimulem sua intrínseca capacidade de decidir, autônoma e independentemente, seus caminhos. Do mesmo modo, o Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Coronel Jaime Mariath, preocupa-se com a perda da liberdade diante do “*vício que domina o cidadão, física e psicologicamente*” (AFD, 1971, p.55). Perante uma ameaça extremamente poderosa, capaz de comprometer a liberdade intrínseca ao sujeito, cabe à escola, instituição que fomenta o exercício dessa “faculdade humana”, fazendo dela a base para a incorporação de princípios morais fundamentais a esse próprio exercício - imanência moralidade-liberdade que remete à filosofia moderna de Kant (2004), - desenvolver os mecanismos capazes de dar um freio a um tal perigo. Ideal, portanto, da educação moral característica da escola do século XX, instituição preventiva por excelência, potencializar a liberdade como condição para o autogoverno, sendo este o objetivo central do projeto civilizatório da Modernidade.

Essa liberdade, fundamental à inculcação moral perpetrada nos bancos escolares, e posta em risco pelo uso de psicoativos, assume a forma de uma “*adaptação espontânea*”. Suchodolski (2000), ao escrever sobre as correntes filosóficas que embasaram a pedagogia, refere o modo como constituiu-se, no século XX, uma “*pedagogia da adaptação*”, sendo esta “concebida como saúde psíquica do indivíduo”, de modo que “o educador mantinha-se como tutor do indivíduo no próprio interesse deste último” (SUCHODOLSKI, 2000, p.78). Essa concepção pedagógica destinava-se a estimular os estudantes a desenvolverem meios de adaptação a uma série de eventos que eram apontados como perigos a serem enfrentados no decorrer da vida, funcionando por meio de “uma combinação de análises psicológicas e de ensino de moral laica [que] devia dar à educação uma técnica de ação capaz de garantir ao indivíduo a maior segurança ao longo da existência” (Ibidem, p.79). Tratava-se de uma

tentativa de evitar e solucionar os conflitos da vida social, as tensões entre o indivíduo e a sociedade, de um modo não imposto, ou seja, que levasse em conta os interesses dos indivíduos, procurando modificar as formas com que estes vivenciavam sua satisfação e frustração. Agindo sobre a liberdade de escolha, valor supremo do liberalismo, a pedagogia da adaptação focava seus esforços na busca e manutenção de um equilíbrio psíquico entre o indivíduo e o meio, tentando potencializar a capacidade individual de adaptação às condições exteriores. Assim, “tudo o que podia expor o indivíduo a um conflito com o meio que o rodeia [...] devia ser rejeitado” (Ibidem, p.81). Ora, o Fórum de Debates, ponto de emergência da prevenção às drogas nos tempos e espaços da educação, tinha por meta, já aqui referida,

oportunizar o encontro de adultos e jovens, leigos e especialistas. Este critério foi adotado por considerar que a falta de informação correta, em termos de grande público, a respeito das causas e conseqüências das desadaptações psico-sociais, dos quais um dos sintomas mais graves é o uso inadequado de drogas, tendem a confundir pais e filhos, mestres e alunos, sendo a falta de diálogo entre os mesmos o sintoma preocupante e que exige urgente tratamento.

(Fonte: AFD, 1971, p.7).

A escola como espaço, as ciências *psi* como saber técnico, o governmento como prática política, o uso de psicoativos como desadaptação social: eis os marcos sobre os quais, pretendo conseguir deixar claro, instituiu-se a prevenção ao uso de drogas na educação. O papel central ocupado pela escola nesse empreendimento de profilaxia social tem, de um lado, na adaptação e, de outro, na liberdade, condições essenciais a sua efetivação. Na verdade, trata-se de aproximar adaptação e liberdade de um tal modo que acabem por confundirem-se uma à outra, de forma a tornar o desejo de adaptar-se à ordem social a vontade espontânea do sujeito, preferencialmente como resultado de sua reflexão livre. A questão central da prevenção às drogas, então, surge como a mesma questão que se tornou central no processo de instrumentalização da educação escolarizada como tecnologia de controle social, a saber, a busca por mecanismos de controle que não operem a partir de instâncias exteriores e coativas. Trata-se, portanto, da busca e constituição de mecanismos de controle mais sutis, que não sejam experienciados pelos indivíduos como instâncias de opressão e que, contando com a adesão destes, possam efetivamente produzir a autodisciplina, objetivo último do poder que se dissolve, se desmaterializa e passa a constituir o querer de todos e de cada um, dando vazão à grande utopia estatal e comunitária que tanto ocupou os filósofos políticos da Modernidade, de Rousseau a Hegel: a produção de uma vontade geral que, harmonicamente, sedimente uma ordem social equilibrada, orgânica e apta ao desenvolvimento. Uma nação assim constituída poderia, sem dúvida, contar com as forças necessárias à conquista de espaço na política

global, erigindo-se em uma potência. Reunir e potencializar suas forças, tais os fins do Estado governamentalizado. Aqueles que não quiserem, não puderem ou não souberem se engajar a esse projeto, integrando-se às formas prescritas de socialização, serão considerados “desviantes”, responsáveis pelos conflitos sociais, ou, em outras palavras, “criminosos”, “deficientes”, “loucos”, “viciados”. Cabe ao Estado e aos corpos de especialistas analisá-los e diagnosticá-los, encaminhando cada individualidade para a instituição adequada a sua normalização.

Em seu já clássico *Outsiders – estudos de sociologia do desvio* (2009), Howard Becker define o sujeito desviante, ou “outsider”, como aquele que infringe uma ou mais regras impostas por um grupo social. Enfatizando o caráter relativo do desvio e do desviante (“diferentes grupos consideram diferentes coisas desviantes”), esse autor aponta para como o desviante tem sido, nas sociedades modernas, “objeto de muita especulação, teorização e estudo científico” (BECKER, 2009, p.17), de modo que instituições e especialistas há muito tempo tentam compreender as motivações do desvio, atentando para os sujeitos que “desviam”, em busca de respostas. Becker foi um dos primeiros autores a chamar a atenção para o fato de que, quando esses especialistas se põem a investigar o que há nos sujeitos que desviam, a fim de compreender o fenômeno do desvio, não problematizando a existência do rótulo “desviante”, eles não percebem como o julgamento acerca das condutas e a instituição do rótulo participam ativamente do fenômeno social do “desvio” e não simplesmente o “diagnosticam”. Esse “esquecimento” acaba por mascarar o quanto a definição das regras sociais constitui uma questão política e não algo inerente às organizações sociais. Assim, ao fazer referência, aqui, aos modos pelos quais indivíduos que não se integram às formas prescritas de socialização (formas operacionalizadas de maneira privilegiada nos espaços e tempos escolares) estão sujeitos a serem rotulados como “desviantes”, o fato de modo a chamar atenção para “o fato central acerca do desvio: ele é criado pela sociedade”, ou seja, o fato de que

grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2009, p.21-22).

Apontando as escolas e os tribunais como exemplos de locais onde a obediência às regras socialmente instituídas é produzida, Becker arremata fazendo referência a “diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas, [diferenças que] são essencialmente diferenciais de poder” (Ibidem, p.29), partes do processo político de uma sociedade. A acusação de desvio, então, no registro aqui adotado, pode ser compreendida como forma de conflito político que envolve mecanismos de poder na negociação da “realidade”, conflito este no qual a escola constitui, ao mesmo tempo, uma arma, uma ferramenta estratégica e um dos mais importantes campos de batalha. A equiparação do desvio à doença, então, enquanto apropriação do saber médico com finalidades políticas, situa a fonte do desvio no interior do indivíduo, criando as condições a uma instrumentalização das instituições no sentido de “curar”, “sanar”, “salvar” os “outsiders”, os desajustados. Esse movimento, da condenação moral a uma infração à tentativa de sua “reversão”, ou, com o incremento da governamentalidade, sua “prevenção”, dá forma à escola, desde a Modernidade, mas principalmente a partir da universalização e obrigatoriedade do ensino, no século XX, como uma instituição voltada à preservação da ordem social e moral, com finalidades políticas e econômicas bastante significativas.

É, portanto, a constituição da educação como profilaxia que faz dela o “lugar” da prevenção ao uso de drogas, lugar de gestão da anormalidade (procedimento que assume centralidade para um Estado voltado ao governo da população), no qual a adaptação configura o objetivo principal e a liberdade é a condição, o instrumento e o resultado dos processos de adaptação dos sujeitos ao meio social. Racionalidade produtiva, é preciso dizer, quando se trata, no caso do Brasil, de um processo que se acentua durante os anos de ditadura civil-militar (1964-1984), justamente a época em que a prevenção às drogas é gestada e adentra os meios escolares. O funcionamento dessa maquinaria se dá de modo extremamente refratário a qualquer forma de inconformismo ou contestação, aspecto que, sem dúvida, se apresenta como de grande valia a qualquer regime interessado na conservação de um estado específico de coisas.

É quando a educação assume, ao longo do século XX, um papel importante nos empreendimentos do biopoder, tornando-se instrumento de ação sobre o corpo e o espírito dos jovens, e fazendo de cada indivíduo um objeto manipulável, que se torna possível pensá-la como momento e lugar da prevenção às drogas. A escola, então, como espaço de constituição da liberdade, de potencialização da “faculdade natural da liberdade”, deve prevenir justamente o uso daquelas substâncias capazes de fragilizar a ação dessa faculdade. É a escola como

espaço da Razão, empunhando armas para o enfrentamento das drogas que levam à loucura, de forma a garantir o bom cumprimento da missão patriótica da educação: assegurar a cada um a posse de si mesmo. Aprofundando a análise da instituição escolar, a fim de clarificar ainda mais suas profundas imbricações com os ideais da prevenção às drogas, cabe perceber que o papel fundamental da escola, nesse projeto erigido na Modernidade, é mostrar a cada um sua natureza, sua verdade, seu “eu”. A maquinaria de que aqui se trata produz continuamente identidades ao conferir sentidos aos comportamentos individuais, ou seja, ela é o *locus* privilegiado da fabricação do “eu”. Máquina de racionalização de todos os conteúdos da experiência humana, espaço que atesta o que vale e o que não vale como conhecimento, a escola lança os indivíduos em uma corrida linear em direção à verdade, alertando que cada um é o responsável por sua própria salvação, por seu progresso e aperfeiçoamento. No regime cognitivo instituído pela escola, esta oferece os instrumentos, mas cabe aos indivíduos fazê-los funcionar e revertê-los em benefícios para si e para a coletividade. Foi nesse espaço, nessa instituição que se instalou o debate e se operacionalizaram os modelos de racionalização destinados a oferecer as soluções para o “problema das drogas”. Todos os jovens seriam informados sobre essas substâncias e os perigos ligados ao seu uso, estando aptos a fazerem as escolhas certas. Efetivamente, foi isto o que se deu quando, em 1972, o Programa Educacional Sobre Drogas, elaborado pelo MEC, apontava que se devia “ter sempre em mente que o adolescente pode e deve fazer sua opção; a ele devemos dar os elementos para que possa exercer este seu direito” (MENNA BARRETO, 1976, p.52). Novamente, emergem aqui as concepções liberais acerca do sujeito e da liberdade: supunha-se que a prevenção nas escolas simplesmente forneceria as informações sobre drogas para os estudantes, deixando-os livres para fazerem sua opção de usá-las ou não. Como escreve Foucault (1989), a liberdade é condição, é o próprio campo de exercício do poder, cuja eficácia é diretamente proporcional ao nível de consciência que tem o sujeito de estar decidindo por si próprio, sem imposições externas. Deste modo, tentava-se

legitimar uma atuação supostamente imparcial e científica do Estado na educação sobre drogas. Um currículo que deveria ser formado em torno da *educação sobre os malefícios* já está devidamente direcionado à formação de opinião do aluno. Ademais, que opção pode ter uma pessoa que, se pega consumindo ou transportando qualquer droga controlada, é diretamente enquadrado na Lei de Tóxicos, quer seja como doente, quer seja criminoso (RODRIGUES, 2004, p.157).

A educação moral, função central da escola desde pelo menos o final do século XIX, enquanto exercício persuasivo destinado a fazer da autonomia e da obediência uma mesma coisa e tendo em vista a normalização pelo autodisciplinamento, constitui o próprio espelho da prevenção ao uso de drogas como tecnologia de poder utilizado, em oposição ao autoritarismo implícito nas táticas repressivas. É possível, neste ponto, então, traçar um paralelo, com alguma ressalva, entre uma transformação histórica nos modelos educacionais, ocorrida na primeira metade do século XX, e uma transformação histórica na ênfase do combate às drogas, ocorrida na segunda metade desse mesmo século. Na educação, trata-se da passagem de um modelo autoritário, “essencialmente ligado a fórmulas regulamentares inspiradas diretamente na disciplina militar e de uma lógica de tipo criminal”, a um modelo liberal “que agisse sobre o conjunto das inclinações comportamentais e não unicamente sobre o medo” (Ó, 2003, p.122). No combate às drogas, trata-se da passagem, não plenamente realizada, devido a tensões abordadas no capítulo anterior, da ênfase na repressão à ênfase na prevenção. Em ambos os processos é a eficiência do governo que é visada, a possibilidade de governar mais governando menos. Como afirma René Gonzáles, representante da Organização das Nações Unidas (ONU) no Fórum de Debates, “*as medidas de controle, fiscalização e repressão legal são oportunas e necessárias, mas de modo algum se pode esperar que solucionem o problema*” (AFD, 1971, p.40), e arremata Luiz Antônio Meira, psicólogo: “*existe somente uma grande via de tratamento, que é o tratamento preventivo*” (AFD, 1971, p.106). Entendo que a mesma racionalidade política que faz da escola um espaço de governo através da liberdade e da vontade, também opera uma modificação nas prioridades em relação ao controle do uso de drogas. Embora estas mantenham-se proibidas por lei, encontrando-se, ainda, tais práticas no interior de uma lógica de tipo criminal, vem operando-se, a partir da segunda metade do século XX, um movimento de abrandamento de penas para usuários, movimento que se harmoniza com a visão de que a prevenção constitui tática potencialmente mais eficiente do ponto de vista econômico do que a repressão.²⁷

²⁷ Como exemplo desse movimento é possível referir a descriminalização do uso de drogas consideradas leves, como a maconha, em diversos países europeus, desde a pioneira Holanda, ainda na década de 1970, até os anos de 1990 e 2000, quando Portugal, Espanha e Inglaterra, entre outros, tornaram a posse de pequenas quantidades dessa droga não mais um crime, mas uma infração passível de advertência e/ou penas alternativas. Também o Brasil, no ano de 2006, tomou parte nesse movimento com a edição da Lei nº 11.343, que substituiu as penas de prisão por advertências sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e/ou medidas educativas de comparecimento a programas ou cursos preventivos. Também é significativo considerar que intelectuais de forte inclinação liberal, como, por exemplo, Milton Friedman, desde o início da década de 1990 têm se manifestado a favor de substanciais modificações legislativas que incluem mesmo a legalização do comércio e

Esses dois movimentos acima referidos são depositários da emergência da racionalidade liberal de governo, que informa um novo modo de gerir a população e os indivíduos em termos econômicos e eficientes. Segundo Veiga-Neto, o liberalismo é um tipo de crítica à Razão de Estado “que descobre que governar demais é irracional, pois é antieconômico e frustrante”. Trata-se de “um refinamento da arte de governar, em que o governo, para ser mais econômico, torna-se mais delicado e sutil” (2000, p.186). O liberalismo, então, como modo de racionalização do governo, ocupa-se de encontrar a justa medida, o cálculo exato que indique qual a mínima quantidade necessária de poder e de recursos para a consecução dos máximos fins possíveis em termos de condução das condutas. No que tange à adoção de uma ênfase preventiva nas táticas de controle das práticas de uso de drogas, enquanto signo da emergência, também nesse campo, da crítica liberal ao excesso de governo sem resultados efetivos, é possível perceber claramente, na análise dos Anais do Fórum de Debates de 1970, o fortalecimento dessa posição, trazida, diversas vezes, por vários dos participantes do evento. Destaco, primeiramente, a crítica ao excesso de governo no que se refere ao controle do uso de drogas, enunciada pelo psiquiatra Manoel Antônio de Albuquerque, para o qual

existindo a droga, não é possível manter uma quarentena permanente, separando-a de virtual usuário. Ambos se buscarão até encontrar-se. Neste particular, o que precisamos evitar é a colaboração da autoridade. Não me refiro, evidentemente, à colaboração dolosa nem consciente. Penso na constatação universal de que o caminho da toxicomania é muito facilitado pelas instituições encarregadas de evitá-lo. Uma prisão, efetivada ou ameaçada, pode jogar um rapaz nas mãos do traficante chantagista. Uma notícia de jornal pode abalar o crédito ou privar do emprego a uma pessoa que não terá outra alternativa senão submeter-se às condições do chantagista que exige sua participação na distribuição da droga. Se o objetivo é prevenir os crimes decorrentes da farmacodependência, precisamos cautela porque alguns preconceitos tendem a aumentar a importância relativa dos tóxicos na causação de delinquência. É verdade que a desinibição que quase todas provocam facilita aos impulsos anti-sociais encontrarem manifestação. A maioria dos crimes, entretanto, limita-se aos vinculados à obtenção do fármaco. Se excluirmos esses, os índices de criminalidade serão muito pouco superiores à média da população e bem inferiores aos alcoolistas e freqüentadores de casas de tavolagem.

(Fonte: AFD, 1971, p.174).

À consciência, manifestada pelo psiquiatra, da impossibilidade de manutenção de uma vigilância absoluta sobre os indivíduos se soma a percepção dos malefícios causados pelo governo demasiado das condutas, os quais acabam, por vezes, a produzir problemas ainda mais graves do que aqueles aos quais se propunham dar solução. Assim, na lógica liberal aqui enunciada, a ineficiência do governo hipertrofiado acaba por minar, em diversos casos, as possibilidades de se incutir o autogoverno, fim último da prevenção. Além disso,

consumo de todas as drogas que, hoje, são consideradas de uso e circulação ilícitos (informação obtida em: <http://www.geocities.com/friedmises/> . Acesso em: 7 de março de 2009).

Albuquerque prega uma abordagem técnica e econômica que, desprovida de preconceitos, seja mais eficiente no controle das drogas e seus usuários²⁸.

Em uma linha semelhante, o Dr. René Gonzáles, médico representante da ONU, apresenta no Brasil a forma como a questão das drogas vem sendo crescentemente abordada no “mundo desenvolvido” pelas mais avançadas democracias liberais:

O tratamento e reabilitação das vítimas é tarefa difícil e ingrata, pela falta de cooperação e pelos resultados modestos. A esperança está na prevenção e um meio de prevenir é restringindo, quando possível, a disponibilidade do fármaco mas o meio mais efetivo de prevenção é mediante a educação. A educação em matéria de drogas não pode reduzir-se a prédicas moralizantes, pois a juventude tem ouvidos surdos aos clamores do mundo adulto, desvirtuados por suas próprias contradições e inconsistências. É mister que o processo educativo se assente sobre uma boa comunicação. Esse diálogo só se pode fazer modificando atitudes, o que não significa para os adultos aceitar o credo dos jovens, mas pelo menos entendê-lo. No caso das drogas a informação deve ser fidedigna e objetiva, apresentando os fatos comprovados sem intenção de assustar ou ameaçar, mas sim com o propósito de sermos objetivos ao narrar o que conhecemos e o que ignoramos. Qualquer passo que se avance constituirá uma vitória nessa luta do homem frente a si mesmo.

(Fonte: AFD, 1971, p.40-41).

Trata-se aqui de uma concepção segundo a qual a repressão é ineficiente e mesmo o tratamento é complicado, pois também envolve muitos esforços sem atingir grandes resultados. Somente por meio da prevenção o problema pode ser bem equacionado. E o meio mais eficiente de todos, em termos de prevenção, é a educação. Entendendo-se, na presente análise, essa educação preventiva ao uso de drogas como uma *tecnologia* voltada à gestão da subjetividade, o objetivo desse empreendimento parece ser a “internalização do olho do soberano”, a internalização da norma, fazendo desta a vontade do sujeito. Este é o meio mais eficiente, capaz de atingir o maior número de indivíduos com o emprego da menor quantidade possível de recursos. Cabe ressaltar que René Gonzáles foi o único convidado internacional do evento e que, como nos mostra Rodrigues (2004), as abordagens adotadas no Brasil em termos de políticas de drogas historicamente tiveram forte influência dos âmbitos internacionais, em especial dos fóruns e convenções realizadas pela ONU.

O principal enunciado que emerge da fala de Gonzáles, e que é central aos propósitos deste texto, refere-se à proeminência que deve ser dada à prevenção e, especificamente, à educação, enquanto meio mais efetivo de prevenção. Mas Gonzáles enfatiza tratar-se não de qualquer educação, pois não há eficiência em “predicas moralizantes” e os jovens não aceitam o mundo adulto. É preciso moralizar sem ser “moralizante”. É preciso constituir uma boa

²⁸ Nas próximas seções abordarei mais detidamente o tipo de racionalidade com que os especialistas das áreas *psi* configuram a questão do uso de drogas.

comunicação com esse estrato da população, justamente o mais vulnerável, e isso não implica aceitar o “credo da juventude”, mas entendê-lo. Ou seja, parece haver aqui toda uma tática liberal de governo sendo sugerida. Algo que funcionaria mais ou menos assim: os jovens seguem sendo desvirtuados, mas o único modo de governá-los é compreendê-los, é talvez até certo ponto “fazer o jogo deles” para acessar suas subjetividades, pois entendia-se que estas, em 1970, escapavam aos desígnios de poder dos grupos sociais hegemônicos – uma outra forma de capturá-los, que foi desenvolvida mais ou menos a partir da mesma época, foi a apropriação consumista de seus signos, de suas filosofias de vida, fazendo de elementos de suas subjetividades, produtos de consumo. Daí a importância tática que assume a apresentação das informações sobre drogas sem intenção de assustar ou ameaçar, procurando evitar o estabelecimento de uma relação fortemente hierárquica, diretiva e autoritária.

A última frase de René Gonzáles também é muito interessante, merecendo considerações mais aprofundadas. Ela parece sugerir a importância dessa “pequena capitulação” que é procurar entender os jovens e reconhecê-los, reconhecer sua cultura e seus valores como legítimos, a fim de atingir um objetivo muito mais importante, que é vencer “a luta do homem frente a si mesmo”, ou seja, disseminar o autogoverno na população, o que viria a possibilitar a gestão econômica da mesma. Assim, parece estar marcada aqui uma inflexão do poder, não no sentido de um enfraquecimento, mas sim de uma sofisticação. A ideia da qual Gonzáles surge como portador é a da passagem de uma tentativa de imposição violenta de certos comportamentos (a abstinência às drogas) a uma *dominação*, ou seja, a um exercício do poder que conta com a adesão do governado. Esta dominação, enquanto um governo do querer, é potencialmente mais eficaz e econômica do ponto de vista da quantidade de poder empregado em relação ao nível de condução das condutas obtido. Exprime, portanto, de acordo com a perspectiva aqui adotada, uma marca liberal no exercício do poder em relação ao uso de drogas. Trata-se da proposição de novas e sofisticadas formas de trocar o “você não pode usar drogas” pelo “você não quer usar drogas”, facilitando o governo dos indivíduos e da população e tornando-os potencialmente mais produtivos, autodisciplinados e refratários à contestação, a partir da “fusão simbiótica dos desejos e motivações pessoais com a disciplina interior” (Ó, 2003, p.143), ou melhor, “interiorizada”.

Esses objetivos, aliás, encontram-se explicitados no Fórum de Debates, especialmente no pronunciamento do Deputado Hugo Mardini, quando afirma que “é necessário dar àqueles que são dependentes de drogas, hoje, uma nova oportunidade de se tornarem úteis e válidos à sociedade” (AFD, 1971, p.25). Tal “oportunidade” seria produzida, de acordo com essa

racionalidade governamental, através do lançamento das táticas preventivas do uso de drogas no interior da instituição escolar, aparato de subjetivação política por meio da educação. No cerne (da escola e da prevenção às drogas) desse empreendimento, a lógica de funcionamento do Estado governamentalizado e disposto a configurar novas e mais eficientes tecnologias de poder, intentando contar cada vez mais com as próprias aspirações e desejos dos sujeitos a serem governados. Se os fins permaneciam os mesmos, disciplinamento e normalização, os métodos para alcançá-los sofisticavam-se a ponto de identificarem-se com a própria vontade dos governados: no que se refere à prevenção às drogas, trata-se de trazer aos indivíduos informações sobre essas substâncias de modo a que eles mesmos desejem não utilizá-las, sabedores de seus supostos malefícios à saúde. Essa gestão dos prazeres volta-se à formação de sujeitos ordeiros, capazes de dominarem seus impulsos, de modo que, se antes tratava-se de disciplinar e normalizar por meio da ameaça e do medo, agora trata-se de realizar um trabalho sobre a interioridade, sobre o “eu”. Trata-se, portanto, de uma operação para a qual são requeridos saberes bastante especiais, que têm na “alma humana” seu principal objeto de conhecimento. Como afirmou o Coronel Jaime Mariath, *“toda a ação educativa deveria ser orientada por autoridades na matéria, com conteúdo psicológico-científico, em locais e ocasiões apropriadas”* (Ibidem, p.58).

Jorge do Ó, ao “identificar as linhas estruturantes da produção do modelo escolar no Ocidente”, tem me fornecido preciosas indicações de como a própria *forma* da educação moderna é, em certo sentido, preventiva, tornando “natural” o desenvolvimento, na escola, de práticas de prevenção ao uso de drogas, quando tal questão se colocou ao Estado governamentalizado. Esse autor faz referência a uma “gramática” da escola moderna (Ó, 2008, p.1), um modelo de educação instituído por volta do século XVI e ainda hoje constituinte das escolas contemporâneas, modelo este que, “mais do que cultivar práticas repressivas com o propósito de inculcar o medo e a obediência passiva, procurou, e seguramente que a partir daquela remota matriz cristã do poder pastoral, formar a personalidade do aluno através de formas de identificação positivas e de um trabalho interior” (Ibidem, p.2). Trata-se, portanto, desde sua gênese, de uma instituição especializada no desenvolvimento de formas de controle de tipo introspectivo, capazes de, em sua ação sobre os corpos e mentes jovens, levá-los à incorporação de responsabilidades e virtudes. O poder que atravessa a escola, então, pretende conduzir todos à constante problematização de si mesmos, instituindo modos complexos de racionalização de tudo e todos. Da mesma maneira, a prevenção ao uso de drogas, enquanto tecnologia de poder voltada ao controle dos prazeres,

tem na racionalização sua ferramenta privilegiada, pois trata-se de mostrar ao jovem, de forma argumentativa, que o uso dessas substâncias é contrário a sua vontade.

A escola moderna, então, cada vez mais, a partir do triunfo, no mundo ocidental, do republicanismo e do liberalismo, vai centrar sua ação na formação da personalidade, apropriando-se de modelos provenientes do poder pastoral cristão para disciplinar e, no limite, fomentar o autodisciplinamento. Encontra-se, aqui, novamente, segundo a racionalidade política do governo, que gesta a inclusão da prevenção às drogas na educação, a relação antipódica entre escola e uso de drogas: enquanto a primeira dá forma à personalidade, a segunda, para o psiquiatra Clóvis Martins, gera um quadro de “*desorganização da personalidade*”, produzindo “*fenômenos de despersonalização*” (AFD, 1971, p.183), de perda do autocontrole que é “*indispensável para os mecanismos de ajustamento da personalidade*” (Ibidem, p.184-185), enquanto para o psicólogo Luiz Antônio Meira deve-se considerar os jovens que usam drogas como “*portadores de uma desarmonia de personalidade*” (Ibidem, p.105). Os psicoativos, portanto, ao “desorganizarem”, “desajustarem” ou “desarmonizarem” a personalidade, esta unidade essencial do “eu” que a escola, com tanto zelo, esculpe, colocam-se como uma séria ameaça à totalidade do projeto liberal-republicano promovido pela escolarização. Assim, é com o intuito de lançar a escola ao enfrentamento direto com o inimigo ameaçador que a prevenção deve ser implementada nessa instituição, para que ela possa juntar-se à

luta permanente [...] que tem por escopo libertar o ser humano dos grilhões do primitivismo, arrancando-o da brutalidade de suas origens das cavernas pré-históricas, para colocá-lo na verdadeira rota que o deverá conduzir ao reino que lhe está destinado, ou seja, àquela dimensão transcendente que hoje apenas intuímos, mas que, amanhã, caso vencedores, nela estaremos perfeitamente integrados, num todo harmônico, bastantes em nós mesmos e saboreando a infinita quietude da realização plena.

(Fonte: AFD, 1971, p.19-20).

Mas como deve a escola lutar essa luta tão épica, que coloca em xeque a liberdade, “a verdadeira rota” e que tem por prêmio a “realização plena”? Apesar da dramaticidade do pronunciamento acima, feito pelo Deputado Octavio Germano, não se trata, em absoluto, do ponto de vista da escola, em 1970, de uma luta nova. Ao contrário, trata-se de uma batalha para a qual essa instituição tem sido sistematicamente convocada, possuindo já um certo aparato tático e algumas ferramentas por meio das quais se movimenta no *front*. Enquanto as instâncias ligadas à segurança pública jogam o jogo da repressão, intentando submeter o adversário pela inoculação do medo, a escola joga o “jogo do pastor”, cujo movimento tático se dá no sentido da submissão através da figura do professor, na qual encarnam-se a Verdade

e o Bem. Ou seja, na atuação histórica da escola se exerce um poder pastoral cuja efetividade passa por um trabalho no interior do indivíduo e pelo abandono das técnicas repressivas. O conjunto dos alunos, cativados e subjetivados pela Verdade e Bondade, pela correção que emana do mestre, e homogeneizados sob a forma de corpo discente, deseja a condução que é realizada pelo pastor, crendo ser este o melhor caminho. O exercício desse tipo de poder passa, portanto, necessariamente, pela crença de que há algo significativo e muito importante que está sendo transmitido, ou, em uma formulação mais adaptada à questão da prevenção, que aqui primordialmente interessa, a efetividade desse poder passa pela crença na verdade do que é dito.

São bastante arraigadas, e pesam significativamente, em nossa cultura, as ideias que dão sustentação a esse modelo escolar ocidental moderno. Assim como Jorge do Ó (2008), dentre outros autores, ocupou-se de pensar sobre essas ideias e esse modelo, tendo em vista romper com a naturalização de que se tornaram objeto a partir da simples ausência de reflexão problematizadora acerca da história de suas estruturas, também eu me ocupo, aqui, de uma reflexão que visa desnaturalizar a associação automatizada entre escola e prevenção ao uso de drogas. Nesse primeiro momento analítico contento-me simplesmente em indicar como a instrumentalização que uma racionalidade política governamental operou sobre a escola, engendrando-a como instituição produtora de sujeitos úteis e dóceis, constituiu, ela própria, condição de possibilidade para que, na segunda metade do século XX, a escola fosse tornada espaço de atividades de prevenção ao uso de substâncias psicoativas. Deste modo, é a caracterização, feita por Jorge do Ó (2008), de uma “gramática escolar”, que me permite ver na própria estrutura dessa instituição um elemento inerentemente preventivo dos riscos sociais, de maneira que, quando o uso de drogas é compreendido como risco, o encargo de administrá-lo passa “naturalmente” à escola, cujos serviços prestados à causa da normalização eram já bastante notórios.

A “gramática escolar”, assentada em um regime de classes produtor de uniformidade, seguindo um modelo pastoral de condução das condutas e tendo por referência a verdade e a racionalização do tecido social, se apresentava, aos olhos de políticos, administradores públicos, médicos, psiquiatras, psicólogos, homens do direito e da segurança pública, em 1970, quando da realização do Fórum de Debates analisado, como a grande ferramenta capaz de “salvar” a juventude. Junto ao salvacionismo pastoral, tratava-se de levar aos estudantes a verdade que a ciência descobria sobre essas substâncias, ou, na formulação do médico Oswald de Andrade, devia-se, “*para salvar a geração atual escolar, que vai de 6 a 11 anos, dar a ela*

as explicações necessárias sobre os perigos das drogas. Esta a maneira de prevenir um risco” (AFD, 1971, p.215). Nesse sentido, parece claro haver uma convergência entre o tipo de política da consciência historicamente instituída pela escola e a lógica de funcionamento da racionalidade preventiva, estando ambas calcadas e diretamente voltadas à autoinspeção e autodisciplina. A escola moderna, então, produto do Estado-Nação, carrega em si a racionalidade política que o caracteriza, fazendo da verdade o fundamento de um programa moral, marco da emergência da educação institucionalizada, no Ocidente, em substituição aos modelos voltados meramente à instrução. Ora, quando Andrade, acima citado, fala na necessidade de se “dar as explicações necessárias sobre os perigos das drogas”, o que ele proclama senão o uso das verdades científicas (explicações necessárias) a fim de operacionalizar intervenções de cunho moral (influir nas condutas individuais)? O conhecimento, aqui, não surge como fim em si mesmo, mas como meio para a condução das vontades e sensibilidades, justamente uma das características mais estruturais do modelo escolar, conforme apontado por Ó (2003 e 2008), Varela e Uría (1991) e Veiga-Neto (2000).

Foi a escola a instituição que primeiramente pôde fazer da intimidade (assunto que cada vez mais interessava ao Estado, voltado à contabilidade dos recursos para sobreviver no mundo cada vez mais competitivo delineado desde a conformação dos estados nacionais) um objeto de conhecimento e gestão. Era justamente disso que se tratava, novamente, em 1970, ou seja, da constituição de instrumentos de gestão de um aspecto específico ligado à intimidade: a busca de sensações prazerosas através da manipulação da consciência e das experiências psíquicas por meio do uso de substâncias psicoativas. Ora, para um tal intento o Estado já contava, há alguns séculos, com uma maquinaria especializada chamada escola. Devia-se, então, tão somente instruir os profissionais docentes acerca dessa nova demanda que o Estado governamentalizado lhes apontava. Tal era, não por acaso, uma das principais metas do Fórum de Debates, que tinha expressamente convidado os docentes de níveis médio e superior a assistirem seus simpósios e conferências, bem como incluído, dentre as sugestões encaminhadas a instâncias políticas, médicas e educacionais, a necessidade de adoção de conteúdos de prevenção ao uso de drogas nos currículos escolares. Como disse o Deputado Hugo Mardini, ao dar início às atividades,

espero que este fórum seja um momento na consciência nacional, advertindo aos responsáveis pela formação da mocidade que é preciso dar aos adolescentes e jovens brasileiros, orientação e compreensão, capaz de dotá-los de discernimento lúcido e adequado acerca dos prejuízos físicos e mentais causados pelo vício em entorpecentes.

(Fonte: AFD, 1971, p.25).

Prevenção às drogas, portanto, como controle do psiquismo e do corpo, elemento central também da “gramática escolar”. Para o Deputado Octavio Germano, presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul quando da ocorrência do Fórum de Debates, “*é em nome das nossas famílias, da pátria e do progresso que devemos levar a cabo essa tarefa [do combate repressivo e preventivo ao uso de drogas]*” (Ibidem, p.21). Ou seja, o que está em jogo, na luta contra as drogas, é o próprio modo de vida ocidental moderno, calcado na família, na pátria e no progresso. Para que esse modelo de existência social seja possível, é crucial, mais do que impô-lo, fazer com que coincida com os desejos e finalidades dos indivíduos, o que só pode ocorrer se estes forem, desde cedo, devidamente individualizados e homogeneizados, função concernente, desde seu princípio, à instituição escolar. O uso de drogas, então, surge como ameaça a esse projeto, como um caminho desviante que captura os sujeitos e os instiga a conduzirem-se de outras formas, orientados por outros fins e inclinados a empregarem seus corpos e mentes em atividades diferentes daquelas desejadas pelo Estado, principal fiador do modo de vida moderno. A escola, nesse sentido, emerge como guardião dos caminhos retos e direitos, em oposição aos comportamentos desviantes que ameaçam a ordem social. A história dessa instituição é a história de uma progressiva busca de encaixe da existência social na lógica econômica, tendo por objetivo fazer com que os sujeitos identifiquem seu prazer com tudo o que puder ser produtivo ao Estado para a manutenção dessa específica configuração das relações de poder que atravessam a ordem econômica, política e existencial.

Considerando, então, a instituição escolar como um mecanismo historicamente voltado à implementação de um modelo de governmentação, e pensando sobre a prevenção ao uso de substâncias psicoativas, em seu funcionamento no interior desse modelo, acredito que a emergência da prevenção às drogas na educação constitui parte de todo um sistema de abordagem política à questão do uso de psicoativos, sistema este que se articula desde a proibição da produção, da circulação, da posse, do comércio e do uso dessas substâncias, até a instituição de mecanismos de vigilância e de intervenção sobre as condutas. O coronel Jaime Mariath enuncia, no Fórum de Debates, essa forma de abordagem:

o trabalho deve ser global. O jovem merece uma atenção toda especial: a vigilância dos pais dentro e fora do lar, a educação na escola levando ao devido tempo ao conhecimento dos jovens o problema dos efeitos dos tóxicos por pessoas capazes, da mesma forma pela qual se considera agora o problema sexo.

(Fonte: AFD, 1971, p.58).

Tal como o sexo, o uso de drogas requer um aparato que congrega instituições do Estado, a família e especialistas “capazes” de fornecer o “conhecimento” sobre tais temas. Esse aparato biopolítico intenta pôr o jovem sob uma constante observação e avaliação de seus atos e desejos, de modo a gerir seu uso do corpo e dos prazeres, zelando para que não venha a prejudicar a si mesmo, ou, mais precisamente, para que não prejudique os fins do Estado, gestor do projeto político e social que deu forma às sociedades ocidentais desde a Modernidade. A lógica, semelhante àquela que informa as práticas escolares, é lançar o indivíduo em uma rede de controles disseminados pelo meio social, tornando indisponíveis formas de agir contrárias aos desígnios do Estado governamentalizado e visando à progressiva internalização desses mecanismos, o que dispensaria seu constante e custoso emprego, a partir do momento em que o indivíduo jovem passasse a regular a si mesmo, tornando suas as regras originalmente impostas do exterior. Para isso, tratava-se de lançar uma grande campanha, conclamando os mais diversos setores sociais a unirem-se na luta contra as drogas, multiplicando as instâncias de vigilância e avaliação que, do exterior, possibilitariam a internalização das normas por parte dos jovens, seja por meio da repressão, do cerceamento e interdição da vontade, ou, preferencialmente, do espelhamento de suas vontades às normas sociais²⁹.

O chamamento à coletividade foi por diversas vezes feito no Fórum de Debates. Para o bacharel e delegado Luiz Mathias Flach, *“a prevenção ao uso de tóxicos é uma*

²⁹ Não deixa de ser interessante e produtivo traçar um paralelo entre essa racionalidade governamental e a Filosofia do Direito que Hegel (1998) professava nas primeiras décadas do século XIX. Para o filósofo alemão, um dos “pais” dos modelos políticos e jurídicos das sociedades modernas e contemporâneas, a filosofia política deveria se ocupar da constituição de modos de superação da subjetividade moral, a qual deveria ser elevada a uma eticidade objetiva, universal e concreta, por meio da identificação da vontade singular com uma vontade substancial. Tal identificação, ou melhor, união, da moralidade subjetiva com a lei objetiva, deveria ser operacionalizada pelo direito e encarnada pelo Estado, o que tornaria possível, na concepção de Hegel, a liberdade humana. Parece haver uma série de relações traçáveis entre o modelo hegeliano e o modelo, aqui estudado, do governmentamento que se serve da escola na implementação da prevenção ao uso de drogas. Em ambos trata-se de amalgamar singularidade e totalidade, saber e querer, produzindo um sistema político orgânico no qual cada um encontre sua felicidade concebendo o exercício da liberdade como adequação a esse organismo. No entanto, enquanto em Hegel trata-se de “reconciliar a subjetividade do querer (moralidade) com a objetividade do mundo sociopolítico (eticidade), de modo que a liberdade venha ser concretizada na história dos homens” (OLIVEIRA, 1995, disponível em <http://www.geocities.com/nythamar/kant1.html>. Acesso em: 2 mar. 2009), na análise aqui empreendida, inspirada sobretudo na obra de Foucault, trata-se de compreender a produção dessa “reconciliação” como a constituição de uma relação de poder, enxergando a identificação do querer subjetivo com a regra coletiva como resultado da ação dos mais diversos mecanismos de poder que, em variadas épocas, moldaram, por vezes de formas violentas, a possibilidade dessas coerções serem vivenciadas como “liberdade”. Seja como for, é bastante sugestiva essa similaridade formal entre a proposta filosófica, jurídica e política de Hegel e a racionalidade governamental que, a partir de Foucault, diversos autores, nesse projeto referidos, apresentam como constituinte da instituição escolar. Contudo, o que em Hegel era a chave para a efetivação de uma vida política e social livre, no registro em que me movimento constitui uma trama complexa,

responsabilidade de todos aqueles que detêm algum cargo em que possam atuar numa área, sejam os educadores, os psicólogos, os psiquiatras” (AFD, 1971, p.125). Também o Promotor de Justiça Ney Fayet de Souza segue nessa linha, afirmando esperar “*da coletividade a recuperação dos viciados*” (Ibidem, p.128). Nesse sentido, trata-se de uma maximização das responsabilidades: não cabe apenas ao Estado gestar e implementar soluções ao problema do uso de drogas. A racionalidade política do governmentação enquadra a questão em uma espécie de jogo no qual se procura introduzir, tanto no sujeito quanto na coletividade, uma relação entre o par erro/culpa. Nessa inculcação, penso, encontra-se o cerne do poder exercido, simultaneamente, sobre individualidades e coletividade, poder este que se exerce, primeiramente, ao fazer do uso de drogas um problema social por todos reconhecido e, num segundo momento, ao fazer esse problema surgir como responsabilidade coletiva. O psiquiatra Manoel Albuquerque, ao se pronunciar no Fórum de Debates, apresenta de forma clara esse modo de pensar. Para ele,

há responsabilidade de toda a população pela conduta dos poucos farmacodependentes. (...) A comunidade, responsável pelo ambiente frustrador que fez a dependência necessária, deve agora assumir o papel de pai de família benevolente mas firme. A comunidade deve tomar ciência da séria doença emocional e do desamparo da pessoa farmacodependente. Deve reconhecer que essas pessoas são totalmente incapazes de ajudar a si próprios, por seus problemas e sua inabilidade em lidar com a miríade de realidades desagradáveis da rotina de seu viver, com ou sem a droga. A comunidade não pode desconhecer sua responsabilidade em cuidar de seus próprios problemas que deram origem ao sofrimento daquele indivíduo e das responsabilidades sociais na criação de seus problemas. É um fardo financeiro e muito dispendioso, mas assim é o custo de termos a autodegradação, desintegração familiar e desorganização social. Como refere a OMS: os perigos do amanhã só poderão evitar-se, realmente, construindo-se uma sociedade que não desperte no indivíduo anseios irreprimíveis de evasão. Não basta recuperar os farmacodependentes. É preciso recuperar também a sociedade que os produziu. Nenhuma prevenção será eficaz sem essa preocupação.

(Fonte: AFD, 1971, p.176-177).

Nesses termos, o jogo do erro e da culpa se mostra como puro exercício de poder. Sobre o indivíduo usuário de drogas, evidentemente. Mas também sobre todo e qualquer indivíduo, pelo simples fato de pertencer à coletividade “responsável pelo ambiente frustrador que fez a dependência necessária”. Ao mesmo tempo em que é retirada do usuário de drogas qualquer possibilidade de autodeterminação, pois este é “incapaz” e “inábil”, é disseminada pelo tecido social a responsabilidade por seu governmentação, pois sobre todos recai a culpa dos erros cometidos, sendo estes nominados como “a autodegradação, desintegração familiar e desorganização social”. Automaticamente, ao responsabilizar “toda a população”, se

uma profusão de vontades de domínio que, a fim de se exercerem, apoderam-se de discursos, de procedimentos, de instituições e de saberes.

desresponsabiliza o Estado, ao menos em parte, da obrigação de oferecer soluções ao problema que, já mencionamos no capítulo dois desta dissertação, lhe serve em boa medida para controlar certos grupos sociais potencialmente perigosos. Jogo de responsabilização, portanto, que põe em funcionamento um tipo de poder que, sutil, coloca-se ao lado dos indivíduos e da população, afirmando sua vida e zelando por seu bem-estar, ao mesmo tempo em que os captura.

3.2 Saberes estratégicos, estratégias sábias

Nesta seção, dedico-me ao mapeamento e análise de algumas estratégias postas em funcionamento por uma vontade de poder sobre as práticas de uso de drogas, tendo em vista a implementação da tecnologia preventiva. Uma série de movimentos estratégicos foram tomados, desde a segunda metade do século XIX, tendo em vista o controle de tais práticas, dos quais a proscrição legal parece constituir o mais enfático. Para os objetivos desta pesquisa, contudo, interessa focar as estratégias desenvolvidas com o fim de instituir a prevenção através da educação como mecanismo de governo dos indivíduos e da população, sejam elas postas em funcionamento por instituições do Estado, por especialistas ou por quaisquer outras instâncias capazes de fazer circular o poder. Nas páginas que seguem, então, ofereço descrições e análises do funcionamento de algumas estratégias que pude identificar como operantes no processo de emergência da prevenção às drogas na educação.

Atento, também, nesta seção, para os modos pelos quais um certo número de saberes, dentre os quais especialmente os saberes *psi* (psicológicos, psiquiátricos, psicanalíticos...), funcionam como “correias de transmissão do poder” (VEIGA-NETO, 2007), conferindo veridicidade ao governo e criando as condições para que este se exerça como verdade, sendo percebido como um “bem”, como “a coisa certa a se fazer”, em suma, como uma intervenção, a um só tempo, válida, lícita e virtuosa. Um tal exercício do poder como verdade traduz-se na comunhão plena entre governante e governado, orientando-se na direção de “um momento, uma espécie de ponto utópico na história, em que o império da verdade poderá fazer reinar sua ordem sem que as decisões de uma autoridade, sem que as escolhas de uma administração, intervenham a não ser como formulações evidentes aos olhos de todos daquilo que deve ser feito”. [Nesse momento] “todos estarão de acordo e haverá um limite em que será desnecessário um governo, pois o governo não será mais que a superfície de reflexão da verdade” (FOUCAULT, 2007, p.285). Nesse sentido, entendo aqui o funcionamento dos

saberes, enquanto instrumentos de manifestação da verdade, como também uma estratégia de que se serve o poder, em seu emprego por parte de instituições e especialistas diversos, com o intuito de consecução de suas finalidades.

Por vezes, ao longo do texto que segue, retomarei temas tratados na seção precedente, bem como anteciparei outros, que serão objeto da seção subsequente, articulando-os às questões dos saberes estratégicos e das estratégias sábias. Isto se dá dessa forma pela imbricação quase inextirpável que percebo entre a estrutura do modelo escolar ocidental e sua atuação estratégica em torno de saberes. De fato, parece haver na própria estrutura, ou melhor, na própria “gramática escolar” um caráter eminentemente estratégico, que faz da escola, das estratégias de governo e dos saberes partes talvez indissociáveis de um mesmo constructo histórico, o qual, profundamente arraigado na prática cultural ocidental contemporânea, por vezes não é percebido como produto de relações de poder. Por conta disso, relativizo minha própria organização das seções deste capítulo, chamando a atenção para os modos pelos quais, na “vida vivida”, os espaços de exercício do poder são estruturalmente estratégicos, além de constituídos e animados por saberes que os fazem ser o que são. Assim, trata-se de ter em mente que escola, estratégia e saberes se interrelacionam de formas múltiplas e variadas, operando enquanto funções de poderes que se tramam e “fazem realidades”.

Concentrar-me-ei, agora, em uma exposição acerca de uma primeira estratégia, bastante fundamental, que identifico como central quando se trata de pôr em operação mecanismos capazes de gerir a vida, individual e coletiva, no que se refere aos usos de substâncias modificadoras do psiquismo humano. Essa estratégia é a curricularização de conteúdos voltados à prevenção às drogas. Assim, para se compreender como a prevenção às drogas emergiu como temática educacional, é importante compreender, antes, como a inclusão de conteúdos nos currículos escolares constitui, ela mesma, movimento estratégico do poder.

Toda essa articulação entre interesses políticos, saberes cientificizados e produção efetiva das regulações, de que tenho nesta dissertação tratado, encontra na ação educativa, mais propriamente na ação docente no interior da instituição escolar, um elemento vital a sua consecução: a escola constitui uma via de intermediação entre os indivíduos e a verdade. Trata-se de uma instituição cujo adequado funcionamento torna possível, por meio de uma triangulação entre política, ciência e educação, tornar os indivíduos sujeitos de determinados tipos, a partir de sua exposição à verdade. Ou seja, é na escola que os indivíduos tomarão contato com a verdade sobre o mundo e sobre si mesmos, experiência que os perpassa,

instituindo-os como sujeitos. Nesse sentido, a escola se encontra no ponto em que finalidades políticas, métodos de produção da verdade e técnicas de implementação da verdade se encontram e se inscrevem nos corpos, nas mentes, nos desejos, nos valores e nas vontades dos indivíduos. Espaço estratégico, portanto, do poder, ou, mais precisamente, espaço no qual se instituem e delineiam relações de poder.

O estatuto da escola como espaço estratégico pode ser aferido por uma série de constatações enunciadas por Jorge do Ó (2008), como o fato de que não há países, hoje, sem escola básica obrigatória; o número de alunos vem crescendo ao longo do século XX; as ideias que organizam o trabalho educativo giram em torno do “certo” e do “verdadeiro”; os currículos apresentam, em escala mundial, um alto grau de uniformidade; a escola é gratuita e, por fim, os orçamentos para a educação têm crescido em todos os países. Quer dizer, todas essas constatações atestam que, desde pelo menos a Modernidade, a escola constitui instrumento fundamental a qualquer projeto político e econômico que se pretenda implantar com alguma chance de efetividade. Essa instituição relativamente recente, se comparada à história das sociedades humanas, tem por sua marca a fixação e divulgação de um regime cognitivo que, gestado no período moderno, encontra-se, na contemporaneidade, globalizado.

Em *Estudo Geral da Nova Lei de Tóxicos* (1976), Menna Barreto comenta a legislação editada em 1976 e, no concernente à inclusão de determinação acerca da execução de planos e programas nacionais e regionais de esclarecimento popular sobre os malefícios das drogas, esse autor refere que “a experiência em outros países tem demonstrado que o melhor conduto é o *currículum* escolar, nas faixas etárias iniciais, mediante o esclarecimento natural e isento de itálicos, porque só assim é possível estruturar, quase de maneira subliminar, a personalidade da criança, propiciando-lhe uma conscientização antidroga” (MENNA BARRETO, 1976, p.46). Fica explícito, aqui, que a inclusão de matérias preventivas nos currículos escolares teve relação com uma intenção de estruturar a personalidade dos jovens para assumir posições “antidroga” e, mais do que isso, obedeceu a um movimento estratégico no sentido de atuar de modo “subliminar” sobre as disposições dos estudantes com respeito ao uso de substâncias psicoativas. Inclusão da prevenção às drogas nos currículos escolares, portanto, como tática de governmentação.

No entanto, a fim de bem compreender de que modos a curricularização efetivamente funciona como movimento estratégico, cabe aprofundar a reflexão acerca dos significados envolvidos com a “entrada” de um conteúdo nos currículos escolares. Adotando como referencial as perspectivas que veem no currículo um artefato eminentemente histórico,

“inventado na passagem do século XVI para o século XVII” (VEIGA-NETO, 1999, p.94), trata-se de tentar compreender que significados podem ser apreendidos do fato de que, na década de 1970, no Brasil, os temas relacionados à prevenção do uso de drogas passaram a constar, obrigatoriamente, nos currículos escolares. Tomando “o currículo como um artefato escolar indissociável das próprias condições históricas em que ele se estabeleceu, as quais ele contribuiu para criar” e, além disso, percebendo esse artefato como “comprometido com a própria constituição tanto daquilo que se denomina *sujeito moderno* quanto da própria noção moderna, iluminista, segundo a qual existe um Sujeito transcendental a ser alcançado pela prática de uma razão crítica, pela conscientização etc” (Ibidem, p.96), tem-se alguns elementos para compreender a instituição do currículo como ferramenta política que, historicamente, tem servido ao projeto de promoção da ideia de um Sujeito essencial ao qual caberia, dentre outras instituições, à escola, “elevantar” os indivíduos. Assumindo o currículo uma funcionalidade específica de instrumento para a produção de sujeitos de determinados tipos, com determinadas características, habilidades, valores e vontades, cabe a um trabalho que se orienta a partir de olhares historicizantes, como este, investigar quais contingências históricas podem ser apontadas como possibilitadoras da inclusão da prevenção às drogas entre as demandas da educação escolarizada. Como já apresentado no capítulo anterior desta dissertação, estou procurando, justamente, através da análise de um evento pioneiro nessa discussão, no Brasil, examinar algumas das formas pelas quais a prevenção às drogas, como prática, foi estabelecida nos currículos, que tipos de enunciados concorreram para sua organização e que poderes se articularam na produção dessa nova “realidade” que se colocou aos profissionais do ensino. Compreender essa emergência, portanto, passa pela compreensão do emaranhado de acontecimentos que a tornaram possível, procurando identificar, na particularidade de suas instâncias, suas condições de possibilidade. Trata-se, pois, aqui, de identificar de que formas, no contexto das décadas de 1960 e 1970, no Brasil, a inclusão da prevenção ao uso de drogas nos currículos escolares respondeu a uma vontade de poder sobre as práticas de uso dessas substâncias. Através da análise que estou empreendendo pelo resgate desse documento tão “não-educacional”, como é o caso do Fórum de Debates de 1970, pretendo mostrar como o currículo funciona, neste caso, trazendo para a escola elementos que a extrapolam, que se referem a amplos projetos políticos e de sociedade, sendo entretecidos nas malhas de uma vasta e difusa racionalidade política de governo que dá forma a uma Razão de Estado.

Segundo Berticelli (1999, p.164), compreender um currículo passa necessariamente pela compreensão do “caráter político” e da “ordem do poder” que o determinam, pois ele é a própria materialização de uma prescritividade. É justamente essa maneira de entender o currículo como prescrição (e não como descrição da natureza, da “realidade” etc) que me permite, aqui, conceber a inclusão de temas relativos à prevenção ao uso de drogas nos currículos escolares como movimento estratégico de uma vontade de poder. Tal prescrição “remete à questão que diz respeito ao tipo de cidadãos que se quer construir”, de modo que “no currículo é que se colocam as parcelas da realidade que se levam à análise e conhecimento de educandos e educandas” (Ibidem, p.166). Trata-se, portanto, o currículo, de um instrumento vital no jogo das forças políticas, sociais, econômicas, enfim, no jogo dos poderes. Selecionar os conteúdos que o compõem, determinar o que pode ou não formar o currículo, assumem, nessa perspectiva, o caráter de exercício de um poder tão mais irresistível quanto mais travestido de neutralidade e de verdade, o que era o caso, segundo Berticelli (1999), da época aqui enfocada, quando a reflexão teórica acerca do currículo era ainda bastante incipiente, concebendo-o como conjunto de conteúdos a serem ensinados. Note-se que, diante da ausência de uma problematização teórica mais profunda do currículo, que passava por um conjunto naturalizado de conhecimentos ou dados a serem transmitidos, potencializa-se a efetividade da curricularização enquanto elemento tático das estratégias de controle social. Ao funcionar dessa forma tática, o currículo adquire a capacidade de produzir e manipular identidades sociais, operando como ferramenta de controle social e regulação moral. Eis o sentido da “curricularização” da prevenção às drogas.

Agora, uma breve incursão pelas legislações editadas logo na esteira do Fórum de Debates é pertinente, a fim de melhor compreender a utilização tática do currículo como instrumento de regulação. Quando da primeira conformação legal da educação sobre drogas, por meio da Lei n. 5.726, de 1971, implementada pelo Decreto n. 69.845, do mesmo ano, teriam prioridade para frequentar os cursos de capacitação instituídos pela lei, dentre os profissionais docentes, aqueles dedicados à disciplina de Educação Moral e Cívica, em cujos programas o MEC passa a incluir, em caráter obrigatório, “a realização de palestras visando o esclarecimento quanto ao uso nocivo de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.”³⁰ Interessante deslocamento pode ser percebido quando da edição, em 1976, da Lei de Tóxicos, que veio a substituir a legislação de 1971. A nova

³⁰ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/53336/decreto-no-69845-de-27-de-dezembro-de-1971>. Acesso em: 20 jan 2009.

legislação modificou substancialmente a forma de execução da prevenção às drogas nas escolas. Primeiro, substituiu os cursos de capacitação pela inclusão de “ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica nos programas dos cursos de formação de professores”³¹, e, segundo, transferiu para as disciplinas da área de Ciências Naturais a obrigatoriedade de abordagem do tema em sala de aula. Segundo Rodrigues, essas modificações marcam a adoção, por parte do legislador, de uma “roupagem científica e técnica” (2004, p.156) para o texto legal, o que explicaria a transferência das aulas sobre prevenção às drogas para o campo das Ciências Naturais. Essa transferência faria com que conteúdos doutrinários, de caráter moral, religioso e político pudessem ser transmitidos sob a forma científica, “que coloca a produção de verdades em torno dos malefícios causados pelas drogas num plano de imparcialidade que, de fato, não existe” (Ibidem, p.157). Partindo de um outro ponto, também Wortmann (1999) traz elementos que se somam aos aqui elencados. Essa autora mostra como uma série de modificações curriculares e normativas quanto ao ensino de ciências, nas décadas de 1960 e 1970, visavam moldar uma compreensão da ciência como “um poder explicativo, organizador, inovador, esclarecedor e comprovador – que, por essas características, se colocava à frente e acima das outras formas de conhecimento e de saberes” (1999, p.148). Essa compreensão explicitou-se em enfoques curriculares tecnicistas e cientificistas que caracterizaram o pensamento educacional brasileiro, atingindo seu ápice justamente na década de 1970, marcada também pelo recrudescimento do regime de exceção e pela inclusão da prevenção ao uso de drogas nos currículos escolares. Assim, é possível apontar a convergência de dois processos que tornam possível a estratégia de inclusão da prevenção às drogas nos currículos: de um lado, uma série de movimentos para a “renovação” do ensino de ciências, os quais mobilizaram especialistas das diversas áreas científicas para o desenvolvimento de atividades em educação, instituindo uma concepção particular de ciência como “explicação verdadeira” com caráter de “prova”. De outro lado, a vontade de poder sobre as práticas de uso de drogas que, intentando controlá-las por meio da prevenção institucionalizada nos currículos escolares, identifica na transposição desses conteúdos, da disciplina de Educação Moral e Cívica para as Ciências Naturais, um movimento tático no sentido de conferir aos ensinamentos e prédicas morais um estatuto de “verdade científica”, legitimando, como ciência, interesses políticos.

³¹ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/38373/lei-n-6368-de-21-de-outubro-de-1976>. Acesso em: 20 jan 2009.

Evidentemente, como venho apontando ao longo de todo este capítulo, a escola ocupa uma função vital nesse empreendimento. Através dela se operacionaliza o controle sobre o sujeito, por meio do domínio sobre suas paixões e pulsões, conectando, como apontado anteriormente, a partir das considerações de Jorge do Ó (2008), as aspirações dos indivíduos com os anseios do poder público. Tal conexão é possibilitada pela construção de posições de sujeito para cada indivíduo, no interior do grupo social. A escola, então, opera como fábrica de sujeitos, fundamentando-se em saberes e no desenvolvimento e aplicação de técnicas de controle dos impulsos individuais. Uma instituição com tais características apresenta-se como o *locus* perfeito para a execução de programas de prevenção ao uso de drogas.

A produção do “cidadão normal” concerne à escola, instituição formadora do sujeito do projeto político e social da Modernidade. Se tal projeto sofreu, principalmente ao longo do século XX, notáveis deslizamentos, e modificaram-se diversos conteúdos da formação desse cidadão, a escola mantém sua lógica de atuação quase intacta, pois ainda a ela compete a organização das experiências individuais, a separação, pelo menos por algum tempo diário, do jovem em relação ao resto do mundo e a submissão deste jovem a avaliações especializadas por parte de professores, psicólogos, médicos etc. Quer dizer, trata-se, ainda, de ordenar e significar vivências através da verdade proferida por profissionais especializados, procedimento que, progressivamente, institui posições sociais aos indivíduos. Quando o tema do uso de drogas é assumido como conteúdo escolar, submete-se tal tema e toda a pluralidade de relações possíveis entre indivíduos, drogas e cultura, a esta mesma estruturação formal. Deste modo, as experiências com drogas serão organizadas a partir dos saberes especializados e autorizados a ordená-las de acordo com suas formas particulares de construção e descrição de objetos. Tais saberes posicionam os sujeitos de acordo com suas categorias explicativas, disponibilizando aos jovens uma série de identidades sociais a serem assumidas em relação ao uso de drogas. Nesse processo, aquilo a que Foucault (1989d) chama de “saberes dominados”, ou seja, saberes “desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade”, não encontram o seu lugar na escola, espaço dos saberes “legítimos”. Tais saberes dominados “são os saberes do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, do médico paralelo e marginal em relação ao saber médico, do delinquente etc, são saberes particulares, regionais, locais, incapazes de unanimidade” (1989d, p.170). Pois bem, são esses saberes, circulantes entre pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas e que, ao longo de suas vidas, integram essas práticas ao conjunto de suas experiências, saberes

desenvolvidos e trocados entre grupos excluídos e marginais, são precisamente esses os saberes banidos da instituição oficial do saber. É precisamente o saber daquele que convive com o uso de drogas que precisa ser afastado daqueles que devem ser produzidos como sujeitos abstmios.³² E isso porque, no entendimento do delegado Mathias Flach, “*sem dúvida existe um contágio psicológico da toxicomania. [...] numa sala de aula onde há 1 viciado em 45 alunos há um contágio psicológico*” (AFD, 1971, p.123), de modo que, para o promotor Ney Fayet, “*é um fato especial de alta relevância a localização de viciados em sala de aula, [...] [afinal], o contágio realmente se processa*” (Ibidem, p.113). Trata-se, portanto, da identificação e separação imediata do “viciado” em relação aos demais estudantes, para que estes não tenham acesso a outra forma de saber sobre as drogas, justamente o saber professado por aquele que as utiliza cotidianamente, saber dominado e, sobretudo, na escola, silenciado. Saber, é claro, não curricularizado e posto em uma espécie de quarentena, enquanto encarnado no corpo do estudante “viciado”.

Há, assim, na forma de disciplinamento operacionalizada na escola algo que a torna um espaço (estratégico) de prevenção por excelência. Mas, além de silenciar certos saberes e excluir certos sujeitos, essa instituição funciona, ou melhor, efetivamente disciplina, a partir da metódica ocupação do tempo da criança e do jovem, sendo o descanso e os intervalos ou períodos livres tão somente recursos de manutenção da produtividade (Ó, 2008). Essa gestão do tempo, essa concepção segundo a qual é preciso ocupar o jovem a fim de que este não venha a adotar comportamentos indesejáveis foi também vital quando se tratou da instituição da prevenção ao uso de drogas:

há um problema na ociosidade. O ideal seria que nós ocupássemos todas as crianças, evitando a ociosidade. Numa vila de 25 mil famílias, com crianças de 12 a 16 anos ficando sem nenhuma ocupação, isso só pode mesmo levar ao crime e ao vício. O ideal seria uma medida do governo para ocupar todas as crianças, através de escolas, inclusive.

(Fonte: AFD, 1971, p.240).

Essa declaração, feita pelo médico Oswald de Andrade, no Fórum de Debates, expressa esse mesmo enunciado que estrutura as práticas escolares, a saber, o de que há um risco na

³² É importante apontar que, já há algum tempo, campos como a antropologia têm procurado dar a ver os saberes das pessoas que utilizam drogas. Becker (2009), Velho (1998), MacRae e Simões (2004) são alguns dos pesquisadores que, nas últimas décadas, etnografaram as maneiras pelas quais usuários de drogas produzem e trocam saberes sobre suas práticas, tendo em vista a maximização de efeitos desejados, o controle dos indesejados, bem como todo um aprendizado em torno da obtenção das substâncias e do seu uso seguro. Uma perspectiva de abordagem em saúde pública conhecida como Redução de Danos também tem se notabilizado, principalmente a partir da década de 1990, por servir-se desses saberes e fazê-los circular, tendo em vista compreender o uso de drogas como uma prática que não deve ser, em si mesma, condenada, mas sim que requer uma série de conhecimentos para que possa ser realizada sem danos muito profundos à saúde.

ociosidade, cabendo ao Estado a manutenção dos jovens no espaço escolar pelo maior tempo possível, não, é claro, ou ao menos não principalmente, para que esses venham a se qualificar no sentido acadêmico, mas sim para que, internados, possam ser melhor vigiados e governados. Essa submissão constante ao olhar, objetivando o maior controle possível sobre as pulsões e o incremento das capacidades produtivas constitui, no entender de Jorge do Ó (2008), a “mais-valia escolar”. Para esse autor, a transformação do tipo de ensino que tinha lugar nas escolas públicas em todo o mundo ocidental, de uma ênfase na instrução (aprender a ler, escrever e contar) para uma ênfase na educação (aprender a se comportar) passa pelo amálgama que se dá entre conhecimento e moralidade. Sem essa transformação, também, não haveria condições para que a prevenção ao uso de drogas fosse proposta como prática escolar, pois o espaço da escola seria tão somente o espaço do aprendizado, do acúmulo de “saber-fazer”. Diferente disso, quando da ascensão das repúblicas liberais, o que se vê é a constituição da escola como maquinaria voltada à civilização e integração da sociedade em um todo harmônico. Assim, assume centralidade no projeto do Estado-Nação republicano e liberal o desenvolvimento moral, a produção de condutas específicas, ou seja, o acúmulo de “saber-ser”. O conhecimento, é claro, segue ocupando importante espaço, afinal ainda se trata de formar trabalhadores, mas, com o incremento da racionalidade governamental, percebe-se que não basta desenvolver capacidades produtivas se a vontade do indivíduo estiver dissociada dos ideais liberal-republicanos. Isto constituiria um verdadeiro desperdício, completamente contrário à lógica de otimização e gestão racional que começa, aos poucos, a se instituir. Deste modo, conhecimento e moralidade formam parte de um mesmo conjunto voltado a fabricar sujeitos que saibam fazer mas que também saibam, fundamentalmente, “ser”. É a essa estrutura que se quis moldar as práticas de prevenção ao uso de drogas, convidando professores a ouvirem especialistas no tema, instituindo cursos de capacitação e, a partir de 1976, incluindo essa temática nos currículos dos cursos de formação docente. Quanto a essa inclusão, movimento estratégico aqui analisado, o reconhecimento da verdade como instrumento do poder, e da ciência como estrutura contemporânea da verdade, operaram como suas condições de possibilidade.³³

³³ Não cabe, aqui, analisar de que maneiras efetivamente se deu essa inclusão. Ou seja, ultrapassa os limites da minha pesquisa uma investigação acerca de como foram ministrados aos futuros docentes os conteúdos preventivos e se essas aulas surtiram algum “efeito”. Isso abriria caminho a uma outra investigação, muito interessante, mas que fica como sugestão a outros pesquisadores. O que se encontra no cerne das minhas preocupações é compreender como se gestou um modo de pensar que viu na curricularização da prevenção ao uso de drogas uma ferramenta de controle e gestão das forças sociais com que conta o Estado

Lançar a prevenção ao uso de drogas para ser operacionalizada nos espaços escolares é, então, segundo a forma de ver que orienta esta dissertação, inserir o pensamento sobre o uso dessas substâncias em uma maquinaria produtora de mediações entre os indivíduos e suas experiências, maquinaria esta que tem por mecanismo de funcionamento a constituição de controles introspectivos capazes de desenvolver, nos alunos, determinados valores. Assim, é a partir de uma racionalidade política que intenta promover a valorização da verdade, da responsabilidade e da auto-observação que deve conduzir à autorregulação, que a prevenção às drogas se institui como matéria escolar. Ora, atingir os fins da prevenção é ampliar o escopo do poder para o interior de cada sujeito, fazendo com que este queira, como seus, os referidos fins. É preciso, para isso, convencer o indivíduo de que ele não quer usar drogas, não quer experimentar dessa forma o prazer psíquico e corporal, não quer trocar sua saúde (ou uma certa concepção dela) por “*sensações estranhas, prazeres extravagantes, volúpias imaginárias*” (AFD, 1971, p.216), na formulação do médico Oswald de Andrade. São mais ou menos esses os termos da argumentação preventiva, que tem na verdade enunciada por especialistas, homens de ciência, um instrumento persuasivo que deve ser transposto ao espaço preventivo da Modernidade, a escola.

Os “métodos preventivos” se assemelham aos “métodos escolares”. Trata-se, para ambos, de equipar os indivíduos com formas de reflexão ética que os levem a problematizarem a si mesmos, avaliando constantemente suas atitudes e, como resultado disso, regularem suas condutas, controlando seus impulsos e percebendo que os usos lúdicos de drogas, aqueles não aprovados pela autoridade médica, são moralmente condenáveis, pois se referem à busca de “prazeres estranhos” e de “volúpia”. A efetivação de um controle que se internaliza dessa forma, pressuposto das iniciativas de prevenção, só pode ser concebida como viável, como factível, a partir de uma lógica pastoral que remonta aos modos pelos quais as autoridades cristãs criaram uma série de tecnologias destinadas a fomentar a interrogação do sujeito sobre si mesmo (FOUCAULT, 2008). Só uma constante e profunda autoproblematização, um minucioso e permanente autoexame pode engendrar práticas e renúncias como a recusa a substâncias tão prazerosas, provocadoras de um gozo rápido e fácil, tão de acordo com as prescrições e seduções da vida contemporânea, cujas experiências são cada vez mais instantâneas e o prazer e o entretenimento são anunciados como os objetivos primordiais. Trata-se, portanto, de ensinar a renunciar. Ensinar a ver em prazeres e pulsões um

governamentalizado, de modo que, para mim, agora, trata-se de mapear a trama que tornou possível esse pensamento, apontando para suas ligações e imbricações profundas com a época na qual se deu.

erro, uma fraqueza, um desvio que pode ser fatal. Mais do que isso, trata-se de ensinar que estamos diante de *“uma chaga que se não for debelada acabará por minar nossa sociedade e mesmo abalar a segurança de nosso país”* (AFD, 1971, p.247), como afirma o embaixador Carlos Sette Gomes Pereira. Há aqui uma relação profunda entre a possibilidade de autointerrogação e a possibilidade da necessária, para os fins preventivos, renúncia aos prazeres das drogas. Ou melhor, a capacidade de interrogar a si mesmo seria condição de possibilidade para a capacidade de renunciar aos prazeres proibidos, pois é somente com a autoinserção em um campo moral altamente racionalizado que se torna possível avaliar a si próprio, julgando os próprios desejos e trabalhando sobre eles, manipulando-os, revestindo-os com cargas valorativas e conferindo-lhes sentidos que em muito ultrapassam a mera satisfação de impulsos, pulsões, enfim, de aspectos não-rationais da experiência humana. Tem-se, portanto, a ideia de que certos atributos humanos, da “natureza” humana, devem ser racionalizados, devem ser inseridos (e aqui trata-se precisamente das pulsões, dos instintos ou como quer que se queira chamar esses atributos) em uma ordem autorreflexiva que vai tornar possível a renúncia, a abstinência, tornando o indivíduo um sujeito do projeto político e social do Estado-Nação, da república liberal, enfim, tornando-o aquilo que ele “deve” ser.

Cabe à escola instituir esse sujeito atento a sua própria conduta, sujeito moral que governa a si mesmo, aliviando o Estado desse fardo. Essa moral que a escola propaga encontra na questão do trabalho um ponto de apoio fundamental, ou, melhor dizendo, trata-se de uma moral voltada à preparação para o trabalho, tanto do ponto de vista do desenvolvimento das capacidades laborativas, quanto do ponto de vista da constituição de uma disposição. Formar trabalhadores, como objetivo histórico do Estado, é também motivação central da condenação ao uso de drogas e da defesa de sua prevenção: *“A medida de longo alcance (...) é nós prepararmos nas Escolas Normais as pessoas que vão cuidar dessas crianças para evitar o vício, para lhes dar um ofício amanhã”* (AFD, 1971, p.240) é a resposta do médico Oswald de Andrade quando instado a propôr alguma solução para o “problema das drogas”. Já o representante do Ministério da Saúde no Fórum de Debates, Wantuil Corrêa da Cunha, ao listar as consequências danosas do uso de psicoativos, refere *“a transformação do indivíduo em pessoa absolutamente inútil ao trabalho, à vida em família e na sociedade”* (AFD, 1971, p.28), enquanto para o psiquiatra Manoel Albuquerque *“os ócios e o tédio”* constituíam um *“terreno fértil ao abuso de drogas”* (Ibidem, p.169). Mas para efetivar essa disposição para o trabalho, que tem na abstinência às drogas uma condição fundamental, a lógica preventiva requer que cada indivíduo pense a si mesmo como um

produto de suas escolhas, concebendo sua renúncia aos prazeres psicoativos como parte do seu projeto de vida e não como uma imposição externa, coercitiva. Da mesma forma, quer dizer, valendo-se da mesma estratégia, o Programa Educacional sobre Drogas, organizado pelo MEC em 1972, apontava que não se “deve abordar o problema da droga sob o aspecto moral, político ou religioso. Isto fatalmente daria ao jovem a impressão de que através das drogas estariam procurando doutriná-lo moral, política ou religiosamente” (MENNA BARRETO, 1976, p.52). Novamente chegamos, desta forma, ao tema da liberdade como condição fundamental do governo. No entanto, o que aqui se reitera, é a crença, cuja proveniência Jorge do Ó (2008) identifica no protestantismo, na possibilidade de que toda a vida humana seja racionalizada, de modo que o indivíduo autoproblematizado, ao inserir-se nessa ordem de racionalização absoluta de si e suas experiências, suas circunstâncias, seus desejos, esse indivíduo possa vir a controlar suas pulsões, seus impulsos de prazer, contanto que julgue estar, ao fazer isso, gerindo sua vida, produzindo a si mesmo, exercendo a livre escolha e, jamais, sendo doutrinado. Note-se que não se coloca, aqui, a questão de se saber o que “realmente” está acontecendo, se o exercício da liberdade ou uma doutrinação radical. Basta, aos fins desta dissertação, tentar compreender e descrever de que modos essa tecnologia preventiva funciona, a que racionalidades responde e que processos institui a fim de alcançar seus objetivos. Ou seja, meu esforço, aqui, se dá no sentido não de desempenhar o papel de juiz da prevenção às drogas na educação, mas sim no sentido de oferecer elementos que contribuam para a compreensão acerca dessa tecnologia, seus modos de implementação e funcionamento. Assim, penso que antes ou mais do que saudá-la ou criticá-la, cabe compreendê-la nos meandros históricos de sua instituição, percebendo-a como resultado de formas de pensar específicas.

Pois bem, o sujeito autodisciplinado que emerge como ideal da escolarização (e da prevenção ao uso de drogas), sujeito que se autorregula e, tal qual uma máquina, administra suas paixões de modo técnico e eficiente, constitui um sujeito psicologizado, produto acabado de uma forma de poder que tem na psicologia um saber privilegiado e altamente efetivo na consecução de seus fins, principalmente por instituir o espaço da interioridade individual como campo de intervenção. A psicologia, assim, promove a ideia de que todos os conflitos podem ser resolvidos nesse espaço interior e, fazendo isso, abre a possibilidade de tornar a consciência um campo político, movimento que institui uma ligação que associa esse campo de saber à ordem pública e, no caso particular da minha pesquisa, a um regime de exceção, a

ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964³⁴. Seja como for, a disseminação dessa ideia de que o *locus* dos conflitos humanos é a interioridade caracteriza a racionalidade política que propõe a entrada da prevenção às drogas nos currículos escolares. Pode-se ler tal enunciado na manifestação do médico Clóvis Martins, segundo o qual o uso de drogas “*representa a forma de atenuar os conflitos internos e de permitir [...] a evasão dessas tensões internas que atingem às vezes níveis insuportáveis*” (AFD, p.181). Desse modo, “explica-se” o uso de substâncias alteradoras da consciência como uma tentativa, equivocada por certo, de se “atenuar” esses conflitos que têm lugar na interioridade. As formas pelas quais a disseminação e legitimação dessa racionalidade confere aos “profissionais da alma” um poder comparável ao das antigas autoridades cristãs é o que vai fazer Varela (1995) falar em um “psicopoder”, o qual se fortalece com o aprofundamento da concepção da educação como profilaxia e terapia.

Livre escolha, autonomia e liberdade, como temos visto, na perspectiva que aqui adoto, funcionam como condições de possibilidade para a constituição da autorregulação, objetivo tanto da escola moderna quanto da prevenção ao uso de drogas. Nesse sentido, só pode regular a si mesmo, renunciando ao prazer psicoativo, aquele indivíduo que aceita livremente uma certa disciplina nas suas relações com seu corpo, sua consciência e seus desejos, não vivenciando a impossibilidade de utilização dessas substâncias como imposição que lhe é feita contra sua vontade e seu interesse. A moral que funda e dirige a estrutura escolar desde a Modernidade, mas principalmente com a constituição do projeto das repúblicas liberais, concebe (e faz conceber) a felicidade e o bem-estar como resultados diretos da produtividade econômica e da capacidade do indivíduo de controlar suas paixões (Ó, 2008), em um movimento no qual a concretização da autonomia é projetada sobre a ideia de que o trabalho deve constituir a grande fonte de prazer, sendo por meio dele que se deve buscar a realização pessoal. Nada mais contrário ao tipo de estruturação da vida que se volta à experimentação de drogas como fonte de prazer, um tipo de hedonismo não produtivo, que rompe com a moral do trabalho e se recusa a tomar parte nos esforços para que a Nação possa se tornar competitiva e desenvolvida economicamente. Como aponta Ó (2008), a escola tem por utopia a descoberta da aptidão de cada um, a fim de encaminhá-lo ao trabalho para ele adequado. Ou seja, trata-se de uma instituição cujo funcionamento se dá nos termos de uma racionalidade da produtividade, de capacitar indivíduos a ocuparem postos determinados, descobrindo quais

³⁴ A análise das relações entre os saberes *psi* e seu funcionamento como gestores da ordem em um contexto de ditadura civil-militar constitui o tema principal da seção 3.3 desta dissertação.

são os mais habilitados para cada função específica, o que garante incrementos substanciais na relação custo-benefício. Mais do que isso, trata-se de um modelo disciplinar no qual a obediência é apresentada como liberdade, pois lhe cabe fazer com que cada um escolha livremente os caminhos anteriormente para ele já traçados, ou seja, fazer com que cada um se realize e se satisfaça com o tipo de vida que lhe cabe³⁵. Esse modelo, é importante perceber, informa não só o funcionamento da escola ou da lógica da prevenção às drogas, mas uma série de outras “maquinarias” do mundo moderno e contemporâneo, como as indústrias da moda e do entretenimento, as quais nos convencem sistematicamente acerca do tipo de roupa que queremos usar, das “cores da estação”, dos filmes que assistimos, e cujos roteiros se repetem etc. Em suma, um conjunto de maquinarias cujo funcionamento tem por princípio nos indicar os caminhos da nossa própria felicidade. A chave de um tal modelo reside exatamente nessa característica da liberdade como condição da disciplina e, num sentido mais amplo, da livre escolha como condição para o assujeitamento, pois só se submete, sem resistência, a um poder que assujeita, aquele que não concebe essa relação como uma relação de sujeição, mas sim como algo bom, proveitoso, verdadeiro e ao qual ele, cativado, deseja aderir. Desse modo, “é graças ao seu caráter microscópico e pervasivo que o poder torna-se quase invisível e, por isso, ainda mais efetivo” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p.952). Daí a promessa de eficácia que é vista, no Fórum de Debates, em torno da prevenção, em detrimento da repressão, mesmo movimento que opera modificações substanciais na história da educação e seus métodos, que vão dos castigos físicos ao posicionamento do aluno no centro do campo pedagógico, o qual se volta à satisfação dos seus interesses.

Um modo interessante de observar a emergência e proeminência desse poder utilizado e da racionalidade de governo liberal que o expressa e justifica é compilar e analisar, nos Anais do evento estudado, aquelas propostas que foram feitas por participantes e delegações presentes no fórum e que acabaram rejeitadas e excluídas do documento propositivo final elaborado e enviado a autoridades nacionais. Por exemplo, a rejeição da seguinte moção apresentada por delegados paranaenses:

³⁵ Não seria demais, talvez, sugerir leituras aproximadas desse modelo com a sociedade descrita por Aldous Huxley no clássico *Admirável Mundo Novo*, onde cada sujeito pertencia, por natureza, a um grupo social (ou se era um alfa, ou um beta, ou um gama e assim por diante). Outra aproximação interessante pode ser feita com a utópica sociedade projetada pela *República* de Platão, na qual cabia aos sábios identificar, precocemente, de que era feita a alma de cada sujeito, se de ouro, de prata ou de ferro. Da correta identificação dependia a felicidade da coletividade e do indivíduo, pois este seria encaminhado ao tipo de vida mais condizente com sua alma.

abrir diálogo franco e destemido, preparar equipes, convidar autoridades civis, militares e eclesiásticas a participarem desses grupos, e cuidar com carinho e sem esmorecer de tão graves problemas, inclusive com o emprego de programas audiovisuais com a finalidade de traumatizar através de exemplos a juventude predisposta ao uso de tóxicos, alertando-a contra os terríveis malefícios que a droga pode ocasionar ao ser humano, nos parece ser o meio mais eficiente de tentar fazer algo útil preventivamente.

(Fonte: AFD, 1971, p. 280).

Segundo a análise aqui empreendida, tal moção expressa justamente um tipo de racionalidade no entendimento das práticas de uso de drogas que sustenta uma forma de educação preventiva calcada num poder que ameaça e atemoriza:

a solução ideal seria provocar por todos os meios uma repugnância às drogas pela nossa juventude, responsabilidade que deverá ser atribuída aos ministérios da saúde, educação e justiça, que programarão ação conjunta entre seus organismos específicos.

(Fonte: AFD, 1971, p. 280).

Assim, penso que a rejeição dessa proposta pode ser entendida como um efeito da emergência e do crescente domínio, no pensamento referente ao uso de drogas, do tipo de racionalidade liberal anteriormente caracterizado, a qual procura investir taticamente em formas mais sutis e econômicas de governmentação e de subjetivação, tendo em vista a produção do autogoverno. Nessa linha, um dos simposistas do evento, o delegado Luiz Mathias Flach, sintetiza que tipo de educação preventiva é essa: *“Não uma educação que vise traumatizar uma juventude, feita em termos de ameaça, de repressão ou de penas, mas uma educação sempre voltada para os bons exemplos em termos de higiene mental”*. (Ibidem, p.110).

Um outro episódio que nos fornece indícios acerca de um processo de flexão do poder em relação ao uso de drogas, ocorrido no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 e visibilizado no Fórum de Debates, é a polêmica causada pela exposição em Plenário, por parte do então Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, na conferência de abertura do evento, de um menor de idade e de uma mulher viciados em drogas. Ao introduzir o menor e fazê-lo circular entre o público, expondo seu braço repleto de marcas de agulha, o coronel Jaime Mariath diz querer *“recuperar este menino e tantos outros”*, acrescentando logo em seguida: *“Peço desculpas ao auditório, talvez seja um pouco chocante essa apresentação, mas é para que a mocidade veja e sinta o problema do vício”*. (AFD, 1971, p. 56-57). Trata-se aqui, novamente, da pedagogia pelo choque, pela exposição pública da “anormalidade”. Segundo esse entendimento, a prevenção do uso de drogas se dá pela visibilidade do desvio de conduta

e de suas consequências, a fim de que, atemorizados, os jovens descartem essas condutas como uma possibilidade em suas vidas.

Essa exposição pública do “viciado” provocou indignação entre diversos participantes do evento e foi, inclusive, citada no documento final elaborado no Fórum como uma estratégia a ser evitada. A manifestação mais clara e contundente de repúdio partiu do presidente da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, o psicólogo Luiz Antônio Meira, que, confessando-se “*chocado com a apresentação de dois viciados*”, assegurou que “*esse tipo de apresentação fere fundamentalmente os princípios que devem nortear o tipo de atendimento ao problematizado. Apesar das boas intenções esse tipo de apresentação é inócua*” (AFD, 1971, p.104).

Os especialistas *psi* parecem assumir uma posição estratégica na enunciação de uma nova forma de dispor os elementos e configurar o quadro de inteligibilidade do “problema das drogas”, forma esta que, penso, ocupou papel central na complexa imbricação de racionalidades que, em suas tramas, ofereceram (e oferecem) as condições de possibilidade para a recomendação e posterior adoção da prevenção às drogas como conteúdo escolar. Assim, este tema será, na próxima seção, retomado, aprofundado e articulado à questão da gestão dos riscos, tendo em vista a manutenção da ordem no contexto da administração do Estado brasileiro por parte dos militares.

Meira, de participação destacada no Fórum de Debates, criticou as formas pelas quais temas psicológicos e psiquiátricos foram “*caricaturizados*” nas falas de “*alguns bacharéis*”, que “*cometeram impropriedades de diversas ordens, dando uma falsa imagem ou simplificando esse campo que é complexo*” (AFD, 1971, p.104). Parece haver uma intrincada disputa, atuando o psicólogo na demarcação e legitimação dos saberes *psi*, resguardando esse campo e ressaltando a necessária autorização para abordar tais temas, que os bacharéis referidos não teriam. Ou seja, para se fazer a história da prevenção do uso de drogas é necessário atentar para a constituição e as formas pelas quais diversos saberes operam na configuração do problema das drogas, de quem está autorizado a falar sobre isso e do que se pode ou não falar legitimamente a esse respeito.

Em uma linha de raciocínio que retoma a temática da responsabilização coletiva, analisada na seção anterior, o psicólogo Luiz Antônio Meira assevera que

<p>o doente mental deverá ser remetido, com todas suas limitações, para a própria coletividade onde deverá viver. Se gastaram fantásticas somas na construção de hospitais e instituições sem que se modificasse o panorama da doença mental. É preciso um novo conceito, uma nova mentalidade. Esse conceito [...] é o da responsabilidade da coletividade, jamais segregando o indivíduo que tem problemas, escondendo-o num hospital.</p>

(Fonte: AFD, 1971, p.106).

Classificando as pessoas que usam drogas tornadas ilícitas há mais ou menos 50 anos à época do fórum como “doentes mentais”, Meira defende uma “nova mentalidade” na gestão dessa questão no Brasil. No que se refere, primeiramente, à classificação da pessoa que utiliza substâncias psicoativas como “doente mental”, cabe algumas considerações a partir do trabalho do antropólogo Gilberto Velho. Ao estudar os modos de funcionamento de algumas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea, Velho define que “um sistema de acusações é uma estratégia mais ou menos consciente de manipular poder e organizar emoções, delimitando fronteiras” e arremata que “doente mental tem sido uma das categorias de acusação mais acionadas, legitimando visões de mundo. Quando explicitada, essa acusação deve ser exorcizada por meio de todo um ritual que envolve o aparato institucional legitimado por saberes” (VELHO, 1981, p.57). Desse modo, o autor aponta para um uso histórico e estratégico, na cultura brasileira, da categoria “doente mental” como instrumento de poder capaz de, delimitando fronteiras, definindo “realidades”, legitimar certas visões de mundo. O funcionamento estratégico de classificar usuários de drogas como doentes mentais se dá por meio da legitimação que categorias “técnicas” como essa conferem à ação institucional desejada. Trata-se, portanto, do emprego linguístico de uma expressão capaz de organizar os poderes de uma forma determinada, a qual, no caso presentemente enfocado, se refere à instituição do governo sobre as pessoas que usam drogas. Estas, uma vez tornadas “doentes mentais”, passam a ser colocadas sob os cuidados dos profissionais *psi*. Um tal movimento surge como triplamente benéfico: para o Estado, para o profissional *psi* e, claro, para o “doente mental”. E aí chegamos ao segundo ponto da fala de Meira, a “nova mentalidade”. É essa “nova mentalidade”, justamente, que, penso, expressa a lógica da gestão econômica e segura de todos e de cada um. Trata-se de perceber que a manutenção desses “doentes” em hospitais e instituições representou um gasto de “fantásticas somas” ao Estado “sem que se modificasse o panorama da doença mental”. Deste modo, cabe agora não mais ao Estado, mas à “coletividade” assumir as responsabilidades sobre esses indivíduos a serem corrigidos. Novamente, um profissional das áreas *psi* enuncia a racionalidade segundo a qual o governo se exerce não somente na esfera estatal, mas de forma disseminada pela sociedade, a qual se responsabiliza pelo controle dos desvios. É a esta sociedade normalizadora que se deve remeter o “doente mental” e não mais a duas onerosas instituições

da Modernidade, a prisão e o hospital. Bom para o Estado, bom para o profissional *psi*, bom para o “doente mental”: bom para a sociedade.

O que se enuncia através do poder-saber *psi*, e se apresenta como interessante aos fins do Estado governamentalizado, é a ampliação hipertrofiada do escopo da responsabilidade, por meio do jogo do erro e da culpa, tendo por objetivo a proliferação de instâncias de vigilância e normalização de usuários de drogas. Cada instância (família, escola, especialistas, “a coletividade”) atua sobre uma área, mas o sentido dessa atuação múltipla e fragmentada não é outro senão a identificação do desvio, tal qual radares da ordem, que, de diversas formas, visam conduzir as condutas. Essa permanente vigilância e avaliação, essa constante analítica das condutas, como anteriormente referido, opera de modo a tornar internos a cada indivíduo esses mecanismos de controle e, uma vez isso alcançado, paraíso utópico dos controles perfeitos, o próprio sujeito será levado à confissão do seu erro, instituindo a si mesmo como desviante e ansiando pela devida normalização. Inserido em uma dinâmica terapêutica a partir de seu (auto)posicionamento como sujeito-doente, encontra-se pronto a assumir a condição, o sentido e a verdade que, desde o exterior, lhe é disponibilizada. A centralidade que tem, para o exercício do poder, esse autoposicionamento do sujeito em conformidade com a verdade prescrita pelos saberes, pode ser apreendida em uma interessante manifestação, no Fórum de Debates, do psiquiatra Fernando Guedes. Afirma ele haver “*uma grande dificuldade em levar o toxicômano ao tratamento, uma vez que ele não se considera um doente. O tratamento requer uma cooperação voluntária e é difícil levar o doente a tratamento se ele não quer, se ele não se considera um doente*” (AFD, 1971, p.233). Enunciação, aqui, do problema que gira em torno do desviante que não assume a identidade a ele prescrita, ou seja, do indivíduo que não se torna sujeito aos mecanismos de poder-saber instituídos com a finalidade de assujeitá-lo. A colocação de Guedes, ele próprio produzido como sujeito-normalizador, nos coloca diante do núcleo da problemática do governo: a necessidade de, para efetivar-se a gestão econômica e eficiente da população, tornando todos e cada um sujeitos úteis e dóceis, subjetivar os indivíduos, fazendo com que vejam a si mesmos como “explicados” do interior e por meio das categorias fornecidas pelos especialistas socialmente legitimados a descrever a verdade do mundo. A produção de sujeitos, como resultado das práticas de poder, passa, no caso aqui analisado, por uma ampla e profunda tipificação das pessoas que usam drogas, transformadas em “usuários de drogas”, ou, melhor, “dependentes químicos”. Essa tipificação, que se vale da conformação de campos de saber complexos, dos quais retira suas descrições, diagnósticos e verdades, opera no sentido de

convencer a todos da condição de doente da pessoa usuária de drogas, lançando mão de estratégias diversas para a consecução desse fim, como a ameaça de encarceramento, a estigmatização, a marginalização, a retirada de direitos. Nesse processo de construção social da pessoa que usa drogas como pessoa doente cabe, além do emprego de saberes e da ação de especialistas, mobilizar a sociedade para que não seja possível ao indivíduo em questão furtar-se da compreensão de si mesmo como um problema, um ser desviante que deve ser corrigido, em suma, um doente a ser tratado.

Para que a sociedade possa efetivamente ser mobilizada, atuando de modo coeso na circunscrição das possibilidades da pessoa usuária de drogas, ou seja, para que o poder efetivamente se dissemine e seja exercido de forma múltipla e fragmentada, propagando-se por todo o tecido social e sendo difundido pelos sujeitos, tornados “centros transmissores”, pontos na rede dos poderes, o governo da população começa a se dar por meio de estratégias que se valem do conhecimento científico, dentre as quais destaco uma de importância fundamental quando se trata do controle das práticas de uso de drogas: a classificação das substâncias e dos seus usuários. É assim que o psiquiatra Manoel Albuquerque oferece um minucioso arranjo categorial para descrever, primeiramente, as fases por que passaria uma pessoa que descobre um psicoativo para fazer uso:

grandes esperanças, convicção do grande achado, desilusão com efeitos indesejáveis, necessidade de maiores doses (tolerância), impossibilidade de abandonar (dependência), sofrimentos maiores (síndrome de abstinência), proibição, sanções sociais, degradação moral e física.

(Fonte: AFD, 1971, p.170-171).

A essa narrativa profética acerca dos destinos da pessoa que faz uso de alguma droga soma-se uma descrição mais estrita dos “*tipos de pessoas envolvidas*” com essas substâncias, sendo os “*curiosos*” aqueles que “*experimentam uma ou poucas vezes a droga, para conhecer os efeitos, afirmar sua condição de adultos e modernos. Seu número é esmagadoramente superior aos demais*”. Já os “*consumidores*” “*são usuários sociais, que usam ocasionalmente a droga, em condições propícias*”, enquanto os “*viciados*” são aqueles que “*abusam da droga como os alcoolistas inveterados do álcool. São o menor número mas os que mais trabalho dão à sociedade, família, polícia e médicos*” (Ibidem, p.173). Mas as classificações, como estratégia de governo, precisam se complexificar e cientificizar, constituindo elementos técnicos cujo conhecimento e utilização cabem somente aos profissionais experimentados e autorizados. Daí uma classificação mais especializada que Albuquerque oferece, baseada no “*diagnóstico psiquiátrico: neuróticos, sociopatas, esquizofrênicos e sem diagnóstico*” (Ibidem, p.174).

A prevenção ao uso de drogas, então, como tecnologia de governo que se utiliza de saberes e estratégias diversas (e, como venho afirmando, utiliza-se do saber como estratégia), a fim de realizar suas finalidades, enquanto exercício de poder, pode ser compreendida, no contexto desta investigação, como algo que põe em funcionamento uma série de constructos sociais como se fossem coisas naturais, “descobertas” por esses saberes e implementadas por essas estratégias e suas técnicas. Ou, em outras palavras, a prevenção às drogas, como tecnologia de governo, operacionaliza conceitos, classificações, definições, procedimentos fabricados culturalmente, em uma época específica, a partir de “lentes” particulares, fazendo com que sejam pensados e vivenciados como verdades naturais, verdades que foram descobertas nas próprias coisas (nas drogas, nos sujeitos) e que descrevem o mundo como ele “realmente” é. Ao fazer isso, essa tecnologia se subtrai do mundo histórico e traça um corte artificial entre natureza e cultura, essencializando relações que são histórico-culturais e cujas descrições, também elas de caráter histórico-cultural, são apresentadas como universais e atemporais, frutos da natureza. É essa concepção que permite ao coronel Jaime Mariath apontar que *“o fenômeno da toxicomania deve ser encarado na sua dimensão humana, tem características de universalidade, e é tão antigo como a humanidade”* (AFD, 1971, p.61). Entendo a subtração acima mencionada como referindo-se principalmente aos modos pelos quais a experiência com as substâncias psicoativas é condicionada pela época, pela cultura, pela posição social e econômica, enfim, por uma série de fatores que, somados, fazem da pessoa que usa drogas, da própria droga utilizada e da qualidade da experiência de utilização, algo cuja sobredeterminação impede o reducionismo de uma classificação diagnóstica. Nesse sentido, tais classificações aparecem muito mais como estratégias de captura e normalização do que como “fotografias” do “real”.

Um outro movimento estratégico digno de nota, e que se relaciona profundamente com o governo por meio da classificação, é a instituição do sujeito como “problema” a ser equacionado pelo Estado, pela coletividade e, no limite, pelo próprio sujeito. Essa problematização generalizada e, especialmente, internalizada, constitui uma condição de possibilidade para o bom exercício do poder e para o sucesso da estratégia de classificação, pois esta encontra sua efetividade quando recebe o crédito, a fiabilidade social, tornando-se uma verdade professada por muitos. A sofisticação do governo, então, passa pela criação de novos conceitos que descrevam problemas, incitando à autorreflexão e à autorregulação capazes de engendrar os comportamentos desejados do ponto de vista econômico (úteis) e políticos (dóceis). Trata-se de, confrontando o “indivíduo desviante” com

a classificação na qual a ciência o insere, levá-lo a reconhecer-se nessa classificação e, com o auxílio de um especialista que atestará e zelará por sua normalização, iniciar um trabalho sobre si mesmo, trabalho de recuperação perante a coletividade, para que esta possa aceitá-lo novamente. Daí a centralidade dos saberes científicos como instrumentos da normalização na contemporaneidade, pois o reconhecimento do desviante como um problema só é possível a partir do posicionamento científico, com o aporte que faz da verdade, contra a qual ninguém pode, legitimamente, revoltar-se. Cabe à ciência a produção de uma linguagem especial, a qual tem por função a conceitualização do desvio, a transformação de condutas em definições estanques, a cristalização da vida-processo em uma vida-conceito que será tomada por referência para a prática social. O que palavras como “toxicomania”, “fármacodependente”, “estupefaciente”, “psicotrópico” e muitas outras de mesmo tipo fazem é transportar, quando enunciadas, uma tecnologia de normalização que diz como as coisas devem ser compreendidas. Governar, portanto, supõe trazer o outro para dentro de uma linguagem específica que o define, circunscreve, condiciona suas possibilidades, ou seja, transforma-o em um sujeito do poder: o rótulo “dependente químico”, por exemplo, insere o indivíduo rotulado em um sistema de relações no interior das quais lhe cabe certos papéis, certas características e não outras. Ser um “dependente químico” fecha algumas possibilidades na vida e abre outras e isso, em alguma medida, depende não apenas da natureza da substância psicoativa utilizada, mas também, e em grande parte, dos efeitos que a classificação opera sobre o classificado, definindo seu estatuto social e sua autopercepção. Na formulação de Ian Hacking, pensar dessa forma é ter em conta “os modos pelos quais uma nova classificação científica pode fazer existir um novo tipo de pessoa, concebido e experienciado como uma maneira de ser uma pessoa” (HACKING, 2007, p.1). Assim, ao nomear e descrever certos comportamentos, ao agrupá-los sob certos conceitos, um saber científico produz um “modo de estar no mundo”, uma “alternativa existencial” ou, mais simplesmente, um “papel” ou uma “identidade” disponíveis àquele que se vê assim classificado.

Ao Estado compete, nessa trama estratégica de poderes e saberes, organizar as informações disponibilizadas pelos saberes, sistematizar as ações normalizadoras, acumular os registros dos sujeitos produzidos, vinculando-os a instituições específicas cuja função é operacionalizar o governo. É assim que, no Fórum de Debates, é aprovada por todos uma sugestão oficial, que é encaminhada às instâncias políticas mais altas do país, propondo a criação de um organismo destinado à normatização, coordenação e fiscalização das ações sobre o tema do uso e tráfico de drogas. Este organismo deveria também se preocupar com “a

elaboração e execução de programas de higiene mental para todos os níveis educacionais, culturais e econômico-sociais” (AFD, 1971, p.265-266). Uma instituição assim concebida deveria, pela observação das práticas sociais de uso e tráfico de drogas, “extrair” delas os saberes, conceitos e definições necessárias para o seu controle. Tendo por função, dentre outras, “coletar, selecionar e ordenar o máximo de dados úteis sobre o contexto do desenvolvimento cultural, social, econômico e psicológico de nossa população e do nosso momento histórico” (AFD, 1971, p.266), uma tal instituição, que, de certa forma, cristalizou-se em 1980 com a criação do Sistema Nacional Antidrogas, deveria produzir a “ciência de Estado”, ou seja, a estatística em torno do uso e circulação de substâncias proibidas no território nacional, atendendo ao apelo do psiquiatra Fernando Guedes, segundo o qual se deveria “desenvolver algum programa, mas antes fazer a estatística, a distribuição, incidência, discriminar bem quem é o dependente de drogas” (Ibidem, p.224). Também o diretor do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo, bacharel Celso Telles, ao manifestar-se, deixa clara a necessidade que se sentia de munir o Estado de saberes especializados, capazes de

determinar a freqüência da toxicomania em diferentes países ou zonas; conhecer as classes de drogas mais usadas, com indicações locais e averiguar as razões que influem nas flutuações cíclicas de abuso das mesmas; estabelecer métodos mais precisos de diagnóstico, estudos sobre a vida dos toxicômanos, para determinar os seguintes pontos: informações mais precisas e circunstanciadas, origem e desenvolvimento das toxicomanias; substituição ou acúmulo de drogas e da toxicomania por outro transtorno mental; relação entre a personalidade e eleição da droga e, ainda, a eficiência dos diferentes métodos de tratamento

(Fonte: AFD, 1971, p.100).

Trata-se, portanto, da exigência de conhecer para governar, mapear e descrever para construir os modelos teóricos que “explicarão” a “realidade”, oferecendo as “lentes” por meio das quais esta será observada. Todo esse aparato tem por finalidade, no limite e como já apontado, levar o sujeito a reconhecer-se como problema e a conceber-se como livre para corrigir este problema, tendo vontade de fazê-lo.

Os saberes “extraídos” dos sujeitos e de suas práticas devem subsidiar cientificamente a constituição da norma e apresentá-la de tal forma que o sujeito, identificando-a, identifique a si mesmo. Como afirmou Guedes, trata-se de “discriminar bem quem é o dependente de drogas”, ou seja, oferecer descrições pormenorizadas e totalizadoras que levem o indivíduo que utiliza as substâncias proibidas a reconhecer-se enquanto problematizado, vendo-se inserido em uma “grelha” que explica quem ele é, o que sente e o que deve fazer.

As detalhadas classificações e descrições realizadas no Fórum de Debates expressam uma economia de poder que faz de certos saberes (notadamente aqueles que têm por objeto de conhecimento a “alma” humana) instrumentos que “retratam” uma relação natural (sujeito-droga – relação eminentemente psicoquímica) a qual só aparece como acessível por meio desses mesmos saberes. Fundamentando a desejada passagem da disciplina externa para a autodisciplina, pois trata-se de fazer o indivíduo ver a “verdade” sobre seus comportamentos, esses saberes instituem um modo particular de problematização, fazendo da capacidade de problematizar uma condição fundamental para a condução das condutas: fazer dos indivíduos cujas práticas contradizem os interesses do Estado governamentalizado, indutor do projeto liberal-republicano de nação, problemas publicamente reconhecidos que, para sua resolução, implicam a colocação desses indivíduos em um estado de permanente vigilância e correção. Ou seja, problematizar é governar, pois trata-se de, por meio da problematização, tornar os sujeitos campos de intervenção legítima, empreendida pelo bem individual e coletivo.

Instituindo indivíduos como sujeitos através de operações linguísticas, quer dizer, por exemplo, descrevendo certos comportamentos como sendo “os comportamentos” de um “dependente químico”, um campo de saber institui um sujeito, no caso o “sujeito drogado” como um problema, posicionando-o e propondo a terapia que o corrige. É assim que “*a repressão policial aos toxicomaníacos, sem a colaboração de psiquiatra constitui erro científico*” (AFD, 1971, p.206), conforme exposição do médico Oswald Andrade no Fórum de Debates de 1970. Centralidade, portanto, da problematização como ferramenta (estratégica) preventiva destinada a levar cada um a problematizar a si mesmo, sua conduta, seus valores, disciplinando-se e acreditando na correção e no bem dessa autodisciplina.

A efetividade da problematização passa, estrategicamente, pela multiplicação de palavras para se referir às pessoas que usam drogas, tentando problematizá-las em todas as suas possibilidades de conduta. Quer dizer, para cada forma de se relacionar com essas substâncias, para cada um desses psicoativos em particular, para cada padrão de uso, para cada quantidade e modalidade de experimentação de drogas proibidas, um ou mais termos “técnicos” descrevem e problematizam a conduta adotada, inserindo-a em uma rede de inteligibilidade no interior da qual não há espaço isento de erro. Assim, a necessidade de manter sob controle as práticas de uso de drogas faz multiplicarem-se os conceitos a partir dos quais a “realidade” é produzida/encaixada. Mais do que descrições, tais conceitos operam fabricações de sujeitos. Creio que isso acontece principalmente com indivíduos inseridos em categorias sobre as quais recai uma certa obsessão social: “drogado”, “prostituta” e

“homossexual” talvez sejam bons exemplos disso. Uma vez assim classificado, um indivíduo dificilmente terá outros aspectos de si levados em conta, tendendo a construir e ter construída a sua identidade fundamentalmente em torno dessa característica que é, em si mesma, apenas uma dentre muitas. Nada na natureza confere a características como essas um caráter essencial ou menos acidental do que qualquer outra que por ventura essas pessoas tenham. É a cultura que o faz, por meio das relações de poder historicamente instituídas, transformadas, reforçadas etc.

3.3 O pacote está empacotado e o nó dado: urdidura de poderes

Nesta última seção, intento apresentar, do modo mais sistematizado possível, em suas articulações, os elementos que compuseram a racionalidade política instituidora da prevenção às drogas como tema da educação escolarizada no Brasil. Trata-se, neste momento, portanto, de enunciar poderes que instituíram modelos de pensamento dos quais se serviu o Estado governamentalizado na constituição de sua política de drogas, política esta na qual a prevenção emerge como estratégia prioritária. Nesse sentido, após apontar para como características históricas do modelo escolar ocidental funcionaram como condição de possibilidade para a transformação dessa instituição em espaço preventivo ao uso de drogas e, também, após descrever e analisar algumas estratégias por meio das quais foi possível instituir a prevenção ao uso dessas substâncias nos tempos e espaços escolares, cabe agora reunir, uma vez mais, uma série de elementos abordados ao longo desta dissertação a fim de amarrá-los e, dado o nó, oferecê-los como modelo de inteligibilidade de como a prevenção ao uso de drogas foi tornada uma questão concernente ao campo da Educação. Os poderes racionalizados que compõem a urdidura são³⁶: 1) as ciências *psi*; 2) a lógica de suspeição; 3) as técnicas estatísticas; 4) a gestão dos riscos sociais; e 5) a comunidade como espacialização do governo. Quase todos esses temas foram, em maior ou menor grau, abordados ao longo dos capítulos e seções que dão forma a este estudo, mas serão, agora, retomados, retrabalhados e posicionados uns em relação aos outros de modo a dar a ver uma espécie de

³⁶ Não pretendo afirmar que estes constituem a totalidade dos poderes que, tramados, tornaram possível a emergência da prevenção às drogas na Educação. Entendo que a complexidade das tramas de poderes que configuram as realidades sociais ultrapassam nossas possibilidades de descrição e análise exaustivas. Contudo, creio ser possível, até certo ponto, mapear, descrever e analisar ao menos um conjunto desses poderes racionalizados sob a forma de atuações profissionais, lógicas políticas e administrativas, saberes técnicos etc. É isto o que pretendo fazer nesta seção: sugerir articulações entre forças diversas que, encontrando-se em uma época particular, fazem emergir novas formas de conceber e atuar sobre fenômenos tais como o uso de substâncias psicoativas.

estrutura de pensamento que organizou os fluxos de poder constituintes do presente, fazendo da prevenção às drogas uma realidade escolar.

Iniciando esse percurso pelas ciências *psi*, sirvo-me de algumas contribuições de autores que se dedicaram, nos últimos anos, à compreensão dessa forma de colocar as questões humanas em termos psicológicos. Primeiramente, esboçarei de forma breve alguns elementos históricos da constituição de um campo de saber e intervenção, o “psicológico”, para, em seguida, analisar de que forma esse campo funcionou (e funciona) como componente estratégico de um poder que, racionalizando-se, identificou na prevenção às drogas um objetivo político importante e na educação escolarizada um instrumento central para sua consecução.

Figueiredo (2007) aponta para a emergência do “psicológico”, como um espaço desconhecido mas existente nos indivíduos, e da psicologia, como o conjunto de saberes e procedimentos voltados ao conhecimento e intervenção sobre esse espaço, a partir da “articulação conflitiva” entre “três formas de pensar e praticar a vida em sociedade” (FIGUEIREDO, 2007, p.129): o liberalismo, o romantismo e o regime disciplinar. Foram essas três “formas de pensar e praticar” que, ao longo do século XIX elaboraram, cada uma a sua maneira, aparatos de individuação que sistematicamente tematizaram, problematizaram e instituíram modos de relação dos indivíduos consigo mesmos e com a sociedade, fazendo da privacidade, da intimidade, da conduta, dos desejos, dos sentimentos, objetos de uma reflexão estreitamente vinculada aos embates de forças em torno dos desígnios políticos das sociedades modernas.

Não sem tensões, é no bojo da convivência entre uma concepção política e econômica que identifica no indivíduo um átomo dotado da capacidade de calcular e escolher racionalmente; uma concepção que identifica no indivíduo uma singularidade de propensões, sentimentos, paixões únicas e pré-sociais; e, finalmente, uma concepção que vê no indivíduo uma matéria a ser modelada, administrada, potencializada para o trabalho e a obediência, é na articulação entre essas maneiras de pensar que a psicologia vai assumir a forma de um campo de saber e de uma prática. De modos diversos e, principalmente, com finalidades diversas, liberalismo, romantismo e disciplina incitam a que se olhe para dentro, para um espaço interior que vai ser, progressivamente, “discursivizado” e, conseqüentemente, atravessado por fluxos de poder. Seja para garantir “direitos naturais” como a propriedade, seja para garantir um refúgio de espontaneidade e autenticidade, a intimidade, seja para fazer de todos e cada um objetos de um projeto político de administração das forças sociais, o “eu” surge aí com

uma faceta nova, como um território a ser conhecido, medido, descrito. Para libertar, para proteger, para governar. Tornava-se mais necessário do que nunca a constituição de uma forma cientificizada de se falar do “eu”. Para submetê-lo ou para resguardá-lo, entrava em cena a psicologia e, a partir daí, a forma com que nos relacionamos com nós mesmos passaria a sofrer uma série de transformações espetaculares, transformações estas que, em grande medida, nos tornaram o que somos.

É justamente esta faceta das ciências *psi*, que as tornam instrumentos de intervenção sobre as condutas, sobre as visões de si e do mundo, sobre os desejos, configurados de modo a constituírem vontades, disposições, é esta faceta que fez deste conjunto de saberes e técnicas um aparato estratégico destinado à produção do sujeito abster-se. Não estou, com isso, dizendo que os saberes *psi* são coisas ruins ou que formam parte de um plano “maligno” de controle das mentes, engendrado por sei lá quem ou com quais objetivos. Longe disso. O que estou dizendo é que tais saberes, que muitas vezes têm sido mobilizados para curar, ajudar, compreender, outras vezes também têm contribuído para dominar, controlar, submeter. Mais do que isso, o que estou tentando dizer é que essas coisas muitas vezes se confundem, de modo que curar e submeter, libertar e escravizar, emancipar e governar constituem pares de oposições que não existem senão em sistemas de entendimento que definem e valoram previamente as experiências, conferindo-lhes sentidos que dependem de modelos de inteligibilidade que são, antes de mais nada, produtos de enfrentamentos histórico-culturais. Assim, em vez de procurar estabelecer juízos acerca das ciências *psi*, o que aqui interessa é procurar compreender como esse conjunto de saberes e práticas efetivamente funcionou na época da implementação da prevenção ao uso de drogas como matéria escolar. Se este funcionamento foi “bom” ou “ruim”, “adequado” ou “inadequado”, “certo” ou “errado”, escapa ao escopo desta pesquisa ou às possibilidades deste pesquisador responder. Contento-me em lançar perplexidades, dentre as quais, tenho consciência, encontra-se a compreensão da instituição da prevenção ao uso de drogas como uma tecnologia de governo das condutas. Como referi acima, muitas vezes, dependendo do olhar que lançamos sobre as práticas sociais, temos dificuldade em apontar clara e distintamente o que é liberdade e o que é dominação. Nem sempre as palavras vão no mundo, mas, com certeza, o mundo vai nas palavras, impregna as palavras, misturando e encerrando no interior dos conceitos elementos complexos e contraditórios.

Retomando o fio da análise, a questão que se colocava diante das autoridades reunidas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul naqueles dias de setembro de 1970 girava

em torno de se saber como fazer com que o uso de drogas fosse reduzido no Brasil. Como visto nas seções anteriores deste texto, o Fórum de Debates estudado foi atravessado pelo estabelecimento do problema a partir de uma racionalidade política diversa daquela que, tradicionalmente, delimitava as formas de pensar sobre controle de drogas: uma governamentalidade de cunho liberal, enunciada principalmente nas falas de médicos, psiquiatras e psicólogos apresentava o uso de drogas, se ainda como um “problema social”, tal como desde o século XIX tais práticas têm sido compreendidas, desta vez como um problema a ser focado de outro ângulo. Não mais como uma questão de pura repressão, mas sim como uma questão de formação de uma vontade específica, abstinência, a partir de uma regulação dos desejos, vistos como componentes inerentes ao ser humano. Essa ação sobre a vontade, tendo em vista uma ação sobre a ação futura dos indivíduos, requer um corpo de saberes e técnicas que ultrapassam aqueles disponíveis e historicamente empregados, pelo menos desde a constituição dos estados nacionais, pelas instituições policiais, responsáveis principais pela questão do controle dos usos de drogas. Nesse movimento, a subjetividade torna-se a medida do sistema político que se institui em torno da vontade de poder sobre as práticas de uso de substâncias psicoativas. Mais do que sujeitos temerosos em relação ao Estado e à violência que lhe é própria, trata-se de produzir sujeitos livres para escolher dizer “não” às drogas, no que se configura o estabelecimento de uma nova, mais sutil e, quase imperceptível, conexão entre as aspirações das autoridades e os projetos das vidas individuais. Assim, como mostra Nikolas Rose (1999), a subjetividade torna-se, desde a modernidade, mas, principalmente, na contemporaneidade, um recurso fundamental na administração dos problemas das nações. Uma vez realizado esse movimento, as ciências *psi*, produto, como vimos, da articulação entre liberalismo, romantismo e regime disciplinar, emergem como um recorte do “real”, um recorte e descrição de algo “que está nos indivíduos”, ou melhor, algo que faz dos indivíduos aquilo que eles são. É justamente esse papel de elo que vincula a vida subjetiva aos sistemas de poder político, elo este que se apresenta como puro conhecimento, como aparato de verdade, que vai constituir um elemento de uma riqueza incalculável quando se trata de instituir os comportamentos como problemas e, principalmente, como problemas a serem sanados. Trata-se de compreender que, independente do que se fez e do que se faz em nome das psicologias e suas correlatas, esse conjunto de saberes e técnicas se apresentou, e se apresenta, como uma ferramenta capaz de dar forma a fenômenos até então dispersos ou carentes de coesão semântica, forma esta que passa a ser usada, a partir da percepção de sua utilidade, em argumentos políticos e decisões administrativas como as que levaram à

instituição da prevenção às drogas na educação. Diz o médico Oswald de Andrade que “*a predisponibilidade para a toxicomania pode ser reconhecida na conduta do jovem*” (AFD, 1971, p.216). O que aparece é, então, uma urdidura de poderes que, a partir do enunciado *psi*, a saber, “existe a toxicomania”, permite identificar em comportamentos específicos uma predisponibilidade, ou seja, existe uma toxicomania que independe mesmo do uso de substâncias psicoativas, antecedendo-o e podendo ser identificada na conduta. Na conduta de quem? Do jovem. Temos aqui um conjunto de elementos cuja articulação dá a ver uma trama de poderes que subsidiaram a implementação das temáticas da prevenção às drogas nas escolas: a doença como elemento em torno do qual condutas podem ser, a qualquer momento, problematizadas; os saberes *psi* como fiadores dessa problematização que se dá, especialmente, sobre a juventude. Parece clara a articulação entre um campo de saber e a gestão de riscos sociais a partir da identificação, nomeação e normalização de um grupo de risco. Talvez uma espécie de corolário dessa racionalidade emergente na problematização do uso de drogas possa ser encontrado na fala do psicólogo Luiz Antônio Meira, quando diz que

durante o desenvolvimento o indivíduo atravessa diversas etapas, já tão exaustivamente descritas pela psicanálise, pela psicologia em geral e pela psicologia do adolescente. Durante esses períodos ele evolui sob constantes crises, crises que são problemas que ele enfrenta e para os quais ele mobiliza todas as suas energias para resolvê-las. [...] É aí que nós assumimos nossa responsabilidade social. Que ele saia da crise em direção à normalidade ou à doença mental vai depender da ajuda que receber de outro ser humano, significativa durante esse período de crise.

(Fonte: AFD, 1971, p.107).

Assim, é uma relação humana qualificada o que pode solucionar ou evitar o problema. Não é a repressão, a perseguição policial, mas a compreensão e o conhecimento do ser humano o que pode ajudar. Não mais, ou ao menos não prioritariamente, a ação policial, mas a ação do especialista, do psicólogo, do expert. Meira completa:

O indivíduo que faz uso da droga, de uma droga qualquer, de um mecanismo anti-social, é porque está em crise, está usando um mecanismo que é doentio para enfrentar essa crise. A imagem que ele tem dele mesmo é uma imagem que não o engrandece e se ele for levado à delegacia e conhecer as prisões, ele perderá talvez as últimas estruturas em que se poderia apoiar para sair mais adiante de outra crise de uma maneira sã. Isso não aconteceria se nós, com nossa responsabilidade de profissionais e de cidadãos, tivéssemos chegado no momento certo para ele e dito a palavra certa e dado o apoio certo.

(Fonte: AFD, 1971, pp.107-108).

Arremata, por fim, esse profissional das ciências psicológicas, apontando para a necessidade de atenção ao comportamento desarmônico da personalidade dos jovens, bem como para a importância da “humanização da policia”, obtida por meio da lotação de assistentes sociais e psicólogos nos órgãos de repressão. E, perguntado sobre a importância e as melhores maneiras de conduzir o combate à toxicomania, recomenda: “*não podemos fazer*

programas para combater coisa nenhuma, nós devemos fazer programas para ajudar” (Ibidem, p.121). Eis aí, o enunciado, talvez, mais bem acabado dos saberes *psi* como princípio de inteligibilidade e, ao mesmo tempo, exercício estratégico, econômico e eficiente do poder: eles ajudam, eles travam a guerra por outros meios, que não o do combate direto, sendo justamente essa transferência do campo de batalha para o espaço da interioridade, da subjetividade, o movimento irresistível, porque econômico e, ao mesmo tempo, moralmente bom, que vai marcar a emergência da prevenção às drogas.

As ciências *psi*, então, possibilitam uma inédita “documentação da psique humana”, permitindo que “os traços dos indivíduos pudessem ser comparados, avaliados e julgados” (ROSE, 1999, p.39). É somente a partir daí que a subjetividade configura um objeto concreto ao governo, pois traduz-se em classificações, conceitos, números: “ao tornar a subjetividade calculável, elas [as ciências *psi*] tornam as pessoas sujeitas a que se façam coisas com elas – e que façam coisas a elas próprias – em nome de suas capacidades subjetivas” (ROSE, 1999, p.39). O desenvolvimento de técnicas capazes de levar os indivíduos a problematizarem-se de um certo modo, a buscarem sua felicidade por certos caminhos e escolhas e não por outras, em suma, a conduzirem-se de modos que encontram uma simetria em relação aos desígnios de um projeto político calcado nas ideias de Nação, República e Liberalismo, esta é a funcionalidade dos saberes *psi* em sua apropriação pelo Estado governamentalizado.

A toxicomania, então, caracterizada como sintoma de um indivíduo em crise, de uma personalidade que se desajusta ou se desestrutura, deve ser abordada por um especialista nesse domínio interior (“o psicológico”), um conhecedor das leis, dos processos gerais cujo desenvolvimento estrutura o psiquismo humano. Por intermédio da ação desse especialista se torna possível a reconstrução do “eu” dilacerado, recompondo sua unidade, sua coerência, sua verdade. Estamos diante de um modelo explicativo segundo o qual nos indivíduos existe “uma vida psicológica interior que guarda os segredos de sua identidade, que eles devem descobrir e preencher e que é o padrão em relação ao qual o viver de uma vida autêntica deve ser julgado” (ROSE, 2001, p.34). O uso de drogas, num tal sistema, destrói essa base do ser, a personalidade, deixando o usuário reduzido a um ser humano incompleto, esvaziado, desprovido justamente do seu “eu” mais profundo e verdadeiro. Produzir o “eu”, refazer aquilo que foi desfeito, eis a tarefa *psi* por excelência, tarefa esta que será realizada segundo a indicação fornecida pelo psicólogo Luiz Antônio Meira e acima transcrita: por meio da “palavra certa”, da ajuda significativa. Em outras palavras, por meio de uma relação de

aconselhamento que envolve uma figura de autoridade, o especialista, e uma figura que se encontra em estado de erro, o viciado, tendo em técnicas como a exposição do “eu” através da confissão e o exame instaurador do diagnóstico, alguns momentos rituais de cura, de reabilitação à vida social. Qualquer semelhança entre os procedimentos do *expert psi*, este pastor científico, e o velho pastorado cristão, não é mera coincidência, haja vista o significativo número de ex-viciados em drogas convertidos à fé cristã. Trata-se, aqui, de formas diversas de se atingir um mesmo fim, a “substituição” de um “eu” política ou moralmente inaceitável, tido como uma deterioração do “verdadeiro eu”, por um novo modelo, política e socialmente aceitável, bem integrado, um “eu” normalizado, seja em sua vertente “curado por Deus”, seja em sua vertente “curado pela Ciência”, ambas formas de vida exemplares.

Parece bastante claro haver uma espécie de harmonização entre o intento de constituição de uma sociedade orientada pela racionalidade liberal e os procedimentos e técnicas que as ciências *psi* vêm desenvolvendo desde o século XIX. Ora, em uma sociedade em que o indivíduo é concebido como um ser autônomo, livre para escolher o que vai fazer, para formar suas opiniões, para conduzir-se como bem entender, tudo com que conta o poder de governo, em suas variadas formas e instâncias de exercício, é o conhecimento profundo do funcionamento desse campo interior no qual a liberdade se exerce, tendo em vista a produção de uma situação na qual a escolha livre seja exatamente a escolha governada. Novamente, aqui, o campo *psi* como campo estratégico a uma racionalidade de governo liberal tal como a que orientou o estado brasileiro desde a Proclamação da República, campo estratégico este que, por meio de um conjunto de técnicas e saberes, pode conduzir os indivíduos a trabalharem seus desejos, moldando uma vontade que seja o espelho do próprio projeto político que a institui. Assim, quando os especialistas *psi* falam, no Fórum de Debates, sobre a “responsabilidade social” que lhes cabe, a saber, a “reestruturação” do “eu”, a unidade perdida pela química psicoativa, o que eles estão fazendo, desde uma perspectiva que rejeita a concepção do “eu” como objeto transistórico, é convocar as pessoas que usam drogas a compreenderem a si mesmas e a se relacionarem consigo mesmas de uma nova forma, diferente daquela que, em algum momento, passou a integrar as práticas de uso de drogas. Nesse sentido, trata-se da utilização de técnicas (cujo eufemismo pode ser lido na palavra e no apoio certos defendidos por Meira e transcritos nas páginas 139 e 140 desta dissertação) para a montagem de novas relações da pessoa consigo mesma, em suas mais variadas práticas. Num tal procedimento de montagem, a “personalidade” constitui um dos elementos centrais,

pois é por meio da operação em torno desse termo que a modificação da conduta se torna possível, quer dizer, é por meio da crença na existência desse elemento essencial que é, e ao mesmo tempo não é exatamente o indivíduo (o que possibilita que este fale de sua própria personalidade como sendo e não sendo ele mesmo) que a autoexploração, a autoproblematização e a ação sobre si são viáveis na operação técnica *psi*. Em outras palavras, é somente com essa postulação da personalidade (ou do caráter, da individualidade) como figura essencial do “eu” que o especialista pode levar o paciente a olhar para si mesmo e ver o sujeito social degradado que deve ser modificado, ou seja, o “si mesmo” é, aqui, uma introjeção de um tipo socialmente produzido pelo atravessamento de poderes e seu uso de saberes. Conduzir o “eu-problema social” a perceber-se como “eu-problema para si” é a responsabilidade do profissional *psi*. Ao resultado satisfatório a esses desígnios chamaremos “cura”. Não se trata, entretanto, de tarefa fácil, pois, além da força que forja um hábito, especialmente um hábito que é vivenciado como extremamente prazeroso, como frequentemente ocorre com o uso de psicoativos, terá o paladino *psi* de defrontar-se com uma série de outros elementos intervenientes na constituição das relações dos indivíduos consigo mesmos. E, no ponto de emergência da prevenção às drogas na educação havia consciência desta dificuldade, enunciada pela voz do psiquiatra Manoel Albuquerque:

o rádio e a televisão não respeitam idade, sexo, nível social, timidez ou pudor: a todos obriga a presenciarem o comportamento dos intoxicados. Pessoas inexperientes ou desprevenidas não podem apreender a realidade global do que assistem. Por isso absorvem a impressão de liberdade, prazer e conforto que lhes transmitem as imagens do vídeo. Não admira, pois, que muitos toxicômanos se transformam em heróis a serem imitados. Os maus efeitos nem sempre são mostrados ou vistos com a clareza necessária.

(Fonte: AFD, 1971, p.169).

Crítica feita, acrescenta, em outro momento, o mesmo psiquiatra, que “*na imprensa podemos encontrar um dos pontos de influência para reduzir o ciclo vicioso. Se a televisão fosse feita pelos melhores educadores ela deixaria de exibir a criminalidade, a doença mental, os tóxicos e outras coisas. Estaríamos atacando uma das formas de propagação da doença*” (AFD, 1971, p.220). Mídia e escola, talvez as mais poderosas agências de subjetivação da contemporaneidade... Tratava-se de instrumentalizar essas agências, tornando-as úteis e não contraproducentes ao trabalho *psi* sobre as pessoas que usam drogas, tornando-as, cada vez mais, “usuários de drogas”, e delimitando, o mais possível, as formas de relação destes sujeitos consigo mesmos e com suas práticas psicoativas. Certamente o sujeito conduzido à autoproblematização pelo especialista, ao fazer o movimento de olhar a si mesmo, teria maiores possibilidades de ver o “*produto do desespero, da insatisfação [...], o*

viciado, em toda a sua miséria e degenerescência, espalhando no seio social a pesada responsabilidade de sua própria existência” (Ibidem, p.20), ou seja, a própria descrição fornecida pelo Deputado Octávio Germano no Fórum de Debates. Fundamental para o funcionamento do poder *psi* a partir da produção da autoproblematização e da conseqüente modificação da conduta, a visão de si mesma da pessoa que usa drogas como sendo “o viciado” aumenta suas possibilidades de ocorrência se mídia e escola (e todas as instâncias possíveis) fornecerem, sistematicamente, esses modelos de identificação aos sujeitos sociais. Trata-se de contar com todas as ferramentas necessárias para a condução da pessoa que usa drogas a uma “hermenêutica reflexiva” (ROSE, 2001, p.44) que será por ela vivenciada como uma jornada de libertação. Assim, pode-se compreender essa operação como parte de uma tecnologia cujo funcionamento estratégico está “a serviço da ‘reidentificação’, vale dizer, da integração dos elementos alienados em formas mais ou menos centradas e flexíveis de identidade” (FIGUEIREDO, 2007, p.163). Dito de outro modo, trata-se de, por meio do poder-saber *psi*, em sua apropriação tática enquanto governamentalidade, integrar todos aqueles elementos das práticas individuais que se encontravam “alienados” dos fins governamentais em formas mais estáveis, conhecidas e, portanto, calculáveis e governáveis segundo a racionalidade política que estrutura as relações sociais modernas e contemporâneas em torno de elementos organizadores como o Estado, a Família, a Escola etc.

Vejam agora, ainda que um tanto brevemente, dois elementos táticos através dos quais as pessoas que usam drogas são tornadas sujeitas ao poder³⁷, transformando-se em “usuários de drogas”. De um lado, as técnicas de confissão, postas em funcionamento no espaço privado (no confessionário científico, o consultório), onde o indivíduo problematizado pede socorro e orientação e coloca-se diante do especialista como massa que perdeu a forma, processo que perdeu a norma, artista que perdeu o estilo, enfim, como ovelha desgarrada que, ao se diferenciar, anseia (assim se espera) por identificação. De outro lado, a pregação se dá no espaço público (na escola, na televisão...) mas tem por alvo a intimidade, o levar todos e cada um à autoproblematização. A pregação antecede logicamente a confissão, pois ela fornece os modelos ou imagens que, no contexto da confissão, devem ser desejadas pelo problematizado, aterrado pela culpa e pela vergonha de não conseguir a elas ajustar-se. Em espaços e por modos diferentes, pregação e confissão miram uma mesma coisa, a conversão, uma mudança de rumo, uma modificação de conduta cuja radicalidade permite pensar em um

³⁷ Toda a argumentação deste parágrafo foi inspirada em Figueiredo (2007).

“antes” e um “depois”, uma torção fundamental no campo das crenças e das práticas. Aquilo que será clinicamente descrito como a “cura” de um dependente de drogas envolve, necessariamente, um processo de conversão que deve ser experienciado pelo sujeito como uma reconquista da integridade (“*a personalidade deve ser reestruturada*”, nos diz o médico representante da OMS no Fórum de Debates, René Gonzáles, ao descrever o princípio orientador do tratamento ao dependente de drogas)³⁸. Contudo, essa reconquista da integridade, essa reestruturação da personalidade, requer uma separação radical em relação ao estado de desestruturação, de desintegração, causado pela droga. Para tal é necessário um seccionamento da vida, um corte distintivo do tipo AC/DC, antes da cura e depois da cura, corte este que requer uma consistente costura e amarração a fim de que cicatrize sem deixar maiores sequelas. Essa reconstrução da unidade perdida será, então, mais do que tudo, semântica: produzir-se-á por intermédio de narrativas instituidoras de modelos de “eu” do tipo “antes da cura” e modelos de “eu” do tipo “depois da cura”, produzindo processos de identificação, de atribuição de sentidos às experiências prévias e futuras. Aí todo um conjunto discursivo a ser operacionalizado por meio das instituições, das mídias, dos grupos de ajuda do tipo Narcóticos Anônimos e, claro, da escola. Deixar de usar drogas deve ser um processo de morte e ressurreição.

A urdidura tecida por esses poderes e saberes capazes de colocar tão profundamente em questão a imagem que temos de nós mesmos e dos outros e as formas como nos conduzimos em nossas vidas, nos convoca sistematicamente, conforme Rose (2001), ao cumprimento de papéis nos processos de fabricação de pessoas. Assim, participamos ativamente da inculcação de certas formas de relação dos sujeitos consigo mesmos, seja aderindo aos diagnósticos, previsões e receitas que nos são fornecidas, seja recusando-as e aderindo a outras, provenientes de outras racionalidades e formas de organização e descrição da experiência. Assim, viver em sociedade é ser constantemente interpelado a se constituir como um certo tipo de pessoa. Contudo, é importante ter em mente, nos alerta Nikolas Rose, que as práticas de condução das condutas, como as práticas *psi*, por exemplo, são constantemente contestadas, exercendo-se em um espaço de conflitualidade permanente. Assim sendo, abre-se uma porta (que neste trabalho permanecerá aberta) para o pensamento acerca de outras práticas em torno do funcionamento da tecnologia de prevenção às drogas. Um outro regime de subjetivação de pessoas que usam drogas é possível?

³⁸ Essa passagem encontra-se em AFD, 1971, p.37.

Compreendido, pelo menos em suas linhas gerais, o modo de funcionamento do saber *psi* enquanto transmissor, multiplicador e operador técnico do poder, cabe fazer algumas considerações, ainda no interior desse tópico, sobre como esse saber e as práticas por ele engendradas constituíram um elemento tático fundamental a partir do qual deu-se grande parte do jogo político no Brasil das décadas de 1960 e 1970. Segundo Coimbra (1995), as práticas *psi* que tiveram lugar no Brasil nesse período caracterizaram-se pela vontade de ajustar os desviantes, patologizando em nome da ordem e do progresso. Mais do que isso, o estudo realizado pela autora indica uma “convergência entre as modalidades psicoterapêuticas então em vigor e os desígnios da ditadura militar” (COIMBRA, 1995, p.i), de modo que serão sugeridas aproximações diversas entre uso e venda de drogas com atividades subversivas de esquerda. O viciado, o traficante, o terrorista e o comunista entram em cena como as mais apavorantes ameaças à pátria, à família e à propriedade. No Fórum de Debates, essas correlações são por diversas vezes sugeridas, o que leva o coronel Mariath a considerar que “*em face de circunstâncias históricas e dos efeitos da toxicomania em um país, dever-se-ia considerar os crimes envolvendo entorpecentes como sendo contra a segurança nacional*” (AFD, 1971, p.61), enquanto, segundo o delegado da Polícia Federal, Mauricio Lotar, “*aqui no Brasil há suspeitas de que isso [cumplicidade entre grupos socialistas, por motivações políticas e ideológicas, com o tráfico de substâncias tóxicas] também esteja ocorrendo*” (Ibidem, p.119). Mas, se de um lado o comunismo e a subversão constituíam ameaças, de outro também a contracultura que subvertia os costumes era apontada como foco de perigo a ser equacionado pelas forças da ordem. É assim que a juventude, no contexto das décadas de 1960 e 1970, emerge, nas palavras do psiquiatra Clóvis Martins, como grupo de risco:

a juventude faz-se particularmente sujeita às vicissitudes de conflitos internos, de dúvidas, de crises de ajustamento. É aqui que fenômenos de rebeldia, atos bizarros se consubstanciam nos trajes, nas maneiras, na sensibilidade exacerbada, com um incremento enorme de auto-consciência e do exagero com que o adolescente procura encarar os mistérios do universo e o papel que a ele estaria reservado. Nessa época há fixação do adolescente a correntes filosóficas também bizarras, a religiões extremamente transcendentais e complexas, a correntes políticas renovadoras, revolucionárias, isto com sentimentos que se manifestam de forma muito dramática e podem levar a um grau já um pouco desviado, um pouco extremado, à conduta anti-social com sentimento de frustração, de tédio e ao uso de tóxicos.

(Fonte: AFD, 1971, p.181).

Juventude, drogas, subversão: os vértices de um triângulo de periculosidade a ser conhecido e controlado. Como? Através de um investimento sobre a família, espaço de intervenção privilegiado. Foucault (2006), aponta para a função central que a família desempenha na identificação da anormalidade e no seu encaminhamento às instâncias devidas

de normalização, sendo justamente sua deterioração (da família) o marco do surgimento histórico da função-psi. Assim, é para a família, em torno da família, que os saberes *psi* se organizam, de modo que “o discurso psiquiátrico é um discurso de verdade que tem por objeto, alvo e campo de referência a família, os personagens familiares, os processos familiares. O discurso psiquiátrico, que nasce do exercício do poder psiquiátrico se torna o discurso da família, o discurso verdadeiro da família, o discurso verdadeiro sobre a família” (FOUCAULT, 2006, p.118). O *expert psi* emerge, então, como possuidor de uma verdade sobre a família, como agente profissional que tem na família desestruturada sua clientela, em suma, como aquele cujas técnicas o tornam capaz de vincular a família ao projeto do Estado, o que passa pela disseminação, no meio familiar, de uma forma psicológica de percepção do mundo, da vida, dos acontecimentos e, principalmente, dos indivíduos. É na interioridade que se deve buscar, segundo o esquema *psi* de descrição do “real”, os sentidos, as explicações das condutas, especialmente daquelas que desviam do caminho correto. Nos termos de Coimbra, esse fenômeno, característico da sociedade brasileira nos anos de 1970, tem por marca “um esvaziamento político [...], uma psicologização do cotidiano e da vida social” (COIMBRA, 1995, p.34), “psicologismo” este que “fornece uma legitimação científica à tecnologia do ajustamento” (COIMBRA, 1995, p.35). No bojo dessa “ontologização da intimidade”, enquanto, por um lado, o da ditadura militar, constituem-se mecanismos importantes para a detecção e o controle de ameaças aos desígnios políticos do regime, do lado dos profissionais *psi* o que se constata é uma espetacular ampliação de seu campo de atuação e influência, com a abertura progressiva de novos e promissores mercados: de atividades vinculadas às instituições do Estado, as ciências *psi* atingem a família para, em seguida, multiplicarem-se em uma série de espaços, ultrapassando os consultórios particulares e chegando aos ambientes educacionais e empresariais. Como vai nos relatar Castel (1987), das relações familiares até a contratação de um funcionário, passando pela orientação pedagógica, tudo dependerá, na sociedade contemporânea, cada vez mais, do desvendamento dessa interioridade que, uma vez devassada pela técnica *psi*, é suscetível de revelar a verdade que se esconde sob a capa das atuações sociais. Convergência, portanto, de um projeto político com um projeto profissional, de uma vontade de poder sobre elementos potencialmente desestabilizadores de uma ordem política, econômica e social, com uma vontade de saber sobre determinados comportamentos historicamente pouco integrados ao desenvolvimento de uma cultura que, em seus embates e em seu atravessamento por forças antagônicas e conflitantes, tornou-se dominante. É assim que

diferentes setores da vida social brasileira sofrem esses efeitos: são psicologizados. Toda e qualquer crise é vivida como necessidade terapêutica, pois os especialistas “psi” estão aí para aconselhar, esclarecer, instruir e acalmar pais, mães, maridos, mulheres e para propor modelos – condizentes com os dominantes – de criança, adolescente, família, casamento, esposa, etc. , produzidos pelas suas próprias práticas. (COIMBRA, 1995, p.77).

Fazer da discordância (política ou em termos de costumes) e do cultivo de outras formas de existência e experimentação da vida algo entendido nos termos de uma linguagem *psi*, algo que possa abrigar-se sob a rubrica da “doença”, eis uma possibilidade nada desprezível quando se trata da manutenção de uma ordem estrita como a que caracterizou os regimes políticos ditatoriais que espalharam-se pela América Latina nos anos 1960 e 1970. Ao mesmo tempo, “os cursos de Psicologia [...] florescem assustadoramente neste período”, sendo seus currículos marcados pelo “positivismo e pela psicologização da vida social e política”, enquanto o atendimento em consultórios privados torna-se predominante dentre o rol de atividades desses profissionais (Ibidem, p.118).

Mas as relações entre os saberes e poderes *psi* e os poderes organizados em torno do aparato estatal durante o regime de exceção no Brasil não estão limitadas a uma convergência pura e simples. Essas forças, cada uma em seus percursos próprios, com suas lutas específicas e seus desígnios particulares, encontraram-se, na época aqui em questão, ainda que cada uma jogasse o seu jogo ou lutasse a sua luta, impelindo as linhas de força em sentidos semelhantes. Ou, em outras palavras, mais simples e diretas, de uma certa forma, em um determinado momento, o fortalecimento do regime significou o fortalecimento de um modo de gestão que tinha nos saberes *psi* um vértice fundamental, de modo que este fortalecimento significou também o fortalecimento do próprio campo *psi*. Assim, Coimbra destaca a participação direta de profissionais *psi* no aparato repressivo da ditadura civil-militar brasileira, “não só no treinamento a torturadores como também no levantamento de perfis psicológicos de presos políticos” (COIMBRA, 1995, p.194). Os especialistas *psi* oferecem aos ideólogos do regime uma espécie de etiologia hipotética da subversão na qual famílias desestruturadas, uso de drogas e experiências homossexuais na infância ou adolescência se convertem em agentes desencadeadores das perturbações que levam um jovem a integrar-se em grupos subversivos e de contestação ao regime. “Patologiza-se, assim, aqueles que se lançam na resistência contra a ditadura militar: são doentes e é preciso tratá-los” (Ibidem, p.202). Conclui a autora, então, que “algumas práticas *psi* nos anos 70 colaboraram, efetivamente, para a manutenção e o recrudescimento das subjetividades hegemônicas que sustentaram em muitos aspectos o estado de terror que se abateu sobre o país” (Ibidem, p.206).

Contudo, mais do que contabilizar as contribuições efetivas de especialistas *psi* com o regime, o que principalmente concerne a este estudo é indicar de que formas poderes diferentes, ao racionalizarem-se, contribuíram na constituição da prevenção ao uso de drogas como demanda educacional. E, para tal, penso ser necessário, agora, passar à descrição e análise da segunda forma pela qual foram racionalizados os poderes que tornaram possível o fenômeno aqui pesquisado: a lógica de suspeição.

Foram aqui, algumas vezes, mencionadas as conexões frequentemente sugeridas, no Fórum de Debates de 1970, entre determinadas condutas, como, por exemplo, o uso de drogas, e atividades subversivas vinculadas a grupos comunistas de atuação internacional. Tais sugestões podem ser entendidas como parte de uma forma de pensamento que tem sido apontada por alguns historiadores³⁹ como organizadora de uma série de práticas, estratégias e operações institucionais levadas a cabo pelo Estado brasileiro durante os anos de recrudescimento da ditadura civil-militar no pós-68. Encarnada principalmente no Serviço Nacional de Informações (SNI), essa maneira de pensar e de implementar ações caracterizava-se por uma “suspeição universalizada, já que partia da pressuposição de que todos poderiam ser culpados de subversão ou de corrupção” (FICO, 2003, p.179). Essa pressuposição fundamentava-se na convicção da existência de uma conspiração que, desenvolvendo-se em escala mundial como um movimento comunista orquestrado, aparecia como uma séria ameaça à segurança nacional. Dentre as principais estratégias que eram apontadas como lançadas por esse movimento comunista internacional, estaria o incentivo ao uso de drogas e ao amor livre. Tratava-se, sobretudo, de vincular “desvios morais” à oposição ao regime, multiplicando as formas de controle, intervenção e captura de “agentes desestabilizadores”, bem como multiplicando a rejeição de amplos setores sociais a tais grupos. Assim, a manutenção de um universo simbólico no qual certas concepções políticas, certas práticas sexuais e a escolha de uso de determinadas substâncias psicoativas articulavam-se intimamente, tornava possível ao governo ditatorial circunscrever em um mesmo espaço lógico todo um conjunto heterogêneo de “inimigos do regime”, constituindo-os como extremamente perigosos, organizados, viciosos, em suma, como política e moralmente desviantes.

A construção simbólica de toda a diversidade de contestadores da ordem política, econômica e moral que dava sustentação à ditadura no Brasil como um conjunto homogêneo de jovens seduzidos por *ideologias exóticas*, e cujos costumes estariam moralmente

³⁹ Refiro-me, aqui, especialmente a Carlos Fico (2003) e Marionilde de Magalhães (1997).

corrompidos pela influência química das drogas introduzidas com esse intuito pelas organizações subversivas, foi moeda corrente no evento aqui estudado. Sem comprovações ou argumentos mais sólidos, diversos simposistas do Fórum limitaram-se a sugerir essas vinculações das práticas de uso de drogas com planos obscuros de enfraquecimento moral do povo⁴⁰, valendo-se do pânico moral em torno do uso dessas substâncias como tática de sustentação do regime que se anunciava como defensor da moral, dos bons costumes, da família, da propriedade etc. Primeiro aspecto, então, do funcionamento estratégico da vinculação do uso de drogas com a subversão, a possibilidade de constituição de uma base de defesa do regime em relação àqueles que a ele se opunham, defesa esta calcada no apoio conquistado junto às camadas da população que, ciosas de seus modos de vida e temerosas da deturpação de seus valores e costumes, viam no Estado forte um escudo contra os desvios morais cada vez mais perpetrados principalmente pelos jovens naqueles anos de fins da década de 1960 e início da década de 1970. Contudo, essa insistente vinculação sugerida entre a subversão comunista e o uso de substâncias alteradoras do comportamento possibilitava ao regime ditatorial, além desse mecanismo defensivo acima mencionado, um outro, agora ofensivo, por meio do qual ele podia colocar em prática uma tática de “repressão preventiva, que consistia na vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade” (MAGALHÃES, 1997)⁴¹. Quer dizer, uma vez reconhecida a legitimidade da luta contra as drogas na sociedade brasileira, tornava-se compreensível e desejável que o Estado lançasse mão de mecanismos de vigilância disseminados pela sociedade civil, tendo em vista a localização de viciados em drogas. É assim que a revista de civis, a realização de patrulhas e operações de abordagens indiscriminadas, em nome do combate às drogas, tornam-se instrumentos fundamentais a um regime sempre em busca da neutralização de seus adversários políticos. Começa aí, talvez, a trajetória do uso de drogas como crime político historicamente travestido de crime comum. Encontramo-nos aqui, no ponto exato de emergência da prevenção às drogas como temática escolar, no ápice da vigência da lógica de suspeição, destinada a “reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem” (MAGALHÃES, 1997).

Assim, nessa máquina lógica engendrada por um regime em constante conflito com setores sociais resistentes a sua ilegitimidade política, a sua ascensão por meio de um golpe

⁴⁰ É o que fizeram, por exemplo, o representante do Ministério da Justiça, Leonardo Grecco (AFD, 1971, pp.162-163), e também o Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, Cel. Jaime Mariath (Ibidem, p.55).

militar, tratava-se de multiplicar as ameaças às quais a população encontrava-se suscetível e fazer de todo “desvio moral” uma ameaça particularmente perigosa, pois capaz de enfraquecer a nação, tornando-a cada vez mais desprotegida e carente de um poder centralizado, forte e capaz de proteger a sociedade dos perigos exóticos que seduzem e viciam. Aí a defesa de uma moral única e estrita, o que significa, automaticamente, a condenação de uma grande quantidade de práticas e modos de vida diferentes à condição de anomalias e, conseqüentemente, de novas ameaças a serem combatidas. Máquina lógica, portanto, que se retroalimenta, fabricando inimigos que justificam o recrudescimento da força, tornada necessária à manutenção da ordem e do modo de vida direito. Institui-se uma “comunidade de informações” por meio da qual os membros e os simpatizantes do regime podiam fazer denúncias ao governo acerca de todo e qualquer “desvio” de que tomassem conhecimento. Ao mesmo tempo, o inimigo, seja o subversivo, o viciado, o traficante ou o pervertido, é narrado como alguém que “jamais descansa, está sempre ali e acolá, mudando de tática, aliciando pessoas, incitando à desordem” (MAGALHÃES, 1997).

Se voltarmos ao Fórum de Debates, veremos o Cel. Jaime Mariath apresentando aos presentes uma série de slides sobre a forma de atuação de traficantes de drogas junto a escolas de Porto Alegre. Ao finalizar a apresentação, aponta para a imagem do traficante que,

tão inocente, com o jornal, pode enganar uma pessoa menos avisada, pois ninguém poderia imaginar que é um passador de boletas junto a colégios. Os senhores observaram a atitude dele. Para uma pessoa menos avisada passaria despercebido, no entanto, estava fazendo comércio e viciando as crianças. E é através desses elementos que a juventude vai aos poucos sendo corrompida, insensivelmente, sem que ela perceba porque compra o Kibon e junto dele o traficante entrega a boleta, dizendo que não precisa pagar. A criança come, gosta e pede mais. Na terceira ou quarta vez ele começa a cobrar.

(Fonte: AFD, 1971, p.59).

Todos são potencialmente perigosos, ou, no mínimo, suspeitos de o serem. Nossas crianças estão sob constante risco. Os desvios morais não podem ser tolerados pois colocam em risco a segurança e a própria existência da nação. Eis alguns dos enunciados principais dessa lógica de suspeição que, informando a ação do Estado no contexto da ditadura civil-militar brasileira, constituiu uma das forças conformadoras da emergência das prevenção às drogas na educação. No entanto, a despeito desse perigo iminente, dessa ameaça invisível disseminada e capaz de dominar os corpos e as mentes mais sadias, como procurou deixar claro Leonardo Grecco, representante do Ministro da Justiça, “*o estado brasileiro, depois da*

⁴¹ Artigo sem paginação, acessado online em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=pt&nrm=iso em 22 de agosto de 2009.

revolução de 31 de março, assumiu a responsabilidade de ser o instrumento do desenvolvimento e da justiça social. Ele não é um estado amoral, indiferente aos prejuízos que possam vir a sofrer os indivíduos na sua formação pela utilização de drogas” (Ibidem, p.151). A população indefesa e assustada poderia contar com o Estado brasileiro, atento guardião do bem-estar social, ciente da sua responsabilidade para com os cidadãos diante da força destruidora das drogas psicoativas. A formação dos indivíduos seria protegida e, nesta lógica de entendimento, a escola seria resguardada como espaço de prevenção, ainda que cercada de todos os lados pelos agentes desestabilizadores da ordem. Face aos planos subversivos de enfraquecimento da nação brasileira por intermédio da disseminação do uso de drogas, o Estado contra-atacava com, de um lado, vigilância total da vida cotidiana, para que nenhum comportamento anormal passasse despercebido e, de outro, com lições de prevenção às drogas ministradas nos espaços escolares, para que nenhum jovem cedesse às tentações do prazer sensorial, do sexo livre e das ideologias nefastas. É assim que, para Magalhães (1997), o regime ditatorial brasileiro fomentou a ideia de um perigo iminente, convidando os cidadãos a participarem de uma comunidade de informações capaz de garantir sua própria proteção. Suspeitando uns dos outros, vigiando uns aos outros, os sujeitos tomavam parte em uma rede de controle que multiplicava a capacidade do Estado de exercer o poder e fazia de práticas tão distintas como a experimentação hedonista de drogas, o engajamento em movimentos de contestação política, a manifestação de ideias críticas e a troca de parceiros sexuais os alvos do medo e da raiva daqueles grupos sociais que viam seus anseios encampados e estimulados pelo projeto político autoritário que se instalou no Brasil em 1964, radicalizando-se a partir de 1968. Força constitutiva, portanto, e funcionamento estratégico, da associação da subversão política com a promiscuidade e, também, da relação construída entre a moral como conduta individual e a legitimidade política. Uma tal estratégia funciona precisamente na medida em que “a designação de um determinado grupo como elemento perigoso suscita sentimentos de rejeição e medo, passíveis de serem instrumentalizados politicamente por diversos organismos, sejam ou não de caráter oficial” (MAGALHÃES, 1997). Assim, no contexto político brasileiro das décadas de 1960 e 1970, a designação de vendedores e consumidores de drogas ilícitas como elementos perigosos constituiu tática subsidiária da estratégia adotada pelo regime de angariar apoios e sustentação política junto à população, ao mesmo tempo em que, pela indexação dessas práticas a uma agenda subversiva transnacional, tornava possível ao regime a implementação e a ampliação do alcance de seus mecanismos de vigilância, plenamente justificados pelo combate ao vício e pela proteção à sociedade. Tais mecanismos

podiam, assim, ser tornados capazes de empreender o enfrentamento bélico e também propagandístico aos grupos de oposição, sem que o regime corresse o risco de perder o apoio dos grupos sociais que lhe davam sustentação, grupos estes preocupados com a proliferação da degenerescência moral e dispostos a aceitar a instauração de um estado de vigilância em nome da segurança e da virtude. A sobreposição de “defeitos” políticos e morais sobre as mesmas figuras sociais (o comunista, o drogado, o marginal) funcionou, então, como passe para que o Estado ditatorial, “em defesa da sociedade”, e não por um programa político por ele implementado, disseminasse suas arbitrariedades, suas violências e suas supressões de direitos constitucionais até então vigentes.

Abordarei, agora, dando seguimento ao mapeamento de forças que convergiram e tornaram possível a emergência da prevenção às drogas na educação, a estatística. As técnicas estatísticas constituem, e são aqui compreendidas, como saberes, conjuntos de procedimentos racionalmente estruturados de modo a organizarem elementos do “real” de modos específicos, quantificando a experiência e atribuindo-lhe sentidos que, numericamente demarcados, funcionam como espécies de “garantias” de sua fiabilidade enquanto realidade ou enquanto verdade. Trata-se, sem dúvida, de uma forma técnica de saber, mas que não pode ser analisada nos moldes de um procedimento laboratorial, já que carrega consigo, inevitavelmente, fluxos de poder que preenchem com conteúdo suas formas “assépticas” de produção de dados quantitativos. Assim, os procedimentos estatísticos são analisados neste estudo como transmissores e potencializadores de poderes, ou, mais claramente, como instrumentos por meio dos quais uma vontade de poder é suscetível de ser racionalizada, tecnicizada e, finalmente, implementada como saber. O tema da estatística, recorrente nesta pesquisa, encontra aqui, finalmente, seu momento de “encaixe” no modelo de entendimento que tenho procurado conferir ao modo pelo qual se passou a tratar de prevenção ao uso de drogas nos tempos e espaços da educação escolarizada no Brasil.

Conforme já apontado⁴², fazer a estatística dos usos de drogas, conhecer os tipos de pessoa que fazem uso dessas substâncias, em que contextos, com que frequência, em quais quantidades e de que maneiras, tudo isso foi apontado no Fórum de Debates como fundamental, como o primeiro passo a ser dado na luta contra a disseminação desses hábitos vistos como indesejáveis. Para que se constituíssem as estratégias preventivas a serem postas em funcionamento nos espaços escolares era preciso, antes, conhecer, medir, em suma, saber

⁴² Nas páginas 134 e 135 desta dissertação.

exatamente, com a precisão que os números podem fornecer, quem e o que deve ser prevenido.

Ora, segundo Popkewitz e Lindblad (2001), as estatísticas são, em certo sentido, construções ficcionais, pois seus cálculos são feitos a partir da separação do mundo e de tudo o que nele se encontra em categorias que não são reais, que não existem no mundo tal como são descritas e supostas nos relatórios estatísticos. Tais categorias são fabricadas tendo em vista “identificar e ordenar relações e permitir planejamentos sociais” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001)⁴³, ou seja, trata-se de ferramentas que servem para “tornar o mundo inteligível e calculável para as intervenções políticas e sociais” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001). Quer dizer, trata-se de agrupar certos comportamentos, aproximar determinados fenômenos subsumindo-os a uma mesma rubrica que, reduzindo uma infinidade de casos a uma única classe, torne viável a avaliação e a posterior intervenção prática. É deste modo que a grande diversidade de usos possíveis da também grande diversidade de substâncias psicoativas conhecidas pode ser aproximada ao ponto de fazer parte de uma mesma categoria classificatória, a qual vai ser construída a partir da redução das mais diversas pessoas que usam drogas a um tipo específico, o “usuário de drogas”. Nesse movimento, todas as características que diferem estes sujeitos uns dos outros são postas de lado em favor de uma característica que, tornada típica, passa a descrever o que, dessas pessoas, faz delas objetos de interesse institucional. Uma vez enunciadas as características típicas, elas assumem uma espécie de existência independente dos sujeitos e, como realidade em si mesmas, passíveis de serem vistas, identificadas no mundo, em outras pessoas, passam a ser procuradas e, claro, encontradas. Dissociado do contexto, da história e mesmo da substância, o uso de drogas enquanto prática, enquanto elemento essencial, torna-se selo distintivo, marca registrada e, por fim, estigma. Eis aí um dos principais efeitos da estatística tornada poder: ela faz ver como essência algo cuja compreensão mais acurada em muito ultrapassa a categorização e a listagem de comportamentos sem qualquer consideração aos condicionantes histórico-culturais de sua constituição. Um instrumento com tal potencialidade produz um tipo de conhecimento fundamental para o exercício do governo, pois as descrições e classificações que oferece permitem determinar o que e como será contado, o que será relacionado com o que e, mais do que isso, permitem “pintar” um quadro que será visto como “a realidade” (independente do arbitrário na construção das classes e dos tipos), fazendo com

⁴³ Texto sem paginação, disponível online em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000200008&lng=pt&nrm=iso, acessado em 22 de agosto de 2009.

que a vida social, vista através desse quadro estatístico, torne-se um grande campo de intervenções possíveis, uma vez que pessoas complexas se tornam dados a serem alterados, incrementados, reduzidos etc. Todo o universo de multiplicidades que habitam a constituição de uma conduta tende assim a ser estabilizado e o sentido da ação humana passa a ser buscado entre as balizas fornecidas pelas categorias estatísticas. Por exemplo, todo o universo de possibilidades de condutas sexuais existentes tende a ser restringido e adequado ao espaço compreendido entre as rubricas “masculino” e “feminino”, “heterossexual” e “homossexual”, conceitos a partir dos quais as práticas sexuais vão ganhar sua inteligibilidade e em função dos quais os sujeitos ver-se-ão posicionados e com os quais terão de haver-se, de lidar, de se relacionar, em suma, de adequar seus próprios impulsos e desejos. Do mesmo modo, um indivíduo que encontra no consumo de uma droga ilícita o seu momento de prazer, ou o seu momento de concentração produtiva, por exemplo, terá de haver-se com o fato de que ele pertence, por conta desse seu hábito (e independente de qualquer significação que o mesmo tenha para si) a uma classe de contraventores que encontram-se sujeitos a variadas sanções de ordem moral e penal. Isso tudo quer dizer que a estatística, por meio dos números inteiros e exatos que fornece para traduzir a realidade em bases objetivas e apreensíveis, ordena o acaso e fornece elementos para a administração social das diferenças, lançando sobre os sujeitos as etiquetas por meio das quais estes poderão ser identificados à distância pelo Estado.

Os números que perfazem as tabelas estatísticas, no entendimento de Popkewitz e Lindblad (2001), carregam consigo, ainda que possa não parecer, valorações extrínsecas ao campo da técnica estatística. Quer dizer, à indexação de um indivíduo usuário de cocaína como “usuário de drogas” vai corresponder a indexação de outro, usuário de tabaco, como “fumante”, a cada um cabendo um “lugar social”, um papel específico e, certamente, um conjunto de disposições práticas com as quais deve interagir. Ou seja, trata-se, aqui, de compreender como as categorizações estatísticas são permeáveis aos conceitos e preconceitos culturais. Além disso, é importante ter em mente que as relações entre o conhecimento estatístico e o poder de governamento das condutas é de ordem tal que multiplicam-se, sofisticam-se, utilizam-se as distinções categoriais que incidem sobre aqueles objetos prioritários de controle: daí a proliferação de categorias destinadas à classificação dos comportamentos perigosos, as tipificações complexas e abrangentes fornecidas pela medicina e pelo direito penal sendo os exemplos mais óbvios disso. A estatística, então, confere inteligibilidade aos objetos do mundo, atribuindo a cada forma de ser e estar no mundo um nome, uma incidência e, principalmente, uma vinculação a outros fenômenos, caracterizando

normalidades e anormalidades pelos níveis de incidência e, claro, por onde e em quem incidem. Conforme o modo de ver de Popkewitz e Lindblad (2001), o sentido da inclusão de determinadas práticas ou determinados grupos sociais em espaços estatísticos é a vontade de administrar tais práticas ou grupos, por conta do que se passa a medir suas vidas, contabilizando seus comportamentos e vinculando variáveis diversas tendo em vista o estabelecimento das causas pelas quais eles são o que são. Ou seja, a estatística fornece argumentos numéricos para problematizar o que já está de antemão problematizado, fazendo isso por meio da construção de classes de pessoas que, pela redução de características dos indivíduos, pela sua condensação em perfis ou tipos, torna possível que indivíduos complexos, que multiplicidades em fluxo, tornem-se sujeitos estáveis e governáveis, apreensíveis por sua essencialização em torno de algumas características apontadas previamente pela vontade de governo como aquelas sobre as quais deve ser construído o tipo a ser nomeado, contabilizado, controlado. Ora, “recorrer a categorias de tipos de classes humanas é uma estratégia de administração social que transmite uma esperança de que as classes de pessoas e seu comportamento possam caber em leis práticas que permitam a administração social das classes humanas [...] e predizer o que se seguirá” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001). Assim, tratava-se, em 1970, quando do lançamento de um clamor por estatísticas sobre o uso de drogas, a fim de tornar possível a produção de estratégias preventivas, tratava-se de procurar apreender regularidades comportamentais comuns a todos aqueles que faziam uso de alguma substância psicoativa ilícita, sem, no entanto, colocar em questão a própria categoria “usuário de drogas”, a qual tinha sua relevância fundada não nos números, mas sim no processo histórico-cultural que fez de uma série de comportamentos em si mesmos bastante distintos, os alvos de uma classificação sob uma mesma categoria e de uma vontade de intervenção. A categoria surge, deste modo, “para descrever algo problemático e, de algum modo, considerado como um desvio” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001).

Como estamos vendo, “as estatísticas acarretam uma maneira de condensar ou reduzir indivíduos na forma de perfis” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001). Uma vez percebidos como típicos exemplares de perfis humanos pretensamente gerais, os indivíduos encontram-se sujeitos às políticas planejadas com base nos dados estatísticos que escalonam esses perfis, esses tipos humanos, de acordo com critérios intimamente relacionados com os projetos políticos que melhor expressam a configuração dominante das relações de poder em uma dada época. Deste modo, em 1970, no Fórum de Debates, estavam sendo lançadas as bases do

governo das condutas em relação às práticas de uso de drogas, tratando-se, naquele momento, da construção de perfis a partir dos quais o “sujeito drogado” seria buscado na realidade. Assim, os especialistas *psi* ofereceram, no evento, toda uma casuística que expressava um conjunto de características definidoras do “verdadeiro toxicômano”. Vejamos alguns dos casos apresentados pelo psiquiatra Oswald Andrade:

M.A, 45 anos de idade, brasileiro. Abusava de pervitin. 30 comprimidos diários. Durante 15 anos. Vida social intensa e inquieta. Não se sentava nem para fazer as refeições. Tumultuava o ambiente, fazia simultaneamente vários negócios, com resultados financeiros quase sempre negativos. Gastava além das posses. Aumentava os compromissos sem poder solucioná-los. Pioneiro e cheio de iniciativas. Passando o efeito dos comprimidos ficava deprimido e irritado. A internação em serviço especializado era diversas vezes solicitada mas sempre adiada. Uma vez passou 24 horas em uma atividade improdutiva, em preparativos para ser internado. Foi submetido à sonoterapia. Alta, recuperado.

F.H, 32 anos, brasileiro, médico. Competência profissional e conhecimento em sua especialidade. Atividade intensa. Teve diversas oportunidades de melhorar em sua carreira no magistério mas tudo foi perdido. Chegou a tomar 15 ampolas de pervitin por dia. Assumia compromissos acima de suas possibilidades. Incompatibilizou-se com todos os que procuravam auxiliá-lo. Culpava parentes e amigos e irritava-se quando se fazia referência a abuso de anfetaminas. Atrito com familiares. Atitude paranóide. Dizia-se perseguido pela inveja dos colegas, aos quais menosprezava e ridicularizava. Exaltava o próprio eu. Passou a morar só, isolando-se de tudo e todos. Descuidava de sua apresentação pessoal e deixava a barba por fazer. Emagreceu a ponto de impressionar os familiares, que o internaram em estabelecimento especializado. Submetido à sonoterapia e insulino-terapia. Após 2 meses de internação obteve alta, curado dos sintomas que motivaram a internação.

C.C.M, 41 anos, solteira, brasileira, funcionária. Para emagrecer, começou a tomar anfetaminas aos 21 anos de idade. Agora faz uso exagerado da droga. A paciente pronunciava palavras desprovidas de nexos. Foi indicada a internação. A paciente contava uma história estranha, dizia que tinha sido assaltada mas que o ladrão só levava o dinheiro, deixando as jóias. Ao ser internada tinha as vestes em desalinho e andava com dificuldade. Humor, ora irritado, ora deprimido. Recrimina a pessoa que encontrou o medicamento em sua bolsa. Agitada, agressiva e logorréica. Orientação falha. Palavra arrastada, pastosa. Idéias delirantes de base persecutória. Delírios alucinatórios. Instável. Inquieta, choros convulsivos. Acometida de crise de excitação psico-motora. Falava seguidamente, contava histórias fantásticas a respeito da internação. Não se julga doente. Dependência anfetamínica. Psicose tóxica-anfetamínica. Obteve alta curada após 30 dias de tratamento.

C.L.C, 18 anos, brasileira, solteira, estudante. Começou a fazer uso de anfetaminas para emagrecer, por orientação médica. Depois passou a fazer uso por conta própria, tornando-se agressiva, desconfiada, julgando-se perseguida pela empregada. Já não atendia a ponderações. Foi indicada a internação em estabelecimento psiquiátrico. A paciente estava desnutrida. Recusava alimentação e passava as noites em claro. Foi posteriormente reinternada pelos mesmos motivos. Fisionomia perplexa. Idéias delirantes de feitiço persecutório. Julga que fizeram um trabalho para prejudicá-la. Após o uso da anfetamina mostra-se inquieta, insone e agressiva. Psicose tóxica-anfetamínica.

M.C, 19 anos, brasileiro, estudante. Lúcido e orientado auto e alopsíquicamente. Faz uma série de atos sem objetivos aparentes. Anda à esmo, não atende às ponderações de seus familiares. Passa noites em claro. Insônia rebelde. Fica horas seguidas em atitudes de expectativa, calado. Tem tido alucinações visuais, refere que há gente atrás de sua poltrona. Sentia-se perseguido e para se defender anotava os números de carros que no seu entender o seguiam. Com receio que lhe faltasse a droga, procurou adquiri-la em todas as farmácias de diversos bairros da cidade a fim de guardá-la em sua casa. Chegou a gastar 400 cruzeiros na aquisição desses medicamentos. Apresenta lacunas de memória, principalmente em fatos relacionados a sua genitora. É um jovem cuja conduta revela uma personalidade desarmônica e desajustada. Há 3 anos vinha abusando de anfetaminas. Apresenta desordens de personalidade. Apresentou manifestações psicóticas. Posteriormente, reinterna-se presa de excitação psico-motora. Segue abusando das anfetaminas. Chegou a tomar 100 comprimidos de pervitin por dia.

(Fonte: AFD, 1971, pp.195-197-198-205).

A análise desses cinco casos de “toxicomania anfetamínica” evidencia como a produção de uma categoria, o “toxicômano”, produz biografias que funcionam pela relação que estabelecem entre certas características físicas e comportamentais. Esses sujeitos, completamente retirados do mundo histórico-cultural, são apresentados como carregando em si algo em comum, a toxicomania, afinal são identificados em suas condutas elementos comuns que, articulados em um esquema interpretativo, atestam a presença da patologia. Na verdade, a utilização da droga é o gatilho que torna possível, do interior do esquema simbólico que lhe confere sentido, transformar escolhas, comportamentos e, no limite, qualquer coisa que esses sujeitos digam ou façam, em sintomas. O modelo cultural que faz com que as práticas (tanto de quem se intoxica quanto de quem diagnostica) sejam estas faz emergir um sistema de classificação dos comportamentos, sistema este que estrutura o campo de ação possível dos sujeitos. Participar desse modelo significa, então, imediatamente, aprender a ser um drogado, aprender a identificar um drogado, em suma, aprender os comportamentos e as identidades sociais que, em nosso sistema de racionalidades, estão disponíveis para aquelas pessoas que utilizam drogas e para aquelas pessoas que as identificam. A listagem dos comportamentos típicos do usuário de drogas acaba por constituir, então, o instrumento por meio do qual o especialista age e, ao mesmo tempo, a verdade, para o drogado, sobre o que ele é. Mas é na vontade de controlar comportamentos sobre os quais não se tem previsão, comportamentos estes que contrariam projetos políticos de sociedade, que se deve buscar a compreensão das categorias ou dos tipos de pessoa que as estatísticas vêm descrevendo como realmente encontradas no mundo real⁴⁴. As técnicas estatísticas fazem, assim, a operação, fundamental ao Estado governamentalizado, de mirar pessoas e, descrevendo-as de acordo com as balizas fornecidas pelos conceitos construídos para nomear e delimitar aquilo que se quer governar, transformar essas pessoas, essas multiplicidades de pensamentos, de condutas, de sentimentos, de desejos, em tipos restritos, alvos visíveis e estáveis. Consequentemente, as próprias pessoas assim classificadas, e todo seu entorno social, tendem a considerar essas categorias como reais, como descrições de como as pessoas

⁴⁴ Se assim não fosse, teríamos levantamentos estatísticos em torno da incidência no mundo social da categoria “chocolatra”, ou quem sabe da categoria “viciado em lanches do Mc Donad’s”. Isso não ocorre porque a política que orienta as técnicas estatísticas destina-se a focalizar “apenas grupos cujas características populacionais exprimam um desvio de algum valor de normalidade tácito” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001). Assim, por mais que o consumo excessivo de chocolate ou de *fast food* cause estragos na saúde de qualquer indivíduo, tais condutas não exprimem desvios aos valores dominantes no sistema social no qual vivemos, não carecendo, portanto, do desenvolvimento de aparatos de controle.

“realmente” são. Estatística, então, como correia transmissora de poder, pois uma vez que interfere nos modos pelos quais as pessoas concebem a si mesmas, está automaticamente condicionando o campo das possibilidades de ação dessas pessoas. Justamente por conta dessa potencialidade, de dar ao poder condições de exercício, quando se trata de circunscrever uma população e torná-la objeto de gestão, os números são fundamentais, pois eles oferecem representações daquilo que se quer governar, possibilitando cálculos e deliberações (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001).

Chegamos, assim, ao ponto limite entre dois elementos de poder racionalizado que ofereceram condições de possibilidade para a emergência da prevenção às drogas na educação: estatística e gestão dos riscos sociais. Como sugerido acima, nem todos os grupos sociais têm suas condutas medidas, calculadas, esquadrihadas por corpos de especialistas. Tal prerrogativa recai especialmente sobre determinados grupos que, se vistos por fora dessa “grelha” de *expertises* podem ser descritos como bastante heterogêneos e não naturalmente pertencentes a uma mesma categoria social, mas, uma vez focados por intermédio das tecnologias de governo (tais como a estatística) surgem como conjuntos populacionais descritos como “de risco”. A estatística, então, faz aparecer esta categoria, “de risco”, como se a iluminasse na realidade, dando a ver algo que já estava ali. Como consequência, a vinculação que essa técnica de descrição/produção da realidade opera entre um sujeito e um grupo definido como “de risco” vai marcar a individualidade desse sujeito, mostrando, para ele e para todos os demais, qual o seu lugar. Mais do que isso, a marcação estatística vai indicar, às instituições, aos mecanismos de segurança, quais são seus alvos prioritários, transformando pessoas diversas em entes socialmente perigosos. Ao mesmo tempo, e aí reside o poder que tais técnicas fazem funcionar, a classificação de pessoas como pertencentes a um grupo de risco tem “a capacidade de mudar como as pessoas se pensam enquanto atores no mundo” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001), ou seja, essas classificações, na medida em que são tomadas como espelhos do real, conduzem as condutas das pessoas classificadas, as quais passam a enxergar suas próprias vidas em relação a uma trajetória que é fornecida pelas descrições estatísticas. Assim, por exemplo, uma pessoa que faça uso de cocaína viverá constantemente incitada a comparar-se, comparar seus desejos, suas escolhas, suas condutas, às descrições fornecidas pelos especialistas acerca do perfil do usuário de cocaína. Trata-se, de certa forma, do fornecimento, por parte do aparato tecnológico de governo (instituições, saberes, especialistas, políticas, discursos etc), de uma espécie de “pauta” com a qual o sujeito classificado terá de se defrontar, nem que seja pela obstinação em negá-la. Seja

como for, não lhe será possível, devido à trama⁴⁵ em que se verá lançado, ignorar certos temas e certos pensamentos. Em última instância, esse conjunto técnico-político operacionalizado pela descrição estatística de grupos de risco encontra sua dimensão de tecnologia de controle ao desenvolver essa capacidade de influência sobre uma esfera aparentemente inexpugnável: a mente, o pensamento, o desejo e, conseqüentemente, a vontade.

Em um último esforço no sentido de compreender o funcionamento técnico e estratégico dos saberes estatísticos enquanto instrumentos de governo, valho-me novamente das contribuições de Popkewitz e Lindblad (2001), quando esses referem-se ao estatuto dos números nesse tipo de tecnologia. O efeito principal dos números, ou melhor, da apresentação de elementos da realidade sob a forma de números, é a estabilização do que está em fluxo (em última instância, a própria vida), “de modo a parecer apenas como problema técnico restrito a um campo de objetividade” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001). O clamor feito no Fórum de Debates pela urgência de produção de estatísticas para se conhecer “as reais dimensões” do “fenômeno das drogas” reflete a necessidade que se sentia de “tecnicizar” a discussão, de colocá-la em bases numéricas, conferindo-lhe a objetividade e a neutralidade sem as quais os peritos não podem passar do debate político (sempre aberto ao contraditório) à ação técnica (que dispensa debates, pois está calcada em consensos especializados). De um certo modo, os números são capazes de apaziguarem a tensão inerente aos discursos, apagando a diversidade possível das práticas culturais e as múltiplas racionalidades que dão forma e sentido à experiência, e sobrepondo, a essas tensões e diversidades, um sistema de razão único que confere inteligibilidade aos fenômenos e aos atores sociais. É assim que os usos de drogas, que em outras épocas ou em outras culturas, eram e são experienciados de outras formas, cada vez mais, na nossa época e cultura, têm seus sentidos e possibilidades limitados pela sua circunscrição a uma racionalidade que os vincula ao crime, à doença e à violência. Assim, os números compõem uma teia capaz de disciplinar o pensamento, produzindo categorias a partir da vinculação de elementos diversos da experiência como partes de um mesmo, um único. É esse disciplinamento do pensamento que garante o governo ao garantir, não que não haverá desvio, mas sim que todo desvio se dará em conformidade com as categorias estabelecidas, pois só assim será desvio dentro da norma. Todo episódio, portanto, em que o uso de drogas puder ser relacionado à violência, ainda que não for possível a comprovação de uma relação de causalidade entre um e outro, será alvo de uma contabilização, de uma

⁴⁵ E aqui é válido compreender esse termo em seus dois sentidos principais: tanto como urdidura, como entretecimento, quanto como narrativa.

tabulação e de uma divulgação massiva, enquanto os episódios em que do uso de drogas não se seguir qualquer comportamento violento (ou outro, típico do perfil previamente traçado do usuário dessas substâncias) não constituirão objeto estatístico. Do mesmo modo, as biografias e perfis produzidos não serão aqueles que andam próximos à linha normal, mas tão somente os que dela desviam em algum aspecto, o qual será tornado a característica essencial desse sujeito, ainda que, em diversos outros, sua conduta não se afaste das médias estatísticas.

Bem, como visto, as estatísticas demarcam conjuntos populacionais como sendo “de risco”. Mas o que isso significa? Ou melhor, de que formas a demarcação de grupos sociais como constituindo riscos (a quê? para quem?) se relaciona com o objeto central de estudo desta dissertação? Para tentar responder a essas perguntas é preciso tomar em consideração a “reorganização das práticas médico-psicológicas” (CASTEL, 1987, p.16) que começa a entrar em curso na segunda metade do século XX, acentuando-se principalmente a partir da década de 1970. Essa reorganização se refere a uma diversificação das intervenções médico-psicológicas que, segundo Castel, vai desde a administração de populações de risco a partir do estabelecimento de perfis, até uma multiplicidade de intervenções voltadas ao acompanhamento e tratamento de fragilidades individuais e à estimulação de certos “potenciais humanos”. Esse processo tem por características principais, de acordo com o mesmo autor, um retorno forte do objetivismo médico, a subordinação dos tratamentos médicos e psicológicos a uma gestão administrativa das populações de risco e a estimulação e disseminação de uma cultura psicológica que convida os sujeitos a voltarem-se sobre si mesmos como método de solução de seus problemas individuais e também dos problemas da vida em sociedade. É no bojo desse movimento que “desenvolvem-se novas formas de gestão dos riscos e populações com riscos pelas quais a conjuração do perigo que representam não se faz mais pelo enfrentamento direto ou a segregação brutal” (CASTEL, 1987, p.18). Estamos, portanto, na confluência da determinação estatística e da ação administrativa-estatal sobre grupos populacionais compreendidos como suscetíveis de pôr em risco uma certa configuração política, social e econômica, e o desenvolvimento de novas técnicas médicas e psicológicas para a gestão desses riscos. É justamente nessa confluência, atravessada também, evidentemente, pelas forças que vêm sendo descritas neste trabalho, que se dá a emergência da prevenção às drogas na educação.

Nas décadas de 1960 e 1970, alastra-se pelo mundo ocidental a discussão em torno de um novo modelo de psiquiatria, o qual veio a romper com a segregação dos doentes a espaços fechados, tornando o exercício psiquiátrico “coextensivo ao conjunto social. [Mas] dar fim à

segregação é também abrir o caminho a um intervencionismo generalizado” (Ibidem, p.40). Também no Brasil e, claro, no Fórum de Debates estudado, esse novo modelo começa a ser proposto através de manifestações como a do psiquiatra Fernando Guedes, segundo o qual “*todo o esquema de tratamento deve ser orientado e vinculado à comunidade, desde a etapa custodial, buscando-se em suas forças sadias a ajuda indispensável à cura e reabilitação do paciente. Sem esta vinculação, que presta apoio social ao paciente, todo e qualquer esquema de tratamento fracassará*” (AFD, 1971, p.210). Como discutido nas páginas 129 e 130 deste texto, a defesa da remissão do “doente mental” “à coletividade onde deverá viver” carrega em si um forte componente de racionalidade econômica, no sentido de que a manutenção desses sujeitos nas instituições de internamento constitui, conforme argumentado, um dispêndio financeiro com o qual o Estado, em vias de tornar-se “*ex-Estado de bem-estar social*” não mais estava disposto a se comprometer. No entanto, tomando-se o ponto de vista do próprio poder psiquiátrico, tal remissão também surge como potencialmente interessante, pois, como aponta Castel, opera uma revolução na espacialização do exercício desse poder que, não mais circunscrito às instituições de internação, pode disseminar-se pelo corpo social, fazendo dele “um grande corpo doente do qual todas as disfunções dependeriam de soluções médicas” (1987, p.41). Deslocamento, portanto, do eixo do serviço psiquiátrico, do hospital para a cidade, o “grande sonho gerencial”, no dizer de Robert Castel (Ibidem, p.59), capaz de equacionar de modo tecnocrático o problema mais espinhoso com que se defronta historicamente o Estado governamentalizado, a saber, a necessidade de administrar a população e, especialmente, seus desvios em relação à norma. Ao mesmo tempo, do ponto de vista profissional dos psiquiatras, trata-se de uma valorização sem precedentes, pois estes especialistas tornam-se uma espécie de cogestores das dinâmicas sociais, de provedores de uma *expertise* que emerge como elemento técnico-político fundamental à administração pública. Os resultados disso em termos de ganhos profissionais (financeiros, de prestígio e respeitabilidade) não devem ser desprezados se queremos realmente compreender o papel e a importância do poder-saber *psi* nos processos de gestão dos riscos sociais e, em última instância, no processo que levou ao complexo de poderes e saberes que produziu o arrazoado e as práticas em torno das quais a prevenção ao uso de drogas tornou-se tema educacional. É nesse contexto que se ampliam as esferas de intervenção e de requisição do saber-poder *psi*, fazendo do profissional *psi* um “conselheiro junto a instituições como escola, exército, empresa, que têm problemas de recrutamento, de seleção e organização interna que um *expert* pode resolver” (CASTEL, 1987, p.70). A “higiene mental” torna-se uma prioridade a partir

dessa expansão das esferas de influência do poder psiquiátrico, ou, dito de outro modo, a partir da ampliação da legitimidade das explicações e dos modelos de inteligibilidade fornecidos pelos saberes *psi* acerca de questões sociais instituídas pela vontade de poder sobre as práticas e as formas de pensar inúteis ou danosas ao modelo político dominante desde a constituição dos estados nacionais liberal-republicanos. Como não poderia deixar de ser, também no Fórum de Debates essa prioridade se faz notar, por meio de uma sugestão expressa contida no documento propositivo produzido a partir das principais conclusões a que chegaram os especialistas reunidos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Recomendava tal documento “*o desenvolvimento de programas preventivos de higiene mental, que permitam sadia orientação psico-social à família e à sociedade*” (AFD, 1971, p.267). Mais ainda, tratava-se, segundo o mesmo documento, de “*traçar uma política brasileira de saúde e de higiene mental*” (Ibidem, p.262), empreendimento para o qual os especialistas da alma humana desempenhavam papel central.

Mas a relação das transformações históricas no campo médico-psicológico e a emergência da prevenção às drogas como estratégia prioritária de enfrentamento desse “problema social” vai ainda mais fundo. Uma força que ocupa centralidade nessa passagem do “você não pode” ao “você não quer”, ao lado de todo o processo de governamentalização do Estado, é o desenvolvimento próprio do campo psiquiátrico, o qual, incorporando o uso de certas substâncias psicoativas ao rol de patologias psiquiátricas, abre uma frente argumentativa segundo a qual tal prática, constituindo uma doença orgânica sobre a qual seu realizador não deteria qualquer controle, torna moralmente inaceitável o encarceramento dessas pessoas em instituições destinadas à reclusão de criminosos comuns, cuja capacidade volitiva não estaria prejudicada. Essa discussão, disparada pelo pressuposto positivista-biologicista que procura identificar a natureza das relações químicas que se dão no corpo do viciado (e que o determinam enquanto viciado), marcou fortemente o Fórum de Debates. A começar pela manifestação contundente do representante da Organização Mundial da Saúde, René Gonzáles, para o qual

os castigos impostos aos transgressores são usualmente severos e não corrigem a pessoa, colocando-a em contato com antigos delinqüentes, traficantes e usuários crônicos, que a estimulam a perpetuar-se no hábito ou adquirir dependência a outras substâncias. Todavia, se observa uma mudança nas leis e na atitude dos legisladores de alguns países, que começam a considerar o dependente de drogas como uma vítima de uma enfermidade que, mais do que castigo, necessita de tratamento e reabilitação.

(Fonte: AFD, 1971, p.33).

O enunciado do “dependente de drogas como uma vítima de uma enfermidade”, parte do discurso médico, funcionou como uma força de enfrentamento às posições mais abertamente repressivas, constituindo um dos elementos a partir dos quais a prevenção emergiu. Tal discurso, é importante que se diga, não constitui uma propriedade dos médicos e psiquiatras, mas uma forma racional de organização da realidade que, circulante, encontra-se disponível para ser enunciada por sujeitos diversos, como foi o caso, no Fórum, do Promotor de Justiça Ney Fayet de Souza, segundo o qual “*a pena e a prisão terão consequências irremediáveis para o toxicômano sem resolver o problema dele nem o problema social, pois ele, ao sair, reincidirá*” (Ibidem, p.78). Nessa fala, de fato, encontra-se uma enunciação mais complexa, na qual hibridizam-se o discurso médico e a racionalidade administrativa voltada à eficiência. Encontramo-nos, aqui, na porta de entrada da racionalidade preventiva que enxerga na escola um instrumento ao serviço do governo e da gestão dos riscos sociais. É, aliás, a partir de uma provocação lançada por este mesmo Promotor de Justiça, que se deflagra no Fórum de Debates um embate entre as racionalidades repressiva e preventiva. Pergunta Ney Fayet: “num caso de toxicomania se chama a polícia ou o médico?” (Ibidem, p.79). Em torno desse questionamento esgrimiram-se médicos, psiquiatras, delegados de polícia, profissionais do direito... Bastante ilustrativa e, principalmente, produtiva para a análise que aqui empreendo foi a manifestação, a esse respeito, do representante do Ministério da Justiça no Fórum de Debates, Leonardo Grecco, para o qual deve-se

distinguir duas categorias de viciado: o que está com o entendimento absolutamente tolhido, sendo incapaz de entender o caráter criminoso da ação, ou que está com sua vontade absolutamente tolhida, daquele que simplesmente tem o básico da droga, mas que não tem uma deformação na sua capacidade intelectual ou volitiva. Este deve assumir responsabilidade criminal pelo comércio do entorpecente. O primeiro recebe uma medida de segurança para que se recupere da toxicomania.

(Fonte: AFD, 1971, p.159).

Essa distinção, mencionada por Grecco, estava em pleno vigor à época do evento, pois havia sido implementada pela legislação sobre drogas editada em 1968. Os efeitos de poder por ela propiciados envolvem a delimitação das possibilidades taxionômicas da pessoa que usa drogas, para a qual restam como alternativa tão somente as categorias “doente” ou “criminoso”, cada qual tendo por consequência a sujeição a um sistema particular de poder. Seja como for, há um notável fortalecimento da posição médica, ainda que mantenha-se a penalização do usuário de drogas: é o profissional médico, mais exatamente, é o profissional da psiquiatria aquele que vai exercer a função técnica, a partir do seu saber, de apontar a existência ou não de deformação na capacidade intelectual ou volitiva da pessoa pegando

uso de drogas proibidas. Doente ou criminoso, essa pessoa, tornada “sujeito drogado”, será posicionada em uma rede de saberes e poderes capazes de determinar quem ela é. Nessa rede operam duas linguagens dominantes, uma médica, outra policial, cada uma produtora de sentidos e identidades específicas e, cada uma por intermédio dos conjuntos de práticas que lhes correspondem, o encarceramento ou a medida de segurança, produtoras de formas específicas de sujeição. Esta parece ter sido a maneira como se acomodou a questão em meio ao jogo de forças e interesses envolvidos. Doente-criminoso ou criminoso-doente: nunca puramente doente nem puramente criminoso, mas perpetuamente enredado nessa urdidura de poderes, sujeito a saberes que lhe dizem sistematicamente quem ele é, o indivíduo tornado “sujeito drogado” como produto de uma ciência médico-psicológica que investiga febrilmente seu corpo em busca dos substratos orgânicos dos seus erros morais. Este o sujeito que será procurado nos espaços sociais e, uma vez identificado, será vigiado, monitorado, tendo em vista sua correção, sua cura, sua salvação. Este o sujeito que caberá à escola impedir que venha à tona, agindo sobre ele antes que se dê a “deformação na capacidade intelectual ou volitiva”, interpelando-o, convencendo-o, formando sua vontade de abstinência, a qual será, é claro, também uma vontade de verdade, pois prova-nos o saber químico e biológico consubstanciado em saber médico-psiquiátrico da verdade do uso de drogas tornadas ilícitas como vício, do vício como doença e desta como condição objetiva detectável no corpo a partir da técnica psiquiátrica posta ao serviço da gestão dos riscos.

Entramos aqui, propriamente, no cerne da quarta força ou poder racionalizado que, no início desta seção, prometi analisar: a gestão dos riscos sociais. De acordo com Castel, vivemos, a partir da segunda metade do século XX, uma época de ascensão de “novas estratégias de intervenção que se anunciam sempre sob o estandarte do bem-estar e do interesse das pessoas” (1987, p.100). A prevenção ao uso de drogas constitui uma das mais importantes dessas novas estratégias de que lança mão o Estado governamentalizado, em associação com grupos sociais e profissionais específicos, e tendo na escola um locus privilegiado de acesso a um dos principais “grupos de risco”, os jovens. Nesse contexto de reorientação da administração da ação social em relação ao uso de drogas, do qual o Fórum de Debates constitui um exemplar pioneiro e privilegiado, trata-se de buscar modos de prevenção sistemática dos riscos, tomando por principal instrumento dessa nova política de gestão os saberes médico-psicológicos. Daí que no evento pesquisado sejam especialmente convidados a comparecer os professores de níveis médio e superior, mas, é claro, não como palestrantes ou simposistas, mas sim como ouvintes, como aprendentes, como força de trabalho a ser

instrumentalizada tecnicamente pelos saberes médico-psicológicos, a fim de implementar a prevenção. Assim, apesar do papel dos professores ser insistentemente apontado, no Fórum, como fundamental nos esforços de enfrentamento às drogas, não havia nenhum professor de formação entre os simposistas e palestrantes.

No entanto, o papel desempenhado pelos especialistas *psi* na constituição desse novo modelo de gestão social vai mais além do que a simples instrução técnica dos agentes primários da prevenção, os professores. Os saberes *psi* forneceram esquemas de inteligibilidade acerca dos usos de drogas, esquemas estes que moldaram profundamente as formas pelas quais nos relacionamos, hoje, com tais práticas. E isso se deu principalmente de duas maneiras diretamente relacionadas uma com a outra: a primeira delas se refere a uma associação fortemente construída entre uso de drogas e comportamentos criminosos e violentos. Nas palavras do psiquiatra Oswald de Andrade, “*os delitos decorrem da perda de autocrítica e senso ético. As violências são habituais e chegam a perturbar a ordem pública*” (AFD, 1971, p.205). Já para o delegado Luiz Mathias Flach, os “*viciados caminham a esmo pelas ruas da cidade, manifestando a excitação e nervosismo de que estão possuídos, muitas vezes cometendo crimes traumatizantes*” (Ibidem, p.68), enquanto para o representante do Ministério da Justiça, Leonardo Grecco, haveria “*quatro consequências necessárias da utilização de drogas entorpecentes: a destruição da personalidade do toxicômano, o favorecimento à criminalidade, o enfraquecimento do senso moral e portanto a depravação dos costumes e a provocação inevitável de desajustamentos sociais*” (Ibidem, p.150). Em todas essas manifestações percebe-se claramente o enunciado que vincula uso de drogas, violência e criminalidade. Não havia (e nem há, atualmente) qualquer estudo ou levantamento que indique, dentro do universo existente de pessoas que fazem uso de alguma substância psicoativa ilícita, quantas envolveram-se ou estão envolvidas com episódios de violência e crime (excetuando-se, é claro, o próprio crime de fazer uso da substância). Também outras variáveis a serem consideradas, como a condição social, parecem ser secundarizadas diante do motor principal e inexorável do crime e da violência: a droga. O principal efeito dessa vinculação é uma transformação lógica das motivações em torno da identificação de usuários de drogas no meio social: não mais, ou não principalmente, deve-se identificá-los a fim de garantir-lhes assistência, mas sim, fundamentalmente, deve-se identificá-los a fim de garantir a proteção da comunidade. Esta se torna a prioridade da ação social (o medo mobiliza mais do que a piedade? Talvez. Mas, mais provavelmente, é o medo travestido de piedade aquele que mais capacidade apresenta de mobilização social).

Agora, o segundo elemento de inteligibilidade que os especialistas *psi* forneceram acerca do uso de drogas, já abordado, de passagem, aqui⁴⁶: a improdutividade do viciado, sua inaptidão para o trabalho e, conseqüentemente, a impossibilidade de se retirar dele qualquer forma de lucro. Diante dessa improdutividade, desse custo que este sujeito, por suas escolhas, representa ao Estado e à sociedade, é urgente agir sobre ele, transformando-o, normalizando-o. Para isso, contudo, é fundamental que ele seja identificado e submetido às instituições que não de corrigi-lo. O perigo que ele supostamente representa constitui um argumento incontornável e convincente para a mobilização de toda a sociedade em uma verdadeira campanha para sua localização e normalização. Daí a multiplicação de relatos e histórias nos jornais e televisão sobre os crimes cometidos pelos viciados em drogas, relatos estes que vêm a confirmar a periculosidade intrínseca desses sujeitos, não por qualquer outra de suas condições, mas acima de tudo por sua condição de “drogado”.⁴⁷ O usuário de drogas, então, incapaz de gerar lucro e, ainda por cima, constituindo-se em um perigo constante àqueles que se sujeitam diariamente ao trabalho, emerge como uma grande anomalia a ser controlada e corrigida. A psiquiatria, então, já transformada, de outros tempos, em um poder sobre o anormal, um poder de definição, controle e correção da anomalia (FOUCAULT, 2006), vai reivindicar para si a caução desse sujeito e de todo o universo de desvios que o caracterizam.

Assim, é como mão de obra deteriorada e como perigo que o usuário de drogas emerge das lentes médico-psicológicas para as lentes pedagógicas e para o mundo social. A ameaça inscrita no uso de drogas é o prejuízo ao trabalho, no caso do drogado adulto, e o prejuízo aos resultados escolares (porta de entrada ao trabalho), no caso do drogado jovem. Antítese, portanto, dos valores de eficiência encarnados no Estado governamentalizado.

É diante da necessidade de normalização desse desviante, então, que os saberes *psi* assumem um mandato que se desdobra, possuindo ao mesmo tempo um caráter científico (garantia de sua legitimidade) e um caráter administrativo (pois seus diagnósticos e categorias

⁴⁶ Esse tema foi tratado na página 124 desta dissertação.

⁴⁷ De fato, não se trata aqui de negar que pessoas que fazem uso de drogas cometem os mais variados crimes (assim como pessoas que não fazem uso dessas substâncias). O problema sociológico de maior relevância, aqui, se refere à grande dificuldade existente na comprovação de uma causalidade (a qual deve ser necessariamente química, já que o que se afirma é simplesmente que a droga causa o crime ou a violência) entre uso de drogas e crimes e violência. Tal dificuldade relaciona-se diretamente com a impossibilidade de isolamento das variáveis, já que os “objetos” de estudo circulam pelas cidades e fazem muitas outras coisas além de usarem drogas, estando submetidos, também, a uma série de outras condições (econômicas, sociais, culturais, históricas, psicológicas etc). Seja como for, diz muito sobre a racionalidade dominante em nossa época e cultura quanto ao uso de drogas, o fato de que não são divulgados (seria mesmo bizarro se fossem) os casos em que pessoas fazem uso de drogas e não cometem qualquer crime ou violência. Estes casos provocam um curto-circuito nos esquemas fornecidos pelos especialistas, sendo, compreensivelmente, apesar de cotidianos, não muito comentados.

tornam-se essenciais à gestão dos riscos sociais, pedra de toque dos modos contemporâneos de condução do Estado). Apesar da finalidade ser predominantemente administrativa, “a referência ao saber possui uma função legitimamente indispensável na medida em que dá uma caução científica a um julgamento normativo” (Castel, 1987, p.108). Quer dizer, é somente pela intervenção do saber *psi* que uma prática cultural e histórica, o uso de drogas, pode ser transformada em uma prática patológica, permitindo, a partir daí, a intervenção do Estado com suas políticas e suas instituições. Não fosse pela garantia de que age de acordo com a verdade (e, conseqüentemente, de acordo com o bem), como haveria de se justificar uma tão radical ingerência sobre o corpo e as escolhas individuais de sujeitos que, conforme a própria lógica liberal que informa a ação estatal contemporânea, são racionais e autônomos? O diagnóstico do uso de drogas como patologia é o instrumento técnico-político por intermédio do qual torna-se possível fazer das drogas um produto cujo poder praticamente ilimitado é capaz de transformar a natureza humana, tal como descrita pela filosofia liberal, fazendo do sujeito racional autônomo um escravo incapaz de decidir por si mesmo. Esse diagnóstico, portanto, é o que confere substrato científico à constituição dos instrumentos jurídicos por meio dos quais o controle sobre os usuários de drogas vai se implementar. Como aponta, no Fórum de Debates, o psiquiatra Oswald de Andrade, “*o testemunho dos toxicomaníacos é notadamente infiel*” (AFD, 1971, p.205). Ou seja, é pela caução psiquiátrica que o Estado encontra a legitimidade para dispor completamente da pessoa usuária de drogas, retirando-lhe alguns direitos fundamentais e, sujeição absoluta, retirando-lhe a fiabilidade de sua palavra, de modo a configurar o exercício de, mais do que poder, violência, já que não resta ao sujeito outra alternativa que não moldar-se ao que dele é dito pelo especialista, havendo já, de saída, a vinculação do que ele próprio diz a uma infidelidade em relação à realidade. Apoiando-se na análise de Castel acerca do funcionamento do saber psiquiátrico nesse sistema de poder, pode-se afirmar que “o profissional da saúde mental opera assim literalmente como um especialista, quer dizer, como alguém cujo julgamento é objetivado como peça essencial de um dossiê, sobre o qual os que decidem, em seguida, se apoiarão para fundar seu próprio julgamento, que, este, chegará às opções práticas” (1987, p.108).

Assim, na associação Medicina-Estado, o especialista *psi* constitui, também, ele próprio, peça de uma engrenagem que o ultrapassa e faz dele um instrumento. Paga-se, contudo, tal instrumentalização, com a ampliação dos mercados e campos de influência, bem como com a conseqüente conquista de prestígio social por parte deste profissional perante a sociedade. O que faz o especialista não é determinar o delito caracterizado pelo consumo de drogas, mas

simplesmente atestar a distância que existe entre essa prática e a norma. Nesse sentido, a tarefa *psi* é zelar pela norma, pela manutenção dos modelos sociais dominantes, ou, como aponta o título do trabalho de Coimbra (1995), operar como “guardiães da ordem”. Saber *psi*, portanto, como operador técnico de necessidades políticas e sociais que, tendo em determinadas concepções econômicas e morais um valor fundante, precisam de instrumentos que possibilitem a circunscrição de práticas que contradizem esses valores a regimes disciplinares capazes de neutralizá-las e, se possível, revertê-las. Sob esse ponto de vista, o uso de drogas, então, precisa ser compreendido como uma prática criminosa (porque perigosa) e/ou doentia, a fim de que possa ser inserido e equacionado por aparatos (leis, instituições, especialistas...) destinados à neutralização e reversão de tudo aquilo que, nele, põe em risco a estabilidade das relações de poder em nossa época. Como aponta Castel, diante da magnitude desses processos, e do modo como somos todos por eles constituídos e arrastados, também os profissionais *psi* “são presas de uma mecânica que não podem dominar” (1987, p.109). Tal como à pessoa que usa drogas compete ser o “usuário de drogas”, também ao profissional da saúde mental compete ser o agente legitimador, pela descrição e diagnóstico da anomalia, pela caução científica que justifica a verdade e a correção da lei, do governmentamento das condutas desviantes. Os especialistas, então, como vai apontar Castel, são figuras indispensáveis à governamentalidade, pois é por meio deles que se pode fazer uma relação de força (a vontade de poder sobre as práticas de uso de drogas e as pessoas que a elas se dedicam) passar a ser uma relação de direito que se firma sobre a necessidade de prevenir e reprimir a doença e o crime. O saber psiquiátrico assume, assim, o papel “de servir de fundamento de legitimidade e de correia de transmissão num funcionamento institucional, cujo domínio lhe escapa completamente”. Como bem identifica esse autor, o saber em questão, *psi*, assume “uma função de auxiliar em relação a uma política administrativa completamente definida pelas exigências de gestão” (Ibidem, p.110). Antes e mais do que uma função terapêutica, esses saberes passam a funcionar, a partir da total disseminação e consagração do poder de governmentamento que informa o Estado no mundo contemporâneo, como instrumentos de gestão social (e aqui, especialmente, do risco social), tal como sucede, dentro da ótica liberal, conforme argumentei na seção 3.1 desta dissertação, com a própria educação.

O psiquiatra, então, a partir do papel social extremamente importante que seu saber assume para a administração política, opera como “um simples instrumento de gestão das populações”, de modo que “as intervenções médico-psicológicas seriam assim, antes de tudo, um meio de calibrar diferencialmente categorias de indivíduos para assinalá-los a lugares

precisos” (CASTEL, 1987, p.111). Ou, dito de outro modo, cabe a esse especialista fornecer as categorias que serão estatisticamente procuradas e, claro, encontradas, na realidade e, também, indicar a cada desviante identificado o seu lugar de normalização, legitimando decisões políticas e chancelando cientificamente certos valores como verdadeiros, em detrimento de outros, falsos. Desta forma, os saberes *psi* se convertem em auxiliares valiosos, pois capazes de patrocinar decisões que foram tomadas em função de outros critérios, não propriamente científicos, mas, principalmente, políticos e econômicos. Em decorrência dessa operacionalidade administrativa dos saberes *psi* na contemporaneidade, torna-se possível lançar o indivíduo submetido à *expertise* em um circuito especial, etiquetando-o e delimitando o seu percurso social, enclausurando-o, conforme visto, em um perfil e condicionando sua existência. Em suma, neutralizando o perigo por ele representado antes de seu lançamento nessa máquina, ou melhor, nessa fábrica de desvios e normalizações. Ainda seguindo *insights* suscitados pelo trabalho de Robert Castel, é possível considerar que os especialistas *psi* (ou médico-psicológicos, como ele os chama), ao marcarem a diferença das pessoas que usam drogas em relação às normas, rotulando-as como “usuários de drogas”, lhes conferem um estatuto, “um lugar assinalável na estrutura social” (Ibidem, p.112), lugar este fundamental à gestão da população, pois vem a oferecê-la aos administradores sob a forma de subconjuntos divididos conforme critérios de interesse à administração, como por exemplo se há dependência química e em qual grau, qual a substância utilizada e quais as condições mentais gerais do doente. Tais informações são fundamentais para que seja feito o encaminhamento adequado por parte da administração, de acordo com o risco representado pelo sujeito e a possibilidade de se tornar, em breve, economicamente ativo.

Sendo o uso de drogas considerado um risco, pois pode comprometer o estado de saúde da pessoa que a ele se dedica, incapacitando-a para a vida social e econômica normal, ou, também, porque pode, mesmo não incapacitando física ou mentalmente a pessoa, levá-la a estilos de vida inúteis ou nocivos aos fins do Estado (contravenções, pouca disposição ao trabalho e às contribuições sociais...), cabe desenvolver os meios capazes de detectar sistemática e rapidamente a prevalência desse risco. Para tal conta-se, para Leonardo Grecco, representante do Ministério da Justiça, com “a opinião pública [que] deve ser motivada a colaborar na repressão e a notificar a autoridade sanitária da existência de viciados” (AFD, 1971, p.164), além é claro, como bastante explorado na seção 3.1 deste texto⁴⁸, com a

⁴⁸ A discussão sobre a identificação de viciados em sala de aula foi feita na página 121 desta dissertação.

instituição escolar e seus profissionais instrumentalizados pelos especialistas *psi* a identificarem os viciados em sala de aula. Contudo, trata-se, nesse investimento da prevenção como tecnologia de gestão social que tem nos saberes *psi* seus instrumentos técnicos privilegiados, de lançar mão, preferencialmente, de uma campanha seletiva, focada nos “indivíduos vocacionados para uma vigilância especial, que pode desembocar num tratamento especial” (CASTEL, 1987, p.116). Quer dizer, trata-se, aqui, nada mais nada menos, de um investimento na identificação de grupos de risco sobre os quais deve-se focar as ações, evitando que se dispersem na tentativa de se atingir toda a população. Exatamente essa forma de pensar a gestão dos riscos começava a ser propugnada nos meios político-administrativos através da realização de eventos como o Fórum de Debates, no qual o psicólogo Luiz Antônio Meira afirmava, sobre a conveniência ou não da realização de campanhas preventivas de massa, que “*não seria prático, para alertar 0,3% de uma população tensionar os outros 97,7%, fazendo com que a atenção desses outros jovens se concentrasse nessa forma de desafiar, estruturar, autoridade e costumes*” (AFD, 1971, p.105). Da mesma forma, no documento final que resultou do evento constava a “*preocupação quanto aos resultados negativos de campanhas públicas e generalizadas de combate ao uso de psico-fármacos*” (Ibidem, p.259), sugerindo-se, em vez disso, um “*melhor combate ao uso de tóxicos, conduzido de forma objetiva e prática, na área da prevenção*” (Ibidem, p.267). Meira, então, enunciava o novo paradigma que marcaria a prevenção eficiente, econômica e sutil: “*o problema deve ser tratado privadamente com cada jovem, além da mobilização de recursos comunitários ao desenvolvimento integral e não somente em relação a este aspecto de tóxicos*” (Ibidem, p.114). Tem-se, então, o uso de drogas como um risco a ser prevenido. Para tal, mobilização da opinião pública para que comunique às autoridades a existência de viciados, além da instrumentalização dos profissionais da educação. Mas aquilo que melhor caracteriza a inserção da prevenção em uma lógica administrativa de cunho liberal e voltada à gestão dos riscos sociais é justamente esta defesa de intervenções pontuais, sobre indivíduos pré-selecionados, economizando-se os custos e desgastes do lançamento de uma ação preventiva geral sobre a sociedade. Daí a importância, e o clamor feito no Fórum, por dados estatísticos, por prevalências: tratava-se de gerir com eficiência, atingindo os alvos certos o quanto antes, sem desperdício de recursos, como uma empresa privada faria.

O que, pretendo, esteja ficando claro, é a emergência de uma nova forma de política social, nos moldes da qual a prevenção ao uso de drogas foi proposta no Brasil da ditadura civil-militar. Esta política manifestava um projeto de controle dos riscos e normalização dos

desvios, constituindo-se em um verdadeiro “programa de gestão racional das populações” (CASTEL, 1987, p.118), o qual é marcado pela racionalidade liberal, que procura aliar o dirigismo e centralismo estatais (ainda mais, no caso em estudo, quando as políticas em questão são lançadas por um regime ditatorial que vinha sofrendo crescentes contestações e precisava garantir a manutenção da ordem) com a liberdade de iniciativa de grupos profissionais e empresariais que tinham o intento de ocupar cada vez mais espaço em áreas outrora exclusivas de ação estatal, como é o caso das ações sanitárias e sociais, e que constituíam, de fato, os principais suportes políticos, sociais e ideológicos do regime instituído. Assim, ao constatar “*falta de especialistas que possam atuar no campo da saúde mental*”, o psicólogo Luiz Antônio Meira propunha “*a criação de escolas ou organismos para formarem especialistas para atuação no campo da psiquiatria social*”, acrescentando em seguida: “*e não falo só em governo. Este tem que complementar recursos existentes na esfera privada*” (AFD, 1971, p.135).

Essa nova forma de gestão estatal tinha como principais vantagens, do ponto de vista de um Estado governamentalizado, antes de mais nada, a possibilidade de economia na consecução das políticas sociais. Em segundo lugar, uma perspectiva de maior capilaridade e alcance de seus desígnios governamentais, uma vez que a esfera privada também poderia atuar como agência de prevenção. Por fim, é claro, contabilizavam-se os benefícios advindos da aliança com a *expertise psi*, a qual vinha a legitimar cientificamente a administração social e via com bons olhos essa nova forma de gestão da população, que tantas possibilidades lhe abria. Assim, a própria realização do Fórum de Debates pode ser compreendida no interior dessa lógica, tendo esse evento aberto novas e estimulantes perspectivas profissionais aos especialistas para ele convidados. Apresentando-se como técnicos, neutros e sempre dispostos a ajudar, esses profissionais tiveram uma oportunidade valiosa de capitalizar seus serviços, apresentando-se ao Estado como parceiros confiáveis (sim, eles oferecem os diagnósticos necessários) e à sociedade como os detentores de um saber privilegiado sobre a alma humana, capazes de identificar as razões dos disfuncionamentos e desajustamentos que tanto preocupavam as famílias e, mais do que isso, apresentando a elas etiologias que, de certa forma, as absolviam, pois situavam os problemas em questão em uma espécie de causalidade interna ao espaço psíquico dos desajustados. Não surpreende, portanto, que tais profissionais tenham sido as grandes figuras do evento e que a maior parte das conclusões que constituíram o documento final do Fórum estivessem alinhadas a essa racionalidade por eles tão bem

encarnada e que se estabelecia sobre uma associação entre Estado e especialistas, tendo em vista a gestão segura dos riscos sociais.

Encaminhado, agora, a abordagem do último dos elementos que destaquei como principais na compreensão da emergência da prevenção às drogas como objeto do campo da Educação. Tal elemento, a ideia de “comunidade” como superfície de exercício do poder, foi já por mim trabalhada neste texto⁴⁹, mas será agora, o mais sucintamente possível, organizada e articulada aos demais elementos constituintes da urdidura aqui analisada. O argumento central gira em torno da percepção do desenvolvimento, nas formas de administração política das sociedades ocidentais ao longo, principalmente, da segunda metade do século XX, de “uma nova ênfase nas responsabilidades pessoais dos indivíduos, suas famílias e comunidades” (ROSE, 1996, p.328), os quais passam a ser definidos pelo Estado e suas agências como os principais encarregados da tarefa de produzirem o seu próprio bem-estar. Neste sentido, o governo da sociedade pode utilizar-se ao ponto de praticamente desaparecer nas escolhas autônomas dos indivíduos comprometidos com seus vínculos familiares e comunitários.⁵⁰ A comunidade, então, nas sociedades liberais avançadas, surge como uma teia de relações de mútua obrigação, daí a responsabilização de todos pelo uso de drogas de poucos: se um indivíduo está utilizando drogas é porque houve uma falha no todo, na comunidade, que é a principal responsável pelo bem-estar de todos os seus membros. Como aponta Rose (1996), o que ocorre em nossa época (especialmente a partir do declínio da chamada Guerra Fria e da conquista de hegemonia por parte das democracias liberais no mundo ocidental) é uma transformação no modo como os indivíduos são incitados a assumirem suas responsabilidades: não mais como cidadãos responsáveis pela sociedade através da mediação do Estado, mas como indivíduos responsáveis por aqueles com os quais mantêm vínculos familiares, de trabalho, de vizinhança etc. Conforme Rose, essa modificação é tributária da racionalidade liberal de governo e tem centralidade no conjunto de estratégias de governo implementadas pelo Estado contemporâneo, o qual tem na ideia de comunidade como espaço de mútua obrigação um pilar de sustentação de suas práticas administrativas, caracterizadas, cada vez mais, pela retirada do Estado de uma série de políticas sociais e do protagonismo econômico.

⁴⁹ Essa discussão teve lugar nas páginas 113, 129 e 130 deste trabalho. Não repetirei aqui as citações e referências diretas ao Fórum de Debates, mas a análise que segue está baseada nos fragmentos citados e discutidos nas referidas páginas.

⁵⁰ Daí a importância cabal da família e da comunidade para as formas contemporâneas da administração política: família e comunidade são vias de acesso privilegiado do poder ao íntimo dos indivíduos.

Compreendo, assim, o apelo, ou, se retermos os fragmentos retirados do Fórum de Debates, a verdadeira convocação que é feita à comunidade para que “assuma suas responsabilidades” pela disseminação do uso de drogas, como a emergência de um “novo território de administração da existência individual e coletiva, um novo plano ou superfície sobre a qual sejam conceituadas e administradas as relações micromorais entre as pessoas” (ROSE, 1996, p.331). Em suma, trata-se de uma nova forma de mobilização das populações de acordo com finalidades governamentais, ou, em outras palavras, um recurso à ideia de comunidade como uma estratégia política que começa a ganhar força, também no Brasil, tendo por objetivo o governo das condutas em relação aos usos de drogas. Não podendo estar em toda parte em todos os momentos, o Estado se desinveste, ao menos parcialmente, de seu caráter policial e investe na mobilização comunitária, na transformação de cada indivíduo em um multiplicador dos valores morais e políticos que dão sustentação e estabilidade às relações de poder configuradoras da ordem, na transformação, em última instância, de cada indivíduo em um parceiro do Estado, zelando pela manutenção de certos costumes, certas práticas, certas formas de pensar, e denunciando sistematicamente outras, por meio da delação, da discriminação, da reprovação etc. Trata-se, nos apelos e convocatórias feitas à comunidade pelos políticos e especialistas atuantes no Fórum de Debates, dos primeiros movimentos discursivos no sentido do estabelecimento de uma rede de governo através da comunidade, rede esta destinada a funcionar “através da instrumentalização de fidelidades pessoais e responsabilidades ativas” (Ibidem, p.332). A população, desta forma, já bastante impressionada e assustada com os usos de drogas, a partir das falas dos especialistas e das tipificações e descrições por eles oferecidas, percebia a necessidade de seu engajamento nos esforços de regeneração da sociedade, o que poderia ser alcançado “através da construção de comunidades responsáveis, preparadas para investir nelas mesmas” (Ibidem, p.333).

Encontramo-nos, aqui, novamente, diante de um entendimento do sujeito como autônomo, ativo, identificado com uma comunidade moral, religiosa, espacial, familiar, de estilo de vida etc. Assim, “a comunidade não é simplesmente o território de governo, mas os *meios* de governo: seus laços, vínculos, forças e afiliações devem ser celebrados, estimulados, nutridos, moldados e instrumentalizados na esperança de produzir-se conseqüências desejadas para todos e para cada um” (Ibidem, p.335). Exatamente o que vemos suceder no Fórum de Debates, tal como explicitado nas páginas anteriormente referidas deste trabalho. Diante da magnitude do problema que é visto em torno do consumo de substâncias psicoativas tornadas ilícitas, lança-se uma nova estratégia a fim de conter tais práticas, o chamamento a uma

fidelidade a uma comunidade de moralidade e de identidade. Uma vez estabelecido esse vínculo, sua efetividade garante uma nova ferramenta de governo, de interferência sobre as condutas, pois não é o Estado que obriga, que coage, mas sim o indivíduo, como membro de uma coletividade, que quer o bem de si mesmo e daqueles que lhe são próximos. Esta talvez seja a mais evidente estratégia de gestão dos riscos sociais implementada pelo Estado contemporâneo governamentalizado, pois reúne em si todo um conjunto de elementos dos quais venho tratando ao longo de todo este trabalho, como, por exemplo, a necessidade de controle dos grupos sociais potencialmente inúteis ou perturbadores da ordem econômico-social e a necessidade de desenvolvimento de instrumentos de administração menos onerosos e mais eficientes.

Essa forma de racionalidade aqui descrita, empenhada na constituição de sujeitos responsáveis e, conseqüentemente, saudáveis, vai identificar naqueles que não se vinculam à comunidade, ou ao menos que não se vinculam à comunidade “certa”, à “verdadeira comunidade”, vai identificar nesses indivíduos o risco a ser gerido. Incapaz de governar a si mesmo, sistematicamente cedendo a seus prazeres desregrados, moralmente condenáveis e nocivos à saúde individual e coletiva, o drogado emerge como ameaça a todo um estilo de vida apresentado por autoridades e especialistas como correto, ameaça, portanto, à própria felicidade coletiva, a qual passa pelo constante monitoramento e enfrentamento dos riscos, pela constituição e atuação de uma comunidade coesa e responsável por si mesma e pela adoção, por parte dessa comunidade e de cada um de seus membros, de estilos de vida saudáveis e prudentes.

Essa estratégia de governo através da comunidade visa a constituição de uma relação de cooperação entre o Estado e o indivíduo, o qual, capturado por intermédio de seus vínculos comunitários, somará esforços, tornando-se uma força com a qual pode contar o Estado na consecução de seus empreendimentos destinados ao fomento do progresso. Para que tal finalidade, o progresso, seja alcançada, é vital o monitoramento e a moldagem das condutas individuais, tarefa para a qual a comunidade opera como instrumento valioso, pois dissemina, capilariza, multiplica as instâncias de vigilância e identificação dos inimigos desse progresso social tão desejado: devidamente informados pelos especialistas dos tipos de pessoa existentes, ou seja, conhecedores das taxonomias que classificam socialmente os indivíduos, os membros mais “conscientes” da comunidade e seu papel podem auxiliar os agentes oficiais a localizar e encaminhar às instituições ou sistemas de normalização apropriados

aqueles [...] incapazes de aceitar suas responsabilidades morais de cidadãos por motivos psicológicos ou outra incapacidade pessoal, aqueles que podiam ser empreendedores, mas obstinadamente [recusam-se] a agir segundo os valores de civilidade e autogestão responsável, tais como os viajantes da New Age ou usuários de drogas. (ROSE, 1996, p.346).

Evidentemente, estamos de volta, aqui, ao ponto de contato entre a atuação estratégica do Estado e a ascensão e os interesses dos grupos profissionais *psi*, pois são precisamente estes que instruem e mobilizam as comunidades para que assumam posições de responsabilidade perante a degenerescência representada pela alteração psíquica provocada pelas drogas. Ao drogado, então, nessa urdidura de poderes que se tocam, se comunicam, se interpenetram, se aproximam em certos pontos para afastarem-se em outros, ao drogado cabe, nesta trama, ou o lugar daquele que recusa a civilidade e não assume as devidas responsabilidades por si e pelos outros (monstro moral), ou o lugar daquele que aspira à civilidade e à responsabilidade, mas que carece dos meios, das capacidades, das habilidades para alcançá-las (doente moral), necessitando da compreensão da comunidade e do zelo, suporte e saber dos *experts* para que possa, enfim, unir-se aos demais, os sãos. Trata-se, assim, do desenvolvimento de todo um setor social voltado ao atendimento daqueles que, por uma ou outra razão, não se mostram aptos ao gerenciamento adequado de suas próprias vidas, controlando os riscos, exercendo o autogoverno responsável e administrando corretamente seus desejos e seus prazeres. Este setor, notadamente ocupado e operacionalizado pela *expertise psi*, emerge como complemento e contraparte da escola enquanto instrumento administrativo, enquanto maquinaria de produção de sujeitos autogerenciáveis e, por isso mesmo, menos onerosos ao Estado que se pauta pela governamentalidade liberal. Vemos aqui, novamente, um ponto em que poderes diversos tecem uma teia comum, ainda que circunstancial, lançando mão de saberes e instituições e tendo por finalidade a consecução do governo necessário à constituição de sujeitos úteis e dóceis, infensos à contestação política, econômica ou moral; sujeitos que “precisam ter responsabilidade, precisam mostrar que são capazes de realizar ações e fazer escolhas calculadas, precisam moldar sua vida segundo um código moral de responsabilidade individual e obrigações na comunidade” (Ibidem, p.347); em uma palavra, sujeitos que não usem drogas. É a educação, seja esta operacionalizada nos espaços escolares, seja nos consultórios médicos e *psi*, o instrumento por meio do qual os especialistas podem fazer chegar aos indivíduos as técnicas por intermédio das quais estes poderão atingir os fins governamentais, aprendendo a se portar bem, a ter higiene, a seguir determinados protocolos, a adotar certos hábitos e recusar outros,

em suma, a desenvolver “habilidades cognitivas, emocionais, práticas e éticas para ter[em] a responsabilidade pessoal da autogestão racional” (ROSE, 1996, p.348).

Em um último esforço de articulação entre as forças ou elementos aqui analisados como possibilitadores, ao lado do próprio modelo histórico de educação escolarizada adotado no mundo ocidental, da emergência da prevenção às drogas na Educação, trata-se agora de compreender que o risco social constitui, precisamente, a possibilidade de um indivíduo não conseguir ou não querer conduzir adequadamente sua vida no interior da comunidade, situação na qual a própria comunidade passa a figurar em estado de risco por encontrar-se suscetível à ação desgovernada de um sujeito imprevisível e, portanto, potencialmente violento. Aos *experts*, neste contexto, cabe, mais do que a simples (mas onerosa) correção do desvio, a gestão do risco, ou seja, um conjunto de procedimentos que vai desde a descrição e mapeamento dos riscos até (e aqui chegamos ao ponto que mais nos interessa) a instrução dos sujeitos quanto aos riscos inerentes às mais variadas formas de conduta. Gestão dos riscos, portanto, como ideal administrativo que, reconhecendo os custos e desgastes envolvidos com a repressão e a correção das condutas indesejadas, passa a investir prioritariamente na prevenção dessas condutas, tendo na *expertise* dos conhecedores da alma, da mente, uma ferramenta sem a qual não seria possível operar a vinculação entre desígnios políticos e condutas individuais. Vinculação esta que assumia, no Brasil da ditadura civil-militar, uma importância bastante considerável, diante da dificuldade inerente à legitimação de um sistema político-administrativo marcado pela censura, pela imposição violenta e pelo controle das contestações. A identificação da droga como ameaça pairando sobre a comunidade caracterizou uma das muitas táticas por meio das quais o regime procurou agregar especialistas, famílias e instituições públicas e privadas em um grande aparato de vigilância e normalização, aparato este que, sob a justificativa de combate ao perigo psicoativo, possibilitou o desenvolvimento e aprofundamento de tecnologias de controle sobre diferentes esferas da população. A prevenção às drogas constituiu uma dessas tecnologias e sua emergência e eleição como estratégia prioritária por parte de administradores públicos e especialistas em saúde diz muito sobre os modos contemporâneos de exercício do poder: a prevenção permite que o poder se exerça a partir de uma “instrumentalização das propriedades autogestoras dos próprios sujeitos de governo” (Ibidem, p.352), o que significa que, em um certo sentido, o poder incorpora o sujeito e forma a sua vontade. Evidentemente, os ganhos políticos advindos de um tal modo de exercício do poder são incontáveis, tanto em termos mais propriamente econômicos, quanto em termos de eficácia e de ausência de contestação e

revolta. Compreender o aparecimento de temas de prevenção ao uso de drogas nas escolas passa, assim, necessariamente, pela compreensão acerca de como um conjunto heterogêneo de forças, de saberes, de interesses, encontraram-se, enfrentaram-se, aliaram-se, racionalizaram-se e gestaram as condições de possibilidade disto que se quer compreender. A prevenção às drogas nas escolas não veio do nada, ela tem uma história e, como tudo o mais, esta história é marcada por parcialidades, por instintos, por violência, por temores, por pontos de vista, por paixões, por ódios, por vontades de domínio, por embates, por baixezas, em suma, pelo barro de que é feita a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo compreender como a prevenção ao uso de drogas tornou-se uma temática concernente ao campo da Educação, sendo introduzida como conteúdo a ser abordado nas escolas brasileiras desde a década de 1970. Ao longo do texto, procurei discutir as relações desse aparecimento da prevenção na educação com uma série de transformações ocorridas nas racionalidades políticas que informam as práticas dos estados nacionais ocidentais desde, pelo menos, os primeiros séculos da modernidade. Tais modificações carregaram consigo novas formas de exercício do poder e mobilizaram verdadeiros aparatos institucionais, profissionais, legais, teóricos e operacionais na implementação de seus desígnios. No bojo dessas transformações modificaram-se, também, as formas de entendimento e de intervenção sobre práticas sociais milenares como são o uso de substâncias capazes de alterar o psiquismo.

Como procurei mostrar nas análises realizadas dos anais de um evento pioneiro e singular, ocorrido no ano de 1970 e dedicado ao estabelecimento de um diálogo direto entre autoridades políticas e administrativas, especialistas das áreas médicas e jurídicas e a comunidade, evento para o qual foram especialmente convidados docentes e discentes dos níveis médio e superior, a emergência da prevenção às drogas na educação, compreendida como um acontecimento, requer, para sua compreensão, por um lado, o estudo das características históricas do modelo de educação institucionalizada adotado no mundo ocidental e, por outro, o mapeamento de uma urdidura de poderes diversos que, encontrando-se na arena da história, criaram as condições para que o fenômeno pesquisado fosse possível. De um modo um tanto esquemático, trata-se de dizer que a emergência da prevenção às

drogas na educação é tributária, de um lado, do papel político que, historicamente, a instituição escolar tem prestado aos estados liberais republicanos, produzindo sujeitos adequados a suas demandas políticas, econômicas, sociais e morais e, de outro, do acaso histórico que fez com que, ao mesmo tempo em que um regime ditatorial buscava meios de legitimação social, grupos profissionais específicos ampliavam suas possibilidades de atuação, influência e prestígio, oferecendo novas e produtivas ferramentas técnicas e teóricas para a gestão das populações vistas como problemáticas.

É, portanto, enquanto elemento de uma política mais ampla de prevenção generalizada dos riscos sociais que a escola, ou a Educação como campo teórico-prático, entram em cena, adentram o teatro dos acontecimentos aqui investigados. Trata-se, em consonância com o aprofundamento da governamentalidade, de prevenir a anormalidade, a subversão, por meio da transformação de aspectos da intimidade, a saber, das relações dos sujeitos com seus corpos e com seu psiquismo, em objetos de regulação. Tal regulação, que se dá por meio da criminalização das condutas que envolvem a utilização de determinadas drogas, passa a se dar também, e cada vez mais, por meio de uma tentativa de evitar o uso dessas substâncias antes que este venha a acontecer. Quer dizer, trata-se da ampliação da capacidade do Estado para capturar os corpos, tornando possível a captura do corpo drogado enquanto virtualidade, ou seja, antes mesmo que este venha a substancializar-se. Para tal, a escola provê tecnologias importantes, assim como os saberes *psi*, ambos instrumentalizados com o fim de explorar a plasticidade dos processos de formação da vontade humana, manipulando desejos, fornecendo racionalizações, tipificações, em suma, moldando comportamentos e, assim, produzindo sujeitos. Na base desse amplo empreendimento político, axioma da racionalidade liberal de governo, a tarefa fundamental de tornar úteis os inúteis, seja salvando um estudante, um trabalhador, um pai de família, dos desvios representados pelas drogas, e garantindo a manutenção de sua produtividade, de seu valor econômico e moral (utilidade e moralidade, aqui, complementando-se de maneira espetacular), seja fornecendo a matéria-prima para setores econômicos pujantes como a indústria da segurança (construção de presídios, de sistemas de segurança, constituição de empresas privadas destinadas ao provimento de segurança etc) ou a indústria da saúde (clínicas, comunidades terapêuticas, laboratórios, consultórios particulares...), para citar dois dos setores que mais se expandiram nas últimas décadas, ao oferecerem produtos e serviços destinados à proteção e salvação da sociedade acossada e assustada pela degradação moral e pela ameaça à ordem estável.

Como vimos, a força explosiva gerada pela combinação entre condenação moral ao hedonismo e medo diante da anomalia tem propiciado o desenvolvimento de novas tecnologias políticas, novos aparatos de segurança e novos aportes teóricos por parte dos especialistas encarregados desse promissor filão. É a partir de uma repulsa moral profundamente incrustada nas culturas dominantes no mundo ocidental que se organiza uma vontade de poder sobre essas condutas, vontade esta que se racionaliza de múltiplas formas e em diversas direções, compondo modelos explicativos acerca do que é o uso dessas substâncias e de quem são seus usuários. A partir desses modelos, fornecidos com o aval das ciências, torna-se possível conceber, como ficou evidenciado no Fórum de Debates, o usuário de drogas como um tipo de pessoa marcado por certas características, dentre as quais a obnubilação da vontade. A constituição do sujeito drogado como sujeito sem vontade opera estrategicamente no sentido de liberar as forças do Estado e da sociedade para que desenvolvam meios de intervenção sobre as condutas desses sujeitos. Em acordo com as formas de pensar calcadas na racionalidade liberal, tais intervenções justificam-se apontando para a destruição que as drogas causariam nos bens mais preciosos do indivíduo, a autonomia e a liberdade. Afrontando o dogma mais precioso do liberalismo, a ficção do indivíduo autônomo, livre e racional, o uso de drogas emerge como inimigo social, como risco a ser calculado e, sobretudo, prevenido. Constitui, assim, ato de bondade e de civismo conduzir o sujeito drogado, pois este não conduz a si próprio.

É, assim, como nova etapa da apropriação, por parte do Estado governamentalizado, da condenação moral historicamente disseminada na sociedade em relação ao uso de algumas drogas (mas não de outras), que a prevenção se institui como temática educacional. Tal condenação moral fornece o lastro sobre o qual podem ser lançadas variadas táticas de controle social, destinadas a variados públicos, sempre com o fito de produzir comportamentos política e economicamente adequados. Portanto, enquanto para a sociedade em geral, para os pais e, muito provavelmente, para os professores instados, nos tempos e espaços escolares, a desenvolverem técnicas de prevenção ao uso de drogas, enquanto para todos estes trata-se, na guerra às drogas, de uma luta contra a degradação física e mental, do ponto de vista da administração política e social trata-se de uma luta contra os inúteis, os improdutivos, os “incapazes de participar das relações econômico-sociais do mundo, enfim, a escória humana que povoa guetos e favelas” (RODRIGUES, 2004, p.312).

A manutenção da ordem política, econômica e social, tal como hoje a vivenciamos, passa, na contemporaneidade, pela prevenção, pelo impedimento do aumento excessivo do

número de inúteis improdutivos (tarefa para a qual se arregimenta a escola, dentre outras forças), mas passa, também, pela necessidade de manutenção de uma certa população de inúteis, de perigosos ameaçadores desta mesma ordem que se quer perpetuar. É justamente essa população que escapa à prevenção que vai ser o alvo das estratégias repressivas, que vai ser o inimigo social que legitima uma série de políticas, de controles, de poderes e saberes que, fazendo-se cada vez mais economicamente importantes, mais tornam necessário que se previna, que se impeça o uso de drogas, mas somente até certo ponto, somente até o ponto de se obter a mão de obra necessária, a participação política e social necessária à manutenção da ordem. De resto, trata-se de deixar passar um certo contingente de perigosos, pois é este contingente que vai permitir ao Estado governar e policiar e, ao setor privado, oferecer os produtos e serviços que, movimentando toda uma economia da prevenção e da repressão, da segurança e da saúde, garantem um campo de negócios, de investimentos e, cada vez mais, de lucros. Estamos, aqui, no seio da questão das drogas tal como é colocada pela racionalidade de governo, racionalidade que perpassa o Estado contemporâneo e institui jogos de controle social, fazendo da regulação da vida e das condutas individuais e coletivas uma forma de se auferir ganhos políticos e econômicos. Repressão e prevenção (e, com esta, quase como seu espelho, a educação), cada qual à sua maneira e em seu contexto, fornecem as condições de intervenção governamental sobre hábitos e formas de vida a serem reformados, normalizados, trazidos de volta ao reino do Bem e da Verdade.

Nesse percurso, em que a condenação moral se torna legislação e política estatal, estas encontram-se no cenário histórico com o avanço da medicina, que, extrapolando sua esfera original de tratamento de enfermidades, passa a encampar novos setores da vida individual e coletiva, problematizando condutas, oferecendo classificações de patologias, apontando desvios e interferindo no gerenciamento de questões como o saneamento básico, os regimes urbanísticos e o controle da natalidade. Em torno do tema da higiene e da saúde se organizam essas forças morais, políticas e profissionais, cada qual lutando a sua luta própria, com desígnios próprios, mas compondo um mosaico de forças movimentando a história em uma direção e não em outra. É nesse turbilhão que são capturadas as práticas de uso de substâncias alteradoras do psiquismo e é a partir dele que serão instrumentalizadas instituições, *expertises*, formas de implementar esses desígnios. A prevenção às drogas na educação, é desnecessário dizer, constitui uma dessas formas.

A medicina, fornecendo os parâmetros do normal e do patológico, permitiu, a partir de sua crescente aceitação social, a aproximação de seus profissionais com os espaços

institucionais através dos quais o Estado busca implementar suas tecnologias de gestão da população. Lançando mão dos instrumentos médicos de regulação de condutas através dos parâmetros de normalidade, o Estado pode demarcar linhas claras, social e cientificamente legítimas, a partir das quais suas táticas de controle social podem ser melhor ajustadas: quem prevenir, onde e quando; quem reprimir, onde e como.

Nesse quadro, não é mais possível conceber o uso de uma droga como uma prática concernente ao campo da intimidade. A condenação moral disseminada em nossa cultura e o respaldo médico-científico fornecem ao Estado governamentalizado o suporte necessário para a implementação de táticas de controle que capturam o sujeito, mesmo quando este joga apenas consigo mesmo. A anomalia moral, tornada anomalia social, permitiu a criminalização dessa forma de conduta, fazendo do combate às drogas uma tática biopolítica para o controle dos corpos. Essa a luta, em seus vieses preventivos e repressivos, que se trava diariamente em salas de aula, consultórios, fazendas terapêuticas, parques, praças, esquinas e favelas mundo afora. Essa a luta para a qual são sistematicamente convocados professores e professoras, orientadores educacionais, supervisores etc. Travada em diversos campos de batalha, essa luta nos é, cada vez mais, apresentada como um enfrentamento entre Bem e Mal, entre certo e errado, entre vida e morte. Descrita a luta, dispostos os seus elementos, encerro agora este trabalho. Aqui está uma topografia do campo de batalha. Se você quiser lutar poderá encontrar neste texto, talvez, algumas ferramentas úteis.

FONTES CONSULTADAS

BRASIL. Decreto nº 69.845, de 27 de dezembro de 1971. Regulamenta a Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de dezembro de 1971. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/1970-1979/D69845.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009.

BRASIL. Decreto nº 85.110, de 2 de setembro de 1980. Institui o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de entorpecentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 de setembro de 1980. Disponível em <<http://www.soleis.adv.br/entorpecentes.htm#DEC.%20N%C2%BA%2085.110/80>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

BRASIL, Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971. Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º de novembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5726.htm>. Acesso em: 20 jan. 2009.

BRASIL. Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem

dependência física ou psíquica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de outubro de 1976. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1976/6368.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de agosto de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 7 mar. 2009.

FÓRUM DE DEBATES SOBRE O USO E O TRÁFICO DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS OU QUE CAUSAM DEPENDÊNCIA FÍSICA OU PSÍQUICA, 1971, Porto Alegre. **Anais do Fórum de debates sobre o uso e o tráfico de substâncias tóxicas ou que causam dependência física ou psíquica**: sumário dos trabalhos apresentados e discutidos. Porto Alegre: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1971.

MEDICAMENTOS DE GRIMAULT E C^a. **A Reforma**, Porto Alegre, 17 jun. 1869. Anúncios, p.4.

ONU/UNODC. **Relatório Mundial de Drogas, 2008**. Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2008.html>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

REFERÊNCIAS

ANDREOLI, Sérgio B.; MOREIRA, Fernanda G.; SILVEIRA, Dartiu X.. Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 807-816, jul-set, 2006.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BENITES, Luiz F. R. A governamentalização do Estado contemporâneo: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. **Sociologias**, Porto Alegre, n.12, p.274-303, jul-dez, 2004.

BERTICELLI, Ireno A. Currículo: tendências e filosofia. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.159-176.

BERTOI, Jussara Machado. **Doenças sexualmente transmissíveis e drogas**: trabalhando oficinas lúdico-pedagógicas na formação de professores. Canoas: ULBRA, 2005. Dissertação de Mestrado.

CARNEIRO, Henrique. **Filtros, mezinhas e triacas**: as drogas no mundo moderno. São Paulo: Xamã Editora, 1994.

CASTEL, Robert. **A Gestão dos Riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, Cecília. **Guardiães da Ordem**: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, vol.1.

ENTREVISTA com Milton Friedman sobre a “Guerra às Drogas”. Disponível em: <<http://www.geocities.com/friedmises>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia elemental de las drogas**. Barcelona: Anagrama, 1997.

FICO, Carlos. Espionagem, policia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N.. (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura - Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 167-205.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **A invenção do psicológico**: quatro séculos de subjetivação (1500-1900). São Paulo: Escuta, 2007.

FIORE, Maurício. **Uso de “drogas”**: controvérsias médicas e debate público. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.114, p. 197-223, novembro, 2001.

FLORES, Mariel Hidalgo. **Motivos que levam jovens a recusar drogas**: subsídios a propostas de prevenção à drogatização na escola, com ênfase na saúde cerebral. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de Mestrado.

FONSECA, Marília Saldanha. **Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do ensino fundamental**. Campinas: UNICAMP, 2006. Tese de Doutorado.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989a. p.1-14.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989b. p.15-37.

FOUCAULT, Michel. Poder – Corpo. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989c. p.145-152.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989d. p.167-177.

FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989e. p.179-191.

FOUCAULT, Michel. *Omnes Et Singulatim*: Por uma Crítica da Razão Política. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.26, p.49-76, Março, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do College de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. **Verve**, São Paulo, n.12, p.270-297, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GOULART, Sandra Lúcia. **Raízes Culturais do Santo Saime**. São Paulo: USP, 1996. Dissertação de Mestrado.

GOULART, Sandra Lúcia. **Contrastes e Continuidades em uma Tradição Amazônica**: as religiões da *ayahuasca*. Campinas: UNICAMP, 2004. Tese de Doutorado.

HACKING, Ian. O Autismo: o nome, o conhecimento, as instituições, os autistas – e suas interações. In: CAPONI, Sandra; RUSSO, Marisa (Org.). **Estudos de filosofia e história das ciências biomédicas**. São Paulo: Discurso Editorial: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. p.305-320.

HACKING, Ian. **Kinds of People: moving targets**. 2007. Conferência apresentada no Seminário Linguagem, Racionalidade e o Discurso da Ciência, São Leopoldo, 2007, 12p.

HEGEL, Georg W. F. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio. **Textos Didáticos**, Campinas, nº32, p.3-154, maio, 1998.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Círculo do Livro, [198-?].

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LABATE, Beatriz. **A reinvenção do uso da Ayahuasca nos centros urbanos**. Campinas: Mercado das Letras/Fapesp, 2004. Dissertação de Mestrado.

LOPES, Jandicleide Evangelista. **As representações sociais de prevenção ao abuso de drogas dos professores do ensino fundamental: um estudo de caso**. Curitiba: UFPR, 2003. Dissertação de Mestrado.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio A. **Rodas de Fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004.

MAGALHÃES, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História** [online], São Paulo, v.17, n.34, p.203-220, 1997.

MEIADO, Adriana Campos. **Prevenção também se ensina? Análise do Programa Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas na Escola no Município de Pederneiras**. Araraquara-São Paulo: UNESP, 2008. Tese de Doutorado.

MENNA BARRETO, João de Deus L. **Estudo Geral da Nova Lei de Tóxicos**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Ó, Jorge Ramos do. **O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)**. Lisboa: Educa, 2003.

Ó, Jorge Ramos do. **A Maquinaria Escolar Moderna Entre os Séculos XVI e XIX: estruturas de uma história do presente**. 2008. Trabalho apresentado no Curso de Extensão A Maquinaria Escolar Moderna Entre os Séculos XVI e XIX: estruturas de uma história do presente, São Leopoldo, 2008, 26p.

OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de. Kant, Hegel e a Fundamentação Metafísica da Ética. **Reflexão**, Campinas, set-dez, 1995. Disponível em: <<http://www.geocities.com/nythamar/kant1.html>>. Acesso em: 2 mar. 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEROVANO, Dalton Gean. **Concepções dos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência sobre a sua formação.** Curitiba: UFPR, 2006. Dissertação de Mestrado.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Nova Cultural, 2000.

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade** [online], Campinas, v.22, n.75, p.111-148, ago. 2001.

PRADO, Christiane M. A. S. **O imaginário sobre drogas na formação docente: o que se sabe, o que se fala e o que se faz.** Santa Maria: UFSM, 2007. Dissertação de Mestrado.

RATEKE, Deise. **A escola pública e o PROERD: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências.** Florianópolis: UFSC, 2006. Dissertação de Mestrado.

ROBAINA, José Vicente L. **Saberes construídos em projeto de prevenção ao abuso de drogas: subsídios para a formação do educador.** São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Tese de Doutorado.

ROBINSON, Rowan. **O grande livro da cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas.** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004. Dissertação de Mestrado.

ROSE, Nikolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government. **Economy and Society**, v.3, n.25, p.327-356, ago. 1996.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Liberdades Reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu.** Petrópolis: Vozes, 1999. p.30-45.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu?. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.26, n.1, p.33-57, jan./jul. 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social ou Princípios do Direito Político.** São Paulo: Escala, 2005.

SANTOS, Edna Maria S. **As políticas públicas sobre drogas no município de Ponta Grossa.** Ponta Grossa: UEPG, 2007. Dissertação de Mestrado.

SOARES, Cássia Baldini. **Adolescentes, drogas e aids: avaliando a prevenção e levantando necessidades.** São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência.** Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. **Arqueología de la Escuela**. Madrid: La Piqueta, 1991.

VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 73-106.

VARGAS, Eduardo Viana. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de “drogas”**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Tese de Doutorado.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e História: uma conexão radical. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.93-104.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (Org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000. p.179-217.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do Governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B.L.; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura C. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.947-963, out. 2007.

VELHO, Gilberto. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.55-64.

VELHO, Gilberto. **Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VEYNE, Paul. Foucault Revoluciona a História. In: VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. [S.l.]: Escopo Editora, [ca. 1978]. p.151-198.

WORTMANN, Maria Lúcia C. Currículo e Ciências – as especificidades pedagógicas do ensino de ciências. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.129-157.